

**Universidade Federal da Bahia**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

**Dissertação de Mestrado**

**Movimentos Sociais e Estado**  
**Resistência e contra-hegemonia na ação do MST**

Heloiza de Almeida Prado Botelho Egas

2008

Heloiza de Almeida Prado Botelho Egas

**Movimentos Sociais e Estado**  
**Resistência e contra-hegemonia na ação do MST**

Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Jorge Fonseca Sanches de Almeida.

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação defendida perante a Banca Examinadora em 29 de setembro de 2008.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antonio Jorge Fonseca Sanches de Almeida (orientador)

Prof. Dr. Antonio da Silva Câmara

Prof. Dr. Luiz Antonio Mattos Filgueiras

Salvador  
Setembro de 2008

---

E288 Egas, Heloiza de Almeida Prado Botelho  
Movimentos sociais e Estado - resistência e contra-hegemonia na ação do  
MST / Heloiza de Almeida Prado Botelho Egas. -- Salvador, 2008.  
241 f.

Orientador: Prof. Dr.. Antônio Jorge Fonseca Sanches de Almeida  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade  
de Filosofia e Ciências Humanas, 2008.

1. Estado. 2. Sociologia rural. 3. Movimentos sociais. 4. Hegemonia. 5.  
Movimento dos trabalhadores rurais sem terra. I. Almeida, Antônio Jorge Fonseca

## RESUMO

As transformações do estado capitalista contemporâneo, hegemônico pela ideologia neoliberal, produziram profundas alterações nas economias e sociedades mundiais, determinando também alterações geopolíticas e na divisão internacional do trabalho. Como resultado dessas alterações, grande parte da produção mundial é hoje controlada por alguns grupos econômicos que atuam em diversas nações monopolizando processos de trabalho e os lucros, estabelecendo uma relação de interdependência e subordinação entre nações hegemônicas e periféricas.

Esse modelo produziu, para os países periféricos, conflitos de classe ainda mais agudos, nos quais - caso do Brasil - a ação das classes dominadas foi historicamente refreada e reprimida através da utilização do aparato estatal, instrumento prioritário das classes dominantes para a promoção de seus interesses. Além disso, o desenvolvimento periférico e dependente do Brasil se deu a partir da atividade primário-exportadora, em que pese o longo período de industrialização pelo qual passou o País, sobretudo entre as décadas de 1930 e 1970, no qual também aprofundaram-se as relações capitalistas no meio rural sem alterar, porém, o padrão de concentração fundiária. O País, assim, chegou a século 21 sem ter realizado uma reforma agrária, e tem hoje no agronegócio o modelo hegemônico de desenvolvimento rural, que ocupa ainda um papel importante na atual estratégia macroeconômica do estado brasileiro. Esse modelo produziu, ao longo da história, conflitos no meio rural que se tornaram crônicos, e vem fomentando revoltas e movimentos de

resistência desde a sociedade colonial, tendo como um dos seus exemplos contemporâneos o Movimento Sem Terra.

Este trabalho analisa as ações do MST à luz dessas transformações e do desenvolvimento dependente do capitalismo no Brasil na sua luta pela reforma agrária e a desconcentração fundiária e na relação com o estado, avaliando até que ponto aquelas constituem uma inovação em relação à ação de resistência do campesinato brasileiro no meio rural. Considerando, ainda, o recente momento político brasileiro, procuramos indicar algumas alterações táticas e estratégicas que possam orientar a uma disputa mais ampla do Movimento por um projeto de resistência e contra-hegemonia.

**Palavras-chave:** estado, meio rural, movimentos sociais, hegemonia, MST

## ABSTRACT

Transformations of the contemporary capitalist State, dominated by neoliberal ideology, have produced profound changes in global economies and societies, as well as bringing about alterations in geopolitics and in the international division of labour. As a result of these changes, a large part of global production is today controlled by only a few economic groups present in diverse nations, in this way monopolizing both profit and labour processes and establishing a relationship of interdependence and subordination between hegemonic and peripheral nations.

In peripheral countries this model had provoked more severe class conflicts in which – in the case of Brazil – the actions of dominated classes have been historically controlled and repressed through the use of the State, the main instrument used by the dominant classes for the advancement of their interests. Furthermore, Brazil's peripheral and dependent development has been based on primary-exporter activities, even when taking into account the long industrialization period through which the country passed (especially between the 1930s and the 1970s), in which capitalist rural relationships were also intensified, without therefore changing the concentration of landholding. As a result,

the country entered the 21st century without ever having carried out agrarian reform, and today agro-business is the hegemonic model of rural development that occupies an important role in the current macroeconomic strategy of the Brazilian State. Throughout history this model has produced persistent rural conflicts, and has fostered rebellions and resistance movements since colonial times, the Landless Rural Workers Movement (MST in Portuguese) being one of the best contemporary examples.

This work analyzes MST actions in the light of these transformations and of Brazilian capitalism-dependent development, in the Movement's struggle for agrarian reform and the de-concentration of landholding and its relationship with the State. It also evaluates to what point these actions constitute innovation with regards to Brazilian peasant, rural resistance. Considering the recent Brazilian political context, this work looks to indicate a few tactical and strategic changes that could potentially guide a struggle broader than the movement itself, towards a counter hegemonic project of resistance.

**Key words:** State, countryside, social movements, hegemony, Rural Landless Workers Movement (MST)

## AGRADECIMENTOS

*Tempo rei, ó tempo rei, ó tempo rei...  
Transformai as velhas formas do viver...  
Gilberto Gil, Tempo Rei*

Passados praticamente 4 anos entre a decisão de iniciar o mestrado e a sua conclusão há muito que agradecer. Há de se convir que isso, para uma jovem de 28 anos, é um espaço de tempo relevante de sua vida.

Primeiramente, quero agradecer meu orientador, Jorge Almeida, que, interessado desde o princípio pelo tema que eu havia escolhido abordar, sempre foi direto e honesto comigo em suas observações, fazendo da orientação acadêmica um processo claro e determinado ao invés de uma sucessão de opiniões sobre artigos e partes de dissertação;

deixou-me, por outro lado, livre para intuir meus próprios métodos de pesquisa e caminhos a serem seguidos (muitas vezes para meu próprio desespero, quando me deparava com algo que ainda desconhecia). Acredito, porém, que sua maior contribuição ele nem tenha tido a intenção de ‘ensinar’: o fato de ser pesquisador e ao mesmo tempo militante não impede alguém de exprimir um ponto de vista com rigor científico sem perder de vista as convicções políticas. No meu caso, essas convicções se tornaram mais qualificadas e, talvez por isso mesmo, tenham se tornado inclusive maiores.

Em segundo lugar, agradeço aos professores que compuseram tanto a banca de qualificação, quanto a da defesa, Antonio Câmara e Luiz Filgueiras. As preciosas observações que fizeram em relação ao material apresentado no primeiro momento foram de fundamental valia para o prosseguimento dessa jornada. Num momento em que eu me encontrava meio ‘perdida’, sem enxergar como chegaria a ter uma dissertação, apontaram com precisão certas deficiências de análise, algumas que eu já sabia existirem. Mas mais do que isso, indicaram caminhos líquidos e certos para que eu pudesse avançar. Nesse sentido, foram um pouco co-orientadores também.

Foi através de uma instituição pública de ensino que esse projeto se concretizou e foi com o apoio financeiro direto, através da bolsa CAPES/CNPQ durante parte do curso, que pude me manter em Salvador e por isso é importante registrar o agradecimento à UFBA e a todo o povo brasileiro, que financia o sistema federal de ensino superior. Não poderia deixar de agradecer também ao PPGCS, por ter acolhido meu projeto de pesquisa na seleção realizada no verão de 2005 e permitido que ele se concluísse.

Bem, até aqui me detive em agradecimentos a pessoas ou entidades que atuaram diretamente no processo, mas com as quais não havia laços anteriores. Ainda sobre pessoas com as quais não existiam vínculos anteriores mais diretos, exceto a afinidade política e, no caso dos dirigentes do MST, a relação de militância, quero dedicar mais algumas linhas. Pelo próprio perfil exigido para as entrevistas, acabei por recorrer a pessoas que possuem ‘agendas lotadas’, estão sempre em trânsito e com pouco tempo para atividades desse gênero e, por esse motivo, é mais do que justo um agradecimento especial pela generosa disponibilidade de tempo das 4 pessoas entrevistadas, pois isso possibilitou imensas contribuições a este trabalho.

Bem, esse trabalho também não teria sido concluído sem o apoio inicial e permanente de figuras fundamentais: o ‘seu’ João e a ‘dona’ Beth, que me trouxeram ao

mundo, e a Paula, a quem vi nascer e dei-lhe o nome. Esses 3, mesmo de longe, sempre estiveram por perto, me incentivando a acreditar e correr atrás de meus sonhos e ideais, não importando o quão longe eles pudessem estar, mostrando também que era preciso ter paciência e persistência se as coisas não acontecessem na velocidade desejada – e elas, de fato, nunca aconteceram.

Aos meus queridos amigos e amigas que, de longe ou de perto, sempre estiveram presentes durante essa trajetória. Bem, sobretudo, pela paciência, não poderia deixar de citar os queridos Danilo e Marina, pois ouviram, por horas a fio, intermináveis divagações tanto sobre o tema da pesquisa e seu andamento, além das inseguranças pessoais esperadas num processo dessa natureza. Até gostaria, mas não vou citar mais nenhum individualmente, pois tiveram participações distintas e não me arriscaria a magoar um ou outro que se sentisse esquecido ou preterido na sua contribuição. Agradeço ainda os que de alguma forma opinaram sobre esta produção antes que ela fosse concluída, lendo meus artigos, conversando sobre os temas que eu estivesse estudando no momento e fornecendo materiais que julgaram úteis.

E, por fim, quero agradecer ao conjunto do Movimento Sem Terra. À direção estadual da Bahia, em especial à querida Lucinha, e às coordenadoras da secretaria estadual durante esse tempo que estou aqui, Fabya, Adenilsa e Beth. Quatro mulheres de muita fibra que, cada uma a seu tempo, reafirmaram a importância desse projeto e que me deram um voto de confiança essencial para que eu pudesse prosseguir nele sem deixar (totalmente) de lado minhas atribuições no Movimento. Também aos militantes e dirigentes que, como elas, acabaram se tornando amigos e amigas, pessoas queridas e inesquecíveis. O Movimento, mais que um objeto de pesquisa, um lugar de trabalho ou opção de militância, se tornou também um espaço de amadurecimento pessoal e de reorientação de paradigmas, que espero estejam refletidos à altura nesse trabalho que agora encerro.

Salvador, primavera de 2008.

## SUMÁRIO

## **CAPÍTULO 1.**

### **Estado, classes dominantes e relações capitalistas no meio rural 10**

#### 1.1. Caracterização do estado capitalista contemporâneo e o exercício da hegemonia

10

#### 1.2. A expansão do capitalismo no Brasil e o papel do estado na dominação burguesa 25

#### 1.3. Características da dominação burguesa no Brasil: do regime militar ao governo Lula

37

##### 1.3.1. Os anos da ditadura militar 38

##### 1.3.2. A transição conciliada, o PT e o governo Lula

44

## **CAPÍTULO 2.**

### **A ação do estado no meio rural: da modernização conservadora ao II PNRA**

56

#### 2.1. A proteção da propriedade privada e o debate da questão agrária

57

#### 2.2. Do golpe militar à transição ‘democrática’: a reforma agrária na agenda nacional

67

#### 2.3. A reforma agrária de mercado e o agronegócio

83

#### 2.4. O II PNRA: finalmente uma reforma agrária no Brasil?

97

## **CAPÍTULO 3.**

### **A emergência do campesinato no Brasil, identidade de classe e a ação do MST 106**

#### 3.1. Formas de resistência no meio rural e a organização do campesinato brasileiro

111

3.2. A ditadura militar e a retomada das lutas sociais nos anos 1980	
118	
3.3. O sujeito político MST e a disputa de hegemonia	
125	
3.3.1. A natureza do MST e os referenciais teóricos	
126	
3.3.2. Primeiras conquistas e a relação com o estado	
137	
3.3.3. Desafios atuais	150

## **CAPÍTULO 4.**

### **Com a palavra, os interlocutores da questão agrária 163**

4.1. Quem é quem: uma vida de luta pela reforma agrária	163
4.2. O debate da questão agrária no Brasil: um breve histórico	169
4.3. As relações entre MST e estado na execução de políticas públicas	174
4.3.1. Considerações gerais e principais conquistas	174
4.3.2. Os anos FHC e a política agrária do governo Lula	186
4.3.3. Sobre a violência no campo	198
4.4. Sujeitos sociais no campo brasileiro: MST, agronegócio e disputa de hegemonia	
202	
4.4.1. MST: origens, relação com a sociedade e o envolvimento institucional	
202	
4.4.2. A reforma agrária na atualidade e a luta dos sem terra:	
212	
um projeto estratégico do MST?	
4.4.3. Enfrentando o agronegócio: suas contradições e a relação com o estado	217

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS 225**

### **BIBLIOGRAFIA UTILIZADA 233**

ÍNDICE DE GRÁFICOS E TABELAS 239

GLOSSÁRIO DE SIGLAS 240



## Introdução

A dissertação de mestrado que ora é apresentada é o resultado primeiramente do interesse da pesquisadora em dar continuidade aos seus estudos após a conclusão do curso de graduação em Direito procurando, no entanto, desenvolver temas numa perspectiva mais reflexiva do que técnica (considerando que, do 4º ao 10º períodos da graduação, o curso se tornou mais eficaz em um ‘abrir e fechar’ de códigos legais, demonstrando a origem das lacunas teóricas de que padecem muitos ‘operadores’ do Direito na atualidade). Nosso interesse pairava sobre temas que estivessem relacionados de maneira mais imediata – e nem por isso óbvia – com os inúmeros problemas que vive a maioria da população brasileira. Durante a monografia de conclusão de curso havíamos iniciado uma atividade de pesquisa relativa ao tema da regularização fundiária nas áreas de periferia da cidade de São Paulo, imaginando que o mestrado poderia ser o aprofundamento deste tema. No entanto, o desenrolar dos acontecimentos nos levou a estudos sob outra perspectiva que não a da pobreza urbana, mas a rural.

Quando chegamos a Salvador tivemos a oportunidade – ou a sorte, quem sabe? – de iniciar uma atuação junto à secretaria estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 2005, no setor de elaboração de projetos, podendo vivenciar de perto a rica experiência organizativa do Movimento. Pela própria natureza das atividades que executamos junto ao MST não foi difícil perceber o quão próxima – e contraditória – é a relação entre o Movimento, enquanto um interlocutor das demandas sociais por reforma agrária, e os órgãos institucionais e não-institucionais que tratam dessa temática, o que se tornou, com o tempo, um interessante objeto de pesquisa.

Não obstante as limitações iniciais da pesquisadora em relação à abordagem científica que as Ciências Sociais fazem sobre questões políticas e sociológicas procuramos, já na elaboração do projeto de pesquisa submetido ao processo de seleção, pautar a investigação na perspectiva das contradições existentes entre as classes sociais no campo brasileiro e o estado a partir do domínio – ou não – dos meios de produção. Essa compreensão, diga-se de passagem, só foi se tornando mais palpável após o ingresso no programa e o início das atividades acadêmicas, contrastada com a observação participante das experiências executadas pelo MST e o entendimento deste sobre o caráter da reforma agrária.

Tal entendimento, que tem como pano de fundo o papel central que o estado desempenha na realização da reforma agrária, qualquer que seja a sua modalidade, evolui, junto com a luta, para a reivindicação de políticas públicas mais amplas, que atinjam a população rural e desenvolvam o campo de forma a fornecer os serviços públicos considerados essenciais (educação, saúde, infra-estrutura, trabalho e renda etc.), além de procurar um modelo produtivo que preserve a biodiversidade.

Durante o estudo, constatamos, de um lado, que é mais do que atual a teoria de Engels e Marx acerca do papel do estado capitalista na manutenção do poder de uma classe dominante política, econômica e culturalmente, método também utilizado por outros autores contemporâneos utilizados neste trabalho. No caso específico do Brasil, essa natureza foi contrastada com o caráter dialético da evolução do capitalismo mundial, sendo o País uma prova concreta de que este não se dá de maneira uniforme em todas as regiões. Isso resultou, para nós, num modelo *sui generis* de desenvolvimento, dependente de nações onde o modelo se expandiu anteriormente e de dentro para fora, gerando nações portadoras de uma ideologia em consonância com o modo de produção e suas contradições. Aqui, ao contrário, as relações foram subordinadas de fora para dentro e, segundo a nossa hipótese, têm no modelo agrícola da grande propriedade monocultora com produção voltada à exportação uma forte razão de existir.

As relações de classe resultantes desse modelo geraram um bloco social e histórico que jamais foi rompido com a tomada do poder por uma classe social portadora de novas formas de desenvolvimento social e econômico. Aqui, ao contrário, o que se pode ver é uma adaptação permanente de interesses entre diversas frações de classe, que foram se acomodando no interior do bloco dominante, sob a égide de uma ideologia em parte vinda de modelos externos e absorvida, a partir dos mecanismos de dominação tradicionais (meios de comunicação, aparelhos privados etc.) e em parte interna, com a produção de símbolos próprios, o que nos leva a perguntar se isso também não se constituiu um projeto político consciente. Mas não temos a pretensão de apresentar uma resposta a essa indagação, ao menos não nesse trabalho.

Aqui nos interessa mais conhecer, a partir da configuração das classes sociais no campo, como elas atuam por dentro e por fora do estado com vistas garantir seus interesses. Assim, percebemos a necessidade de conhecer melhor a ação dos movimentos sociais de luta pela terra, escolhendo como exemplo o MST (que tem sido objeto de inúmeros estudos

científicos sob os mais diversos prismas). De outro lado nos dedicamos a uma pesquisa sobre a ação empreendida pelas empresas que dominam atualmente a produção agrícola em larga escala, entendendo que estes formariam dois pólos da disputa de classes no meio rural brasileiro, passando pela disputa do estado.

Como será possível observar já a partir do primeiro capítulo, entendemos que o modelo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil obrigou as classes dominantes e suas frações de classe buscar o estado como mecanismo preferencial de repressão e dominação, impedindo, ao máximo, a evolução dos setores dominados. Essa política, adotada desde o período colonial, conseguiu ser bem-sucedida durante séculos. O curso da História, porém, é inexorável, e o próprio desenvolvimento do sistema e as contradições inerentes a ele se encarregaram de permitir que as forças secularmente dominadas também conquistassem o seu espaço e impedir que as forças dominantes agissem de maneira absoluta, procurando criar fissuras no bloco dominante que possibilitassem seu enfraquecimento e, talvez um dia, a sua superação.

Esse, no entanto, ainda não se constituiu como um projeto político claro nas organizações da esquerda brasileira. Embora a evolução das lutas sociais no País sempre tenha apresentado o socialismo como seu horizonte estratégico, na prática as coisas têm ocorrido de maneira muito mais lenta, dificultadas ainda pela forma de dominação exercida e o seu longo tempo de duração. Como também veremos, mesmo a existência de um partido de trabalhadores, gerado no bojo de lutas sociais pró-democratização e, em alguns setores, pró-socialismo, a sua experiência enquanto partido no poder não configurou a ruptura do bloco histórico dominante e tem ocorrido em meio a muitas dificuldades e obstáculos interpostos pelas classes dominantes, nem um pouco dispostas a recuar de sua hegemonia.

Nesse contexto, nos parece que a experiência do MST se constitui em algo singular em nossa história. Faltou-nos um referencial teórico mais claro que explicasse seu surgimento e evolução, num contexto em que as ferramentas epistemológicas disponíveis atribuem ao proletariado urbano o papel protagonista numa revolução social de caráter socialista e ao campesinato (e em certa medida ao proletariado rural) restaria o papel de aliar-se a tais forças, sendo por elas dirigido, ao invés de uma classe em condições de dirigir esse mesmo processo. Mesmo os autores que defendem a teoria do capitalismo dependente e o papel central da agricultura no desenvolvimento deste, continuam a destinar o mesmo

papel ao setor em análise. Assim, procuramos reconstituir a evolução do MST a partir de sua práxis, considerando-o um movimento tão *sui generis* quanto é o capitalismo dependente brasileiro dentro do contexto mundial do sistema. Mantivemo-nos, entretanto, dentro do referencial teórico de análise da sociedade de classes e da necessidade, pautada nos estudos gramscianos, de uma aliança camponesa e operária para a tomada efetiva do poder hegemônico, mas talvez apostando num maior equilíbrio das forças rurais e urbanas na concretização desse objetivo.

Feitas essas considerações iniciais, em nosso projeto de pesquisa afirmamos que o objeto dessa dissertação consiste na análise das ações do MST a partir do estudo das ações de massa empreendidas, das relações institucionais que estabelece junto ao estado (por meio dos órgãos que tratam diretamente da questão agrária) e também de sua estrutura organizativa interna, no sentido de possibilitar a disputa política e ideológica da orientação da política agrária no período compreendido entre os anos 2003 e 2007 (primeiro mandato do governo Lula e primeiro ano do segundo mandato, mesmo de realização do 5º Congresso do MST, no qual foram afirmados o caráter da luta social, política e econômica empreendida diante da atual conjuntura). Consideramos que essa disputa é feita tanto no âmbito do estado (com os órgãos responsáveis pela promoção da reforma agrária, como INCRA e MDA), como no seio da sociedade civil, com sujeitos coletivos cujos interesses são diversos dos defendidos pelo movimento social (como as empresas ligadas ao agronegócio).

Esse objeto foi construído a partir da formulação de 3 problemas principais, resultando em objetivos correspondentes, expostos a seguir:

#### Problemas

1. O MST é sujeito ativo na disputa por políticas públicas? Que métodos utiliza? Que tipo de modelo de desenvolvimento rural defende?

2. Ao considerar as relações de produção capitalistas no meio rural brasileiro, e dentro do período histórico proposto para este trabalho, a emergência do MST enquanto interlocutor de demandas junto ao estado brasileiro constitui um foco de resistência e/ou contra-hegemonia na disputa pelo caráter da reforma agrária e a função do estado nessa ação?

3. Qual tem sido a atuação governamental-estatal no desenvolvimento das relações estabelecidas com os movimentos sociais de luta pela terra – em especial o MST – e aos outros sujeitos presentes no meio rural brasileiro (grandes empresas multinacionais, que investem no modelo de agricultura empresarial)?

#### Objetivos

1. Pesquisar a origem e desenvolvimento do MST, os objetivos e práticas adotadas na reivindicação de políticas públicas e as posições em relação ao caráter da reforma agrária e dos modelos de desenvolvimento rural brasileiro;

2. Compreender, dentro do contexto do desenvolvimento do capitalismo no campo, a importância e influência do MST enquanto interlocutor de demandas sociais e políticas junto ao estado brasileiro e se existe, em suas ações, um foco de resistência e/ou contra-hegemonia ao modelo dominante;

3. Estudar exemplos atuais de políticas públicas, para compreender a relação governamental-estatal com os diversos grupos sociais presentes no campo brasileiro, e como se articulam entre si em busca de seus objetivos políticos, sociais e econômicos.

Isso posto, esta dissertação é composta de 4 capítulos. No primeiro, é apresentada uma análise da evolução do estado brasileiro à luz dos fundamentos de autores como Poulantzas e Milliband sobre a natureza e a estrutura do estado capitalista contemporâneo e a separação relativa entre economia e política, compreendendo o movimento histórico efetivado pelas classes dominantes brasileiras na defesa de seus interesses. Nossa análise é composta de um breve histórico para então centrar-se na análise da realidade brasileira a partir da metade do século 20, quando a questão agrária começou a se impor como parte de uma agenda nacional, tanto para a classe dominante, quanto para as classes dominadas. Ao admitir que a atual configuração dos estados nacionais tem como objetivo central a proteção dos fundamentos do modo de produção vigente, entre eles, a separação do produtor dos meios de produção e a concentração da propriedade privada, entendemos que o debate da questão agrária se torna inerente à tal análise, em especial em países como o Brasil, cuja estrutura estatal está relacionada não apenas com a manutenção deste modo de produção, mas atrela seu desenvolvimento aos interesses do mercado internacional, dificultando a elaboração de um projeto nacional.

Nesse aspecto, adotamos o ponto de vista de autores que demonstraram a existência de uma relação de dependência interna e externa do desenvolvimento do modo de produção capitalista no País, como Fernandes e Marini. Desse modo, há uma apropriação política e econômica do estado pelas classes dominantes, primeiro os proprietários rurais, depois a burguesia, compreendida em todos os seus setores (agrária, industrial, comercial, financeira), incluindo-se aí a burguesia internacional.

Procuramos ainda demonstrar, com base no esquema teórico do bloco histórico apresentado por Gramsci, a variação das relações de força presentes na sociedade brasileira na temática agrária, que não rompeu com o bloco dominante, e assim trazemos a análise para os dias atuais, considerando as transformações políticas sofridas nos últimos 20 anos, após o fim do regime militar e restabelecimento de instituições democráticas no País. Entendemos que este período significou, de um lado, a continuidade do aprofundamento das relações capitalistas no meio rural e, de outro, um amadurecimento das classes oprimidas, que passaram a investir na auto-organização como forma de legitimarem suas demandas junto à sociedade civil e ao estado e obter conquistas econômicas, dando contornos mais específicos à luta de classes no meio rural brasileiro.

Para demonstrar nossa opinião finalizamos o capítulo com uma breve análise do governo Lula, recorte temporal do nosso trabalho. Considerando a dificuldade de análise de um processo ainda em movimento, não encerrado, o objetivo não foi o de produzir um balanço ou uma avaliação desse governo, mas somente demonstrar, a partir das opções feitas ao longo desses anos, o caráter ambivalente desta gestão e seus reflexos nas classes sociais em luta.

O segundo capítulo, por sua vez, foi reservado ao estudo mais detalhado das diversas políticas públicas adotadas pelo estado brasileiro para o meio rural. Dessa forma, pretendemos demonstrar como o debate sobre a questão do uso e da posse da terra, bem como sobre a possibilidade de implementação de uma reforma agrária no Brasil foi hegemonizado pelas classes proprietárias através do estado, que priorizou a adoção de políticas de colonização e contenção de conflitos no campo (que aumentaram significativamente na década de 1970), mas não modificou a estrutura fundiária.

A partir de autores como Gomes da Silva, Oliveira, Medeiros e Graziano, vimos como o debate em torno da reforma agrária mobilizou amplas parcelas da sociedade e da esquerda brasileiras. Através do exame de diversos projetos de lei apresentados entre as

décadas de 1940 e 1960, analisamos o caráter desse debate, seus avanços e desdobramentos políticos na época e no período mais recente da história, em que a disputa entre dois modelos de desenvolvimento rural se tornou cada vez mais aberto. Analisamos ainda como a interferência de organismos internacionais, como o Banco Mundial, ao pressionar o estado brasileiro por ‘reformas sociais’ em troca de empréstimos financeiros, foi transformando a questão agrária em uma questão econômica, esvaziando o debate sobre o modelo de propriedade, abrindo caminhos para a implementação efetiva do modelo do agronegócio e fazendo da reforma agrária uma política de assentamentos, sem o objetivo de mexer na estrutura altamente concentrada da propriedade privada da terra.

Detemo-nos de forma mais detalhada no estudo do agronegócio a partir das análises de Bruno, entendendo-o como um sujeito social que se apresenta como um desdobramento prático em relação ao que vinha ocorrendo no meio rural até então e configurando-se numa aliança mais ampla com o capital financeiro na realização de seus interesses. A inexistência de um capítulo específico para tratar do agronegócio, tal qual foi feito com o estudo das lutas do campesinato explica-se pelo fato de que este não é o objetivo central desta dissertação, tendo sido importante apenas demonstrar a relação que o agronegócio estabeleceu com o estado, que é também um dos reflexos da utilização, pela burguesia brasileira, deste aparato como seu instrumento prioritário de dominação. Por fim, analisamos a política empreendida no primeiro mandato do governo Lula, tomando como foco central a construção e implementação do II PNRA, o que foi feito a partir da pesquisa documental do programa de governo, do plano e de dados quantitativos fornecidos pelos órgãos de governo, núcleos de pesquisa acadêmica e do próprio MST.

No terceiro capítulo apresentamos um olhar sobre as lutas camponesas empreendidas no Brasil a partir da metade do século 20, quando ganha relevância o debate sobre a reforma agrária e novos sujeitos começam a entrar na cena política e social. Num contexto mais geral, no mesmo momento em que o País experimentava o desenvolvimento industrial e transitava para outra fase dentro do capitalismo, também se faziam presentes os respectivos antagonismos. Os centros urbanos experimentaram crescimento econômico na mesma medida em que lá surgiam focos de miséria, jamais resolvidos. Além disso, a mecanização no campo expulsou boa parte dos trabalhadores de suas terras, retirando-lhe igualmente os meios de produção; muitos permaneceram como assalariados, e outros tantos tentando resistir, sempre numa situação de pobreza, muitas vezes extrema.

De acordo com alguns autores estudados, como Paulino, Stédile e Mançano, observamos que as lutas produzidas a partir desse período tinham como foco a resistência do camponês na terra, e obtiveram destaque na agenda política e social brasileira sob a bandeira da reforma agrária. Isso nos faz chegar ao objeto propriamente dito desta dissertação. A partir da pesquisa documental e tomando ainda por base as informações fornecidas nas entrevistas (objeto de capítulo próprio), fazemos uma análise da história do MST, do seu surgimento articulado com a retomada das lutas sindicais, até a afirmação de sua autonomia como movimento social camponês e popular e posterior evolução e consolidação. Através de documentos públicos, textos fornecidos por alguns dirigentes especificamente para nossa pesquisa, os programas agrários do MST, cartilhas de formação e as resoluções dos congressos nacionais, pudemos discutir a natureza da luta do MST e sua evolução ao longo da trajetória do Movimento. Além disso, utilizamos como método de pesquisa a observação participante, realizada a partir de nossa atuação no MST, participação nas atividades, mobilizações e fóruns políticos, em especial o 5º Congresso, o que permitiu uma análise mais profunda do atual momento político do Movimento e sua configuração - ou não - como sujeito contra-hegemônico.

Por fim, chegamos ao quarto capítulo deste trabalho procurando reunir mais elementos para compreender o caráter da questão agrária na atualidade e das relações que vêm sendo estabelecidas entre os diversos sujeitos atuantes no campo e o estado, fazendo-o a partir de entrevistas com sujeitos que estão diretamente ligados ao debate agrário na sua atualidade. Estas deveriam cumprir o papel de contribuir na análise de parte dos objetivos dessa dissertação, entre eles a análise:

1. Da importância e/ou influência do MST na interlocução com o estado brasileiro e a postura adotada nessa relação, considerando as relações de produção no campo brasileiro.
2. Da atuação governamental-estatal no desenvolvimento das relações estabelecidas com os sujeitos que atuam no meio rural brasileiro na atualidade.

Vale dizer que a demanda pelo método das entrevistas surgiu a partir da necessidade de abordar o objeto da dissertação em maior profundidade, a partir das pessoas que atuaram - e/ou ainda atuam - diretamente no processo, tanto no MST, quanto no

estado. Optamos por realizar entrevistas de caráter qualitativo, procurando resgatar da memória dos entrevistados relatos mais detalhados de momentos históricos que já foram abordados do ponto de vista teórico a partir de nossa pesquisa. Nesse sentido, foi mais importante incorporar ao trabalho os depoimentos de sujeitos que efetivamente falassem em nome tanto do MST, quanto do estado, do que procurar reunir um número máximo de entrevistas possíveis. Além disso, optamos por fazer entrevistas com roteiro semi aberto e, por isso mesmo, bastante extensas, tanto em relação aos temas abordados, como em relação aos detalhes que poderiam e deveriam ser explorados.

Realizamos, assim, entrevistas com dois dirigentes do MST, para obter relatos principalmente a respeito (1) da relação com o estado, escolhendo para isso João Paulo Rodrigues, membro da direção do MST e que esteve à frente do escritório nacional de Brasília entre 2001 e 2005, acompanhando, portanto, parte de duas gestões presidenciais, FHC e Lula e (2) da formação do MST, seus aspectos internos e à sua trajetória ao longo desses quase 25 anos de história, escolhendo Neuri Rossetto, também dirigente nacional e que esteve presente nas primeiras articulações feitas na região Sul do País que, mais tarde, dariam origem ao movimento - sem excluir os demais temas que compõem o objetivo da dissertação, evidentemente.

Para obter um relato minucioso sobre a ação do estado no período histórico que escolhemos, buscamos entrevistar alguém que estivesse mais próximo do centro de decisão da política do governo, e assim chegamos a Caio França, que é chefe de gabinete do MDA e vem acompanhando a trajetória da luta pela terra no Brasil desde o período da transição política, na década de 1980.

Por último, achamos importante obter o depoimento de uma figura que atuou diretamente na elaboração do II PNRA, em 2003, comandando o grupo de trabalho responsável por essa tarefa, Plínio de Arruda Sampaio, que hoje é presidente da ABRA, mas que possui uma longa trajetória na defesa da reforma agrária, não apenas no Brasil, mas em diversos países da América Latina, como teremos a oportunidade de verificar. Entendemos que assim foi possível obter um panorama da questão agrária na atualidade a partir de diversos pontos de vista, que se complementam e ao mesmo tempo exploram a diversidade e a contradição presente nas relações estudadas. Com relação à metodologia utilizada para a reprodução das entrevistas no trabalho, achamos mais oportuno explicá-la no corpo do próprio capítulo.

Por fim, tecemos algumas considerações finais sobre o conjunto do trabalho, consciente de que ao haver escolhido um tema de difícil caracterização e análise não poderíamos apresentar uma conclusão definitiva sobre o assunto. Isso em virtude de aspectos como: as polêmicas históricas que o assunto suscita, o ineditismo da experiência de um partido de esquerda no poder federal - um período ainda não encerrado na história brasileira - e o próprio objeto que está sob análise, um movimento social em permanente construção e movimento. Assim sendo, as considerações finais procuram fazer uma síntese do que foi apresentado ao longo do trabalho, dando unidade aos capítulos e especialmente com relação ao que foi produzido nas entrevistas, no sentido de avaliar em que medida atingimos o objetivo proposto no projeto de pesquisa e buscando tornar os elementos apresentados e discutidos úteis à análise de tempos vindouros.

## Capítulo 1.

### Estado, classes dominantes e relações capitalistas no meio rural

#### 1.1. Caracterização do estado capitalista contemporâneo e o exercício da hegemonia

A evolução dos estados nacionais contemporâneos, sob a égide do capitalismo monopolista, conformou, especialmente nos últimos 50 anos, muitas transformações políticas, econômicas e sociais em todas as partes do mundo. Com o fim da segunda guerra mundial, tem início um período de alterações nas relações de produção, fruto do desenvolvimento industrial e tecnológico, experimentado em diversas nações do mundo, reorganizando o papel dos estados nacionais e levando a uma nova geopolítica mundial.

Nessa divisão, o avanço de diversas experiências socialistas ao redor do mundo foi um elemento novo e fruto de um longo processo de organização das classes dominadas, ocorrido sobretudo na Europa, entre os séculos 19 e 20, cujo marco fundamental foi a Revolução Russa, em 1917. Esse avanço das forças socialistas trouxe à tona o questionamento do capitalismo como sistema de produção hegemônico. Ficou conhecida ainda a divisão do globo em “três mundos”, orientada segundo o modo de produção vigente e o avanço das forças produtivas em cada país. De outro lado, os Estados Unidos hegemonizaram, após 1945, o bloco mundial de países capitalistas avançados, tratando também de impor sua influência sobre países do chamado terceiro mundo, em especial na América Latina. Não obstante, política semelhante foi adotada pelas potências socialistas, visando ao controle político e econômico das nações do Leste Europeu e parte da Ásia, até a década de 1990. Os países do chamado terceiro mundo, por sua vez, experimentaram um avanço político e social do pensamento de esquerda, associando lutas anti-coloniais às lutas contra o capitalismo e a dominação imperialista, especialmente na África e na Ásia. Na América Latina, alguns países passaram por processos revolucionários que levaram a regimes socialistas, como foi o caso de Cuba, estimulando as organizações de esquerda de outros países a buscarem o mesmo caminho. No caso do Brasil, por exemplo, “a revolução cubana coincidiu com uma ascensão sem precedentes do movimento social, com a incorporação dos camponeses, dos funcionários públicos, dos soldados, cabos e marinheiros e, logo em seguida, com a ruptura do Estado de direito pelo golpe militar de 1964” (Sader,

2003: 26). Isso foi uma estratégia das forças hegemônicas capitalistas de conter o avanço do socialismo em outras partes do mundo, em especial quando o capitalismo mundial atravessou uma crise recessiva, na década de 1970, que por sua vez provocou transformações nos estados nacionais, adotando medidas neoliberais, tanto em nações centrais, como periféricas.

Com a queda do Muro de Berlim, a geopolítica mundial se alterou mais uma vez e as conseqüências foram significativas, consagrando o capitalismo como sistema hegemônico e consolidando a liderança dos EUA nos campos político, econômico, militar e cultural nas décadas seguintes. Isso gerou profundos reflexos para o pensamento da esquerda mundial e nas formas e organização das classes oprimidas, nos países centrais e periféricos. O capitalismo continuou avançando como sistema hegemônico, porém a resistência ao modelo não foi aniquilada. Esse processo, por sua vez, continuou a aproximar de forma intrínseca o estado e as classes dominantes, dando a ele novas atribuições.

Para prosseguirmos, importante delimitar qual é a forma estatal a que nos referimos para este trabalho. Segundo Engels (2005), o estado capitalista moderno tem seu surgimento associado a um determinado grau de evolução da divisão do trabalho. A partir da análise do estado ateniense, o autor considera que sua ossatura é bastante assemelhada à estrutura que se configurou sob o capitalismo. Assim, tal divisão do trabalho se deu inicialmente dentro da família, segundo os papéis atribuídos ao homem e à mulher e, posteriormente, a partir das atividades produtivas, que passaram a incluir também a produção de excedentes e mecanismos de trocas. Tais aspectos também se fazem presentes na análise de Bobbio (2005), que considera isso resultado da alteração nas relações sociais, que passam a demandar formas de associação, ultrapassando os laços unicamente familiares, para agrupamentos mais amplos.

Podemos dizer, então, que foi nesse contexto que surgiu o regime de apropriação privada dos bens (em especial a terra, já que Engels trata de um período em que a atividade predominante eram as de caráter rural, embora sua análise se estenda até o início das trocas comerciais no mundo antigo), a divisão da sociedade em classes (possuidoras e não-possuidoras de bens) e a escravidão. Nesse sentido, ele assinala que

“o Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é “a realidade da idéia moral”, nem “a imagem e a realidade da

razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado” (Engels, 2005: 191).

A divisão do trabalho aparece, assim, como a base organizativa de toda a sociedade nos seus diversos contextos históricos, e na medida em que sua estrutura se torna mais complexa, novos mecanismos são utilizados para regular e assegurar determinada divisão. Ou, como diriam Marx e Engels (2007),

“um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social – modo de cooperação que é, ele próprio, uma “força produtiva” -, que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a “história da humanidade” deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas”. (p. 34)

A função do estado está, então, intimamente associada à evolução dessas forças produtivas, e o aparelho estatal, assim, deve assegurar sua evolução segundo os interesses dominantes em cada época histórica, fazendo-o a partir da organização de um aparato administrativo e financeiro, um sistema de cobrança de tributos que financie tal estrutura, além da constituição de uma força militar, com caráter punitivo e de defesa dos interesses dominantes. Cumpre ainda uma função de representação nacional e a organização da sociedade em seus diversos campos, através de suas instituições, além da defesa da soberania territorial (Engels, 2005).

O estado, na visão dos autores citados, aparece então como a materialização de um determinado modo de produção, emanando o poder social que as classes dominantes possuem, que por sua vez se funda no poder econômico, circunscrito a um contexto

histórico determinado. Desse modo, o estado também incorpora o modo de produção vigente, agindo sobre a base material das relações sociais de produção, trazendo, para dentro si, as classes sociais e suas lutas e fazendo-o através de uma superestrutura ideológica, presente nas instituições públicas e privadas.

Se tomarmos a evolução do sistema capitalista e as respectivas alterações que produziu no estado e na forma de exercício de poder, podemos afirmar que sua evolução e consolidação como sistema produtivo hegemônico produziu constantes reestruturações dos espaços sociais, pautados por relações cada vez mais impessoais e fundadas na dinâmica produção/circulação, gerando relações estatais equivalentes também no que tange à administração e à especialização das funções burocráticas (Poulantzas, 1990).

Podemos afirmar ainda que, sob o capitalismo, houve uma constante ‘adaptação’ da estrutura estatal segundo os estágios evolutivos do sistema, procurando assegurar que a base de acumulação não se alterasse, com o cuidado de manter a separação relativa (Poulantzas, 1990) deste com o espaço de reprodução do capital. Tal fato não configurou a autonomia das relações, mas a ‘cobertura’ da influência política nas relações de produção, mantendo a aparência de imparcialidade, o que também está presente na análise do próprio Engels sobre a origem do aparato estatal. Isso está associado a mecanismos ideológicos de manutenção do sistema, que serve às relações de dominação, provenientes do poder de que dispõe a burguesia para fazer valer seus objetivos.

Assim, ainda que o pensamento liberal tenha se baseado em princípios de separação entre economia e política e fundado sua doutrina da liberdade individual, “o Estado tem um papel constitutivo na existência e reprodução dos poderes de classe, e em especial na luta de classes, o que explica sua presença nas relações de produção” (Poulantzas, 1990: 44), que se mostrou essencial para a manutenção desses mesmos poderes. Segundo o autor, não se pode falar, entretanto, em “natureza de classe”, mas de uma “utilização de classe do estado”, a partir das estruturas que lhes são próprias, embora este não exista única e exclusivamente com o propósito de instrumentalizar o poder da burguesia.

Nesse raciocínio, o poder de classe é visto como base das relações de poder, sendo que no capitalismo esse poder se expressa inicialmente por meio da propriedade material dos meios de produção e se reproduz na estrutura estatal, expandindo-se para as demais esferas da vida social, dando materialidade à relação entre a estrutura e superestrutura. Assim, para exercer sua hegemonia sobre a sociedade, a doutrina capitalista opõe

proprietários e não-proprietários, e legítima, por meio do poder econômico, as relações de produção, a divisão do trabalho e a realização dos interesses de classe.

Poulantzas observa que o estado capitalista, “não é integralmente produzido pelas classes dominantes, mas não o é também por elas monopolizado” (1990: 17). No estado capitalista, portanto, “a separação relativa das relações criadas pelas relações de produção constitui o fundamento organizacional de sua ossatura orgânica e revela sua ligação com as classes sociais e a luta de classes sob o capitalismo” (idem: 30).

Já Engels considera que a origem do estado capitalista está intimamente associada à exploração do trabalho e do homem pelo homem, sendo sua ossatura material erguida em função destes interesses, o que demandou mecanismos que o colocassem acima dos conflitos materiais, ou seja, fazendo-o o presente em todas as relações sociais historicamente determinadas. Assim, ainda que cumpra outras funções que não a de instrumentos de dominação, considera que

“como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para repressão e exploração da classe oprimida.” (Engels, 2005: 193)

Entendemos que a afirmação acima, se tomada ao pé da letra e transposta para a realidade contemporânea, pode significar compreender o estado como impermeável aos interesses das classes dominadas o que, dentro da atual fase do capitalismo, não corresponde necessariamente à verdade, já que a hegemonia deve ser entendida como um estágio de equilíbrio entre o consenso e a dominação (Gramsci, 2002). Nesse sentido, embora seja evidente que a burguesia, ao se consolidar como classe hegemônica sob o capitalismo, fez do estado um aparato essencial para sua dominação e tornou-o parte constitutiva da sociedade (Bobbio, 2005), não teve como ignorar o desenvolvimento das forças produtivas e das classes sociais sob o capitalismo, que produziu suas respectivas lutas de classe, dentro e fora do estado, do que já falamos antes.

Nesse sentido, concordamos com Emir Sader quando ele afirma que “nenhum século foi mais ‘histórico’ do que o século passado” (2003: 21), ao considerarmos as

transformações ocorridas no modo de produção, que alteraram significativamente as relações sociais de produção e como elas se explicitaram dentro dos estados nacionais. Apesar de ter se confrontado com forças contra-hegemônicas ao longo de quase todo o século 20, o sistema capitalista experimentou um salto de produtividade e expansão territorial, baseando-se no avanço tecnológico da produção industrial e de matérias-primas, além de modificar as formas de circulação do capital, concentrando-o e financeirizando-o.

Esse período foi marcado pela busca de novos territórios e, sob o signo da Guerra Fria, de áreas de influência capitalistas/socialistas, numa estratégia de dominação imperialista, em que os conceitos de soberania nacional e autonomia territorial sofreram transformações significativas. Do mesmo modo, cresceu a disputa por terras, recursos naturais, produtores de matérias-primas, e mercados consumidores, procurando garantir a expansão contínua do sistema e a manutenção das taxas de lucro, uma corrida que mesmo com as transformações geradas com o fim da ‘bipolaridade’ mundial não se encerrou. Na verdade, conta apenas com novos sujeitos. Essa nova lógica de reprodução capitalista, baseada não mais na autonomia territorial, mas na autonomia de circulação do capital, ficou conhecida como um nova fase dentro do próprio sistema, chamada comumente de monopolista ou imperialista.

Nesse sentido, as fronteiras nacionais, sob o imperialismo, se tornaram mais fluidas, gerando reflexos nos respectivos sistemas políticos e na influência ideológica das potências hegemônicas sobre as nações sob sua influência ou domínio (Gramsci, 2002). A transnacionalização das empresas, por exemplo, permitiu o domínio de diversos espaços geográficos do mundo a partir do controle dos processos produtivos, concentrando o domínio político e econômico e determinando alterações nas formas de organização social e política, incluindo-se aí os estados nacionais, que tiveram que se adaptar às transformações econômicas promovidas pelo capitalismo.

No contexto dessa evolução, houve uma contínua e ininterrupta expansão das relações econômicas, que ultrapassaram os limites de cada nação, configurando um momento em que o controle político dos territórios vai se tornando cada vez mais difícil, já que ficam à mercê das “relações de mercado”. Ou seja,

“quanto mais no curso desse desenvolvimento se expandem os círculos singulares que atuam uns sobre os outros, quanto mais o isolamento primitivo das nacionalidades

singulares é destruído pelo modo de produção desenvolvido, pelo intercâmbio e pela divisão do trabalho surgida de forma natural entre as diferentes nações, tanto mais a história torna-se história mundial”. (Gramsci, 2002: 40)

Como dissemos antes, embora o século 20 tenha sido marcado por um processo extraordinário de expansão do capitalismo e consolidação como sistema hegemônico mundial, conviveu, pelo mesmo período, com fortes movimentos contra-hegemônicos, cujo ápice se deu entre as décadas de 1950 e 1980, ou seja, no período da Guerra Fria. Nesse período, houve a ascensão institucional das esquerdas, em especial na Europa Ocidental, e também a eclosão de revoluções de cunho socialista vitoriosas, em especial nos países menos desenvolvidos, sendo que ambos os movimentos representaram vitórias históricas para as classes dominadas, atribuindo-lhe um papel diferenciado tanto nas lutas de classe, quanto nas lutas dentro do estado.

Isso ocorreu, na nossa visão, porque as contradições existentes - e inerentes - no modo de produção acabaram por engendrar relações sociais não apenas de legitimação, mas de oposição ao sistema, tendo no pensamento marxista um expoente de contribuição teórica a essas iniciativas. O que, de certa forma, serviu para inibir o avanço sistemático da dominação da burguesia por meio do estado, que passou a conviver, cada vez mais, com interesses organizados antagônicos aos seus para assegurar o exercício da hegemonia (Gramsci, 2002).

Para Bobbio (2005), a evolução do sistema capitalista gerou, ao longo da história, uma forma de representação que trouxe paulatinamente a disputa de classes para o interior do estado, justamente por conta da função representativa dos interesses de classe que ele assumiu sob o signo da democracia burguesa. A estrutura do poder político, no exercício concreto da hegemonia, teve que permitir o acesso de mais camadas sociais, fosse através de processos reivindicatórios sob diversas formas de mobilização social, fosse por meio do sufrágio. Os interesses em conflitos, originados na luta entre as classes sociais no âmbito das relações de produção e na dicotomia proprietários e não-proprietários, acabaram condensados nas lutas dentro do estado. Se por um lado a classe hegemônica dentro do estado possuía os meios de refrear tais lutas, tanto pelo monopólio dos aparatos de coerção como pelo domínio ideológico e material das relações de produção, por outro sabia que não seria possível exercer sua dominação por tanto tempo se esta fosse exclusivamente baseada

na força. Mais adiante veremos que isso não se deu de maneira uniforme em todas as regiões do mundo, fruto dos estágios evolutivos do sistema e das especificidades de cada território, como foi o caso do Brasil.

Na esteira dessas contradições, Milliband (1982) argumenta que as sociedades capitalistas, mesmo com o ciclo longo expansivo da economia mundial (Sader, 2003) não foram capazes de superar as desigualdades econômicas e a concentração de renda persistiu mesmo nos países de economia avançada. Assim, se o fim da Guerra Fria significou a vitória do bloco capitalista e iniciou a hegemonia unilateral dos EUA nas décadas seguintes, seu prenúncio ocorreu com uma crise do sistema capitalista e o fim do ciclo expansivo, representada pela queda na taxa de lucro das empresas e na alta dos preços do petróleo, a partir da década de 1970, e que atingiu boa parte das economias mundiais (como foi o caso do Brasil) e determinou novas transformações mundiais. Colocou o mundo sob a égide de uma nova ideologia, a do neoliberalismo, que determinou alterações significativas no papel dos estados nacionais.

As conquistas das classes trabalhadoras sofreram refluxo, diversos regimes ditatoriais foram instalados em países de economia atrasada, como na América Latina, procurando manter o padrão hegemônico existente e refrear a todo custo o impulso socialista existente. Nesse sentido, o aumento da concentração de capital e da produção faz do capitalismo um sistema cuja expansão se dá na mesma medida em que aumentam suas contradições internas, tornando um desafio cada vez maior para as classes dominantes manterem tal padrão de dominação, crescendo também a disputa interna pelo seu controle efetivo, em especial em momentos de crise.

Considerando que “as idéias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal (ideológica) das relações materiais dominantes” (Marx, Engels, 2007), afirmamos a capacidade de adaptação da classe dominante sob o sistema capitalista aos diferentes estágios de evolução dessas relações. Se a burguesia exerce a hegemonia a partir do poder econômico (que adquire ao apropriar-se dos meios de produção), subordinando as relações sociais e materiais que lhes são próprias, a superestrutura ideológica é erguida a partir desses interesses, irradiando um determinado modelo de sociedade, atribuído como de interesse do conjunto de uma nação e dos territórios posteriormente conquistados. Esse modelo organizativo penetra também os aparelhos de estado e vai transformando-o conforme

avançam essas mesmas relações de produção, promovendo adaptações também em função das contradições (leia-se luta de classes) que vão aparecendo dentro do próprio sistema.

Desse modo, tem lugar a partir da década de 1970 uma nova estratégia das classes dominantes para manterem a hegemonia do sistema capitalista, na qual o estado adquire um papel diferenciado, em que sobressai sua função ideológica. Seu papel econômico (entendido como a função do estado como investidor e promotor do desenvolvimento das nações) cede espaço para uma atuação enquanto regulador dos fluxos do capital financeiro (procurando remover todos os obstáculos possíveis), assegurado da ‘ordem social’ (no sentido de conter manifestações que questionem o modelo), descentralizando ainda o atendimento das demandas sociais que cumpria anteriormente (representado pela privatização de serviços sociais, flexibilização de leis do trabalho, aumento da carga tributária) e, em alguns casos, assumindo maiores investimentos no poderio bélico e militar.

O exercício da função ideológica não se faz somente através do executivo político, uma vez que o estado configura-se como um sistema muito mais complexo, que atua em mais esferas da sociedade (Milliband, 1982). O autor ressalta também o poder militar e policial como outro componente do sistema estatal responsável pelo exercício da coerção, que adquire maior ou menor importância dentro dos objetivos da classe dominante em seu território e em determinado contexto histórico no exercício de sua hegemonia. Ele ainda cita como parte do sistema estatal outras instituições, como os partidos, grupos de pressão, igreja, grandes empresas e meios de comunicação, cuja influência não pode ser desprezada. Nesse sentido, para ele, estar no governo não significa ter o controle sobre o sistema estatal, porém sob o neoliberalismo o controle do poder executivo (e em especial de certas áreas dele) é estratégico no exercício da hegemonia. Basta olharmos o caso do Brasil, em que predomina o uso abusivo do recurso das medidas provisórias e ocorre o descredenciamento progressivo do Legislativo enquanto poder representativo dos anseios populares.

Podemos citar ainda o papel do sistema jurídico que na visão de Gramsci (2002) possui papel central na execução da função ideológica do estado, já que o respeito ao direito significa a aceitação da garantia formal de igualdade nas relações e de liberdade de produzir, encerrando certo conformismo com a ordem legal, o que ele chama de “utopia democrática”. Essa tendência ao conformismo é “mais ampla e profunda que no passado: a estandardização do modo de pensar e de atuar assume dimensões nacionais ou até mesmo

continentais” (Gramsci, 2002: 260), o que, também nos dias atuais, compõe a própria disputa pela hegemonia.

Milliband (1982) e Poulantzas (1990) identificam ainda um movimento no sentido de ramificar as funções do estado, atribuindo-lhe um caráter técnico, na tentativa de ocultar os processos de dominação ideológica a ele inerentes, visando a uma melhor organização do exercício do poder, dando novo significado à burocracia estatal e ao papel das ideologias.

Há uma referência fundamental na base econômica, no mundo do trabalho, como meio de massificar ideologicamente o modo de produção e reprodução social, porém ocultando relações de classe e apresentando-as sob o ‘manto’ formal da igualdade. O efeito desejado é o de produzir, sobre a estrutura da sociedade, um entendimento universal sobre a forma organizativa ideal, na verdade imposta pela classe que detém o poder econômico e que, no terreno ideológico, fez desse o supremo das relações sociais contemporâneas.

Na visão de Poulantzas, tal modelo tem conseguido impor a supremacia do “individual-privado” nas relações sociais, ainda que se expresse em formas de representação “democrática” e faça, vez por outra, concessões às lutas populares, o que se traduz num ‘mito’ dentro do sistema (Milliband, 1982). A nosso ver, mito ou não, mesmo sendo hegemônico o neoliberalismo não pôs fim aos movimentos de resistência, pelo contrário, as condições do exercício da dominação se tornaram cada vez mais selvagens e cruéis, aprofundando o fosso existente entre as classes dominantes e dominadas. Isso pode ser verificado especialmente em países de economia atrasada ou dependente, porém é preciso lembrar que nem os países centrais conseguiram atingir a igualdade econômica.

Embora o capitalismo esteja (ideologicamente) articulado pelo ideal de liberdade individual, a separação do produtor dos seus meios de produção e a concorrência entre os indivíduos, fundamentos do sistema, encerram de forma paradoxal a impossibilidade de atingir a igualdade econômica. Isso, para os autores de *A Ideologia Alemã* corresponde à “emancipação da propriedade privada em relação à comunidade” (Marx, Engels, 2007: 75), tendo no estado um instrumento de legitimação dessa emancipação e das suas respectivas relações. Com as relações de trabalho baseadas nessa separação, o capitalismo traz desde a origem sua contradição fundamental e insolúvel: a impossibilidade da liberdade onde não existe igualdade econômica nem política (Bobbio, 1998). E para conter esses antagonismos o estado busca mecanismos que sustentem a aparência de ‘igualdade’ nas relações, fazendo-o seja através da força, com os instrumentos de coerção de que dispõe, seja através do

domínio ideológico, a partir de aparelhos públicos e privados de dominação (Althusser, 2003), seja através do consenso, fazendo certas concessões às lutas das classes oprimidas.

Desse modo, é possível dizer, citando Sader, “que nem ‘a história caminha para o socialismo’ nem ‘o fim da história’ desembocou no capitalismo” (2003: 21) e que as lutas concretas das classes sociais é que determinam as relações de produção e a respectiva forma de regulação estatal que serão dominantes em cada período histórico. O que, de uma forma ou de outra, no atual estágio, é uma limitação ao próprio poder de estado, já que não se pode ignorar o avanço que o século 20 representou para as classes dominadas e suas lutas, ainda que não tenham sido definitivamente vitoriosas. Tomando a visão de Poulantzas, isso equivaleria dizer que os limites do poder do estado dependem “das lutas populares e das relações de força entre as classes, pois o estado também é a condensação material e específica de uma relação de força, que é uma relação de classe” (1990: 82).

Infelizmente, num contexto histórico de ‘leis’ capitalistas que afirmam o triunfo do mercado como regulador das relações sociais, Sader nos alerta para o fato de que o neoliberalismo acabou sendo responsável pela produção de um “cemitério teórico”. Pergunta ele: “para que teoria, se os índices de mercado afirmam o que é o que pode ser; o que vale a pena e o que não adianta; o que é bom, bonito e legítimo?” (2003: 14). O tema das relações de força entre as classes sociais sob o capitalismo também foi bastante explorado por Gramsci (2002), que estruturou um esquema teórico para a análise dessas relações, trazendo-a para o campo da ciência política. Ao fazer isso, forneceu alguns indicativos para uma resposta que ultrapasse o deserto teórico-reflexivo produzido pela ideologia do pensamento único, afirmando que o sujeito político deve se preocupar com o ser e o dever ser, pois é assim que consegue exercitar sua capacidade criativa e de alteração de determinado equilíbrio social, baseado na perspectiva das forças progressistas atuantes, tornando o dever ser algo concreto.

O autor atribui-lhe a tarefa de análise das relações de força entre estrutura e superestrutura para compreender em que contexto as forças progressistas e conservadoras atuam, bem como qual a capacidade de transformação de determinada sociedade, incitando a perguntas como: estão desenvolvidas todas as condições do atual modo de produção, bem como suas contradições, que permitam sua superação por uma nova estrutura? Já existe, no seio da sociedade civil, esta compreensão?

Tais contradições, que estão na base do sistema capitalista, são ao mesmo tempo a origem dos males que o modo de produção impôs à humanidade através de séculos de dominação e também o fundamento de sua superação. Assim, a importância da compreensão dos movimentos das classes sociais em disputa reside no fato de que, sabendo distingui-los, é possível conhecer o grau das contradições no seio das relações materiais. Gramsci divide os movimentos efetuados pelas classes sociais na superestrutura entre orgânicos e conjunturais. Numa crise orgânica, por exemplo, a ação de forças políticas para sanar as crises se choca com as forças antagônicas, gerando “polêmicas ideológicas, filosóficas, políticas, jurídicas, etc., cujo caráter concreto pode ser avaliado pela medida em que se tornam convincentes e deslocam o alinhamento preexistente das forças sociais” (Gramsci, 2002: 37), revelando o grau de consciência, pela sociedade civil, da sua existência.

Nesse sentido, a alteração nas relações de força pode ser vista por meio da relação entre o grau de desenvolvimento das relações de produção (que revela também as contradições existentes) e as forças políticas atuantes, segundo seu grau de consciência e organização. Como o capitalismo foi responsável por produzir uma separação entre as relações materiais de produção e o domínio do poder político e ideológico, a partir de uma superestrutura de dominação, também produziu instrumentos que legitimassem sua ideologia no seio mesmo daquelas relações. Diferentemente de Marx, que localiza estado e sociedade civil em esferas históricas diferentes (a sociedade civil seria a estrutura material a partir de onde se erguem as superestruturas de dominação política e ideológica, concentrada no poder de estado), Gramsci entende que a sociedade civil também faz parte da superestrutura, dando-lhe, assim uma dupla determinação: é onde se passam as relações sociais de produção e reprodução da vida, mas é também por meio dela que acontecem as relações ideológicas necessárias à manutenção do sistema.

Assim, a verificação do desenvolvimento das forças políticas se dá inicialmente no plano econômico corporativo, revelando o grau de unidade de classe, e se fortalece à medida que se expande até a superestrutura, entendendo o estado como um “organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo” (Gramsci, 2002: 41) e está sempre em disputa, pois “a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis” (idem: 42).

Do mesmo modo, a elaboração da tática e da estratégia também depende da correta análise das relações de força, pois é o que

“justifica uma atividade prática, uma iniciativa de vontade. Elas mostram quais são os pontos de menor resistência, nos quais a força da vontade pode ser aplicada de modo mais frutífero, sugerem as operações táticas imediatas, indicam a melhor maneira de empreender uma campanha de agitação política, a linguagem que será mais bem compreendida pelas multidões, etc. O elemento decisivo de cada situação é a força permanentemente organizada e há muito tempo preparada, que se pode fazer avançar quando se julgar que uma situação é favorável (...). Por isso, a tarefa essencial consiste em dedicar-se de modo sistemático e paciente a formar esta força, desenvolvê-la, torná-la cada vez mais homogênea, compacta e consciente de si” (idem: 45-6).

Assim, sob o capitalismo, o exercício de hegemonia de uma classe sobre uma sociedade determinada, deve ser feito levando em conta os diversos interesses dos grupos subordinados, na perspectiva de submetê-los ao pensamento dominante, fazendo da hegemonia o equilíbrio entre o consenso e a dominação, que precisa ser garantido entre as diversas esferas políticas e sociais.

Gramsci traz o conceito de bloco histórico como alternativa metodológica de interpretação dos movimentos políticos dentro de determinado contexto histórico, apresentando como ferramentas de análise as alterações na base econômica da sociedade, o grau de organização interna das classes em luta pelo poder, o nível de penetração das ideologias na sociedade civil (percepção das contradições do modo de produção nas relações sociais), a capacidade das classes dominantes e dominadas de conduzirem a disputa política e ideológica na superestrutura, os métodos (alianças, pactos, concessões econômicas, uso da força etc.) das classes dominantes para se manterem no poder.

Nesse sentido, o exercício da hegemonia se dá através do equilíbrio entre força e consenso, sendo a situação ‘ideal’ a força apoiada no consenso, através do controle político da superestrutura (por instrumentos como a legislação, o controle econômico e sobre as instituições culturais e religiosas). O consenso, no entanto, assenta suas bases na sociedade civil, e a classe dominante deve apresentar a capacidade de ser, ao mesmo tempo, a direção política e cultural dessa sociedade.

Além do estado, a classe dominante conta com um mecanismo adicional de expressão de suas ideologias através da formação de uma “opinião pública”, feita a partir dos

meios de comunicação, que serve como “ponto de contato entre a ‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política’, entre o consenso e a força” (Gramsci, 2002: 265). Esse mecanismo, que ganhou grande amplitude na virada para este século, é uma forma de medir a repercussão de determinada ação do estado, ou usada para prevenir efeitos negativos, ‘blindando’ a posição de determinado governo. Além disso, por atuarem como estruturas de expressão ideológica dominante, podem ser artificialmente multiplicadas (considerando que, em última análise, é a classe dominante quem possui os meios econômicos para tal), para expressar a mesma opinião e garantir o exercício do domínio sobre as ideologias, além da especial função de desorganizar as forças opositoras (Gramsci, 2002).

Isso considerado, podemos afirmar que as transformações ocorridas no modo de produção e de dominação política e ideológica existiram para tentar conter as crises pelas quais o sistema capitalista passou ao longo do tempo, mas sem que fossem alteradas, no essencial, as condições que o permitiram continuar a ser o sistema hegemônico mundial, expostas no início. Sob o neoliberalismo, no entanto, como dissemos, tem se tornado cada vez mais difícil o exercício pleno da hegemonia, pois as condições de produção se agravaram progressivamente, em especial em países de economia mais atrasada.

Como assinala Milliband (1982), apesar de o capitalismo ter promovido uma modificação substancial nos padrões de consumo, não alterou o que lhe é estrutural, ou seja, não promoveu melhor distribuição de renda, como seria de esperar quando se verificou o aumento na produtividade. Assim, o maior consumo não significou modificações substanciais na base material da sociedade, nem transformou a relação do operariado com o trabalho, ou a sua posição nas relações de propriedade; o avanço do capitalismo e sua transição para a fase monopolista, ou imperialista, fez aprofundar as divisões de classe e os antagonismos nessas sociedades.

É evidente que a metamorfose nas relações de produção capitalistas, compreendida nos seus diversos estágios de desenvolvimento também provocou e modificou, em certa medida, o comportamento das classes sociais, em especial das oprimidas, alimentado pelas próprias contradições que o modo de produção gera. Hoje, após mais um período de avanço tecnológico intenso e aprofundamento dessas relações em todas as partes do globo, mais do que nunca as classes historicamente exploradas têm no estado um dos palcos da disputa pelo poder político e pela sua transformação. Elas vêm seu desafio aumentado à medida que esse sistema, em constante mudança, se mostra incapaz de responder às crises

conjunturais e às lutas pela superação do modo de produção sem ter que alterar o que lhe é essencial: a oposição entre o produtor e os meios de produção, a separação entre o capital e o trabalho.

Com o estado em constante disputa, ele não deve ser compreendido como uma estrutura estática, impermeável ao movimento concreto produzido pelas relações sociais mas como uma “condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe” (Poulantzas, 1990: 147).

Assim, temos que as contradições internas são intrínsecas, não apenas pelo movimento das classes sociais, mas pela própria ossatura interna de que dispõe o estado, com divisões que representam também interesses distintos, igualmente presentes na estrutura da sociedade. Nesse sentido, “o estabelecimento da política do estado dever ser considerado como a resultante das contradições de classe inseridas na própria estrutura do estado” (Poulantzas, 1990: 152) contradições que, na visão de Gramsci (2002), são agravadas em função da própria dinâmica da atividade política. Milliband (1982) afirma que a manutenção do poder sobre os aparatos estatais pode exigir que sejam estabelecidos regimes mais ou menos democráticos, porém ele pontua que nas sociedades onde o modo de produção já atingiu um estágio mais elevado, ditaduras costumam ser menos prováveis, já que a dominação de classe não é incompatível com as liberdades civis e políticas, consideradas sob o ponto de vista formal.

Não obstante, o surgimento de novas formas de organização da sociedade civil e a multiplicação de instrumentos políticos, que levaram à participação de mais sujeitos (inclusive os que não tinham voz ativa, nem nas reivindicações econômicas), contribuíram para evidenciar cada vez mais a disputa de classes. Além disso, com o avanço dos regimes democráticos, permitiu-se um questionamento das práticas dos organismos estatais, o que muitas vezes interfere na dinâmica das relações políticas entre estado e classes sociais e chega mesmo a alterar a estrutura política de um país. Podemos tomar como exemplo a ação de movimentos sociais, centrais sindicais e outras articulações, que não estão presentes nas esferas de poder ‘formal’, mas exercem pressão política em ambas as esferas da superestrutura (política e civil), realizando a disputa pela hegemonia do bloco social. Sobre esse tema voltaremos mais adiante, no terceiro capítulo.

Apesar de a burguesia, como classe dominante, ter promovido ideologicamente a separação das funções de estado em relação à atividade econômica, mostramos, à luz dos

autores já citados, como essa separação se mostra apenas relativa. O estado, sob o domínio de uma classe social que funda seu poder na propriedade econômica dos meios de produção, é um instrumento necessário para a manutenção do modo de produção, permitindo a acumulação constante de riquezas, adquirindo assim, um papel econômico, que pode estar mais ou menos explícito, de acordo com o grau de desenvolvimento das forças produtivas e de consciência das classes subalternas. Para Poulantzas (1990), essa função econômica é expressa de acordo com as relações de produção e os estágios do capitalismo em cada momento histórico, o que é refletido no conjunto de ações do estado em seus vários aparelhos. Ele atua, dessa maneira, como regulador das relações sócio-políticas que propiciam a acumulação de capital. Na medida em que o estado se coloca cada vez mais a serviço da estratégia econômica do capitalismo,

“o conjunto das operações do Estado se reorganiza atualmente em relação ao seu papel econômico. Isso vale, além das medidas ideológico-repressivas do Estado, para sua ação na normalização disciplinar, a estruturação do espaço e do tempo, o estabelecimento de novos processos de individualização e corporalidade capitalistas, para a elaboração de discursos estratégicos, para a produção da ciência. Tudo isso ocasiona consideráveis transformações institucionais que afetam o conjunto dos aparelhos do estado, e que têm precisamente por fio condutor seu atual papel econômico” (Poulantzas, 1990: 193).

Há, assim, uma diminuição do espaço da ação política (Bobbio, 2005), dando lugar à dependência da estratégia econômica de acumulação e reprodução do capital. À medida que o modelo existente é também bastante concentrador, as contradições entre essa estratégia e a possibilidade de manutenção do consentimento das classes dominadas tende a aumentar, representando mais desafios para a classe dominante e suas frações no sentido de sustentar sua hegemonia.

Ainda neste capítulo falaremos sobre como o avanço dos sistemas democráticos também contribuiu para alterar as relações de disputa entre as classes sociais no interior do estado, em especial no Brasil. Por ora, basta ressaltar que essa supremacia da estratégia econômica de acumulação nas relações dentro do estado produziu, por sua vez, uma divisão do trabalho bastante específica e cada vez mais fragmentada, concentrando as funções

econômicas e dando-lhe um espaço cada vez mais privilegiado na estrutura estatal, altamente cobiçado por todas as frações dominantes no poder.

É por isso também que Poulantzas afirma que mesmo o ascenso das esquerdas ao poder de estado não garante para elas o controle destes, em função de dois aspectos principais, que reproduzimos integralmente:

“a) Dada a complexidade de articulação dos diversos aparelhos de estado e seus setores, o que com frequência se traduz em uma distinção entre poder real e poder formal (este, aparente, da cena política), o fato de a esquerda ocupar o governo não significa forçosa nem automaticamente que a esquerda controle realmente os, ou mesmo alguns, aparelhos de estado. Tanto mais que essa organização institucional do estado permite à burguesia, no caso do acesso das massas populares do poder, permutar os lugares do poder real e poder formal.

b) Mesmo no caso em que a esquerda no poder, além de ocupar o governo, controle realmente os setores e aparelhos de estado, nem por isso ela controla forçosamente aqueles ou um entre eles, que detém o papel dominante no estado, que constituem o pivô central do poder real. A unidade centralizada do estado não reside numa pirâmide na qual bastaria ocupar o cume para garantir seu controle. Há mais: a organização institucional do estado torna possível à burguesia permutar o papel dominante de um aparelho por outro, no caso em que a esquerda ocupando o governo conseguisse controlar o aparelho que, até então, desempenhasse o papel dominante. De outra maneira, essa organização do estado burguês lhe permite funcionar por deslocamentos e substituições sucessivas, dando condições para o deslocamento do poder da burguesia de um aparelho para o outro: o estado não é um bloco monolítico, mas um campo estratégico(...)” (1990: 159-60).

Na esteira desses deslocamentos efetuados pela burguesia com vistas a manter seu poder de classe dentro do estado e na sociedade civil, como afirmado no início, o estado não possui, segundo Poulantzas, uma natureza de classe, mas é utilizado pela classe dominante para o exercício do poder político e econômico. Nas últimas décadas, tem sobressaído o papel do estado capitalista como assegurador dos interesses gerais da produção econômica, utilizando-se inclusive do patrimônio público para garantia desses interesses. Veremos como isso ocorreu de forma expressiva no Brasil no seu desenvolvimento histórico e como

se insere numa estratégia global de reprodução do capital, garantindo ao País um lugar bastante específico na divisão internacional do trabalho.

## **1.2. A expansão do capitalismo no Brasil e o papel do estado na dominação burguesa**

A expansão territorial do capitalismo, ainda no século 19, determinou mudanças profundas nas relações de força internacionais, num contexto de forte aceleração da produção nos países europeus e aumento das relações comerciais. Nesse sentido, as colônias e ex-colônias européias, caso do Brasil, desempenharam um papel fundamental nessa ampliação mundial do sistema, o que gerou profundos reflexos na economia e na sociedade brasileira. Cabe dizer que o desenvolvimento político e econômico do País esteve articulado, desde o período colonial, às demandas estratégicas dos países europeus, nos quais o capitalismo sempre se encontrou em fase mais avançada do que aqui. O surgimento da burguesia brasileira e sua consolidação como classe dominante encontra, em parte, suas raízes nesse processo.

O Brasil atuou, durante muito tempo, exclusivamente como fornecedor de matérias-primas e importador de mão-de-obra escrava e outros produtos para abastecimento do mercado interno, formado praticamente pelos proprietários fundiários. Assim, o seu mercado consumidor interno foi lentamente desenvolvido, tendo experimentado alguma aceleração em fins do século 19. Isso foi possível graças ao controle, por parte de uma elite reduzida, de grandes extensões de terra, através do regime de sesmarias, voltadas principalmente para a produção monocultora de cana-de-açúcar e posteriormente do café, com a utilização do trabalho escravo e imigrante, numa vinculação estreita com os interesses dos colonizadores europeus.

Esse modelo de colonização gerou impactos profundos na formação política, social e econômica brasileira. O País atravessou o século 20 sem ter transformado as relações de propriedade. O acesso à terra não foi democratizado sequer por meio de uma reforma agrária de caráter burguês, voltada para a criação de um mercado interno, produtor e consumidor, em função do próprio padrão de expansão do sistema, no qual o mercado de exportação que a atividade agrícola monocultora proporcionava – e ainda proporciona – tem grande importância.

Segundo Pomar (1982), a burguesia brasileira foi forjada a partir de “diferenciação interna” da classe dos latifundiários e, do ponto de vista das relações mercantis internacionais, esteve subordinada às nações de capitalismo mais avançado, caso da Inglaterra, em função do comércio de escravos, exportação de matérias-primas etc.

Com a abolição da escravidão, em 1888, se liberou a mão-de-obra escrava para o trabalho, mas se mantiveram no meio rural relações de arrendamento, parceria e servidão, numa combinação entre formas capitalistas e pré-capitalistas de produção. Já nessa época, sustenta ainda Pomar, a acumulação de capital realizada pelos fazendeiros acabava, em parte, nas mãos dos bancos que já atuavam no País e, por sua vez, remetiam o capital ao exterior, para fomentar o crescimento das indústrias das nações mais avançadas. Isso tornou a burguesia brasileira nascente uma classe ligada profundamente ao meio rural e à produção agrícola, cujas práticas foram marcadas, desde o princípio, pelo autoritarismo e a defesa violenta da propriedade privada, promovida através do estado.

Nesse sentido é que se pode afirmar que não só o Brasil nasceu sob o capitalismo como, na sua origem, ele já era um capitalismo de desenvolvimento dependente, sendo a economia colonial exportadora uma etapa de transição para essa modalidade (Fernandes, 2006a, Marini, 1973). E foi através desse desenvolvimento que a burguesia brasileira, ao se aproximar dos interesses estrangeiros, pôde acumular forças para disputar a hegemonia política da sociedade brasileira, a partir de um lento e gradual distanciamento dos interesses dos latifundiários, sem romper completamente, porém, com o padrão de acumulação primitiva de capital e de manutenção das relações de propriedade, o que também é uma característica intrínseca a esse tipo de desenvolvimento.

Não é demais dizer, portanto, que houve um empenho real das nações hegemônicas em constituírem as antigas colônias em centros capitalistas dependentes, por necessitarem ampliar suas fronteiras econômicas, em especial a partir do momento em que as relações capitalistas mundiais caminhavam para um novo salto histórico. O capitalismo concorrencial chegava ao ápice nas nações centrais e logo transitaria para a fase monopolista, em função de transformações intrínsecas ao próprio sistema.

Essa transição é analisada por Lênin (s/data), que afirma que o capitalismo, em determinado grau evolutivo, sofre uma aceleração do processo de concorrência, em função de transformações tecnológicas e avanço da produtividade, aumentando a concentração da renda para a manutenção das taxas de lucro, levando o sistema a outro patamar evolutivo,

que tem na expansão territorial e na monopolização do processo produtivo dois dos pilares dessa continuidade. Desse modo, ocorre uma financeirização do processo produtivo, que passa a ter na aliança com os bancos uma parceria essencial. Como ele próprio observa,

“quanto à estreita relação existente entre os bancos e a indústria, é precisamente nesta esfera que se manifesta, talvez com mais evidência do que em qualquer outro lado, o novo papel dos bancos. Se o banco desconta as letras de um empresário, abre-lhe conta corrente etc., essas operações, consideradas isoladamente, não diminuem em nada a independência do referido empresário, e o banco não passa de um modesto intermediário. Mas se essas operações se tornam cada vez mais frequentes e mais firmes, se o banco reúne nas suas mãos capitais imensos, se as contas correntes de uma empresa permitem ao banco – e é assim que acontece – conhecer, de modo cada vez mais pormenorizado e completo, a situação econômica do seu cliente, o resultado é uma dependência cada vez mais completa do capitalista industrial em relação ao banco” (Lênin, s/data: 15).

Além disso, passa a ocorrer uma concentração de capital nas mãos de menos empresários, uma vez que o próprio investimento na produção se torna mais caro e importa maiores riscos econômicos. Ocorre, como dito, uma fusão com o capital bancário, que passa a circular internacionalmente – como se fosse uma mercadoria (Lênin, s/data). Isso sem falar na partilha territorial propriamente dita, o que se traduz numa divisão do trabalho segundo o estágio de desenvolvimento das forças produtivas dentro de cada país, determinando o ritmo e fluxo dos investimentos, criando laços de dependência tecnológica e submetendo os países mais fracos da cadeia no que diz respeito às atividades produtivas executadas no território.

O desenvolvimento de uma forma dependente de capitalismo foi, portanto, uma forma para as nações hegemônicas de evitar a tendência constante da queda do lucro, em função do aumento da produtividade, mantendo baixo o valor das matérias-primas e alimentos (Marini, 1973), gerando, ao mesmo tempo, profundas contradições nas nações periféricas, em especial quando avançam as relações capitalistas no meio rural, já que o montante de recursos envolvidos cresce de forma a se chocar com o valor internacional dessas mercadorias.

Isso atribui aos países que ainda não experimentaram o avanço industrial especial importância, uma vez que é nesses territórios que se concentram não só as fontes, mas a

produção de matérias-primas que continuarão a alimentar as indústrias dos países centrais (Fernandes, 2006a). E, como será exposto adiante, dá ao tema da produção agrícola uma importância central, sob o qual se travará a discussão sobre as relações de propriedade, bem como sobre o tema da posse e do uso da terra. Se, como afirmam os autores citados, o meio rural é o território onde a continuidade da expansão do capitalismo se torna possível quando ele chega à sua fase monopolista, ou imperialista, não é demais afirmar que é a partir do meio rural que se configuram as relações de dependência dos países periféricos com as nações hegemônicas.

Citando o próprio Lênin (s/data), como o capitalismo monopolista precisa sempre de mais somas de capital e território para continuar se desenvolvendo,

“para o capital financeiro não são apenas as fontes de matérias-primas já descobertas que têm importância, mas também as possíveis, pois a técnica avança, nos nossos dias, com uma rapidez incrível, e as terras hoje não aproveitáveis podem tornar-se amanhã terras úteis, se forem descobertos novos métodos (para cujo efeito um banco importante pode enviar uma expedição especial de engenheiros, agrônomos etc.), se forem investidos grandes capitais” (p. 34).

Importante é ter em mente que esse salto histórico para novas relações de produção capitalistas ocorreu primeiramente nos países europeus e repetiu-se em algumas ex-colônias, como na América do Norte, na África do Sul etc. (Fernandes, 2006a), onde a forma de colonização foi diferenciada da do Brasil e o capitalismo encontrou melhores condições para se desenvolver sob o paradigma considerado “clássico”. Em outras partes do mundo ele existiu sob a forma da dependência externa e interna, caso da América Latina e da África, que foram palcos, entre o final do século 19 e início do século passado, de uma corrida imperialista pelo domínio político e econômico dos territórios.

Não vamos aprofundar as causas específicas que propiciaram essa modalidade de desenvolvimento do sistema nesses países e em especial no Brasil, pois isso nos levaria a buscar aspectos que transcendem o objeto desta dissertação. Aqui, basta dizer que a conjunção de alguns fatores, como o histórico colonial do País e a necessidade de expansão mundial do sistema interferiram de maneira decisiva para a manutenção de uma política de

dependência no desenvolvimento e evolução do capitalismo no País, tendo na produção agrícola um dos eixos centrais da dominação externa exercida ao longo da história.

Fernandes (2006a) argumenta que, no começo do período de industrialização brasileira, por volta de década de 1930, este processo apareceu para a sociedade como um grande avanço econômico e social e, até certo ponto, uma necessidade, dentro da política de “substituição das importações”. Nessa fase, a interferência dos interesses externos aparece como mera consequência das relações de ‘livre mercado’ que vão sendo estabelecidas no território nacional, sem gerar maiores desdobramentos políticos, sendo que foi pela via estatal que se conseguiu promover uma reorganização estrutural da economia brasileira (com a urbanização, implementação de serviços, transportes, mecanização do campo etc.).

Até aí, isso ia ao encontro dos interesses das nações hegemônicas, cujo objetivo foi, naquele momento, “constituir condições de controle externo que pudessem submeter o comércio “internacional” dessas economias a um condicionamento indireto, regulados pelos interesses econômicos e políticos da nação capitalista hegemônica” (Fernandes, 2006a: 274), através da “fixação estática do eixo da economia interna, eternizando a produção primária exportadora” (idem: 274). Isso ocorre porque, como assinala Marini, embora o desenvolvimento industrial seja inerente às relações capitalistas sob o marco da dependência, ele é sempre complementar à economia de exportação, pois está voltado ao atendimento das demandas internas, sendo que essas estão subordinadas aos interesses externos.

Há que se considerar que mesmo o padrão de industrialização não contribui, por si só, para romper com a dependência, uma vez que se continua, nesses países, a importar tecnologia e a se incorporarem os investimentos estrangeiros de forma direta, para atender à demanda de reprodução constante do capital (Marini, 1973). De toda forma, esse padrão de desenvolvimento do capitalismo ocorre através da “adaptação” das nações periféricas aos interesses hegemônicos, padrão mantido ao longo da história brasileira. Importante ressaltar que essa forma de desenvolvimento do capitalismo não só não é incompatível com sua evolução “clássica”, como também desejada e necessária para essa mesma evolução.

Ela ocorreu às custas da manutenção das formas arcaicas de controle de propriedade e de acumulação primitiva de capital, pois foi o que assegurou tanto a condição das nações dependentes de exportadora de matérias-primas como o controle da velocidade do avanço do desenvolvimento capitalista naqueles países pelas as nações centrais. Nesse

sentido é que Fernandes diz que “aceita-se como “natural” que o setor agrário de modernização continuasse vastamente arcaico, onde e como isso se mostrasse funcional à acumulação originária de capital” (2006a: 284).

Sob esse raciocínio, é compreensível que, ao longo da história, as fases de formação, transição e consolidação do capitalismo no Brasil tenham dado especial relevo à evolução das forças produtivas no campo, obedecendo às demandas internacionais e incorporando a produção agrícola cada vez mais ao que acontecia nas cidades, a partir da mecanização e do avanço tecnológico, e da aliança orgânica entre as oligarquias agrárias e o capital financeiro.

“O crescimento do mercado interno refletiu-se em suas relações com a economia agropecuária, estabelecendo fluxos consideráveis de comercialização voltados para dentro. Isso não impediu que práticas pré-capitalistas ou subcapitalistas se mantivessem quase incólumes ou se fortalecessem. Nem mesmo uma reforma agrária moderada chegou a ser instituída ‘para valer’” (Fernandes, 2006a: 288).

Ainda assim, o desenvolvimento de relações tipicamente capitalistas no Brasil gerou, como uma das conseqüências próprias do sistema, um processo de diferenciação social e de expansão das classes sociais. O controle externo indireto do desenvolvimento do capitalismo no Brasil não impediu que o sistema se desenvolvesse como um todo, porém isso ocorreu de forma profundamente desigual e baseado na superexploração da força de trabalho, ampliando a distância entre as classes dominantes e dominadas e fazendo do exercício da hegemonia um mecanismo pautado quase que exclusivamente pelo uso da força. Isso, quando o Brasil deu seu salto histórico de desenvolvimento do capitalismo monopolista, gerou novas contradições para a burguesia, como veremos adiante.

Marini (1973) vê no desenvolvimento dependente um marco formal de uma determinada divisão internacional do trabalho e, como Fernandes, concebe-o sob o formato circular, no qual a dependência alimenta a manutenção da dependência e cuja possibilidade de alteração só se dá se houver a ruptura com o padrão de dominação externo. Marini, então, elenca cinco funções básicas das economias dependentes para o capitalismo mundial: aumentar as trocas comerciais, fomentar o sistema bancário europeu, expandir os meios de pagamento, desenvolver o sistema manufatureiro através do fornecimento de matérias-

primas para a indústria européia e proporcionar um patamar mínimo de evolução da grande indústria, dando o salto para a fase monopolista do sistema, sempre dentro da dependência.

Já com relação a essa transição, tanto Fernandes (2006a) quanto Lênin (s/data) admitem que esse salto histórico depende de uma alteração concreta na base material da sociedade, uma vez que envolve operações mais complexas para se efetivar territorialmente. Fernandes elenca alguns de seus pré-requisitos: concentração demográfica elevada, com densidade urbana e desenvolvimento comercial e industrial já sedimentado; existência de um mercado interno amplo, consumidor e acessível aos novos padrões do capitalismo hegemônico; “capital incorporado ou incorporável ao mercado financeiro (...), modernização tecnológica (...), estabilidade política e de controle efetivo do poder do estado” (Fernandes, 2006a: 295).

O Brasil não reunia todas essas condições quando ocorreu o primeiro surto de industrialização, a partir dos anos 1930; o ápice desse processo só viria com a instauração da ditadura militar, em 1964. Até que esse momento chegasse, a penetração se fez de forma “segmentada”, com a incorporação gradual, ainda que profunda, das corporações transnacionais na vida econômica, política e social da nação, preparando-a, segundo o mesmo autor, para a transição. Some-se a isso o fato de o capitalismo mundial ter experimentado, em especial após a 2ª Guerra Mundial, profundas contradições, precisando conviver com o avanço do socialismo no Leste Europeu e na Ásia e ao mesmo tempo garantir suas áreas de influência para sobreviver. Desse modo, aumentou a relação de interdependência das nações periféricas e centrais, já que o controle da produção de matérias-primas transformou-se “em um fator de equilíbrio e de crescimento balanceado das economias centrais” (Fernandes, 2006a: 296), tendo na África e na América Latina territórios preferenciais para sua ampliação.

Sob a égide do imperialismo, portanto, as nações de economia periférica, em função de serem “o último espaço histórico disponível para a expansão do capitalismo” (Fernandes, 2006a: 297) para as nações hegemônicas, sofreram com o

“deslocamento econômico das “fronteiras naturais” daquelas sociedades: as nações periféricas, como fonte de matérias-primas essenciais ao desenvolvimento econômico sob o capitalismo monopolista, viram-se, extensa e profundamente, incorporadas à estrutura, ao funcionamento e ao crescimento das economias centrais como um todo” (idem: 296).

Essa transição determinou algumas modificações nas relações econômicas e políticas entre as nações centrais e periféricas, sem alterar, porém, o que lhe era essencial: a manutenção da dependência nessas últimas, ou, como define Fernandes, o padrão de dupla articulação dessas economias, interna e externa, o que gerou conseqüências políticas e sociais graves. No Brasil, aprofundou-se, a partir dos anos 1950, a relação de subordinação da burguesia brasileira com o capitalismo monopolista internacional, que passou a financiar a implementação da infra-estrutura necessária para a instalação de fábricas no País, ampliando a participação burguesa no estado brasileiro.

Aos poucos, foi sendo suplantado aquilo que Pomar (1982) chama de “hegemonia latifundiária”. Junto com o avanço da industrialização no Brasil, aprofundaram-se as relações capitalistas no campo e ocorreu a penetração cada vez mais intensa e direta do capital estrangeiro na economia nacional, sempre sob o marco do desenvolvimento dependente e articulado do sistema. Sader se remete às análises de Marini para afirmar que,

“uma burguesia que chegava atrasada num mercado mundial ocupado pelas grandes potências capitalistas não apenas buscou proteger seu mercado interno como, impotente para competir em igualdade de condições com as burguesias metropolitanas, tratou de, através da combinação de múltiplas formas de exploração da força de trabalho, mantendo-a permanentemente abaixo do seu valor, baratear os custos da produção de suas mercadorias. No caso brasileiro, essa hipótese tornou-se possível e reiterada ao longo do tempo pela inexistência de reforma agrária, o que, bloqueando o acesso à terra de dezenas de milhões de trabalhadores rurais, acelerou sua imigração para as grandes cidades do centro-sul, constituindo um mercado de trabalho abundante, que favoreceu altas taxas de lucro, derivadas em grande medida da superexploração da força de trabalho” (Sader, 2003: 135-6).

Isso foi conseguido a partir do rígido controle do estado pelas classes dominantes, não raro através de governos ditatoriais. Se nas economias avançadas o estado nacional comporta um regime democrático sem que isso ameace a hegemonia burguesa no interior do bloco histórico (Bobbio, 1998), em economias periféricas o estado possui papel central na manutenção do caráter articulado do sistema. Internamente, seu papel é, por um lado, criar as condições jurídicas e políticas para a penetração do capital estrangeiro na economia

nacional e, por outro, impedir ao máximo a participação dos setores não-dominantes na vida política do País.

Fernandes (2006a) afirma que a utilização do estado como um instrumento prioritário de dominação foi ainda fruto da própria fragilidade intra-classe da burguesia nacional. Ao se submeter à dependência externa, ela não conseguiu desenvolver plenamente seu potencial enquanto classe dominante e ficou vinculada à burguesia internacional quanto à forma de desenvolvimento industrial adotada, perdendo boa parte de seus lucros para esse mesmo setor. Além disso, não é demais ressaltar que a evolução desigual das classes sociais sob o capitalismo dependente, marcada pela superexploração da força de trabalho (Marini, 1973) e de uma dura repressão à expansão das classes dominadas, provocava uma situação ‘explosiva’ permanente para a luta de classes no Brasil, que precisava ser freqüentemente contida, o que acabou sendo feito por meio do aparato policial e militar estatal (Fernandes, 2006a), culminando no golpe militar de 1964.

Nesse sentido, a utilização sistemática do estado como eixo de dominação de classe refutou qualquer possibilidade de socialização política com outras classes (Fernandes, 2006a), algo que se fez presente em países cujo desenvolvimento do capitalismo se deu de maneira autônoma, considerando que o liberalismo harmoniza-se com a democracia como forma de manter a própria supremacia do modelo econômico burguês, no melhor estilo, ‘vamos fazê-lo, antes que os socialistas o façam’. Tal qual Bobbio (1998), entendemos que a democracia, sob os marcos burgueses, representa um aperfeiçoamento do estado liberal, caso em que se objetiva manter o equilíbrio de interesses de classe sem mexer na estrutura produtiva, apresentando, assim, uma espécie de ‘mediação controlada’, o que é mais difícil de ocorrer em países de capitalismo dependente, pela própria estratégia de dominação que é adotada nessa fase do sistema.

Assim, embora Fernandes afirme que a superação da fragilidade burguesa, no período da ditadura militar, se deu pela via econômica com a adoção de um modelo de desenvolvimento industrial baseado em investimentos e tecnologia externos, foi ‘na política’ que ela se consolidou, no qual a ditadura militar é a expressão cristalizada desse movimento. Para manter seus ‘fortes’ aliados internacionais, ela necessitou dar garantias de retorno dos investimentos financeiros feitos pelas nações centrais, uma vez que

“as dimensões dos projetos, dos recursos materiais e humanos envolvidos, dos prazos de duração, forçaram as grandes corporações, e através delas os governos das nações

hegemônicas e suas organizações internacionais, a colocarem em primeiro plano os requisitos políticos de transformação capitalista da periferia” (Fernandes, 2006a: 297),

além de assegurar que o País não passaria por processos revolucionários que pudessem conduzir a regimes socialistas, como vinha ocorrendo em outras nações.

Se na fase monopolista o capitalismo dependente se torna um sistema “cuja viabilidade se decide, com frequência, por meios políticos e no terreno político” (Fernandes, 2006a: 341), é de perguntar quais as chances, em meio a tantas contradições, de manutenção a longo prazo de um sistema com tais características. Não obstante, o regime militar durou 2 décadas e mesmo com a transição para a Nova República, o ciclo dependente não se rompeu, pelo contrário, se aprofundou.

Fernandes, afirma que

“na medida em que ele [o modelo dependente] for continuamente revitalizado pelos dinamismos das economias centrais, pelo crescimento interno das grandes corporações (não só estrangeiras, mas nacionais, estatais e privadas) e pela expansão do mercado e do sistema de produção internos, ele possui altas probabilidades de “vir para ficar”” (2006a: 314).

Por um lado, o desenvolvimento foi “superposto” por mecanismos externos, em que o excedente foi apropriado em grande parte pela burguesia internacional (Fernandes, 2006a), o que gerou mais exploração das classes dominadas que nos países centrais (nos quais o estado incorporava de forma mais explícita as lutas entre as classes sociais, dando vazão a certas demandas das classes dominadas, no sentido de assegurar a manutenção da hegemonia). Por outro, isso não impediu o desenvolvimento da produção nem a evolução/expansão do sistema, ainda que esse tenha sido restrito a determinados segmentos, dependente de recursos externos e sem a amplitude que foi alcançada nos países hegemônicos.

Nesse sentido, o que se tinha no Brasil na metade do século 20 era uma burguesia frágil e ainda atrofiada politicamente, incapaz de impor o ritmo e as prioridades para o desenvolvimento produtivo do País, limitando-se a submeter-se ao controle econômico das nações hegemônicas, que facilmente se espalhou para os demais campos da sociedade.

Diante desse cenário, foi sua necessidade de auto-preservação o que a motivou buscar no estado a legitimação explícita de seus interesses e a afastar a possibilidade de participação das demais classes.

Além disso, afirma Fernandes,

“para se alinhar e crescer nas economias capitalistas periféricas esse padrão de desenvolvimento capitalista tem de satelizar formas econômicas variavelmente ‘modernas’, ‘antigas’ e ‘arcaicas’, que persistiram ao desenvolvimento anterior da economia competitiva, do mercado capitalista da fase neocolonial e da economia colonial. Tais formas econômicas operam, em relação ao desenvolvimento capitalista-monopolista, como fontes de acumulação originária de capital. Delas são extraídos, portanto, parte do excedente econômico que financia a modernização econômica, tecnológica e institucional requerida pela irrupção do capitalismo monopolista, e outros recursos materiais ou humanos, sem os quais essa modernização seria inconcebível” (Fernandes, 2006a: 315).

Como a manutenção dessas formas são parte constitutiva do modelo de dominação e requisito para sua própria hegemonia interna, a burguesia brasileira só poderia, de fato, aniquilar essas formas pré-capitalistas se rompesse com o domínio imperialista, desenvolvendo plenamente o potencial do capitalismo no Brasil, trazendo junto a evolução das forças produtivas, a expansão da sociedade capitalista e a consolidação de uma revolução burguesa autônoma, e não dependente.

Desse modo, aquele paradigma operou como uma das condições da manutenção da dupla articulação e da dependência, o que engendrou contradições profundas no seio da sociedade civil e dificultou o exercício do poder dentro do território nacional, trazendo à tona a problemática da “crise” do poder burguês e como resolvê-la. Para Fernandes, porém, mesmo com a fragilidade na articulação política da classe nesse período, tal crise jamais possuiu um caráter estrutural, sendo marcada por “processos de rearticulação do poder de classe da burguesia” (Fernandes, 2006a: 306) uma vez que na transição para o capitalismo monopolista, as economias periféricas tendiam a se tornarem, cada vez mais, satélites dos interesses externos. Isso perpetuou, para a sociedade brasileira, o caráter oligárquico do poder de classe, exercido dentro e fora do estado.

Como dito anteriormente, se é verdade que a adesão a tal estratégia se revelou viável e interessante num primeiro momento, no longo prazo as diferenciações sociais impostas pelo próprio desenvolvimento do sistema fizeram emergir contradições que se tornaram insustentáveis, exigindo a superposição de um novo padrão, que no caso do Brasil foi uma nova conciliação com os interesses dominantes nacionais e internacionais, ocorrida quando a ditadura militar começou a dar sinais de esgotamento político e econômico, como veremos no próximo item.

Isso ocorre pois, mesmo que a “população, como um todo, beneficie-se ou não com o padrão de desenvolvimento capitalista-monopolista, tem de arcar com o peso asfixiante das mencionadas pressões diretas ou indiretas sobre as matérias-primas e os recursos materiais ou humanos internos” (Fernandes, 2006a: 317), o que gera fortes pressões sociais, organizadas ou não, por transformações na base econômica, o que pode ser constatado a partir de uma olhar sobre o movimento de greves e retomada das lutas sociais como um todo entre as décadas de 1970 e 1980. Como afirma Fernandes, “enquanto existir capitalismo haverá classes sociais e os mecanismos básicos de relações de classes terão de passar por processos de acomodação, competição e conflito das classes entre si” (2006a: 323).

É importante ressaltar ainda que o avanço das forças produtivas, mesmo sob o capitalismo dependente, se reflete, mais cedo ou mais tarde, no grau de consciência das classes dominadas (Bobbio, 1998), a partir da percepção, mais ou menos veloz, da relação desse padrão de desenvolvimento com a opressão, os baixos salários, as condições de trabalho, entre outros fatores. O pensador italiano vê no movimento operário um catalisador dos contrastes entre ideais liberais e democráticos, opinião compartilhada por Fernandes, para quem, a ausência de uma democracia, mesmo nos marcos burgueses quando da transição para a fase monopolista do capitalismo no Brasil, contribuiu para gerar imensos desgastes para as classes dominantes. Essas, ao lançarem mãos de mecanismos de dominação incompatíveis com a própria democracia burguesa, no campo político e econômico, fizeram das demandas das classes dominadas um barril de pólvora, que não pôde, no curso da história, ser indefinidamente reprimido.

Era de se esperar, portanto, que com a evolução da alteração do padrão de desenvolvimento econômico (dentro do sistema dependente, ressalte-se), houvesse variações nas relações de força entre essas classes, gerando ambientes mais ou menos favoráveis para a

ação das classes dominadas, conforme seu grau de participação nos dividendos políticos e econômicos (sejam eles positivos ou negativos). A existência do padrão de articulação do sistema dependente de desenvolvimento capitalista e suas nefastas conseqüências sociais e econômicas serviram, para essas classes, como ponto de partida para aumentarem o seu grau de organização e coesão interna, tendo em vista a construção de um projeto político que representasse, de fato, uma alternativa ao atual. Como afirma o próprio Fernandes,

“é exagerar demais supor que o poder relativo das classes dominantes se aprofunde de modo unilateral e sozinho, como se as alterações ocorridas na tecnologia, na educação, nos padrões de participação intelectual e política não se irradiassem também para as classes operárias, melhorando, gradualmente, a qualidade e aumentando, constantemente, a eficácia quer de seus comportamentos especificamente fundados em interesses de classe, quer de sua solidariedade de classe” (2006a: 329).

A burguesia brasileira, no entanto, buscou, ao longo da segunda metade do século 20, legitimar a qualquer preço sua própria revolução que, na visão do mesmo autor é uma contra-revolução, considerando que o capitalismo, no Brasil, ao manter-se preso à dominação externa, não permitiu a plena fruição, para as classes dominadas, nem dos benefícios reformistas que o desenvolvimento do sistema permite, nem a libertação da burguesia enquanto classe social autônoma. Problemática que se repetiu quando o Brasil aderiu aos dogmas neoliberais, já na década de 1990.

Nesse sentido é emblemática a histórica resistência oferecida, primeiro pelos latifundiários, depois pela burguesia, ao processo de reforma agrária. Essa preferiu uma aliança com os latifundiários para uma ‘modernização’ (Pomar, 1982) que implicou no aprofundamento das relações capitalistas dependentes no meio rural, submetendo toda a cadeia produtiva aos investimentos e interesses estrangeiros, com o amplo apoio dos setores da burguesia e do estado brasileiros.

Nesse sentido, apesar dos debates acerca da questão agrária que ganharam fôlego entre as décadas de 1950 e 1960, com a ação de setores organizados no meio rural,

“a resistência à reforma agrária e a relutância em universalizar as relações de mercado no campo, incluindo dentro delas, de maneira sistemática, todas as formas de

trabalho rural, são evidentes o significado e as implicações da nova transformação capitalista para o mundo agrário brasileiro” (Fernandes, 2006a: 325).

Veremos em maior profundidade no próximo capítulo as ações do estado no meio rural brasileiro, sendo importante para o momento apenas a compreensão da ligação que o estado possui com a manutenção do padrão dependente de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e deste com a atividade agrícola. De qualquer forma, temos certo que em busca dessa manutenção, portanto, a burguesia brasileira encontrou no estado seu principal instrumento, sendo que este

“não é uma peça contingente ou secundária desse padrão de dominação burguesa. Ele está no cerne de sua existência e só ele, de fato, pode abrir às classes burguesas o áspero caminho de uma revolução nacional [uma vez que ela, por si própria, não pode] sob o capitalismo dependente e subdesenvolvido, sustentar-se, impor-se coativamente e suplantar os conflitos de classe apoiando-se exclusivamente nos meios privados de dominação de classe e nas funções convencionais do estado democrático-burguês” (Fernandes, 2006a: 358).

Desse modo, no período em que o Brasil já reunia as condições essenciais para a expansão do capitalismo monopolista dependente, a burguesia soube aproveitar corretamente o momento, procedendo à sua unificação política e econômica por meio do estado. Soube também como se aproveitar da incipiência do movimento socialista revolucionário no País em meados do século passado (a força política mais relevante nessa época era o PCB, que incidia sobre diversos movimentos sociais, mas ainda apostava numa aliança tática e estratégica com a burguesia para levar a cabo o desenvolvimento nacional), além da conjuntura internacional anti-comunista nas nações hegemônicas.

Desse modo, pôde sustentar um poder ao mesmo tempo oligárquico e burguês, constituindo-se como única classe social legítima, expandindo e universalizando seus interesses de classe para toda a sociedade civil. Por último, a aliança com os setores militares facilitou esse processo de apartamento das demais classes sociais do processo político, por tornar legítima a repressão de interesses considerados “fora da ordem”, legitimando “a

transformação da dominação burguesa em uma ditadura de classe preventiva” (Fernandes, 2006: 369), como veremos a seguir.

### **1.3. Características da dominação burguesa no Brasil: do regime militar ao governo Lula**

Nos itens anteriores deste capítulo, dedicamo-nos a tratar dos aspectos e características principais dos estados nacionais capitalistas, demonstrando que seu desenvolvimento, bem como o do modo de produção, não ocorreu de maneira uniforme em todas as nações, mas esteve condicionado ao contexto histórico existente em cada país e ao estágio de avanço de suas forças produtivas. Além disso, relacionamos esses aspectos ao estabelecimento de uma determinada “divisão internacional do trabalho”, verificada a partir da expansão mundial do capitalismo e sua consolidação como sistema hegemônico em boa parte do mundo.

Assim sendo, algumas nações – caso do Brasil – desenvolveram o capitalismo sob uma forma diferenciada, em que se estabeleceu uma relação articulada e dependente das atividades produtivas internas com as demandas externas, desenvolvimento denominado de *capitalismo dependente*. Isso se desdobrou em relações políticas, sociais e econômicas entre as classes dominantes “dependentes” e as “hegemônicas”, modificando também a estratégia de dominação e a relação com as classes dominadas nacionais, bem como o papel do estado na garantia desses interesses. Nesse contexto, a atividade agrícola, bem como o desenvolvimento e o aprofundamento das relações capitalistas no meio rural foi adquirindo centralidade na estratégia econômica do País ao longo de sua história, porque permitiu a manutenção dessas relações externas e internas.

É à análise do exercício da hegemonia por parte da burguesia brasileira (nas suas relações com a burguesia internacional) que nos dedicaremos nessa última parte do capítulo, abordando o período do regime militar, iniciado em 1964, trazendo-a até os dias atuais, com a chegada de um partido de esquerda à presidência. Para isso, achamos interessante abordar, ainda de que de maneira breve, a evolução política do PT ao longo das décadas que separam seu surgimento e a vitória eleitoral de 2002, por considerarmos que as transformações programáticas ocorridas no interior do Partido guardam profunda relação com a linha tática e estratégica adotada após 2003 (Pomar, 2005). Com isso, procuramos demonstrar

como as opções feitas guardam relação com um longo processo histórico, ocorrido dentro e fora do Partido, hegemonizado pelas opções da classe dominante/proprietária nacional e internacional e gerando conseqüências políticas, sociais e econômicas nas classes dominadas na sua luta contra a dominação burguesa e com o estado.

### **1.3.1. Os anos da ditadura militar**

Com a entrada dos militares no poder, inaugurou-se uma fase de modernização da economia brasileira, no campo e na cidade. No meio rural, foram feitos investimentos com vistas ao aumento da produtividade da atividade agrícola, a partir da mecanização das lavouras e a utilização de tecnologia e capital internacionais para o seu desenvolvimento, modelo que já vinha sendo aplicado em outras nações do mundo (embora com características bem diferentes da do Brasil, a começar pela existência, anterior, de um processo de reforma agrária), conhecido como ‘revolução verde’. Em que pese o crescimento econômico que tal política, aliada ao avanço da industrialização no País, gerou, o déficit social desse modelo até hoje não foi superado. A expulsão de milhares de trabalhadores de suas terras formou um contingente de mão-de-obra não absorvido nem pela cadeia produtiva do novo modelo agrícola nem pela indústria, inchando as grandes cidades, por sua vez desprovidas de infra-estrutura necessária para abrigar os migrantes, mas servindo aos objetivos do modelo de desenvolvimento capitalista no País, pautado, como vimos, pela superexploração da força de trabalho (Marini, 1973, Sader, 2003). Além disso, agravaram-se os conflitos pela posse e o uso da terra entre grandes proprietários e camponeses que resistiram no meio rural, bem como os prejuízos ao meio ambiente resultantes de tal forma de exploração dos recursos naturais.

No período imediatamente anterior ao golpe, o Brasil experimentava uma efervescência política muito grande, na qual ganhou destaque o tema das reformas de base, entre elas a agrária. Novos sujeitos sociais emergiram na cena política, em grande parte centralizada pela ação do PCB (que após o período da ditadura Vargas havia voltado à legalidade) e vinha organizando sindicatos rurais e lutas pela terra em todo o País. Sobre essas lutas trataremos com mais detalhe no terceiro capítulo.

Nesse contexto, à burguesia abriu-se a possibilidade de realização no País de uma reforma agrária clássica (em que a terra seria distribuída, fazendo surgir milhares de

pequenos proprietários que, posteriormente, formariam um mercado interno para a produção industrial, forjando as condições para o desenvolvimento capitalista autônomo), dentro dos marcos do desenvolvimentismo nacional (Pomar, 1982). Stédile também se refere a essa possibilidade, conceituando a reforma agrária clássica como um processo de reestruturação da propriedade privada da terra ocorrido nos países capitalistas mais desenvolvidos na primeira metade do século XX, visando gerar “um enorme mercado consumidor por parte dos camponeses, que agora com renda monetária compram bens de origem industrial” (Stédile, Mançano, 2005: 157). Tal oportunidade, que significaria, em termos gerais, a possibilidade de um desenvolvimento autônomo do capitalismo no Brasil não foi concretizada. Em seu lugar, foi aplicada uma política de modernização do latifúndio, que aprofundou a dependência externa e o modelo de desenvolvimento articulado.

A burguesia, no entanto, teve grandes dificuldades para levar a cabo o “seu” projeto de desenvolvimento nacional, tendo sido necessário um esforço imenso de unidade intra-classe desse setor, que nem de longe se assemelha às burguesias nacionais dos países capitalistas hegemônicos. E nem poderia. A questão que se punha diante da classe economicamente dominante nos países da periferia capitalista, a nosso ver, era que, como o excedente econômico é drenado em grande parte para fora do País e a superexploração da força de trabalho também apresenta os seus limites (dado seu pequeno poder aquisitivo e ainda o baixo valor agregado das mercadorias e das matérias-primas produzidas aqui), o “espírito burguês” pautava-se por um senso comum bastante oportunista e não marcado por traços de autonomia ou nacionalismo, como nas sociedades hegemônicas. Assim, no período em que o capitalismo monopolista começava a se firmar no Brasil, ainda era grande a dificuldade da burguesia em firmar compromissos entre suas frações de classe, tanto para a implementação do projeto que se pretendia hegemônico como para deter o avanço das forças antagônicas.

Nesse período, os processos de diferenciação social gerados com a ampliação desigual das cidades, a modernização do campo, o crescimento demográfico, o aumento do comércio e mercado interno, aprofundaram ainda mais as contradições sociais (Fernandes, 2006). A burguesia, ao não cumprir todas as tarefas históricas que lhe estavam destinadas enquanto classe fundamental do sistema capitalista (de caráter igualitário, reformista, socialização política, entre outras), abriu espaço para reivindicações dentro da própria

burguesia, através de seus setores mais radicalizados, e fora dela, através de movimento antiburgueses (como foram os sindicatos rurais e as Ligas Camponesas em fins da década de 1960, até o golpe militar, em 1964).

Mas mesmo o grau de organização dos setores dominados era também muito baixo, tendo sido muito lenta a evolução da consciência dos setores oprimidos com relação à dominação exercida. Desde a abolição da escravidão, foram poucos os levantes registrados, entre eles Canudos e Contestado, sendo que o papel contestador principal foi exercido pela pequena burguesia, que buscava “conduzir” os camponeses e ex-escravos a processos políticos que forçassem o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Esse setor procurou garantir, de forma “autônoma e democrática” a propriedade individual dos meios de produção (Pomar, 1982).

Não obstante, a organização desse setor foi ‘barrada’, desde o início da República, tanto internamente quanto externamente, a partir do estado, já que também

“o poder político é estruturado de tal modo que somente alguns setores da oligarquia agrária têm acesso a ele. Os setores da burguesia beneficiam-se de favores diversos, mas não têm poder de decisão. E os setores assalariados da pequena burguesia não têm nem mesmo condições de eleger representantes ao legislativo: as eleições republicanas brasileiras são completamente viciadas” (Pomar, 1982: 28).

Mesmo após a Revolução de 1930, essa estrutura política não sofreu grandes alterações e podemos considerar que

“a história brasileira é caracterizada por uma combinação de ações preventivas e corretivas. Se considerarmos o pronunciamento de Deodoro como marco zero de nossa história republicana (1889-2005), são menos de vinte anos de vida política relativamente livre (1945-1946 e 1989-2005), contra quase 100 anos de restrições explícitas (ditaduras abertas, períodos sem eleição presidencial livre, períodos de organização partidária restrita, períodos de eleição controlada)” (Pomar, 2005: 37).

É também de Pomar (2005) a análise que os períodos em que a história brasileira experimentou o regime da democracia favoreceram mobilizações no seio da classe trabalhadora, impulsionando ainda o crescimento de partidos associados com essa classe,

mesmo com as dificuldades citadas acima, o que se confirma se considerarmos o estágio das mobilizações sociais existente entre as décadas de 1950 e 1960, até às vésperas do golpe militar. Isso será melhor estudado nos próximos capítulos, mas nos serve de base para afirmar que a situação para a burguesia brasileira no início da década de 1960, podia ser considerada ‘explosiva’:

“Os problemas práticos com que se defrontava a burguesia brasileira e que ela não tinha como resolver, nas condições de uma economia capitalista competitiva mas dependente e subdesenvolvida, não ameaçavam, em si e por si mesmos, a base econômica, social e política do poder burguês. Todavia, eles criavam uma situação de permanente desgaste e de impotência, a qual teria concorrido para desagregar a dominação burguesa se existissem forças antagônicas organizadas, de contestação política revolucionária” (Fernandes, 2006: 308).

Para garantir a continuidade do desenvolvimento dependente, a reação da burguesia brasileira aos “impulsos reformistas” que despontavam na sociedade brasileira, como reflexo natural do avanço do capitalismo no País, deveria ser fulminante, impedindo qualquer iniciativa política diante do estado e/ou da sociedade, o que acabou de certa forma motivando a aliança com os militares. Enquanto as Ligas Camponesas bradavam, por volta de 1960, “Reforma Agrária, na lei ou na marra!”, a burguesia preparava seu giro político para o que considerava uma situação potencialmente pré-revolucionária (Fernandes, 2006a).

Tal giro político foi feito por dentro do estado, suplantando a possibilidade de participação de outras classes sociais no processo político e unificando os setores agrário, industrial e militar nessa operação. O apartamento das classes dominadas do processo político deixava claro que não havia disposição para o consenso, mas somente para a força. Para Fernandes, essa era a única hegemonia possível<sup>1</sup>, dadas as características do capitalismo brasileiro: “no plano histórico essa ordem social e competitiva só se preserva e se altera graças ao enlace da dominação e do poder das classes possuidoras com a neutralização ou exclusão das demais classes” (2006a: 385).

---

<sup>1</sup> Fernandes afirma que a burguesia exerceu sobre a sociedade uma ‘hegemonia mecânica’ ou ‘agregada’, o que, segundo Gramsci, seria caracterizado como dominação, porque apoiado somente na força e não no equilíbrio desta com o consenso. Não obstante façamos citações de Fernandes em que ele assinala a dominação burguesa segundo esses termos, preferimos o paradigma gramsciano, entendendo que se trata do conceito de dominação.

Isso revelou, antes, a fragilidade da burguesia como classe dominante, incapaz de suportar as contradições históricas e inerentes à sociedade de classes, justamente em função da opção histórica por se desenvolver de maneira articulada com economias hegemônicas, voltando seu padrão de desenvolvimento à estratégia dessas nações.

“Por isso, pode-se qualificar o padrão de hegemonia burguesa resultante como sendo o de uma hegemonia agregada, de simples aglutinação mecânica dos interesses de classe. (...) Por elementar e tosca que seja, essa forma de hegemonia burguesa transferiu para as mãos da burguesia o controle do tempo, do espaço e da sociedade, fixando os ritmos internos do impacto da industrialização intensiva e da eclosão do capitalismo monopolista sobre a ordem social competitiva existente” (Fernandes, 2006a: 390).

A burguesia não teria tanto sucesso se não contasse com parceiros fortes, localizados entre as burguesias internacionais originárias das nações hegemônicas, as grandes corporações transnacionais e os organismos financeiros internacionais. Se de um lado isso tornou a base do poder burguês forte, ao mesmo tempo não conseguiu eliminar o que lhe era frágil, ou seja, o apoio apenas no elemento econômico e com forte dependência da conjuntura e da estratégia internacionais.

É nesse sentido que Fernandes afirma que a estratégia burguesa teve na aliança política com os militares a sua pedra angular; sem ela, dificilmente o projeto burguês teria tido sucesso, em especial no que diz respeito à utilização do estado como peça-chave dessas transformações para conseguir afirmar a burguesia como única classe com legitimidade para o exercício do poder.

Os movimentos contrários ao estabelecimento dessa dominação, por sua vez, não tiveram força política e orgânica suficiente para conter o processo que vinha se desenhando. Mesmo com o ascenso de lutas de massa favoráveis a reformas “dentro da ordem” (é nesse momento que a reforma agrária entrou, pela primeira vez, na pauta nacional de reivindicações políticas), ainda havia um baixo grau de organização das entidades de classe e movimentos de massa, tendo no PCB a força de esquerda mais expressiva e atuante na época, embora com dificuldades de penetração entre as massas oprimidas (em especial o campesinato), além de fazer uma leitura política de necessidade de uma aliança com a burguesia para aprofundar o processo de desenvolvimento nacional, o que gerava

contradições com as alianças estabelecidas com setores mais progressistas da sociedade visando o crescimento do movimento político emergente.

A burguesia, que tinha o poder econômico, melhores aliados e ainda contava com o aparato do estado, não teve maiores problemas em suplantar essa “tentativa de afirmação de massa”, uma reação que Fernandes (2006a) classifica de autodefensiva. Assim, apesar das dificuldades encontradas para sua unificação, conseguiu dar continuidade ao seu projeto político e econômico. Com o uso da força militar e o apoio internacional, a burguesia conseguiu converter o estado numa “superentidade política”, mantendo os aspectos formais de organização e representação, válidos para a classe dominante. Para as classes dominadas, no entanto, converteu-se num instrumento acabado de dominação de classe, configurando-se “literalmente, num estado autocrático e oligárquico”.

A esse modelo Fernandes chama de “estado sincrético”, classificando-o como um produto próprio das economias capitalistas periféricas. Seria, para o autor, o único espaço no qual ele pode se desenvolver e constitui-se no único instrumento que a burguesia dependente realmente dispõe para o exercício da dominação. Ao se apoiar exclusivamente no aparato repressivo, encontrou dificuldades em obter a hegemonia na sociedade civil, o que dificultou a sua manutenção no poder no médio e longo prazo.

Também para Pomar (1982) a tomada do estado pelos militares confirmou o caráter reacionário burguesia, que exerceu o poder político de maneira autoritária e violenta, para garantir que nenhuma tentativa de resistência quanto ao modelo implementado prosperasse. Nesse sentido, a aliança burguesa foi vitoriosa, ainda que tenha significado a perda da autonomia política em relação aos interesses externos, dando permissão para a implementação de uma ‘modernização conservadora’, pautada pelo arranjo de forças no poder feito de cima para baixo, dentro da melhor tradição oligárquica vigente no País desde os tempos coloniais.

Dada a fragilidade dessa dominação, baseada fundamentalmente no plano econômico, a crise internacional do capitalismo, na década de 1970, acabou por gerar reflexos negativos na manutenção da burguesia no poder, influenciando também a retomada das lutas sociais sufocadas após 1964 (Pomar, 1982). Em parte, isso foi fruto também das contradições intrínsecas ao capitalismo dependente e da ausência de possibilidade de socialização política, dentro e fora do estado, já que os pressupostos da aliança entre os setores burgueses não incluíam “o reconhecimento de divergências e

choques de interesses entre os atores políticos” (Marini, 1993, in Traspadini, Stédile: 209). Isso gerava, por si, uma situação potencialmente explosiva, que já se fazia presente antes do golpe e, com o enfraquecimento do regime, tinha a possibilidade de ressurgir na cena política. Num contexto de crise econômica, a aliança com os militares, que já era frágil, tornou-se insustentável e, na visão de Pomar, ao final do regime militar o Brasil já havia atingido maturidade suficiente para que se pudesse falar em “condições objetivas para a construção do socialismo” (1982: 54).

A década de 1980 foi marcada pela ascensão do proletariado na disputa por hegemonia política na sociedade, possuindo expressão nacional nas lutas da época, tanto no campo como na cidade. É quando surgem sujeitos políticos que ganhariam expressão nacional nas duas últimas décadas do século passado como representantes da classe trabalhadora, incorporando suas reivindicações econômicas e buscando meios de romper com a hegemonia capitalista no País, como é o caso do PT, da CUT e do MST.

De certa forma, mesmo com o avanço dessas lutas, que culminaram no fim da ditadura em 1984 e a chegada ao poder federal de um presidente civil após 20 anos, o País havia passado por profundas transformações, impondo às classes dominadas novos desafios. Isso se misturava ainda, no entanto, com os elementos arcaicos presentes na sociedade brasileira, sobretudo no meio rural, onde a reforma agrária não foi levada a cabo e os conflitos no campo vinham adquirindo cada vez mais radicalidade. Assim, foi quase natural que nesse momento a bandeira da reforma agrária voltasse à cena política com a mesma força - ou até mais - que teve no período pré-golpe. Disso trataremos no capítulo 3, quando falarmos da emergência de novos sujeitos sociais na cena política brasileira, com ênfase para a evolução do campesinato (onde se compreende o surgimento e evolução do MST) e também nas entrevistas.

### **1.3.2. A transição conciliada, o PT e o governo Lula**

O fim do regime militar, em si mesmo, não pôde ser considerado uma derrota política da burguesia brasileira. Ela tomou para si a tarefa da “redemocratização” quando percebeu que os setores dominados começavam a fazê-lo de uma forma muito mais radicalizada do que no passado. E finalmente entenderam que “Estado algum pode operar exclusivamente mediante a coerção” (Marini, 1993, in Traspadini, Stédile, 2007: 213). Desse

modo, a burguesia deu um novo salto histórico quando “se vê obrigada a conciliar a opressão e a exploração que exerce sobre outras classes com o projeto histórico que ela propôs a esse grupo” (idem), tendo em vista a manutenção das relações de dependência externa que vinham sendo exercidas até então. Isso custou caro à burguesia, que se viu obrigada a aceitar o fluxo inevitável da história e o aumento da participação de outras classes sociais no processo político e junto à sociedade civil porque não pôde conter, indefinidamente, o impulso democrático que o próprio desenvolvimento capitalista contém, suporta e necessita para continuar se desenvolvendo.

A sobrevivência da burguesia brasileira dependia, portanto, de uma flexibilização da participação política das demais classes sociais, ampliando o conceito de democracia, embora as sujeitasse a esquemas de cooptação que selecionavam os ‘estratos’ que podiam ou não participar das estruturas de poder e apostava na mobilidade social como forma de manter sua hegemonia sobre a sociedade civil, buscando “estender as fronteiras da “consciência burguesa” e da *condição burguesa* dentro das classes operárias e das classes destituídas” (Fernandes, 2006a: 422), processo esse que iria se aprofundar durante a década de 1990 e 2000, como ainda veremos.

Assim, no processo de transição política,

“as classes burguesas tentam, portanto, acompanhar esse giro histórico, preparando-se a si próprias e ao estado autocrático para um futuro prenhe de dificuldades e no qual terão de enfrentar, pela primeira vez, as “manifestações contra a ordem” sob a forma específica de violência antiburguesa organizada” (Fernandes, 2006a: 423).

Tais manifestações, se até hoje não detiveram o avanço do modelo de desenvolvimento dependente do capitalismo brasileiro, já revelavam, na década de 1980, um grau de maturidade bastante avançado em relação ao que se encontravam quando a burguesia iniciou a “luta por sua sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo dependente, confundindo as duas coisas com a sobrevivência da “civilização ocidental cristã”” (idem: 417). E, a partir de então, foram sendo desenhados novos contornos para o avanço da luta de classes no País e conferindo à ideologia um papel mais central na manutenção da dominação.

Nas palavras de Marini,

“A pedra angular dessa construção ideológica foi o conceito de cidadania ou, o que é a mesma coisa, a titularidade individual dos direitos civis e políticos, mediante a qual a burguesia disfarçou as classes sociais e destinou a cada um o papel de participante isolado na vida do estado. Dessa maneira, o indivíduo, inteiramente desarmado, tem sido confrontado com o estado, fonte e guardião da ordem estabelecida e que baseia sua existência no monopólio da força” (1993, in Traspadini, Stédile, 2007: 214).

Nesse cenário, à medida que avançou o processo participativo/reivindicatório das classes oprimidas, o estado foi se tornando, no Brasil, um espaço em permanente disputa de interesses, não refletindo mais apenas um instrumento de dominação pura e simples e se assemelhando mais ao que caracterizamos no início do capítulo como o estado capitalista contemporâneo. Isso, mesmo dentro do padrão articulado, também é compatível com o modo de produção (Bobbio, 1998). Embora o pensamento deste autor se refira com maior detalhe aos estados europeus, entendemos que a observação do período mais recente da história brasileira mostra que isso pode ocorrer mesmo nos países periféricos, dado que mesmo sob o signo da dependência o Brasil promoveu profundas transformações em sua economia, passando, durante o regime militar, por um ciclo de forte crescimento industrial, gerando conseqüências políticas e sociais, entre elas, as reivindicações das classes dominadas por maior participação nas decisões tomadas dentro do estado.

O fim do regime militar abriu, assim, um marco histórico de possibilidades, marcado pela reconfiguração das forças sociais brasileiras e dos campos de força correspondentes e dando início a um período por disputa de hegemonia na sociedade civil e no estado (Pomar, 2002). Já no final da década de 1970 verificou-se uma reorganização dos setores dominados, que culminou, como dissemos, na formação de movimentos sociais, partidos políticos e na retomada dos debates na esquerda brasileira sobre as transformações sociais necessárias, possíveis e desejadas. A burguesia, por sua vez, agiu no sentido de promover sua reunificação interna e manter o poder político e econômico, apoiando as mudanças sociais e políticas que julgasse necessárias para manter o modo de produção e o padrão de acumulação vinculado com o capitalismo monopolista internacional (Pomar, 2002).

Para o meio rural, esse foi um período de bastante agitação política, e da entrada em cena de novos sujeitos, entre eles o MST, revelando que a disputa de hegemonia teria como um dos palcos principais o modelo de desenvolvimento rural. Isso se deu, a nosso ver, porque, apesar de se falar em ‘democratização’, não se falava em ‘ruptura’ com o padrão dependente de desenvolvimento capitalista. Desse modo, a atividade agrícola continuava – como continua – a ser central na manutenção deste modelo. Não nos aprofundaremos aqui nas causas e conseqüências que essa transição teve para o campo brasileiro a partir da década de 1980, pois o faremos nos capítulos 2 e 3, quando trataremos, respectivamente, da ação do estado no meio rural e dos sujeitos políticos que entraram na cena política no período citado.

Nesse momento, vale dizer apenas que o meio rural brasileiro ao final do século 20 estava bastante modernizado, e nele predominavam as relações capitalistas, embora estas ainda tivessem que conviver com a manutenção do padrão histórico de acumulação de capital e a existência de relações pré-capitalistas de propriedade, gerando conflitos crônicos pela posse e o uso da terra. Com custos de manutenção altíssimos e a concentração de renda decorrente, a exclusão dos pequenos agricultores da cadeia produtiva foi sendo progressiva. Isso, de certa forma, proporcionou, sobretudo na década de 1990, um amadurecimento político para as classes oprimidas que, a partir da consciência das contradições de tal modelo, procuraram ampliar suas estratégias de luta e investir na auto-organização como forma de legitimarem demandas junto à sociedade civil e ao estado e obter conquistas econômicas que ultrapasassem o assistencialismo, representando um questionamento concreto ao modelo.

Voltando à análise do momento de transição política, consideramos que a ditadura militar foi um período de aprofundamento das relações capitalistas, sob o modelo dependente, no campo e na cidade. Oliveira (2001) a identifica como um momento de desenvolvimento “conservador” do capitalismo, marcado pela vinculação com o capital internacional e a baixa participação social. A abertura política promovida no final da década de 1970 foi fruto da crise econômica e a fragmentação do bloco hegemônico, quando a burguesia nacional dá um novo giro político e passou a afirmar, tal qual os setores dominados, a democracia como o sistema político ideal. O autor afirma que essa foi uma “transição negociada”, buscando a manutenção do bloco hegemônico e a vinculação externa.

No meio rural, o desenvolvimento do capitalismo aproximou ainda mais a atividade agrícola da industrial, com a intensificação tecnológica da produção e uma política de contenção dos conflitos, ao invés do questionamento das formas de apropriação de capital, como reivindicavam os setores progressistas da época. Isso tornou a política agrária uma questão apenas social, e não estrutural, atomizando interesses, numa tentativa de enfraquecer a perspectiva de classes envolvida (Oliveira, 2001).

A respeito da transição política, Fernandes (2006b) analisa que essa foi uma “conciliação conservadora”, que teve na Assembléia Constituinte de 1987 (da qual ele próprio foi deputado) uma de suas blindagens, considerando que os setores burgueses obtiveram ampla maioria, e aprovaram no texto constitucional aquilo que lhes pareceu mais conveniente, inclusive quanto à reforma agrária. “O conteúdo da Constituição não correspondeu às expectativas da nação, especialmente das entidades mais combatentes da sociedade civil e dos de baixo. Graças às emendas populares e aos debates públicos, todos sabem quem é quem” (idem: 43). É preciso ponderar, no entanto, que se a Constituinte foi principalmente um momento de reorganização dos setores dominantes, ela também permitiu a ampliação do espaço institucional da esquerda, em especial do Partido dos Trabalhadores.

Havia, como dissemos, uma grande efervescência política no País nessa época, inclusive no meio rural, com o movimento de ocupações e o surgimento do MST. Nas cidades, o sindicalismo fabril ainda colhia os frutos das greves iniciadas no final da década de 1970 e outros movimentos, como o estudantil, também vinham se reorganizando. Tratavam-se de reivindicações por reformas que o próprio capitalismo deveria ter se encarregado de empreender para desenvolver as forças produtivas. Ocorre que “o desenvolvimento capitalista desigual do país e a dominação imperialista impõem essa tarefa histórica às classes trabalhadoras e à massa do povo” (Fernandes, 2006: 68).

O surgimento do PT, de certa forma, canalizou as demandas em torno da transição política e da realização de reformas que tinham sido interrompidas com o golpe militar. Esperava-se, assim, que tais reformas representassem um acúmulo de forças para a classe trabalhadora que posteriormente alterasse a correlação de forças presente na sociedade e permitisse uma ruptura com o sistema capitalista. O PT nasceu pretendendo ocupar o espaço de direção dessa ação da classe trabalhadora, tendo sido esse o entendimento que norteou a ação tática e estratégica do Partido durante toda a década de 1980 e início dos

anos 1990 (Pomar, 2005). No entanto, o fim da Guerra Fria e a alteração nas relações de força internacional, elementos analisados no início deste capítulo, também geraram consequências dentro do PT, contribuindo para mudanças táticas e estratégicas que, adotadas ao longo da década de 1990, culminaram na vitória eleitoral de 2002.

Para Pomar (2005), o refluxo da esquerda mundial pós-1989 e a ascensão do neoliberalismo na década de 1990 foram alguns dos obstáculos enfrentados pelo PT para conceber um projeto tático e estratégico de nítidas características contra-hegemônicas. Segundo ele (cf. Sader), havia dificuldade de conceber o que seria, concretamente, um governo federal dirigido pelo partido, não obstante este ter se tornado o objetivo principal nos quase 15 anos que separam a primeira disputa presidencial da eleição de Lula, em 2002.

Assim, não se chegou a um consenso sobre a necessidade de ruptura com o modelo autocrático - e a forma como isso se daria - que a burguesia imprimia ao estado brasileiro através da radicalização das lutas sociais. Mesmo a discussão dos direitos sociais foi intensamente disputada pelos empresários, que tinham interesse em incidir no texto final constituinte, visando garantir o padrão de acumulação do capital e o controle das organizações sindicais. Com a maioria na Assembléia e, em alguns casos, inclusive com o apoio de parte dos setores dominados, acabaram conseguindo (Fernandes, 2006b).

A história mostrou, mais uma vez, que ainda persistia uma fraqueza, mesmo que relativa, dos setores dominados na sociedade brasileira.

Na década que se seguiu, o PT, embora tenha se tornado uma “alternativa de governo” (Pomar, 2005), sofreu um duro impacto com as mudanças políticas, econômicas e sociais advindas com o neoliberalismo, entre elas a chamada “reestruturação produtiva”, a piora nas condições de vida da classe trabalhadora, o aumento do desemprego e da violência, os conflitos no meio rural etc., o que gerou reflexos na base social e na própria direção do Partido, tendo como um dos resultados reorientações táticas e estratégicas na luta social e institucional. Além disso, Pomar atenta ainda para a “normalização institucional, expressa em eleições bianuais que absorvem enormes energias das vanguardas políticas da classe trabalhadora” (2005: 92) que contribuiu provocou um deslocamento nas prioridades do partido.

Segundo ele,

“A análise detalhada do debate em torno do programa partidário e de sua estratégia política mostra que as transformações ocorridas no PT, ao longo dos anos 1990, constituíram, ao menos em parte, tentativas de responder a estes fenômenos [de avanço do neoliberalismo no Brasil], mesmo quando tiveram como decorrência prática subordinar o Partido a alguns dos fenômenos que se pretendia enfrentar” (idem: 93).

Desse modo, o PT, que nascia da necessidade de enfrentamento à ordem burguesa, e que nas resoluções de seu 5º Encontro Nacional<sup>2</sup> defendia que “a chegada do PT ao governo federal se daria num contexto de radicalização da luta de classes”, transitou, ao longo da década de 1990, cada vez mais para um contexto de “acomodação” da luta de classes. Como assinala o mesmo autor,

“embora se tenha alterado substancialmente a natureza destes laços, seja devido a mudanças na composição da classe trabalhadora, seja devido a mudanças na composição interna do Partido, ou ainda devido a alterações nas proposições e atitudes do próprio Partido, eles continuam existindo” (Pomar, 2005: 96).

O PT, assim, atravessou a década de 1990 sofrendo duas derrotas eleitorais para a Presidência da República. Acumulou uma série de vitórias municipais, estaduais e legislativas, ampliou seu espaço institucional e consolidou uma tática de acúmulo de forças nos marcos da democracia burguesa, dentro do contexto nacional e internacional acima exposto. Com isso, fez com que as lutas sociais de massa ocupassem um local diferente na estratégia partidária, enfraquecendo, de certa forma, a sua posição. Isso é relativizado por Pomar, que assinala que não se trata pura e simplesmente de uma decisão “de deflagrar um forte movimento social, bastando para isto que o Partido adotasse esta orientação” (2005: 101), guardando também relação com os aspectos acima citados.

Segundo Pomar (2005) também havia (e ainda há) uma fragilidade teórica de elaboração das concepções do partido, no que tange às questões estruturais da sociedade brasileira, dos marcos de desenvolvimento do capitalismo do País e à submissão imperialista, sendo incapaz de formular uma estratégia de “largo alcance”, considerado por ele o ‘elo fraco’ por onde penetrou a hegemonia burguesa no interior do Partido. Associado

---

<sup>2</sup> (apud Pomar, 2005: 87)

a uma conjuntura desfavorável às lutas de massa, acabaram sendo desencadeadas alterações táticas e estratégicas, mencionadas anteriormente. Sobretudo a partir de 1995, foram a crítica ao modelo econômico neoliberal e as análises conjunturais o centro do programa partidário, o que, de certa forma, era coerente com a estratégia eleitoral/institucional também adotada a partir desse período. Desse modo,

“a correlação de forças deixa de ser um instrumento de análise e passa a ser um argumento fundamental para justificar a transformação analítica, programática e estratégica do Partido, a partir de 1990. Esta transformação corresponderia, portanto, à progressiva adaptação a situações conjunturalmente desfavoráveis, especialmente depois das derrotas de 1989 e 1994.

Acontece que o abrandamento nas posições não se limitou aos aspectos táticos, mas avançou também sobre questões programáticas, estratégicas, teóricas e ideológicas, devido principalmente à crise do socialismo e suas decorrências na análise da sociedade brasileira” (Pomar, 2005: 193).

Isso, somado à hegemonia burguesa exercida também sobre o conjunto da sociedade brasileira e ao refluxo das lutas de massa sob o neoliberalismo, contribuiu para que o PT chegasse às eleições de 2002 cada vez mais como um partido “adaptado” à ordem democrático-burguesa. Ou, nas palavras de Sader (2005):

“A questão principal é que quando a esquerda chegou ao governo central no Brasil ela já havia perdido a batalha das idéias. Mudou muito o cenário político ideológico no Brasil desde a primeira candidatura Lula. O neoliberalismo se tornou fortemente hegemônico, não apenas como modelo econômico, mas como visão de Estado. E sua visão de mundo está introjetada também na esquerda. Não só do ponto de vista econômico, mas também dos valores. Basta lembrar da última campanha eleitoral de Lula. O tom forte da campanha eleitoral era o da oportunidade, aquele menino que falava “eu quero uma oportunidade”. Esse é o mote do neoliberalismo, que substitui direito por oportunidade” (Fórum, ano 4, n. 32, novembro de 2005).

Do ponto de vista programático, portanto, PT foi deixando para trás suas concepções socialistas para adotar, a partir de meados da década de 1990, uma tática cada

vez mais aproximada da ‘conciliação com o capitalismo’, a partir do que Pomar classifica de “categorias genéricas”, como “a ética na política, a solidariedade, o combate à exclusão, o desenvolvimento e a defesa da Nação” (2005: 159). Assim,

“à medida que o PT interiorizou categorias genéricas e reduziu a influência da análise de classes e do socialismo, cresceu sua subordinação à hegemonia burguesa, através da centralidade conferida ao crescimento econômico.

Esta é a pedra de toque da narrativa oculta nas resoluções do PT, entre 1995 e 2001: o mito do crescimento redentor, apresentado geralmente como “desenvolvimento” e adjetivado de variadas formas, que possibilitaria ao país superar os obstáculos, as interrupções, as inconclusões. Por azar dos socialistas que abraçam este mito, o crescimento econômico em questão é... capitalista” (Pomar, 2005: 159-60).

Considerando a conjuntura econômica, política e social brasileira às vésperas da eleição de 2002, cumpre assinalar que a vitória eleitoral foi um dos desdobramentos práticos do que significou o governo FHC (1995-2002) para o País. Se por um lado, em função do que Pomar (2005) chamou de “normalidade institucional”, com respeito à legislação e às ‘liberdades democráticas’ conquistadas com a Constituição Federal de 1988, houve o crescimento de movimentos sociais como o MST, mesmo num contexto de refluxo das lutas sociais, bem como a consolidação do PT enquanto um partido de oposição, por outro, o governo FHC foi marcado, na nossa visão, por aprofundar as condições do modelo dependente de desenvolvimento do capitalismo no País.

Ele representou, de maneira geral, o aprofundamento das políticas ‘modernizantes’ que já vinham sendo implementadas desde o regime militar; associou (e subordinou) cada vez mais a economia nacional ao capital estrangeiro, aumentando a dependência externa. No meio rural, por exemplo, houve um avanço significativo das relações capitalistas no campo, tendo sido selada a aliança do latifúndio com os setores da burguesia bancária e industrial internacionais, configurando o modelo que se costuma chamar de agronegócio (o qual atualmente é central na estratégia macroeconômica do governo Lula, como veremos melhor no próximo capítulo). O País atravessava uma grave crise econômica, com baixos índices de crescimento e insatisfação social com as políticas neoliberais implementadas ao

longo dos 8 anos do mandato tucano, inclusive entre setores da burguesia, o que de certa forma favoreceu a virada petista.

Desse período, podemos dizer ainda que embora a democracia tenha se consolidado como sistema político e refreado, de certa maneira, os impulsos oligárquicos da burguesia brasileira, possibilitando a maior participação de outros setores da sociedade na vida política do País, a dominação neoliberal esvaziou muito as funções do estado, com as privatizações de empresas estatais, a adoção de “políticas públicas” de conteúdo meramente assistencial (tome-se como exemplo a política de assentamentos, cuja orientação – e financiamento – era dada pelo Banco Mundial), mantendo intacta sua função coerciva, exercida não apenas por meio da força militar e policial, mas através do Poder Judiciário, da burocratização e da criminalização dos movimentos sociais.

Desse modo, apesar das novas experiências institucionais adotadas pelos governos petistas municipais e estaduais, que apresentaram uma abordagem diferenciada da participação social no estado (a exemplo do orçamento participativo), não se pode falar que a democracia no Brasil estivesse caminhando para uma participação mais igualitária da sociedade civil, já que, como assinala Bobbio (1998), não se pode falar em igualdade no plano político se não houver igualdade no plano econômico.

Assim, o estado brasileiro, às vésperas do século 21, foi adquirindo cada vez mais as características atinentes ao estado capitalista contemporâneo “clássico”, analisado na primeira parte deste capítulo. Acreditamos que uma das razões seja porque, mesmo sob a dependência, a expansão das classes sociais e o avanço das forças produtivas não pôde ser indefinidamente freado pelas classes dominantes (Fernandes, 2006a, Marini, 1973, 1993). De qualquer modo, a exemplo do que ocorreu na Europa na década de 1970, o estado brasileiro, sob o neoliberalismo, também não conseguiu dar respostas aos problemas postos pela sociedade à medida que há um avanço das relações de produção e a expansão da luta de classes.

Milliband assinala que a consciência desses problemas não gera, de maneira lógica ou encadeada, a rejeição ao sistema e nem a reivindicação, pois a “consciência de males profundos no desejo de uma transformação socialista constitui um processo penoso, complexo, contraditório, ‘molecular’, que pode ser grandemente retardado, desviado e destorcido” (1982: 326). Além disso, os limites impostos pelas relações de propriedade que são estabelecidas pelo capitalismo e legitimadas pelo estado capitalista permitem reformas

apenas quando há extraordinária e organizada pressão popular, ainda que feita apenas pontualmente e para conter a expansão do foco oposicionista e muitas vezes através de mecanismos de cooptação (Milliband, 1982).

Em que pese o pessimismo da análise, há que se considerar que,

“desde os primórdios do capitalismo, as lutas operárias expuseram as condições precárias de trabalho, resultantes da relação desigual entre os indivíduos e decorrentes da subordinação e da intensa exploração dos trabalhadores, que aos poucos foram conquistando algum tipo de amparo legal e estatal com a legislação fabril, ainda que esta tenha sido sistematicamente desrespeitada, na prática, pelos empresários” (Filgueiras, Gonçalves, 2007: 153).

Sendo assim, a burguesia brasileira tentou o quanto pôde conter o avanço de forças progressistas sobre o estado, mas em determinado ponto ela não podia mais caminhar na contramão da história, e teve que aceitar que a mediação política através da democracia era necessária e, até certo ponto, poderia ser instrumental para a manutenção do sistema (Bobbio, 1998), como acabou sendo. Pois, se em 2002, muitas análises iam no sentido de atribuir ao esgotamento do neoliberalismo a razão da vitória eleitoral de Lula, isso demorou pouco tempo para se mostrar um equívoco político.

As alianças eleitorais e os compromissos assumidos durante a campanha, com a Carta aos Brasileiros (compromissos que muitos achavam que seriam rompidos quando Lula assumisse a Presidência), assegurando a continuidade da política econômica e executados na prática após 2003, demonstram que o que estava em jogo era a manutenção do modelo dependente de desenvolvimento, representado, posteriormente, pelo grande estímulo ao agronegócio e obras de infra-estrutura para facilitar a atuação de empresas transnacionais no País, além de outras medidas que deram novo fôlego ao sistema, como veremos mais adiante.

Para Sader,

“a Carta ao Povo Brasileiro mudou a natureza da candidatura do Lula para um compromisso com o capital financeiro e inviabiliza a saída do modelo. Entre outras conseqüências, a impossibilidade de se fazer uma política centrada no social, só sobram recursos para fazer políticas focalizadas” (Fórum, ano 4, n. 32, novembro de 2005).

A vitória e a permanência de Lula no poder, com a reeleição em 2006, confirma que a democracia, enquanto sistema político, é compatível com o avanço das forças produtivas sob o capitalismo e, até certo ponto, é também desejada. Ela possibilita ‘contornar’ os desgastes causados às classes dominantes no exercício da hegemonia, permitindo a combinação entre dominação e consenso, o que deve ser levado em consideração na análise, ainda que parcial, do governo Lula.

Petras (2003) advoga a tese de que a chegada da esquerda brasileira ao poder não configurou a hegemonia desta força sobre o estado ou a sociedade civil. Para ele houve uma divisão de cargos dentro do próprio governo Lula segundo as prioridades do modelo adotada. Desse modo, no eixo central de composição – caso da equipe econômica, relações de importação e exportação, infra-estrutura e planejamento – manteve-se no comando figuras ligadas às classes dominantes, ao passo que em outros setores, geralmente da área social, os cargos foram ocupados por indivíduos identificados com setores à esquerda.

No caso da questão agrária, no Brasil, essa divisão vai ainda mais longe, já que estamos falando de uma divisão entre modelos de desenvolvimento rural que foi incorporada pelo próprio estado. Existe uma pasta para tratar da agricultura de exportação, ligada ao agronegócio e outra que faz a interlocução com os movimentos sociais para a condução do processo de reforma agrária e políticas públicas para a agricultura familiar e camponesa. Tal configuração imprime ao setor contradições de concepção e de método ainda mais marcantes.

A política econômica, por sua vez, é a que tem recebido mais críticas, considerando que tem sido baseada na transferência de recursos para o capital financeiro através de juros e superávit primário, aprofundando ainda mais o modelo dependente de desenvolvimento e dando à hegemonia neoliberal uma grande vitória. Mas, apesar de o País estar experimentando índices de crescimento concretos e avanços na produção industrial e de agricultura para exportação, ainda não conseguiu desenvolver plenamente suas potencialidades, em função da pressão externa pela manutenção do padrão de acumulação.

Associado a isso, a burguesia, sob o governo Lula, ainda manteve sua hegemonia sobre os meios de comunicação, garantindo a dominação ideológica sobre a sociedade civil. De maneira geral, nos espaços públicos e privados onde ela já havia se consolidado, a

exemplo do Poder Judiciário, das Forças Armadas etc., sua hegemonia não se alterou (Pomar, 2005).

Para Pomar (2005) há ainda uma ausência de empoderamento social efetivo, por meio do controle social do estado. Ainda que se fale na realização de conferências setoriais (cidades, meio ambiente, juventude, mulheres etc.), tal iniciativa não constituiu, de per si, um mecanismo de controle ou de aumento da participação, uma vez que não foi colocada, nesses espaços, a possibilidade de discutir, por exemplo, o orçamento de cada pasta e a sua distribuição entre as diversas políticas públicas demandadas.

Há também que ponderar a natureza das políticas sociais, em relação à política econômica e monetária aplicada pelo atual governo. A principal 'vitrine' do governo Lula na área, o programa Bolsa Família, foi programada para ser uma ação transitória, a ser substituída por ações estruturantes ligadas ao Fome Zero, o que ainda não aconteceu. É mantido, como nos outros governos, o caráter assistencialista, sem o efetivo debate junto à sociedade civil acerca das prioridades para o País. Filgueiras e Gonçalves (2007) consideram que o caráter das atuais políticas sociais é focalizado e mercantil e não atinge as contradições estruturais do sistema, tratando a pobreza como um problema interno da classe, em função da ausência da educação e da saúde. No grau mais expressivo do preconceito de classes, a raiz da pobreza estaria, na visão dos setores dominantes, na própria incapacidade das classes dominadas de superar seu estágio de atraso em relação ao sistema. Mais uma vez, entrou em cena a própria ideologia capitalista, que credita à iniciativa de cada indivíduo o caminho para sua própria transformação.

Isso tudo considerado, acreditamos porém que não se pode simplesmente computar tudo às opções do núcleo dirigente, embora a hegemonia burguesa que se instalou no PT tenha sido decisiva para nortear o caráter da gestão que se iniciou em 2003. Há a influência ainda da natureza do estado capitalista e as mediações impostas à esquerda quando esta escolhe fazer parte do 'jogo' institucional, as limitações burocráticas e as suas lutas internas. Não se pode esquecer que a constituição do estado moderno está ligada à ascensão da burguesia enquanto classe dominante e é ao seu parâmetro de organização e funcionamento da sociedade que o aparelho está vinculado.

De qualquer forma, as opções feitas ao longo desse período trouxeram profundas conseqüências à esquerda brasileira no que tange à unidade política e capacidade organizativa e, conforme afirma Pomar

“num sentido muito geral, aquilo que foi *efetivamente feito* pelo governo Lula não resultou no fortalecimento, do ponto de vista político, econômico, social e ideológico, dos setores sociais que constituem o bloco histórico que se opõe ao neoliberalismo; ao mesmo tempo, o governo obteve êxitos parciais na frente internacional” (2005: 207).

Assim, entendemos que o que está ocorrendo, sob o governo Lula, a partir dos elementos disponíveis, não aponta para um entendimento diferenciado acerca do papel do estado, nem da participação popular no processo que vise ao desenvolvimento não apenas das forças produtivas, mas de uma nova cultura e uma nova sociedade, como muitos setores da esquerda, dentro e fora do partido, esperavam de um governo petista. E talvez nem o aponte, mas para afirmá-lo com mais certeza ainda será preciso aguardar o rumo dos acontecimentos.

Por ora, pode-se apenas dizer que têm sido mantidos os padrões de desenvolvimento dependente da sociedade, segundo os paradigmas historicamente dominantes no País, o que acompanha a evolução internacional das forças produtivas e reserva ao Brasil um papel na divisão internacional do trabalho determinado pelas grandes potências, que tem gerado profundas conseqüências para a classe trabalhadora e suas lutas por emancipação, como veremos mais adiante.

## **A ação do estado no meio rural: da modernização conservadora ao II PNRA**

No primeiro capítulo vimos as principais características do estado capitalista contemporâneo, e como ele se tornou cada vez mais um palco da disputa entre classes sociais. Vimos também as diferenciações da formação do estado brasileiro em relação aos países de economia capitalista avançada e como o desenvolvimento de um sistema dependente possibilitou às classes dominantes brasileiras fazer do aparelho estatal um instrumento prioritário de defesa dos seus interesses, configurando aquilo que Fernandes (2006a) chamou de caráter ‘autocrático’ da burguesia brasileira.

Isso foi, em parte, uma necessidade da burguesia brasileira. Ao manter seus interesses econômicos atrelados às burguesias internacionais e depender de investimentos externos para desenvolver a produção nacional e realizar excedentes econômicos, com a transferência de parte desses lucros às empresas transnacionais que aqui atuam, a burguesia brasileira precisou lançar mão de mecanismos de dominação bastante rígidos, que não comprometessem o padrão de acumulação capitalista. O enfraquecimento do seu poder político colocaria em risco tais relações, possibilitando às classes dominadas acumular forças para implementarem um projeto contra-hegemônico no País. Cabe ressaltar que a burguesia invariavelmente agiu de forma preventiva, ou seja, mesmo não havendo, objetivamente, tais condições para as classes dominadas, ela não hesitou em exercer sua dominação através da força ao longo da história brasileira.

Esse modelo não teria tido tanto sucesso se o Brasil não reunisse certas condições materiais que possibilitassem sua inserção na divisão internacional do trabalho como uma economia dependente. Assim, a atividade agrícola adquiriu centralidade no sistema produtivo nacional, estabelecendo com os países capitalistas hegemônicos uma relação de interdependência. Quando o capitalismo atingiu sua fase monopolista, a demanda por novos territórios e por matérias-primas cresceu, e foi nos países que tiveram um passado colonial que as nações centrais buscaram as condições para continuar o projeto de expansão mundial do sistema. Através da manutenção de formas arcaicas e modernas de propriedade, nações como o Brasil ‘adaptaram’ seu desenvolvimento aos interesses hegemônicos, tornando-se preferencialmente economias primário-exportadoras e cujo desenvolvimento industrial permaneceu dependente de recursos e tecnologia externos.

Marini (1973) já alertava que, mesmo dependentes, esses países não deixavam de experimentar avanços na produção, como foi o caso do Brasil que a partir da década de 1930, ao mesmo tempo em que empreendeu uma política de modernização da agricultura, conseguiu também instalar um parque industrial considerável. E é nesse contexto que iremos analisar de que forma se expressou a ação estatal em relação à política agrícola e como as classes dominantes conseguiram, por dentro do estado, garantir seus interesses.

Mais do que o estudo individual dos projetos de reforma agrária apresentados e/ou implementados no Brasil ao longo da segunda metade do século 20, importante é compreender o discurso que lhes deu legitimidade e como as classes dominantes agiram quando se viram ameaçadas por movimentos populares que buscavam a transformação da estrutura fundiária nacional. Assim, deixamos para o próximo capítulo o estudo dos desdobramentos dessas ações na classe trabalhadora, em especial no campesinato brasileiro que, a partir da sua organização e reorganização, vem buscando sua emancipação e a construção de relações políticas, sociais e econômicas diferenciadas.

## **2.1. A proteção da propriedade privada e o debate da questão agrária**

A ação do estado brasileiro em relação ao meio rural foi marcada, historicamente, por uma estreita associação com os interesses dos proprietários fundiários, em função da atividade produtiva que aqui se instalou a partir da chegada dos portugueses. Isso foi feito essencialmente através de uma defesa explícita do direito de propriedade como um direito absoluto. Os primeiros proprietários de terra que aqui se estabeleceram, ainda no século 16, consolidaram uma forma de ocupação territorial baseada na existência de grandes faixas de terras, chamadas sesmarias, concedidas a portugueses (geralmente nobres com muitas posses e a intenção de se estabelecerem no continente).

Como vimos no capítulo anterior, esse modo de ocupação tinha uma razão de existir: num período de avanço das relações mercantis na Europa, havia a exigência da busca e desenvolvimento de novos pólos fornecedores de matéria-prima, o que preparava, de certa forma, o terreno para a expansão de um novo modo de produção, o capitalista. Ressalte-se que Portugal foi um dos primeiros estados nacionais europeus a investir e a dominar técnicas de navegação que permitiram a expansão marítima e territorial da economia mercantilista. O Brasil, cujo território era vasto e fértil, constituiu-se desde essa época no

cenário ideal para garantir tal forma de expansão, além de fortalecer o poder da Coroa portuguesa, tornando-a a proprietária de terras e concedendo seu uso a quem efetivamente fosse cultivá-la. O domínio sobre o território servia a Portugal como forma de ampliar suas rotas comerciais, explorando o solo brasileiro com o objetivo de produzir matérias-primas voltadas à exportação, pouco restando em termos de desenvolvimento de uma economia interna.

Desse modo, desde o período colonial, as relações sociais e econômicas no Brasil foram marcadas pela dependência, primeiro da Metrópole e, séculos mais tarde, de países cuja economia se encontrava num estágio de desenvolvimento mais avançado, adaptando-se em grande parte aos interesses externos. Sobre isso, é sabido que durante as décadas de 1950 e 1960 estabeleceu-se uma polêmica entre parte da intelectualidade brasileira, em especial do Partido Comunista do Brasil (PCB), sobre a natureza do sistema de produção existente no Brasil no período colonial e seus desdobramentos posteriores.

Entretanto, não é objetivo desta dissertação proceder a uma análise sobre a existência ou não do capitalismo no Brasil colonial, posto que nosso recorte temporal parte da análise do desenvolvimento capitalista, em especial no meio rural, a partir da implementação de uma política de modernização da agricultura, iniciada já na década de 1950. Desse modo, faremos apenas uma rápida contextualização histórica para posteriormente adentrar na análise da ação do estado em relação ao campo.

Da chegada dos portugueses até fins do século 19, o Brasil atuou como uma economia primário-exportadora, utilizando-se da mão-de-obra escrava para o cultivo em grandes propriedades de terra. Dentro de uma sociedade escravista, cujo desenvolvimento esteve diretamente vinculado ao mercado exportador, a manutenção de largas extensões de terras nas mãos de poucos proprietários foi fundamental para a consolidação do sistema, tornando a propriedade da terra um instrumento de poder e, posteriormente, um valor de troca. Quando se intensificaram as pressões externas pela abolição da escravidão, a partir da metade do século 19, as classes dominantes viram a necessidade de se protegerem quanto à posse e à propriedade da terra.

Com a aprovação da Lei de Terras, em 1850 (fato que pode ser considerado como uma das primeiras iniciativas do estado brasileiro no tema), num Brasil formalmente independente e imperial, os antigos donatários das sesmarias tiveram a prerrogativa de confirmarem as doações feitas no período da colonização, transformando a propriedade da

terra em um bem privado, suscetível de alienação, porém inacessível a camponeses e escravos, por não disporem dos meios necessários para aquisição, o que engendrou, após a abolição, novas formas de dominação.

Essa lei foi consequência da pressão internacional existente pela abolição do trabalho escravo nas colônias, já num contexto de expansão do capitalismo nas nações européias. Com o aumento da produção nas indústrias, também crescia a necessidade por novos mercados consumidores, o que só poderia ser atingido a partir da implementação de relações de trabalho ‘livre’. Quando a os proprietários rurais brasileiros passaram a ter consciência do anacronismo da escravidão, perceberam a necessidade de atuar em prol da sua superação (Sodré, 1962).

“O desperdício inerente ao trabalho escravo constituir-se-ia em fator negativo à grande produção exportadora. E o “desperdício de instrumentos e de matéria-prima representa uma despesa inútil no trabalho já realizado que, por consequência, não é computado no produto e não lhe junta valor” (Marx, apud Sodré, 1962: 115).

Fernandes alerta que a abolição teve consequências profundas na sociedade brasileira e mesmo a introdução do trabalho ‘livre’ nas lavouras e o desenvolvimento do comércio interno, apesar de ter dado origem a novos segmentos sociais (comerciantes, trabalhadores rurais, servos etc.), manteve o fosso existente entre as classes proprietárias e não-proprietárias, articulando formas modernas e arcaicas de propriedade no desenvolvimento capitalista no País. Essa articulação, como visto na primeira parte deste trabalho, foi reproduzida ao longo da história brasileira, sendo um dos elementos centrais da manutenção do caráter dependente da economia nacional. Nas palavras do autor,

“o trabalho escravo (...) nasce fadado a articular-se, estrutural e dinamicamente, ao clima de mandonismo, do paternalismo e do conformismo, imposto pela sociedade existente, como se o trabalho livre fosse um desdobramento e uma prolongação do trabalho escravo. A ruptura, (...) foi antes ‘mecânica’ e ‘estática’ que societária, histórica e política, como pura decorrência das incompatibilidades existentes entre trabalho escravo e trabalho livre” (Fernandes, 2006a: 228).

Oliveira (2001) assinala que as políticas de imigração tiveram importante papel na substituição da mão-de-obra escrava após a abolição. Os ex-escravos não foram ‘aproveitados’ nas lavouras sob a condição de trabalhadores livres, produzindo diferenciações sociais internas relevantes. Independente disso, tanto um como o outro não se tornaram proprietários dos meios de produção, vivendo em regime de servidão ou colonato. Para Pomar,

“as relações capitalistas [com a abolição] mantêm-se em limites estreitos. A liquidação do escravismo transforma os escravos em *gente*, mas não os transforma em força de trabalho livre para o capitalismo. A conservação do latifúndio mantém os antigos escravos como proprietários efetivos de sua condição de existência, nas divisas da grande propriedade territorial. Torna-os agregados, geradores de renda territorial, mas não assalariados geradores de mais-valia” (1982: 25).

Desse modo,

“a Abolição não chega a libertar os escravos para o capitalismo, não chega a formar o mais importante mercado interno para o desenvolvimento burguês: o mercado de trabalhadores completamente livres de seus meios de produção. A manutenção do latifúndio, impávido e soberano em seu monopólio territorial, permite conservar a subordinação extra-econômica dos trabalhadores rurais aos latifundiários. Este é um impedimento real ao desenvolvimento burguês, ao oferecimento da força de trabalho livre em tais proporções que permitisse ao capitalismo desenvolver-se rapidamente” (idem: 25)

Isso, na nossa visão, vai ao encontro do próprio padrão articulado de desenvolvimento capitalista no Brasil. Uma vez constituindo-se como uma economia dependente, não desenvolveria plenamente as potencialidades do novo sistema produtivo, pois, se fosse aberta a possibilidade de desenvolvimento de camadas médias e proletárias, corria-se o risco de ver reduzido o poder baseado na domínio da terra, conquistado no período colonial. Assim, ainda era preciso articular formas capitalistas e pré-capitalistas de desenvolvimento, como condição da própria manutenção do regime de propriedade.

Ainda que em função do aumento das trocas comerciais internas se verificasse o aparecimento de uma classe burguesa, esta ainda não possuía forças para romper com a

dominação exercida pelos proprietários fundiários. E, segundo Fernandes (2006), ela não demonstrava, inclusive, interesse em fazê-lo. Desejava mais uma aliança com os proprietários rurais do que uma ruptura definitiva.

Enquanto esteve fortalecida política e economicamente, os proprietários fundiários, por meio das alianças com a burguesia internacional, especialmente européia, preservaram seu poder político, mesmo com as primeiras transformações no sistema. Até então, o que se verificava era uma extrema concentração de poder e um estado utilizado de forma a garantir a continuidade das relações políticas e econômicas desenvolvidas ao longo da formação social brasileira.

Assim, as crises conjunturais que surgiram ao longo da história brasileira entre as classes dominantes e os setores dominados foram resolvidas a partir da adaptação ao objetivo central, ou seja, a manutenção do sistema dependente de desenvolvimento do capitalismo (Fernandes, 2006), legitimando as ações de repressão, por vezes violentas, do aparelho estatal, como aconteceu em relação às experiências dos quilombos. O que mais se buscava evitar, nesses casos, era uma articulação mais profunda de uma crise econômica (em função das transformações na economia mundial, da alteração do modo de produção que vinha se processando e das condições precárias em que vivia a maior parte da população brasileira) com uma crise política (Poulantzas, 1977), que descredenciasse a aristocracia rural e rompesse com a ordem estabelecida até então. O papel da burguesia ascendente não foi, portanto, o de protagonizar uma revolução social e transformar a sociedade escravista em uma sociedade de classes, exercendo uma nova hegemonia sobre a sociedade, mas tão somente de se articular aos interesses da classe fundiária brasileira e da burguesia internacional, como forma de patrocinar, ainda que indireta e lentamente, o seu desenvolvimento.

Não obstante esses fatores, o início do século 20 foi marcado por alguns movimentos de resistência à ordem estabelecida, a exemplo da Guerra de Canudos, do Contestado, as revoltas urbanas e a própria Coluna Prestes. Esses levantes tinham origem na insatisfação dos setores dominados (entre eles o campesinato, proletariado urbano e a pequena burguesia, em especial entre setores militares) com a dominação latifundiária e burguesa e o objetivo de promover “o desenvolvimento autônomo e democrático do capitalismo, com base na propriedade individual dos meios de produção” (Pomar, 1982: 26), acessível também aos camponeses, pequenos proprietários e à pequena burguesia.

Entretanto, todas essas tentativas foram sufocadas pelo próprio estado, através da destruição completa dos movimentos de resistência, com o uso das forças militares, assegurando o poder político e econômico nas mãos dos setores dominantes.

A ação repressiva foi, muitas vezes, desproporcional em relação ao caráter das lutas de resistência, já que não se podia falar, nessa época, em crise superestrutural. Mas o próprio exercício do poder, através do estado e dependente do sistema hegemônico internacional demandava, para as classes dominantes, ações ‘preventivas’. Ainda que os movimentos de resistência não demonstrassem um nível de organização e organicidade que permitisse a tomada efetiva do poder e a transformação da ordem, não havia disposição para o consenso, pois esse colocaria em xeque a própria força dos proprietários fundiários e da burguesia brasileira enquanto classes dominantes. O estado não encerraria, nesse momento, uma possibilidade de atuar como mediador dos conflitos, muito menos um palco de disputa entre classes dominantes e dominadas.

A ausência de formulação de uma política agrária que tivesse como objetivo a efetiva desconcentração da propriedade da terra estava inserida dentro desses objetivos e perduraria como tal até meados do século 20. No entanto, mesmo que o discurso ideológico tenha se alterado ao longo do tempo, o que veremos mais adiante, o aparelho estatal acabou funcionando muito mais como um instrumento repressivo a movimentos e iniciativas que pudessem contestar tal orientação do que como um organismo que pudesse promover, por meio de uma reforma agrária, o desenvolvimento autônomo das forças produtivas no País, mantendo a articulação com os interesses econômicos externos.

Mesmo com a expansão do capitalismo no Brasil, após a década de 1930, e o início do processo de industrialização verificado nas décadas seguintes, não se alterou a essência da atividade agrícola no País: monocultora, em vastas extensões e voltada para exportação. Ao longo do tempo, o projeto produtivo para o campo foi sendo modernizado, com a introdução de novas tecnologias, mas manteve a dependência de recursos externos e pautou a apropriação dos excedentes através da superexploração da força de trabalho (Marini, 1973) e a concentração fundiária nas mãos de poucos proprietários.

E mesmo com o posterior fortalecimento da classe burguesa em função do avanço industrial, não se verificou o rompimento do padrão articulado de desenvolvimento, mantendo o Brasil nos marcos da dependência e conciliando o moderno e o arcaico nas relações de produção. Nesse sentido, o trabalhador rural foi sendo excluído da cadeia

produtiva, restando-lhe ou vender sua força de trabalho nas indústrias nascentes ou submeter-se às relações de trabalho no campo baseadas no arrendamento e na cobrança da renda da terra. Em quaisquer das opções, ficou à mercê das classes dominantes brasileiras e em situação de extrema pobreza. E, enquanto os proprietários fundiários continuaram a pautar seu poder principalmente pela propriedade da terra (sem desconsiderar as ações do estado para conter movimentos como Canudos e Contestado, por exemplo), a burguesia se legitimou sobretudo através da apropriação do poder do estado e deu-lhe novas funções no domínio político e social de classe, ainda que de forma a acomodar tais interesses e sem romper completamente com a ordem anterior.

Para modernizar a sociedade brasileira sem alterar o padrão de acumulação primitiva de bens, conciliando com a acumulação de capital, o mercado de exportação que a atividade agrícola monocultora de nossa economia proporcionava – e ainda proporcionava – era imprescindível. Disso também dependia a manutenção dos setores dominantes enquanto tais.

Isso demandava o uso quase que instrumental do estado na defesa desses interesses. As contradições sociais geradas com a implementação desse modelo foram sufocadas persistentemente pelas classes dominantes, o que retardou o desenvolvimento de uma sociedade de classes segundo relações tipicamente capitalistas (Fernandes, 2006a), ainda que já nesse período inicial de desenvolvimento industrial no Brasil tenha emergido à cena política um proletariado urbano, inicialmente de forte origem rural, que se associou a setores mais radicais da pequena burguesia, pressionando por mudanças sociais e alterações no padrão de desenvolvimento econômico, como dito acima.

Com o fim do Estado Novo, em 1945, e a volta à legalidade do PCB, começaram a ganhar fôlego os debates em torno da questão agrária e da reforma agrária como forma de impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas e do sistema capitalista no Brasil. Isso foi alimentado, ainda, por setores progressistas e conservadores da Igreja Católica que, embora com objetivos diferenciados (o primeiro entendia a reforma agrária como uma medida de justiça social, e o segundo como uma forma de deter o avanço comunista), contribuíram para o fortalecimento desse ‘ideal’ na sociedade brasileira. Foi também nesse mesmo período que surgiram e/ou se fortaleceram diversos movimentos de resistência no campo, a exemplo das Ligas Camponesas, da ULTAB e das lutas de Trombas e Formoso,

reacendendo o temor das classes dominantes de uma revolta social mais ampla, que compromettesse a forma como o País vinha se desenvolvendo até então.

Nosso objetivo, agora, é analisar alguns projetos que foram apresentados e discutidos nesse período, tanto no estado, como na sociedade, e seus desdobramentos posteriores, até o golpe militar de 1964.

Em 1946 o PCB apresentou uma proposta de reforma agrária na Assembléia Nacional Constituinte, fundamentando-a na necessidade superar o atual estágio de desenvolvimento econômico e social do Brasil, causado pelo monopólio da terra nas mãos de uma elite rural. Com base em dados de um censo rural realizado em 1940, a bancada do Partido identificou o caráter “semicolonial” da economia brasileira, marcado, entre outros fatores, pela característica essencialmente rural da sociedade (segundo o referido censo, cerca de 68% da população ainda vivia no campo) e o cultivo voltado principalmente para produtos de exportação:

“A área cultivada com milho, café e algodão (os dois últimos produtos típicos de exportação) representa 56% de toda a área cultivada do Brasil. Se incluirmos o feijão, arroz, mandioca, cana-de-açúcar, a percentagem sobe a 90%. Isso significa que nossa economia agrária repousa na exploração extensiva de uns poucos produtos, dos quais os mais importantes, o café e o algodão, se destinam à exportação. Estes se acham atualmente em plena crise” (Proposta de reforma agrária da bancada do PCB na Constituinte de 1946, in Stédile, 2005, vol. 3: 17).

Além disso, já era feita a denúncia da extrema concentração da propriedade privada da terra, considerando que apenas 1% de todos os habitantes do campo à época concentravam cerca de 2/3 da propriedade e, “o que é mais espantoso, 60 propriedades com mais de 100 mil hectares” (idem: 18). O projeto assinalava também que o modo de exploração gerava o desgaste muito rápido do solo e os custos para sua recuperação para a atividade agrícola seriam altíssimos. Esse quadro, na visão do PCB, resultava em conseqüências sociais que só seriam superadas com a realização da reforma agrária. Entre elas:

- “a) produção agrícola baixíssima, rotineira; pouco diversificada e de todo insuficiente para as necessidades de consumo das nossas populações;
- b) condições precárias de existência no campo, no que concerne à alimentação, vestuário, habitação, saúde e educação;
- c) fraca densidade geográfica (4,8 habitantes por km<sup>2</sup>);
- d) falta de mercado interno para nossas indústrias;
- e) situação aflitiva de nossos transportes; em que se congregam, de um lado, o estado deplorável dos equipamentos, obsoletos, gastos e supertrabalhados; de outro, a falta de transportes” (idem: 21).

A necessidade de reforma agrária, portanto, na visão do PCB, inseria-se numa estratégia de modernização do País, aceleração da industrialização e de desenvolvimento autônomo das forças produtivas. Era necessário repartir o latifúndio, democratizar o acesso à propriedade da terra e, junto com isso, promover a modernização das técnicas agrícolas, com o auxílio estatal, por meio de técnicos e incentivos à produção, através de uma política de crédito agrícola e eliminação do pagamento da renda da terra pelo camponês.

Já nessa época, também, eram identificados os problemas com a interferência estrangeira na atividade agrícola e os danos ao meio ambiente causados pelo modelo de exploração:

“A falta de fixação do homem à terra pela pequena propriedade, a exploração, a agricultura ligada ao comércio de exportação, orientado pelos grandes bancos estrangeiros, determinam esse avanço sucessivo para o interior, trazendo o aniquilamento da riqueza nacional pela devastação das florestas, pela diminuição das próprias fontes e dos cursos d’água (...). Exportamos a riqueza nacional por ninharias, como acontece em referência ao café, ao algodão etc. e (...) sem a compensação devida, sem a troca de produtos que venham a enriquecer a economia brasileira” (idem: 25).

Diante desse quadro, a proposta apresentada tinha como eixo principal a democratização do acesso à terra e o parcelamento do latifúndio, controlando, ainda, o acesso a propriedades por grupos estrangeiros. Dessa proposta, visava-se garantir a legitimidade do princípio da função social da propriedade da terra, representando um

avanço em relação à Lei de Terras, que datava de quase um século atrás. Mas a reforma agrária não foi efetivamente realizada.

Essa proposta resultava das discussões travadas no interior do PCB desde essa época sobre as características da ocupação do território e de exploração da atividade agrícola no Brasil, tendo sido objeto de grande polêmica entre os integrantes do partido e militantes políticos, sobre a essência capitalista ou feudal das relações coloniais. Para os críticos de tais formulações, como Ruy Mauro Marini (1967), a deficiência se encontrava na insuficiência da análise da sociedade de classes brasileira e, especialmente das características da classe burguesa no Brasil e suas relações de dependência externa. Ele também via problemas na ausência de uma concepção de revolução que não previsse uma ruptura com o padrão de desenvolvimento da economia brasileira, já que o PCB apostava numa aliança com a burguesia como forma de desenvolver as forças produtivas do País como meio de acúmulo de forças para a classe trabalhadora que, a partir daí, teria condições objetivas e subjetivas de conduzir o Brasil a uma revolução socialista.

A despeito das polêmicas existentes, que como dissemos no início não são o objeto deste trabalho, é importante perceber que o entendimento majoritário do PCB sobre as relações sociais e econômicas no meio rural brasileiro norteou, por décadas, o trabalho de intelectuais e militantes da luta pela terra. Somente com o aprofundamento das relações capitalistas no meio rural e a maior incidência internacional sobre a atividade agrícola no Brasil é que se tornam mais claros os contornos do desenvolvimento dependente de nossa economia, demonstrando que são outras as condições para sua superação, o que proporcionou novas vertentes teóricas, caso da teoria da dependência defendida por Fernandes e Marini.

Ainda dentro da análise das propostas de reforma agrária no período anterior ao regime militar, quase 10 anos depois da Constituinte de 1946, foi apresentada uma nova proposta de reforma, pela ala conservadora do PTB, em 1954 (Stédile, 2005, vol. 3). Mais tarde, em 1963, um novo projeto seria apresentado, desta vez por Leonel Brizola, representante dos setores mais progressistas do partido, e que serviu de inspiração para outro projeto, apresentado no estado de São Paulo, que teve como coordenador dos trabalhos Plínio de Arruda Sampaio, entrevistado para esse trabalho. No capítulo das entrevistas teremos a oportunidade de conhecer seu relato sobre esse processo.

Quanto ao projeto de 1954, em geral, ele se aproxima da mesma estratégia do PCB em relação ao processo de reforma agrária, como necessário para o desenvolvimento da nação. Além de propor a distribuição mais eqüitativa da propriedade da terra, buscava condicioná-lo a um melhor aproveitamento econômico, adequando a utilização do solo a técnicas ‘modernas’ (e apresentava como mecanismos a concessão de subsídios para a aquisição de adubos e fertilizantes), desenvolvimento de um programa de crédito agrícola e assistência técnica, incorporação ao currículo escolar das escolas do campo e buscando, ainda, uma maior proteção do trabalhador rural.

A proposta previa a utilização de terras públicas e fundava a distribuição das terras em processos de compra e venda e arrendamento (dando direito a opção de compra findo o contrato) o que, de forma geral, não rompia com o padrão mercantil de aquisição de terras iniciado com a lei instituída em 1850. Em 1963, com a apresentação de um novo projeto de lei federal, pelo então deputado Leonel Brizola, buscou-se avançar na concepção da democratização do acesso, e a lei estabelecia, no seu art. 2º, como um dos objetivos da reforma agrária a correção dos “defeitos da atual estrutura agrária eliminando as formas antieconômicas e anti-sociais de propriedade e de uso da terra” (Stédile, 2005, vol. 3: 82), apresentando ainda mecanismos de regularização fundiária de terras públicas.

Pela primeira vez uma proposta de reforma agrária previu a elaboração de um plano nacional, visando um melhor planejamento das ações e apresentou uma concepção de política pública efetiva para o campo. Propunha, também, a desapropriação de terras por interesse social como um dos mecanismos para a aquisição e distribuição, apresentando como casos de interesse social a criação de núcleos de colonização, unidades para a produção de alimentos, instalação de agroindústrias, aproveitamento de terras não-utilizadas etc., entre outros aspectos.

Outra inovação apresentada foi o pagamento da indenização aos proprietários expropriados em títulos da dívida pública. Como veremos mais adiante, tanto o instituto da desapropriação por interesse social, como a forma de pagamento da indenização representam polêmicas no processo de condução da reforma agrária até os dias atuais, em função da grande oposição por parte dos proprietários de terra ao mecanismo. Eles historicamente tiveram no Poder Judiciário um importante espaço para contestar as medidas propostas e manter intactos os seus interesses, defendendo, quando muito, a

realização de uma reforma agrária nos moldes do mercado, com a negociação direta entre proprietários e não-proprietários.

De qualquer forma, o modelo de aquisição por compra e venda ou arrendamento ainda estava presente neste projeto, através da distribuição de títulos individuais (o estímulo ao associativismo e a criação de núcleos coletivos de produção, a exemplo dos assentamentos, só seria desenvolvida a partir do Estatuto da Terra e do I PNRA).

Dois anos antes da apresentação deste projeto, em 1961, como resultado das lutas dos trabalhadores rurais em prol da reforma agrária e melhores condições de vida no campo, ocorreu o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (formado, principalmente, por militantes das Ligas Camponesas, ULTABs e MASTER), que também apresentou sua proposta de reforma agrária, reivindicando a “ampla e vigorosa ação, organizada e decidida, das massas trabalhadoras, fraternalmente ajudadas em sua luta pelo proletariado das cidades, os estudantes, a intelectualidade e demais forças nacionalistas e democráticas do patriótico povo brasileiro” (idem: 75), evidenciando o caráter de classe da luta pela terra, tendo na ação estatal um elemento central para o sucesso desse processo. Era o período da famosa palavra de ordem “reforma agrária, na lei ou na marra”.

Em consonância com o clima político pró-reforma agrária, em 1964, o então deputado federal Plínio de Arruda Sampaio foi relator do projeto de reforma agrária do governo de João Goulart, que submeteu à apreciação do Congresso um decreto criando a SUPRA e declarando de interesse social “as áreas rurais compreendidas em um raio de 10 (dez) quilômetros dos eixos das rodovias e ferrovias federais” (Stédile, 2005, vol. 3: 112), que não estivessem sendo exploradas, ou não fossem consideradas produtivas. O decreto era bastante sucinto no que se referia a uma política de reforma agrária, mas tinha o mérito de criar uma superintendência específica para promover a distribuição das terras, através de um planejamento estratégico e também promover à regularização fundiária de terras públicas já ocupadas. O decreto, no entanto, foi apresentado às vésperas do golpe, e não chegou a ser apreciado pelo Congresso Nacional<sup>3</sup>.

Desse modo, entre as décadas de 1940 e 1960, foram vários os projetos de lei apresentados, nenhum deles aprovado, em que pese a grande mobilização social da época

---

<sup>3</sup> Para mais iniciativas legislativas em prol da reforma agrária no governo João Goulart, ver Gomes da Silva, 1971.

em torno da questão. Logo que os militares assumem o poder, sob o comando do general Castelo Branco, é aprovado o Estatuto da Terra, como veremos em seguida.

## **2.2. Do golpe militar à transição ‘democrática’: a reforma agrária na agenda nacional**

Com o golpe militar, os partidos políticos foram postos na ilegalidade, ocorreu a cassação de direitos políticos, a repressão às manifestações populares e às organizações dos trabalhadores e seus dirigentes. Tudo o que pudesse representar algum tipo de oposição ao novo regime foi ‘suprimido’ da cena política. Desse modo, as lutas camponesas que vinham se articulando desde a década anterior, bem como os sindicatos rurais, foram profundamente atingidos pela nova ordem, sendo seus dirigentes perseguidos e até assassinados. Foi um período de baixa articulação e mobilização social e de implementação de um novo modelo agrícola para o País, caracterizado pela modernização intensiva das lavouras, aumento da atividade pecuária. Associado a esse processo, o Brasil passou por um forte processo de industrialização, desenvolvendo seu parque industrial com forte investimento externo e voltado para a produção de bens para o mercado interno.

Dentro desse projeto de desenvolvimento nacional encabeçado pelos militares e pelas classes dominantes, manteve-se o foco exportador da atividade agrícola segundo os padrões de mecanização internacionais, aprofundando a incorporação da atividade agrícola ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Ao mesmo tempo, a falta de regulamentação do trabalho rural (as reformas getulistas abrangeram fundamentalmente o trabalhador urbano) e os mecanismos de apropriação da terra de milhares de pequenos agricultores com a anuência (no mínimo por omissão) do estado, mantiveram a associação entre práticas modernas e arcaicas no campo brasileiro, aumentaram o processo de proletarização do trabalho rural, expulsando ainda um contingente enorme de trabalhadores e suas famílias para as grandes cidades. Num contexto de repressão política aos trabalhadores, não foi difícil implementar políticas que favorecessem os interesses dominantes, nacionais e internacionais.

A aprovação do Estatuto da Terra, em 1964, se deu tendo em vista esses interesses, não obstante refletisse uma série de debates que vinham ocorrendo no período anterior. Num contexto de forte mobilização social, anterior ao golpe, a demanda por um projeto de reforma agrária que desconcentrasse efetivamente a propriedade da terra e da renda era

latente na sociedade brasileira. O debate da questão agrária estava centrado, para as correntes da esquerda, em especial do PCB, no desenvolvimento das forças produtivas a partir da melhoria das condições de vida de quem vivia no campo, qual fosse a forma de trabalho, a partir do combate à concentração fundiária e o amplo acesso à terra pelos trabalhadores do campo (assalariados ou camponeses) (Prado Jr., 1960). Eram criticadas as concepções que se baseavam apenas na produtividade das terras, pois isso não seria o suficiente para atribuir ao uso e à posse da terra uma função social.

Os articuladores e patrocinadores do golpe militar, no entanto, não compartilhavam dessa mesma visão, porém entendiam que era necessário encontrar uma saída ‘legal’ para a pressão social que vinha sendo feita no período imediatamente anterior à tomada do poder pelos militares. Assim, embora não tenha refletido completamente os debates políticos que vinham sendo travados, em especial no que tange à participação popular, o Estatuto da Terra “teve importante significação como resultado de um longo processo de luta de camponeses e cidadãos comprometidos com a reforma agrária” (Stédile, 2005, vol. 3: 145) representando um instrumento legal relativamente avançado para o que vinha sendo debatido até então.

Nas palavras de Stédile,

“o Estatuto da Terra foi considerado uma legislação progressista, pois pela primeira vez no país, instituiu:

- a) Cadastro de todas as propriedades de terra do país;
- b) Criou um organismo público federal – Ibra – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – encarregado do cadastro das propriedades, dos processos de colonização de terras públicas e de desapropriação de terras. (...);
- c) Criou o instituto de desapropriação pelo Estado daquelas propriedades que subutilizavam seu potencial produtivo. (...);
- d) Uma classificação geral para todas as propriedades, baseadas em critérios de tamanho, utilização e capacidade de produção. (...);
- e) A desapropriação para fins de reforma agrária de todas as propriedades classificadas como minifúndio, visando ao reagrupamento da área; e das propriedades classificadas como latifúndio, objetivando a distribuição de terras.
- f) Critérios de pagamento da área desapropriada: (...) em Títulos da Dívida Pública, resgatáveis em vinte anos.

g) A obrigatoriedade do pagamento do ITR – Imposto Territorial Rural, que até então não existia, e destinava esses recursos para o programa de reforma agrária.

h) O conceito e a possibilidade de formação de cooperativas – forma coletiva de organização da propriedade da terra e da produção das áreas reformadas” (idem: 147).

Mendonça, no entanto, ressalta que

“o primeiro governo militar, ao se apropriar da bandeira da reforma agrária e das demais reformas de base do período pré-golpe, deslocou-as para o âmbito técnico e da eficácia, deixando de lado o movimento social mais amplo que lhes dera sustentação em passado recente” (2006: 38).

O Estatuto da Terra, que teve em José Gomes da Silva<sup>4</sup> um de seus principais elaboradores, recuperava assim as idéias centrais dos projetos de lei anteriormente apresentados, assumindo, assim, a vertente nacional-desenvolvimentista. Mas não foi essa a única influência teórica do Estatuto. Havia também o reflexo das concepções norte-americanas, que defendiam a reforma agrária com o objetivo de reestruturar a propriedade da terra nos marcos do capitalismo, como parte de uma alternativa anti-comunista, buscando conter o movimento que vinha adquirindo contornos no continente nessa época, a exemplo de Cuba, que com a revolução de 1959 promoveu uma reforma agrária radical em seu território.

Gomes da Silva ressaltava, à época, que

“grupos conservadores, como as diretorias dos bancos internacionais de fomento, têm condicionado a ajuda financeira a certos países à realização prévia de modificações no regime de tenência da terra, de modo a eliminar primeiramente as barreiras que bloqueiam o processo de desenvolvimento” (1971: 102),

o que demonstra como a reforma agrária era importante do ponto de vista do desenvolvimento do capitalismo monopolista internacional (conforme falamos no capítulo

---

<sup>4</sup> José Gomes da Silva é considerado um grande especialista no tema. Ele foi consultor da FAO, um dos elaboradores do Estatuto da Terra, apoiou amplamente as lutas pela terra que eclodiram a partir da década de 1970 no Brasil e, em 1985, assume, no governo de José Sarney a presidência do INCRA, buscando um diálogo com o movimentos sociais no sentido de efetivar a aplicação do I PNRA.

anterior) e estava estreitamente ligada à estratégia de desenvolvimento dependente de nações periféricas, em especial nas antigas colônias. Assim, ela se desenvolveria sem alterar o regime de propriedade privada (Oliveira, 2001). Nesse sentido também Mendonça (2006) nos alerta para o caráter contraditório dessa lei, o que muitas vezes, na visão dela, é desconsiderado pelos estudiosos do tema, argumentando que dentre as reformas implantadas no primeiro período do regime militar,

“a reforma agrária teria um significado peculiar, tanto por sua feição eminentemente política, quanto pela tendência, por ela instaurada, de mistificação dos termos que permeariam o debate, contribuindo bastante para nublar os interesses de classe que abririam espaço para a defesa ferrenha de posições que, a rigor, negavam a proposta reformista” (idem: 39).

Nesse sentido, mesmo ao prever mecanismos que possibilitariam promover ao menos a realização de uma reforma agrária clássica no território brasileiro, o Estatuto acabou sendo aplicado apenas com relação àquilo que permitia manter o País enquanto uma economia dependente, adaptada à nova fase do capitalismo mundial e subordinada a uma determinada divisão internacional do trabalho. Como era essa a concepção hegemônica dentro do governo, o Estatuto da Terra, em que pesem os seus dispositivos ‘avançados’ em relação à política agrária, possibilitou levar adiante o projeto de modernização conservadora do campo brasileiro, ou seja, uma modernização que não procedeu à desconcentração da terra (Oliveira, 2001).

Isso foi feito através do amparo legal às políticas de colonização<sup>5</sup>, através da venda de terras públicas, numa política que beneficiou largamente as empresas estrangeiras, e da tributação de terras improdutivas, evitando-se a desapropriação e a alteração do padrão de concentração fundiária (Gomes da Silva, 1971). Associado a tal estratégia tivemos também um período de realização de grandes obras de infra-estrutura, com a construção de usinas hidrelétricas, abertura de estradas, entre outros, visando um maior e melhor escoamento da produção.

---

<sup>5</sup> Oliveira assinala que, durante as gestões Médici e Geisel, alguns planos ‘reformistas’ foram aprovados e implementados, mas dotados de um caráter profundamente ambíguo e “buscando-se em definitivo desvincular a política agrária das idéias de reforma” (2001: 233).

A execução desse modelo de desenvolvimento foi favorecida pelo quadro de repressão política intensa realizada através do estado e, apesar de haver proporcionado crescimento econômico ao País, aprofundou também o quadro de desigualdades sociais e econômicas, bem como as contradições inerentes às forças produtivas que se desenvolveram. Quando, na década de 1970, ele começou a dar sinais de esgotamento, abalado por uma conjuntura internacional também desfavorável (Oliveira, 2001), o movimento de resistência ao regime e às condições políticas, sociais e econômicas impostas encontrou um espaço para se desenvolver novamente. No meio rural, constatou-se o aumento dos conflitos pela posse e o uso da terra, resultado inclusive da rearticulação dos trabalhadores rurais, e o governo se viu obrigado a aplicar o Estatuto da Terra também como forma de conter tais conflitos.

“Inaugura-se então a reforma agrária pontual, destinada a amainar os conflitos sociais e evitar reações mais vigorosas dos camponeses. Esse artifício não funcionou, e o que vimos no período de 1979-1983 foi a eclosão de muitas lutas de posseiros da Amazônia e o ressurgimento da luta “massiva” pela terra em praticamente todo o território nacional” (Oliveira, 2001: 152).

Os últimos anos do regime militar e, posteriormente, a posse de José Sarney na Presidência da República, eleito indiretamente pelo Colégio Eleitoral, foram marcados, portanto, pela rearticulação das forças sociais no meio rural, tanto do lado dos proprietários, como dos não-proprietários. Em 1975 tivemos o surgimento da CPT, entidade vinculada aos setores progressistas da Igreja Católica, que realizava um trabalho de conscientização de pequenos proprietários e camponeses pobres, através de cursos de educação popular e da defesa dos direitos humanos do setor, que cumpriu importante papel na reorganização dessas forças sociais.

Em 1979, a CONTAG realizou o seu 3º Congresso Nacional e apresentou uma proposta de reforma agrária fundada na alteração do padrão de concentração fundiária, democratização do acesso à terra e participação direta da classe trabalhadora no processo. Reafirmavam o Estatuto da Terra como um instrumento essencial para a realização da reforma, para que essa se efetivasse imediatamente. Além disso, no Congresso foi feita a crítica às políticas de colonização empreendidas pelos militares, tidas como uma forma de

não realizar uma reforma efetiva, bem como ao INCRA, reivindicando sua vinculação à Presidência da República (o que, diga-se de passagem, até hoje é pauta de reivindicação entre os movimentos sociais). Esse Congresso também foi marcado pela constatação da diversidade de situações fundiárias presentes no meio rural, composta de posseiros, sem terra, assalariados, atingidos por barragens, entre outros, num momento em que começa a haver reivindicações por políticas específicas para cada uma delas.

Em 1983 foi iniciada uma ampla campanha em prol da reforma agrária, que refletiu as reivindicações acumuladas durante décadas, visando conscientizar a sociedade para o problema fundiário, defendido como uma questão que afetava não apenas quem vivia no campo, mas também nas cidades. Nas entrevistas temos passagens interessantes a respeito dessa campanha, conforme veremos no capítulo 4. O significado desse momento político foi relevante na medida em que ocorria não apenas a rearticulação política das classes sociais presentes ao meio rural, favorecido pela transição política, mas também uma disputa ideológica do sentido e o caráter da reforma agrária para o País no estágio em que se encontravam as forças produtivas naquela época. Após 20 anos de regime militar e de implementação de uma política de modernização do campo sem desconcentração fundiária, casada com os interesses internacionais e a manutenção do caráter dependente da economia, a configuração do campo brasileiro já havia mudado muito, e o debate iniciado nas décadas de 1950 e 1960 precisaria ser retomado em outro patamar.

A partir daqui veremos os desdobramentos para a classe dominante e para sua relação com a sociedade civil e o estado, deixando para o próximo capítulo a análise acerca das lutas da classe trabalhadora, marcada especialmente pelo surgimento do MST e por uma nova abordagem política, social e econômica do tema.

Bruno (2002) faz um estudo do período político pós-ditadura e apresenta-o como o início de um período em que os sujeitos dominantes no meio rural afirmaram novas formas organizativas e uma nova relação com a propriedade da terra, afastando-se da imagem atrasada do latifúndio, num processo de disputa pública sobre o caráter da luta de classes no campo e do modelo produtivo para o País. O surgimento de novas formas de organização social no campo, representadas principalmente pelo MST, gerou repercussões nas formas de organização da classe dominante, que também passou a apostar no fortalecimento de suas entidades representativas como forma de combater as ações de ocupação de terra e mobilizações sociais, buscando ainda obter vantagens nas negociações com o estado. Isso

pode ser considerado como uma das conseqüências da própria transição política que, não obstante seu caráter conservador, não resistiu a uma maior penetração das demandas da classe trabalhadora entre os organismos estatais, como resultado do aumento do poder de pressão que os movimentos de luta pela terra obtiveram com o ascenso político de suas lutas.

Antes de continuarmos, porém, é preciso dizer que a organização da classe dominante segundo entidades de representação política não é nova no Brasil. Mendonça (2006) assinala que entre fins do século 19 e início do século 20 é que se tem notícias das primeiras entidades desse setor, caso da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), originada no Rio de Janeiro em 1897, e da Sociedade Rural Brasileira (SRB), de São Paulo, em 1919, que tiveram

“uma participação extremamente ativa junto aos inúmeros contextos de debate nacional sobre a reforma agrária, traduzindo a posição e as idéias do segmento tido como o mais “moderno” da classe dominante agrária brasileira, haja vista a agremiação [no caso a SNA] congregar os poderosos interesses do setor mais industrializado dos ‘proprietários rurais’, mormente frigoríficos, industriais do setor de beneficiamento alimentícios e correlatos, sem falar nas grandes empresas – nacionais e estrangeiras – que, mais contemporaneamente, passaram a investir igualmente em terras (...) no restante do País” (Mendonça, 2006: 32-3).

À medida que avançou o debate sobre a reforma agrária no Brasil, em especial a partir da segunda metade do século passado, essas entidades passaram a atuar como críticas, por dentro do estado, das tentativas de implantar projetos de reforma agrária no País. Elas atuaram fortemente na deposição do presidente João Goulart, em 1964, através de meios de comunicação próprios e de alianças estabelecidas com a burguesia brasileira e os próprios militares.

Quando o general Castelo Branco anunciou a elaboração do Estatuto da Terra, não foram poucos os proprietários de terra que se julgaram ‘traídos’ (Mendonça, 2006), e organizaram inúmeras mobilizações contra a nova lei. A SNA, por exemplo, chegou a enviar ao governo um projeto próprio de reforma agrária, em que propunha uma ‘reformulação agrícola’, com a organização de um sistema de crédito agrícola, mecanização

da lavoura, subsídio para a aquisição de insumos e a utilização das terras públicas em projetos de colonização (idem).

Sauer, porém, destaca que

“o setor patronal se deu conta rapidamente que a ênfase da política agrária e agrícola do governo não era, em hipótese nenhuma, à aplicação do Estatuto da Terra, mas a remoção dos obstáculos para a entrada do capital no campo, voltou a apoiar politicamente o regime militar. Os incentivos fiscais para a modernização agropecuária e para a abertura de novas fronteiras agrícolas foram os dois instrumentos que selaram o pacto militar-latifundista (Martins, 1989), eliminando qualquer restrição das entidades representativas do setor patronal ao regime de exceção” (2007: 136).

Assim, em que pesem as duas vertentes do Estatuto, uma distributivista e outra produtivista, já dissemos que somente a segunda foi efetivamente implementada durante o regime militar, o que demonstrou a força política dos fazendeiros junto ao estado na aprovação de medidas que representavam seus interesses. Evidente que, conforme vimos no primeiro capítulo, isso dificilmente seria concretizado se a agricultura também não tivesse um papel tão central no desenvolvimento de uma economia com as características da brasileira. Dessa forma, também foi a confluência de interesses internos e externos, nos marcos da dependência, que possibilitou a manutenção do poder de classe dos fazendeiros. Esses, por sua vez, também tiveram que promover adaptações tanto na forma de se organizarem em prol dos seus interesses, quanto na forma de levarem adiante seu modelo produtivista, fazendo-o através de uma mudança de discurso e, como argumenta Bruno (2002), a criação de um *habitus* de classe específico.

A partir da década de 1970 é possível assinalar uma mudança de postura dos fazendeiros em relação à forma de auto-identificação. Acentuava-se cada vez mais a figura do empresário e da empresa rural, substituindo a do coronel, o que ocorreu de forma muito veloz no Sul do País, como afirma Mendonça.

“Mais do que ultrapassar o latifúndio, a empresa rural geraria necessariamente a transformação do latifundiário em empresário, dotado de atributos tais como a racionalidade, a criatividade e o espírito de iniciativa, capaz, por tudo isso, de fazer frente aos negócios e às necessidades da modernização da agricultura e ao desenvolvimento da

nação. Nessa nova identidade, não deveriam limitar-se ao papel de meros proprietários de terra, porém contar com uma mentalidade “evoluída” e aberta às inovações tecnológicas de que estaria carente a agricultura brasileira” (2006: 52-3).

Esses ‘empresários’ reivindicavam um papel de maior destaque da atividade agrícola na economia nacional, mais políticas públicas para o setor, que julgavam abandonado em nome do processo de industrialização. Assim, demandavam crédito, subsídio e uma maior integração com a economia internacional, visando assim completar o ciclo de articulação de interesses sob os parâmetros dependentes. Sendo assim, quando a ditadura começa a entrar em declínio, a agricultura brasileira já não era mais a mesma de 20 anos atrás, tendo passado por um profundo processo de modernização e racionalização, cada vez mais integrada com a atividade industrial e com os interesses internacionais.

Nesse modelo, cumpre ressaltar que, além do fornecimento de matérias-primas para o exterior, o desenvolvimento agrícola sob os parâmetros da produtividade e da utilização da tecnologia em todas as fases do processo passou a permitir ganhos financeiros diferenciados. Como ela só se tornava lucrativa com altos investimentos tanto na produtividade da terra como na tecnologia, o montante de trabalho social necessário para realizá-la não se restringia mais somente ao campo. Os investimentos para aumentar a produtividade das terras passaram a ser feitos também nas cidades, em grandes laboratórios e indústrias que produzem insumos, sementes, agrotóxicos etc., excluindo cada vez mais o trabalhador rural e sua matriz produtiva da cadeia, assim como os pequenos e médios produtores à medida que aumenta o processo de concentração do capital no campo. Esse foi um processo que se aprofundou no período pós-ditadura, e continua até hoje, no qual a autonomia da produção no campo passou das mãos do grande proprietário fundiário para bancos e multinacionais, que investem no negócio, desde que o mesmo esteja condicionado aos interesses corporativos internacionais.

Tal modelo, mesmo com todas as alterações no processo de produção agrícola brasileiro, não se alterou no fundamental, já que o regime de propriedade no meio rural manteve-se o mesmo, baseado em grandes extensões de terra concentradas nas mãos de poucos proprietários, resultando na expulsão de enormes contingentes de trabalhadores para as grandes cidades e deixando outros milhares na miséria, vivendo de trabalhos temporários nas lavouras mecanizadas ou de relações de arrendamento a médios e grandes

capitalistas. As contradições resultantes desse modelo foram eficazmente reprimidas pelo regime militar, até que este começou a dar mostras de enfraquecimento, abrindo às classes dominadas a possibilidade de se rearticularem em torno da luta pela terra. Num primeiro momento, isso gerou, por um lado, o aumento dos conflitos pela posse e o uso da terra e, por outro, demandou à classe dominante preparar-se para as novas formas de ação que os setores dominados passariam a adotar.

Do ponto de vista teórico, Mendonça assinala um aspecto interessante que pôde ser verificado de forma mais nítida a partir do período de transição política, que foi a desagregação da questão agrícola da questão agrária, em dois parâmetros produtivos cada vez mais inconciliáveis entre si. De um lado estariam os grandes produtores, associados à atividade industrial e ao mercado internacional, utilizando alta tecnologia, insumos e produzindo segundo a demanda internacional; de outro, os pequenos proprietários, camponeses, posseiros etc., pautados por relações de subsistência e produção de alimentos para o mercado interno. Essa diferenciação gerou uma dicotomia no meio rural que, além de aprofundar os conflitos pela posse da terra e evidenciar o caráter de classe entre eles, favoreceu os grandes produtores na relação com o estado, seja no trato institucional, na destinação de recursos, na formulação de políticas públicas e na vinculação com a estratégia econômica do País, o que se aprofundou com o avanço do agronegócio a partir da década de 1990.

Para a autora, isso também trouxe desdobramentos no que diz respeito às diferenciações entre a questão agrária e a reforma agrária, que deveria ser tratada como uma decisão política do estado no sentido de implementar determinado modelo de desenvolvimento rural e não como política setorial, abordagem que acabou sendo consolidada após a transição do regime militar para a democracia burguesa. Ela assinala que a reforma agrária, em si, foi uma bandeira política e social emergente apenas no século 20, fruto de lutas sociais em torno da democratização do acesso à terra, melhoria das condições de vida no campo e o próprio desenvolvimento nacional. Já a questão agrária, afirma ela, estaria ligada à própria história do Brasil, sua forma e ocupação territorial e o que isso significou em termos de concentração de poder político e econômico.

No plano da luta política essa diferenciação foi utilizada de maneira tática pelos setores dominantes, que procuraram esvaziar o conteúdo político de ambas, pautando a questão agrícola como a que reuniria as demandas para o 'único' modelo de

desenvolvimento possível para o campo brasileiro, o que veremos mais adiante. Assim, perderia importância a questão da concentração da propriedade, sendo que esta se tornaria inclusive ‘desejável’, por permitir um melhor aproveitamento econômico, aliando-se à utilização da tecnologia para alcançar maiores índices na produção e, assim, obter maiores lucros.

As classes dominadas, por sua vez, encontravam-se em um período de ascenso de suas lutas, e acabaram utilizando a questão agrária como forma de “legitimação”, demandando, no plano institucional “intervenções governamentais permanentes” (Oliveira, 2001: 72), confirmando uma alteração no caráter das lutas de classe dentro do estado brasileiro.

Não obstante, durante a década de 1980 as classes dominantes procuraram pautar a reforma agrária limitando-a a uma medida de solução de focos de conflito e ressaltando a necessidade de investimentos na agricultura (públicos e privados) sob os paradigmas mencionados. Isso foi construído a partir da defesa explícita do direito absoluto à propriedade (como um direito histórico, hereditário e inviolável) e do argumento da ‘inaptidão’ dos pobres do campo para a atividade nos novos marcos tecnológicos, o que sinaliza, em grande medida, o preconceito social a partir do que Bruno (2002) classifica como o *habitus* das classes dominantes desenvolvido a partir da Nova República.

Segundo ela, historicamente as classes dominantes construíram para si e para seus adversários determinados lugares-comuns, tendo no direito de propriedade o pano de fundo de sua auto-imagem, uma “forma antiga e segura de se criar riqueza e se obter reconhecimento político, status e prestígio estável” (Bruno, 2002: 14). Isso configurou no seio das classes dominantes do campo,

“um *habitus* social dos grandes proprietários de terra e dos empresários rurais intimamente ligado ao processo de formação da sociedade brasileira, à constituição da propriedade da terra e ao lugar social e político ocupado pelos grandes proprietários de terra no Brasil. São *habitus* que amiúde se produzem e se reproduzem juntamente com as transformações da propriedade” (idem: 26).

Quando José Sarney assume a presidência, o campo brasileiro era palco de muita agitação política. O MST vinha se estruturando como um movimento nacional há alguns

anos e seu marco de fundação, o ano de 1984, distanciava-se apenas alguns meses da posse do novo presidente. O tema da reforma agrária era amplamente discutido pela esquerda brasileira, e pela sociedade como um todo, obrigando a um posicionamento do novo governo. As declarações de Tancredo Neves sobre a necessidade da reforma, pouco antes de sua morte, tornaram essa reivindicação ainda mais latente. Sarney, num primeiro momento, correspondeu às expectativas, criando um órgão específico para tratar do tema, o MIRAD (mais tarde MDA) e nomeando para sua chefia Nelson Ribeiro. Para a presidência do INCRA, José Gomes da Silva. Ambos eram estreitamente ligados à questão agrária e aos movimentos sociais.

Além disso, sinalizara com uma maior proximidade com a CONTAG, comparecendo ao seu 4º Congresso, em maio de 1985, para anunciar a elaboração do I PNRA, e elegeu o movimento sindical e a igreja progressista como interlocutores principais do processo de reforma agrária (Bruno, 2002). O discurso oficial colocava a questão agrária como uma questão que poderia agora ser resolvida pois “a sociedade brasileira, finalmente, havia amadurecido para assumi-la” (Bruno, 2002: 52). Porém, ao eleger a desapropriação como o instrumento prioritário da reforma e as entidades da classe trabalhadora no campo como os principais interlocutores, gerou entre as classes dominantes ‘indignação’ e ‘desconforto’. Estes, como dissemos, estavam mais interessados em completar o processo de modernização da agricultura brasileira, sob os mesmos critérios utilizados durante o regime militar.

É o início da retomada da disputa ideológica do conceito de reforma agrária, da função social da propriedade e do modelo adequado de desenvolvimento para o campo brasileiro. As classes dominantes direcionaram suas críticas (tendo na imprensa<sup>6</sup> uma importante formadora da opinião pública) no sentido de apontar os prejuízos que a reforma agrária pretendida pelo governo traria à produção em escala e à economia brasileira como um todo, enaltecendo a ‘vocalização agrícola’ do País. Além disso, a medida representaria um ataque ‘inaceitável’ ao direito de propriedade, o que confirmava os “velhos temores dos mesmos grupos que jamais aceitaram qualquer reformulação na estrutura fundiária do país” (Oliveira, 2001: 240).

Considerando que o momento histórico que atravessava o Brasil favorecia a luta dos trabalhadores, algumas representações do patronato agrícola se apressaram em fazer

---

<sup>6</sup> Sobre a repercussão na imprensa no período assinalado, remetemos a Bruno, 2002.

uma defesa ‘tática’ do plano, buscando, com isso, obter vantagens políticas e econômicas num futuro próximo. A SNA, por exemplo, defendia a existência do plano, mas ponderava que a solução para os conflitos no campo não estaria na realização de uma reforma agrária que distribuisse terras, mas sim na solução judicial dos conflitos fundiários (Mendonça, 2006).

Bruno (2002) alerta também para a tentativa dos proprietários de proceder à ‘unidade entre as classes’, colocando o governo Sarney como inimigo de ambas. Apelaram à solidariedade entre trabalhadores e proprietários para acabar com os conflitos no meio rural, fundamentando a união no preconceito existente em relação a quem vive no campo por parte da sociedade urbana. Na verdade, para os proprietários, a tentativa de cooptação tinha como objetivo enfraquecer a luta social em prol da reforma agrária, criar as condições para expandir a fronteira agrícola, conquistar mais terras para a grande produção e aprofundar os laços com conglomerados econômicos (Bruno, 2002).

Não obstante tais tentativas de aproximação e cooptação por parte dos proprietários de terras, o discurso do governo à época, rompia, pela primeira vez,

“com a lógica das argumentações vigentes no período dos governos militares. “Reforma agrária não é questão de segurança nacional, mas de política social. Não se identificará com a colonização e nem é uma questão técnica”, afirma Nelson Ribeiro na imprensa. “O processo de reforma agrária foi entorpecido nesses últimos 21 anos pelo paliativo da tributação e a colonização de áreas virgens, anuncia Gomes da Silva. A reforma agrária da Nova República, ao contrário, se propõe a distribuir terras onde existirem excedentes populacionais e privilegiar o instituto da desapropriação. Nosso objetivo é transformar “enxadeiros em proprietários”, declara Gomes da Silva, causando grande indignação nos grandes proprietários de terras” (Bruno, 2002: 55).

Sem dúvida estas foram declarações muito radicais para um país que acabara de sair de uma ditadura militar de 20 anos, e impulsionaram ainda mais as iniciativas da classe trabalhadora. A classe dominante, para evitar a realização de uma reforma que pusesse em risco seu projeto para o campo e o próprio processo de transição política ‘controlada’, ampliou suas alianças (buscando apoio entre setores da burguesia urbana e nos meios de comunicação), objetivando iniciar uma propaganda contra a reforma e pressionar o

governo para que esse recuasse em suas posições. Acusavam a proposta de ser inviável economicamente, de penalizar quem já estava produzindo no campo, além de ‘ressuscitar o fantasma’ do comunismo, ao associar as declarações do governo de que a reforma agrária seria, entre outras coisas, uma medida de justiça social com o risco de coletivização da propriedade e um primeiro passo para uma revolução socialista.

Nas palavras de Bruno,

“naquela conjuntura de transição e de expectativas, *a linguagem do compromisso social subvertia porque, juntamente com a crítica à especulação, tornava pública uma outra face da modernização da agricultura que os grandes proprietários e empresários rurais procuravam a todo custo esconder*: a seletividade desse processo e a exclusão dos trabalhadores rurais. Enquanto a defesa de uma reforma agrária esteve associada às necessidades sociais, o argumento das elites patronais de que o Brasil prescindia de uma reforma agrária, pois a agricultura encontrava-se enfim modernizada, perdia o seu vigor político e ideológico” (2002: 74, grifos nossos).

O governo sinalizava, como forma de ‘apaziguar’ os conflitos, que haveria o respeito às propriedades produtivas e a elaboração do plano de reforma seria nos marcos do Estatuto da Terra. Ocorre que para as entidades de representação dos proprietários, isso também não era consenso (Oliveira, 2001). Bruno assinala que havia duas vertentes, uma defendendo a aplicação do Estatuto, argumentando que o I PNRA não respeitava os dispositivos legais, como forma de evitar que o processo de reforma agrária se tornasse ainda mais radicalizado. A outra vertente sequer reconhecia o Estatuto como uma legislação válida, posicionando-se contrariamente ao conceito de função social e de propriedade produtiva nele contido. O que realmente unificava o discurso dos proprietários eram as discussões sobre os custos da reforma agrária e a forma de pagamento das desapropriações (Bruno, 2002).

As entidades patronais se apressaram em fazer ‘sugestões de reforma’, defendendo a tributação como o instrumento prioritário, o uso de terras públicas e um plano que se voltasse apenas para as regiões de conflito. Ou seja, nada que inovasse muito em relação ao discurso produzido na década de 1960. A novidade aponta no sentido do que Bruno (2002) chama de “nova retórica produtivista”, ou seja, ao novo papel que a agricultura desempenha

na economia nacional, negando a existência do latifúndio e ressaltando a necessidade de preservar aqueles que estão produzindo. Oliveira argumenta que

“vai se insinuando lateralmente um novo tipo de oposição mais qualificada à proposta, envolvendo parte dos segmentos ligados ao empresariado rural mais moderno, apegado, em tese, a qualquer reação anti-reformista por princípio. Em vez do discurso que alardeia uma ameaça à propriedade como justificativa para uma oposição, foge a essa identificação. Suas críticas vão se centrar em elementos que tendiam a redirecionar o próprio debate, atendo-se ao conteúdo técnico que embasava a proposta, apontando erros prováveis em suas formulações ou possíveis desvios ideológicos “comunizantes” em seu arcabouço” (2001: 240-1)

Não se pode negar, também, que esses setores souberam se aproveitar do caráter dependente da economia brasileira e da influência das relações externas, num momento em que se desenhava uma nova aliança entre a atividade agrícola e industrial, formada por empresas transnacionais, bancos estrangeiros e proprietários fundiários. Nesse contexto, ao estado caberia assumir os investimentos em infra-estrutura e subsídios à produção em escala, o que já vinha se desenvolvendo desde o processo de modernização iniciado no regime militar. Bruno alerta que esse processo ajudou a sedimentar uma nova identidade patronal, e a ‘empresarialização’ da atividade começava a se tornar um motivo de orgulho para os proprietários, pois se relacionava o crescimento econômico do País, sua posição na divisão internacional do trabalho e a afirmação da vocação agrícola. Mas é somente nas décadas de 1990 e 2000 que tal processo se consolida no País, sob o modelo que denominamos de agronegócio, cujas características estudaremos no próximo item do capítulo.

“A integração entre os capitais e a diversificação cada vez mais crescente da atividade produtiva também contribuíram para legitimar o novo discurso patronal e encobrir a improdutividade e a especulação com as terras. Além disso, é importante salientar que o novo discurso produtivista não se destina tão-somente a produzir dividendos políticos e simbólicos no confronto em torno da reforma agrária. Há uma preocupação efetiva com o uso de novas tecnologias e a implementação de novas formas de gestão, consideradas necessárias a uma maior eficácia da atividade agrícola. Para as elites

rurais, a presença de empresas multinacionais no campo contribuiu significativamente para a mudança de mentalidade da classe. Segundo os principais porta-vozes da SRB, nenhum setor ficou imune a esse processo de internacionalização da agricultura e todos passaram “não mais a atuar como um sacerdócio, mas como um negócio”. Na verdade, *o artifício político foi o de apresentar como realidade já consolidada um processo ainda em construção e marcadamente heterogêneo*, bem como omitir o fato de que a modernização da agricultura, além de seletiva, não questionou, antes aprofundou, o monopólio fundiário” (Bruno, 2002: 91, grifos nossos).

Essa rearticulação foi, inicialmente e em parte, dificultada pelo ascenso das lutas de massa iniciadas ainda no fim da década de 1970, com a conseqüente reorganização das entidades de classe e o surgimento de partidos políticos e movimentos sociais, que também passaram a contar com suas representações dentro do estado, conforme já foi dito no capítulo anterior, quando tratamos do PT e do governo Lula. No meio rural, a situação não foi diferente, e o surgimento do MST e sua tática de ocupação de propriedades improdutivas demandou aos produtores rurais e latifundiários o fortalecimento de suas entidades representativas e uma ação mais contundente por dentro do estado. Contando, porém, com o poder econômico, a aliança com os demais setores da burguesia brasileira e estrangeira, bem como o apoio dos meios de comunicação, obteve sucesso na empreitada e conseguiu enfraquecer as pretensões reformistas do governo Sarney. Este, por sua vez, que sempre se mostrou ambíguo em relação ao caráter da reforma agrária que pretendia implementar, acabou por fim capitulando aos interesses dominantes.

Desse modo, embora o I PNRA tenha constituído, ao menos no papel, num programa ousado objetivando a desconcentração fundiária e a democratização do acesso à terra, que previa o assentamento de 1 milhão e meio de famílias em 4 anos, acabou por não ser executado (dados do INCRA informam que no período foram assentadas 89.950 famílias, enquanto o MDA trabalha com o número de 83.687, já revelando que as disparidades na contabilização dos números da reforma agrária é bastante antiga). E, conforme afirmou Neuri Rossetto em sua entrevista para este trabalho, o estado brasileiro perdeu mais uma chance histórica de realizar uma reforma agrária massiva.

O que se seguiu a estes acontecimentos foi a eleição da Assembléia Constituinte, em 1986, para a elaboração e aprovação da Constituição Federal, aprovada em 1988, que foi

igualmente palco de muitas disputas políticas em torno do seu conteúdo. Falaremos mais sobre a mobilização em torno da emenda referente à temática agrária no próximo capítulo, já que essa se constituiu essencialmente como uma bandeira da classe trabalhadora. No que tange à ação das classes dominantes, essas, principalmente por meio da UDR, conseguiram barrar dispositivos mais avançados, atribuindo à temática agrária alguns poucos artigos, de pouca aplicação prática, que dependeram, posteriormente, de aprovação de leis ordinárias, portarias e outros instrumentos legais para que fossem efetivamente cumpridos, o que também é assinalado por Medeiros (2003).

Vale dizer que a UDR<sup>7</sup> foi uma das principais forças representativas do setor nesse período, emergindo como um pólo forte, ainda que polêmico, no campo da representação política. Por ocasião da ANC, demonstrou, por meio da chamada bancada ruralista, ampla capacidade de mobilização, tendo realizado diversas ‘marchas’ de produtores em Brasília e não se restringindo apenas a realizar um confronto direto com as forças sociais organizadas no campo, a exemplo do MST (Oliveira, 2001).

Mendonça (2006) assinala que a UDR ainda cumpriu o papel de ampliar os canais de representação, organizando a atuação dos ruralistas diante do estado e da sociedade. Não obstante, a UDR sempre esteve associada a acusações de práticas violentas em nome da defesa do direito de propriedade o que, de certa forma, a afastava de outras entidades em relação ao discurso e aos posicionamentos políticos, ainda que se aproximassem quanto ao objetivo de evitar a realização de uma reforma agrária massiva no País.

Alguns autores argumentam, no entanto, que a UDR surgiu “em meio a uma crise de representação da estrutura patronal brasileira” (Mendonça, 2006: 131), num contexto de ascensão de movimentos de luta pela terra que utilizavam a tática do confronto direto, via ocupação de terras improdutivas, e de insatisfação dos grandes proprietários com as ações das entidades tradicionais, as quais eram julgadas insuficientes para conter o avanço das forças populares no campo.

Nesse sentido, nos parece possível dizer também que a UDR surgiu como uma resposta ao próprio amadurecimento das lutas sociais, procurando fazer frente aos novos movimentos sociais, mas dentro da mesma concepção histórica de defesa da propriedade. Os proprietários rurais passaram a apostar com mais intensidade na representação institucional como um “espaço de construção de identidade e representação dos interesses

---

<sup>7</sup> Para mais detalhes sobre as origens e o funcionamento da UDR, ver Mendonça, 2006.

das classes e grupos dominantes no campo, tanto no Congresso Nacional como perante a sociedade brasileira” (Bruno, 2007), representação que ficou conhecida como bancada ruralista, que caracterizaremos rapidamente.

Mais do que um espaço de articulação política e institucional dentro do estado, a bancada ruralista possui, desde o seu surgimento, o papel de formar e difundir uma determinada ‘concepção de mundo’, comum aos proprietários de terra e empresários rurais, com vistas a garantir o padrão de concentração fundiária, o modelo de desenvolvimento rural hegemônico e a forma de acumulação de capital (Bruno, 2007, Vigna, 2001). Isso é feito por meio de demandas de renegociação de dívidas, aprovação de projetos de lei que estejam em acordo com os interesses da agricultura de larga escala exportadora, realização de obras de logística e *lobbies* contrários às demandas apresentadas por parlamentares ligados aos movimentos de luta pela terra.

Além disso, Bruno destaca que a participação dos parlamentares em Comissões Parlamentares se dá sobre os mais variados temas, com ênfase naquelas relacionadas à atividade agrícola, ou que possuem importância estratégica do ponto de vista político e/ou econômico. Um dado interessante a ser ressaltado é a ‘longevidade’ dos mandatos dos parlamentares que compõem tal grupo político: quase a metade dos parlamentares da atual legislatura (2007 - 2010) está em seu quarto mandato consecutivo, sendo que vários deles estiveram presentes na ANC, em 1986 (Bruno, 2007).

A maior parte dos parlamentares integrantes deste grupo, também na atual legislatura, está no PMDB, DEM e PR (Bruno, 2007), mas se reconhecem, segundo Vigna, como um grupo ‘suprapartidário’, que classifica ainda a bancada como “um grupo de interesse atípico, que atua dentro do Estado, sendo parte do Estado” (Vigna, 2001: 14). Bruno afirma que “PT e PV nunca estiveram presentes”, mas alerta para o fato de que vários dos partidos que possuem ruralistas entre seus quadros hoje compõem a base aliada do governo Lula.

Outro dado interessante a esse respeito é o fato de que na legislatura 1999-2002, correspondente ao segundo mandato de FHC, os deputados, segundo Vigna, também se auto-identificavam como base de apoio do governo. O que demonstra, entre os membros da bancada ruralista, a desvinculação a qualquer ideologia partidária específica (Vigna inclusive alerta para o fato de que eles são considerados parlamentares ‘instáveis’, cujo voto pode variar, se estiver em contrário com seus interesses específicos), estando mais preocupados

em garantir que a estratégia geral do estado (sob qual governo for) esteja vinculada ao seu projeto de desenvolvimento rural.

Após terem interferido decisivamente na Constituinte, ainda sob a representação mais direta da UDR, hoje se pode dizer que a bancada ruralista não é composta apenas por membros desta entidade, cuja abordagem, bastante agressiva, em relação aos movimentos sociais e à defesa do direito de propriedade retirou-lhe um pouco da legitimidade, apesar de ter atuado fortemente durante os trabalhos da CPMI da Terra, em 2005. Nos dias atuais, é possível dizer que a atuação dessa bancada ainda se faz bastante presente no Congresso Nacional, conforme o estudo de Bruno (2007), embora seja necessário ponderar que os interesses do agronegócio não se resumem apenas aos interesses dos produtores rurais. Dessa forma, a ação institucional e de representação política se dá em diversos setores da economia.

De um jeito ou de outro, o cenário que se seguiu, após o regime militar e o governo Sarney, foi de avanço das forças produtivas capitalistas no meio rural, aproximando cada vez mais os interesses dos grandes proprietários de terra dos da burguesia industrial e financeira, no Brasil e no exterior, mantendo o ciclo dependente, porém de forma mais profunda. A década de 1990, apesar de ter sido marcada pelo crescimento do MST e pelo aumento da sua legitimidade junto à sociedade, foi acompanhada de um descenso geral das lutas de massa no País e, em relação às transformações pelas quais vinha passando meio rural brasileiro, pela implementação da chamada ‘reforma agrária de mercado’, conforme veremos a seguir.

### **2.3. A ‘reforma agrária de mercado’ e o agronegócio**

Durante a década de 1990, a disputa pela reforma agrária perdeu parte de seu vigor ideológico, resultado de uma ação governamental muito bem articulada, conforme veremos a seguir e também no capítulo reservado às entrevistas, segundo a análise de João Paulo Rodrigues, da direção nacional do MST. A recessão econômica que atravessou o Brasil durante a década de 1980, aliada à rearticulação relativamente rápida do bloco hegemônico, contribuíram para um forte descenso das lutas de massa, acentuada ainda por alterações da estrutura produtiva industrial e o eixo político e econômico adotado no governo FHC, de combate à inflação e implementação do Plano Real.

No tocante à temática agrária, o início da década de 1990, ainda sob o mandato de Collor de Melo e Itamar Franco, não apresentaram grandes novidades. O MST vinha evoluindo e se territorializando por todo o País, porém não houve nenhuma política agrária de fôlego, tendo havido inclusive tentativas de fechamento do INCRA e extinção do MIRAD. Posteriormente, já durante os mandatos tucanos, a tática governamental centrou-se, principalmente, em tentativas constantes de cooptação, divisão e criminalização dos movimentos sociais, além da judicialização dos conflitos. No plano da política agrária, implementou uma política de assentamentos que ficou conhecida como ‘reforma agrária de mercado’, do que falaremos adiante.

Além da perseguição a dirigentes, foram freqüentes as ações policiais reprimindo manifestações sociais dos sem terra, o que resultou em massacres como o de Corumbiara (RO), em 1995 e de Eldorado dos Carajás (PA), em 1996, sendo que esse último ganhou ampla repercussão nacional e internacional, e marcou o dia 17 de abril como um dia mundial de luta camponesa, que também foi instituído como tal em lei pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Ocorre que a repercussão do ocorrido em Carajás foi tão ampla, conforme Medeiros (2003), que o governo se viu obrigado a inclusive modificar sua postura institucional no trato da questão agrária. O INCRA, antes subordinado ao Ministério da Agricultura, passou para o recém criado MEPF (mais tarde, MDA), buscando “retomar a iniciativa política, absorvendo as demandas que emergiam com grande intensidade, mas redefinindo-as e imprimindo-lhes uma outra direção” (idem: 49). Essa nova direção relacionava-se à adequação da reforma agrária às normas do mercado.

De acordo com Medeiros,

“a nova institucionalidade inseriu-se em marcos mais amplos do que a questão agrária propriamente dita, na medida em que se regia pelos parâmetros de uma reforma do Estado em curso, cujas diretrizes centrais eram a descentralização de ações, o enxugamento da máquina administrativa e a privatização” (2003: 50).

Desse modo, o governo FHC acelerou processos de desapropriação por meio de uma série de atos administrativos e jurídicos buscando, ao mesmo tempo, esvaziar o conteúdo político das ações dos movimentos sociais e do próprio conceito de reforma

agrária. Entre os mais significativos, podemos citar o rito sumário para ações de desapropriação, a vistoria com acompanhamento de representantes dos movimentos sociais, fixação das indenizações segundo os valores de mercado etc.

Se no primeiro mandato a questão agrária não teve maior centralidade no programa de governo tucano, em 1999, primeiro ano do segundo mandato, foi apresentado o programa “Novo Mundo Rural”, que fundamentava a idéia de uma reforma agrária baseada no conceito de agricultura familiar e de criação de assentamentos a partir da associação entre os agricultores. Isso não era de todo uma novidade, uma vez que já existia anteriormente na legislação brasileira a previsão de obtenção de recursos por agricultores em regime de cooperativas e associações. Tal mecanismo foi adotado pelo próprio MST nos anos de seu surgimento, em parte como forma de sobrevivência, uma vez que naquele período (fim do governo Sarney e governo Collor/Itamar Franco) inexistia uma política agrária, em parte como forma de estimular a organização dos camponeses e buscar novas formas de utilização da propriedade. Do ponto de vista da política adotada pelo governo FHC, no entanto, a intenção foi descentralizar a demanda por terra e transferir o máximo de responsabilidades para os agricultores, o que coadunava com a estratégia neoliberal de ‘enxugamento’ das atribuições do estado, resultando no aumento do envolvimento institucional dos movimentos sociais. Isso será aprofundado mais adiante e especificamente nos capítulos 3 e 4.

Assim, a iniciativa do governo não foi fruto de uma assimilação de uma experiência associativista já existente, que revelaria, quem sabe, uma espécie de diálogo com os movimentos sociais, mas estava contida numa estratégia geral de descentralização das responsabilidades do estado, transferindo não apenas para outros órgãos estatais a execução da reforma agrária, mas para os próprios movimentos sociais, por meio de entidades jurídicas criadas pelos assentados.

“A proposta atribuiu aos assentados uma série de novas tarefas, a ser executadas por intermédio das associações existentes nos assentamentos. Diversas atividades que eram função do INCRA (topografia, demarcação de lotes, construção de infra-estrutura básica, elaboração do plano de desenvolvimento do assentamento) passaram para a responsabilidade dos assentados, que teriam direito a recursos a fundo perdido para tanto” (Medeiros, 2003: 56).

Martins (2003) classifica a política implementada como um desativador de tensões no meio rural, enxergando na agricultura familiar uma forma de conciliar os interesses em disputa no meio rural. Para ele, com a evolução desse projeto melhorariam as relações no campo, as condições de vida dos trabalhadores rurais e naturalmente as terras seriam redistribuídas, melhorando a qualificação dos assentamentos, fortalecendo a sociedade civil e o conseqüente desenvolvimento econômico. Ou seja, a reforma agrária nos marcos do mercado era a ‘única’ possível, já que não haveria o que se falar, em fins do século 20, em impasse estrutural da propriedade, sendo mais importante regular as relações de trabalho e inserir o trabalhador rural numa perspectiva urbana, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a produção em escala já consolidada.

Na verdade, nos parece que a defesa dessa concepção de desenvolvimento rural seria uma forma de ‘remediar’ o fato de o estado brasileiro não haver realizado o processo de reforma agrária quando ele era historicamente possível nos marcos do capitalismo, dentro das concepções desenvolvimentistas, de avanço das forças produtivas e criação de um mercado interno para a indústria nascente.

Desse modo, a política agrária implementada nos dois mandatos de FHC esteve pautada pela sua absorção pelo mercado e a atuação pontual em regiões de conflito. Uma análise estatística fica em parte prejudicada em função da disparidade entre os números apresentados pelos diversos órgãos que realizam este trabalho. Para ficar num exemplo, no ano de 1998, enquanto um estudo do INCRA registrava o assentamento de 101.094 famílias, um documento do MDA apresentado em 2006 contabilizou 99.200 famílias assentadas no mesmo período. Já segundo os dados do DATALUTA, do NERA/UNESP<sup>8</sup> totaliza 46.136.

Na visão de Plínio de Arruda Sampaio, entrevistado para este trabalho, isso acontece porque cada governo utiliza uma metodologia para a contagem, somando terras

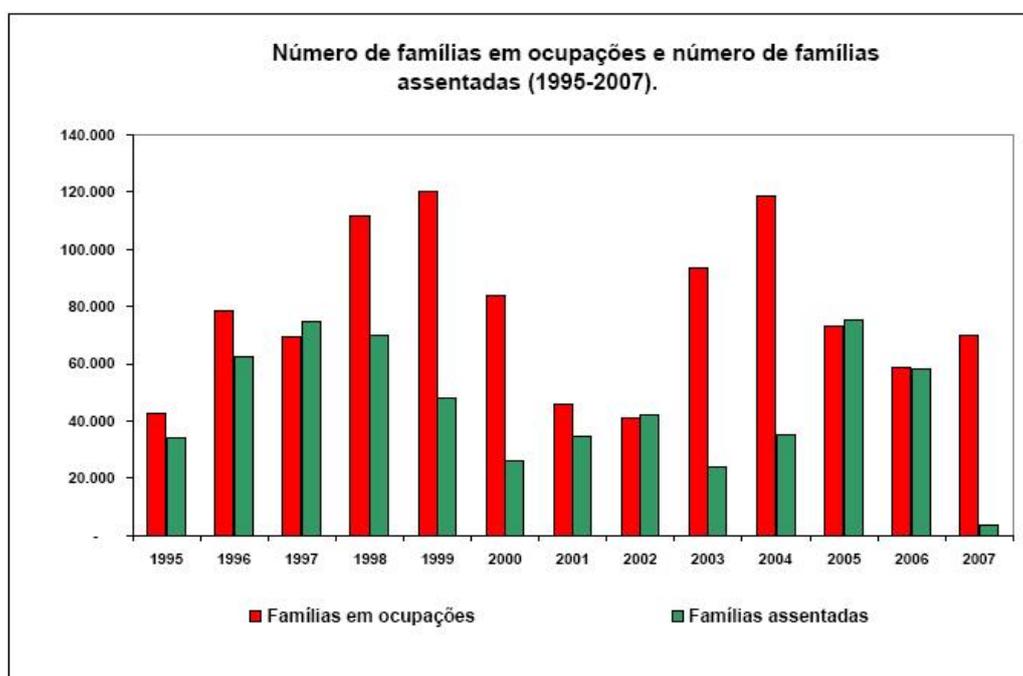
---

<sup>8</sup> O DATALUTA (Banco de dados da luta pela terra) é um dos projetos desenvolvidos pelo NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, vinculado à UNESP e presta assessoria a diversos movimentos sociais, entre eles o MST e a CPT. A metodologia utilizada para contabilização dos dados parte dos números fornecidos pelo INCRA e pelos institutos estaduais de terra, computando-se, para o cálculo anual, apenas os novos assentamentos criados em cada período, sendo que a proximidade com os movimentos sociais permite aferir na prática a veracidade dos números fornecidos. Os dados disponibilizados pelo DATALUTA a respeito das ocupações e assentamentos criados durante o período 1995 - 2007 foram adotados para esse trabalho após verificarmos a disparidade entre os dados fornecidos pelos órgãos estatais que tratam do tema, como já citamos no texto. Mais informações sobre o projeto em <http://www4.fct.unesp.br/nera/index.php>.

adquiridas de várias formas e unindo ações de regularização fundiária, com desapropriação, compra e venda etc., além de somar famílias anteriormente assentadas. Já segundo a metodologia utilizada pelo DATALUTA, são contabilizadas apenas as novas famílias de cada ano. Desse modo, vamos nos centrar nesses últimos dados em nossa análise.

O gráfico a seguir ilustra a relação entre número de famílias em ocupações e o número famílias efetivamente assentadas:

Gráfico 1



Fonte DATALUTA; Org. Anna Luisa de Araújo e Diego Vilanova

Nos anos que se referem ao primeiro mandato de FHC, percebemos certo equilíbrio entre o número de ocupações e número de assentamentos, porém a proporção muda já a partir de 1998, ano em que é criado o Banco da Terra, em conjunto com o Banco Mundial, que emprestou 90 milhões de dólares para sua execução (Medeiros, 2003). Foi a concretização da reforma agrária nos marcos do mercado, a partir de uma estratégia que privilegiava a relação direta entre agricultores e proprietários interessados em vender suas terras, em detrimento da desapropriação prevista na Constituição e na legislação ordinária.

Os recursos eram repassados aos agricultores por meio de empréstimos via associações de assentados para investimentos em infra-estrutura, produção e desenvolvimento social do assentamento, com prazo de 10 anos para a quitação da dívida

(idem). Medeiros ressalta que o programa foi implementado sem maior discussão com a sociedade e somente quando ele já estava em execução é que começou a ser alvo de críticas por parte dos movimentos sociais, em especial o MST, que enxergavam na iniciativa mais uma forma de privatização das funções do estado.

Os proprietários fundiários, por sua vez,

“apoiaram o programa, principalmente porque ele garantia o respeito ao direito absoluto de propriedade e às regras de mercado e procurava eliminar o conflito e as disputas fundiárias. O Banco da Terra foi considerado pela CNA o primeiro passo no rumo do acesso democrático à terra. (...) A proposta de criação do Banco da Terra correspondia às demandas tradicionais do setor, que sempre se posicionou de forma incisiva contra os programas de reforma agrária com base na desapropriação” (Medeiros, 2003: 63).

No geral, a posição da classe dominante em relação à ação do estado não teve grandes alterações, já que tinha no governo FHC um aliado importante na realização de seus interesses. Enquanto o governo implementava uma política de assentamentos baseada no modelo do Banco Mundial, esvaziando o conteúdo político e ideológico da questão agrária e dispunha de mecanismos para coibir as ações dos movimentos sociais, a elite agrária foi consolidando seu modelo agrícola, através de uma aliança íntima com as empresas transnacionais e bancos estrangeiros, configurando o modelo que conhecemos por agronegócio, do qual falaremos mais adiante.

O Banco da Terra consolidava tais apoios especialmente porque abandonava a idéia da desapropriação como um instrumento prioritário de reforma. Assim, seria possível assentar pobres do campo sem alterar a estrutura fundiária e o padrão de acumulação do capital. A crítica ao instituto da desapropriação tinha como argumentos principais o suposto alto custo, a necessidade de uma máquina burocrática “superdimensionada”, o aumento de conflitos no campo em função de um ‘estímulo indireto’ às ocupações de terra, a demora de conclusão do processo judicial (por conta de divergências no valor da indenização) e ainda uma “menor atenção ao desenvolvimento produtivo do assentamento, uma vez que a máquina era pressionada para atender às demandas emergenciais de acesso à terra” (Medeiros, 2003: 63).

Da mesma forma que ocorreu durante os debates em torno do I PNRA, houve uma qualificação das críticas por parte dos setores dominantes baseada em argumentos técnicos (Oliveira, 2001). A diferença, nesse momento, é que a conjuntura governamental se mostrava muito mais favorável a esses mesmo setores e não houve demora do estado em incorporar tais argumentos como justificativa para sua política de assentamentos.

Já dissemos que na década de 1980 as elites rurais buscaram dissociar sua imagem da do latifúndio improdutivo, atrasado e relacionado com o mandonismo, o clientelismo, buscando construir uma identidade diferenciada, ligada ao empresariado, à modernização da atividade agrícola. Incorporaram a rejeição dos aspectos exclusivamente patrimonialistas do direito de propriedade, para associar-se à imagem de produção de riquezas (Bruno, 2002). Não se trata de um fenômeno recente, pelo contrário, já que a introdução da tecnologia no setor remonta ao período ditatorial. O que é importante ressaltar, no entanto, é que essa imagem foi sendo construída aos poucos e se fortaleceu também em resposta à ação das organizações de trabalhadores rurais, que denunciavam o caráter concentrador e excludente de tal modelo.

Assim, foi se consolidando no País um setor denominado hoje de agronegócio, como desdobramento de um fenômeno mundial de modernização da agricultura, baseada na larga utilização de tecnologia, movimentando diversos setores produtivos – não apenas no campo –, e atribuindo um papel de destaque da mesma na divisão internacional do trabalho. Segundo Bruno, isso é parte da construção ideológica de “uma nova identidade de classe que busca projetar a imagem de um empresário do agronegócio “progressista”, “negociador” e regido tão somente pela “criatividade empresarial” e a “competitividade”” (2007: 14). Assim, não se trata de um novo setor entre as classes dominantes. Estamos falando de uma nova aliança entre os setores agrário e industrial da burguesia em busca do aumento dos lucros e do poder econômico, sendo ainda um dos resultados do aprofundamento das relações capitalistas no meio rural.

O agronegócio trabalha, portanto, com a noção de ‘cadeia produtiva’, abrangendo diversas atividades e não apenas a estritamente agrícola. Fazem parte dessa cadeia a produção de máquinas e insumos (agrotóxicos, fertilizantes, sementes etc.), o plantio e a colheita, o beneficiamento e a comercialização (nacional e internacional). Desse modo, todas as empresas que atuam como fornecedoras ou distribuidoras podem ser consideradas como pertencentes a ele, o que lhe dá uma amplitude muito maior do que na década de

1960, quando começou o processo de modernização da agricultura. Para ficar num exemplo, entre as empresas filiadas à ABAG, estão a Pirelli e a Goodyear, conhecidas pela fabricação de pneus.

A essa diversificação das atividades está associada ainda uma participação direta das empresas transnacionais e bancos estrangeiros, de forma muito diferente da que ocorreu no começo do século passado (Fernandes, 2006a), conforme foi dito no primeiro capítulo (no qual também demonstramos que a intensificação da ação internacional sobre a economia brasileira é um dos reflexos da passagem para o capitalismo monopolista).

Isso de forma alguma levou ao enfraquecimento da identidade classista do setor, pelo contrário, já que as próprias entidades assumiram um perfil diferenciado, no qual não bastava apenas o discurso de defesa da propriedade e por uma ação mais efetiva do estado, mas envolvia ainda a busca pelo aprimoramento das formas de gestão e o estímulo à profissionalização dos produtores rurais.

“O novo discurso patronal também defende a necessidade incorporação de novas formas de gestão, reivindica a ampliação da logística; defende uma melhor qualificação e mudança de mentalidade empresarial e ambiciona a profissionalização da representação de classe como expressão da modernidade.

É importante salientar que o novo discurso produtivista não se destina tão somente a produzir dividendos políticos e simbólicos. Há uma preocupação efetiva com o uso de novas tecnologias e a implementação de novas formas de gestão, consideradas necessárias a uma maior eficácia da atividade agrícola” (Bruno, 2007: 14).

O agronegócio passou a incorporar também temas que antes eram debatidos apenas entre movimentos sociais, ONGs e sindicatos, como segurança alimentar, preservação ambiental, sustentabilidade, dando-lhe, porém, novos significados, o que, mais uma vez, também não deixa de ser uma resposta em relação à ação de tais organizações.

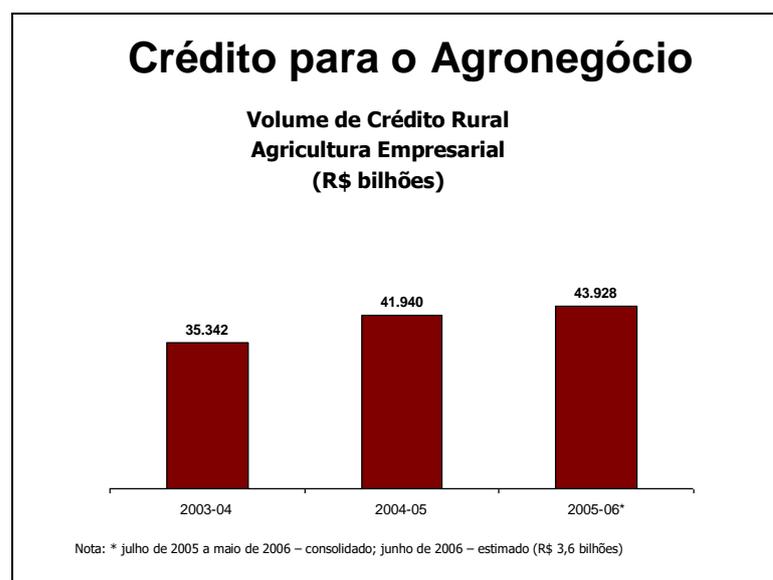
Atribui-se, nesse sentido, um novo valor às entidades de representação. Além da defesa do direito de propriedade, Bruno assinala que os produtores rurais ressignificaram o conceito da mesma, “como parte do processo de globalização e modernização das entidades de representação do chamado agronegócio, além de agregar valores sociais e ambientais aos

seus produtos, (...) como uma questão de marketing e reconstrução da imagem do produtor” (2008: 259).

Como dito anteriormente, esse foi um processo gestado ainda na década de 1980, durante a transição para a Nova República e foi se consolidando ao longo da década de 1990, tendo no estado brasileiro um ‘parceiro’ fundamental, em que pesem as críticas do setor a seu respeito, do que falaremos mais adiante. É inegável que os empresários saíram fortalecidos à medida que foram sendo adotados mecanismos de contenção das ações dos movimentos de luta pela terra e procedido ao esvaziamento da disputa ideológica da reforma agrária.

Mais recentemente, já no governo Lula, não faltaram incentivos à produção agrícola em larga escala voltada para a exportação, através de subsídios, incentivos fiscais, renegociação de dívidas e transferência de recursos públicos. Essa política veio no bojo das conseqüências sociais introduzidas pelo neoliberalismo no País, com o qual o atual governo não foi capaz de romper, configurando aquilo que Bruno (2007) classificou de “inexorabilidade de um determinado perfil histórico”, apresentando o agronegócio como única alternativa para o campo brasileiro.

Gráfico 2



Fonte: dados estatísticos governo Lula – CD-ROM campanha 2006

O gráfico 2 ilustra o volume de crédito rural destinado ao agronegócio no período que compreende o primeiro mandato do governo Lula. O montante de recursos é bastante

superior ao destinado à agricultura familiar (dados do MDA apontam para um investimento nesse setor de \$10 bilhões no primeiro mandato Lula), sendo que os grandes produtores ainda gozam de muitos benefícios para quitar as dívidas adquiridas ao longo de muitos anos. Mas disso trataremos um pouco mais adiante.

Atualmente, a nova imagem do meio rural associa-se à empresarialização da agricultura, à utilização da tecnologia, da mão-de-obra qualificada e de sua aproximação com as atividades industriais, procurando igualar-se aos padrões de vida urbanos. O setor chega ao século 21 como um dos pilares da política macroeconômica do governo, sendo responsável por cerca de 1/4 do PIB nacional, segundo dados do Ministério da Agricultura (2006).

Além disso, o agronegócio ainda serviu para aprofundar as relações de dependência entre o Brasil e as nações capitalistas hegemônicas, através da entrada massiva de transnacionais no território nacional atuando das mais diversas maneiras, realizando não apenas investimentos indiretos na produção agrícola brasileira, mas vêm tomando à frente em todas as etapas do processo produtivo.

Dessa forma, adquirem propriedades, instalam filiais, campos experimentais de sementes, controlam a produção, o beneficiamento e a comercialização. Segundo dados do Anuário do Agronegócio, publicado pela Revista Globo Rural em 2006, duas das 50 maiores empresas que atuam hoje em dia no País, a Cargill e a Bunge Alimentos, respectivamente, possuem suas sedes nos Estados Unidos.

Conforme apurou Bruno, não é pacífico o entendimento dos representantes da classe sobre essa participação, mas majoritariamente argumenta-se que “a presença de empresas multinacionais no país contribuiu significativamente para a mudança de “mentalidade da classe”” (2007: 15). No geral, as entidades vêem o agronegócio como uma atividade essencial para que o Brasil consiga dar um salto de desenvolvimento e tornar-se um ‘país de primeiro mundo’, apostando na sua vocação agrícola e na parceria com o capital financeiro internacional.

É nesse sentido que é feita a defesa do livre mercado e de uma menor participação do estado na economia. As ações do estado brasileiro são muito criticadas pelos produtores, que o consideram incapaz de agir tanto como um ‘indutor do desenvolvimento’ quanto como um ‘mediador de interesses sociais’ (Bruno, 2007). Há um tom de ‘vitimização’ evidente entre a classe, que argumenta insuficiência na ação tanto para os grandes, quanto

para os pequenos produtores. Isso, de forma alguma, se diferencia do que se argumentava há 50 ou 100 anos atrás e, na visão do Bruno, também faz parte da construção da identidade de classe do setor.

Não impede, no entanto, que os produtores reivindiquem elevadas somas de recursos públicos para financiar suas atividades e suas entidades de representação, ou ainda aprovem legislações que beneficiem o modelo, como a que regulamenta a utilização de sementes transgênicas. Desde a aprovação do Estatuto da Terra que o estado brasileiro, com vistas à modernizar o latifúndio, concede recursos para compra de máquinas e insumos, através do crédito subsidiado. Nas palavras de Sauer,

“a atual concentração fundiária no Brasil é fruto de uma política pública, promovida pelo governo federal através da disponibilização de recursos, especialmente para o crédito rural subsidiado. Em outras palavras, a realidade atual do patronato rural, assentado na propriedade de grandes extensões, foi financiada com recursos públicos, especialmente a partir dos anos 1960” (2007:134).

Tal política diminuiu substancialmente nas décadas de 1980 e 1990, em função da crise econômica pela qual o País passou e, posteriormente, pela implementação do modelo neoliberal, com uma conseqüente diminuição da participação do estado em investimentos em políticas públicas. Em 1993, foi instalada uma CPMI para apurar razões do endividamento agrícola que segundo a CNA chega a 24% do PIB (valores de 2006). Tal fato foi atribuído pela entidade aos altos juros e a constante rolagem da dívida, mas se concentra em um pequeno grupo de produtores (Sauer, 2007).

Não obstante, foi durante a década de 1990 que foram aprovadas legislações para o financiamento das entidades patronais, evidentemente que de forma velada, sob o argumento de serem mecanismos de qualificação dos trabalhadores assalariados do meio rural. Sauer menciona as legislações que criaram o SENAR e o SESCOOP, cujas receitas eram administradas diretamente pela CNA e pela OCB, respectivamente. Tal fato foi denunciado durante a CPMI da Terra, em 2005, em função da falta de transparência na utilização dos recursos públicos e na utilização explícita para a remuneração dos membros das diretorias das referidas entidades (Sauer, 2007).

O TCU chega à mesma conclusão a respeito, embora as punições às entidades nem de longe se assemelham às imputadas às entidades que trabalham diretamente com os movimentos sociais, como a ANCA e a CONCRAB. Para as entidades dos grandes produtores, o máximo que se aplica é uma ‘recomendação’ no sentido de ‘avaliar a conveniência’ da forma de utilização dos recursos, ou então a aplicação de multas muito inferiores aos valores concedidos. Sauer assim argumenta:

“analisando relatórios, acórdãos, auditorias, nos chamou a atenção uma “certa condescendência” do Tribunal de Contas com as entidades em apreço. De uma maneira geral, diante de tantas evidências de irregularidades, as conclusões acabam sendo “contas aprovadas com ressalvas” com, no máximo, multas aos administradores. Por outro lado, a partir das denúncias da CPMI da Terra – a maioria delas não confirmadas –, o TCU está auditando todas as contas de entidades próximas ao MST, inclusive de uma escola para jovens assentados, decidindo pela devolução de milhões de reais. Nos parece que isto revela, no mínimo, uma fiscalização mais rígida para umas e menos rígidas para outras” (2007: 145).

As entidades patronais, os produtores em geral e demais empresas do agronegócio utilizam fatos como esse, não raro noticiado na imprensa, para desqualificar as ações dos movimentos sociais, tendo no MST seu alvo preferencial, acusando-o de malversação de recursos, bem como aproveitam para criticar o governo Lula, associando um ao outro. Nas entrevistas veremos como essa questão foi abordada enquanto uma encruzilhada que cabe ao Movimento resolver no próximo período. Também falaremos mais sobre isso no próximo capítulo.

No geral, a reforma agrária e a luta do MST tem sido tratadas pelos grandes proprietários como “uma questão ideológica sem valor científico que justificasse ações e recursos públicos” (Bruno, 2008: 262). Para eles, ‘reforma agrária se faz na cama’, expressão utilizada para se referirem aos direitos sucessórios. Além disso, revelam os velhos preconceitos com relação aos trabalhadores agrícolas, taxados como inaptos para a atividade nos atuais padrões tecnológicos e incapazes de se tornarem ‘proprietários’.

Assim, as formas de defesa da propriedade, no geral, não se alteraram no discurso patronal. A grande propriedade voltada para o cultivo em larga escala visando à exportação

ainda é entendida como um direito absoluto, justificado agora pela necessidade de desenvolver o País. A reforma agrária, desse modo, se tornou ‘coisa do passado’.

Não obstante, os assentamentos também são uma realidade em diversas regiões do Brasil e, segundo Bruno, causa incômodo o impacto que possuem nas economias rurais. Ela ressalta que

“Ainda do ponto de vista dos impactos dos assentamentos na organização produtiva local e regional, do ponto de vista do controle das áreas públicas e privadas, como estradas, fronteiras, e da própria organização social e política das vilas e cidades, chamou atenção a reclamação quanto aos problemas gerados no mercado de trabalho para as fazendas após a implantação do assentamento. Interessante perceber que há um reconhecimento, mesmo que implícito, que *houve uma alteração na relação de poder e isso confronta a autoridade do proprietário* que passa a ver um conjunto de pessoas que não vive a partir de seus investimentos no agronegócio, mas das suas próprias vidas” (2008: 265, grifos nossos).

É uma demonstração clara de que no campo convivem dois projetos diferenciados com relação à ocupação e uso da terra, que partem de concepções de mundo diferenciadas. Essa diferenciação se torna mais aguda quando tratamos de temas que produzem polarizações de classe entre camponeses e empresários rurais, a exemplo do uso de sementes transgênicas, das condições de trabalho nas lavouras e a defesa da propriedade privada. Segundo Bruno,

“em meio a esse processo cada um dos opositores se reconhece como o portador de uma proposta moderna e defensor da matriz tecnológica - a mais avançada. Para o agronegócio, transgênicos representariam o setor de ponta da ciência. Para o MST, ao contrário, são as novas linhas tecnológicas ligadas à produção orgânica que constituem o moderno.

Importante ressaltar que as disputas existentes nascem de contradições das condições sociais diferenciadas e nos remetem a visões de mundo distintas. São tensões referidas a lugares históricos desiguais que hoje afloram como desdobramento da constituição de velhos e novos processos sociais. São conflitos, relações e tensões que se desenvolvem para além das fronteiras da transgenia” (2007: 19).

Esse conflito adquire um caráter de disputa quando tratamos do modelo (que deve ser) hegemônico no meio rural e, mais ainda, das formas de evolução das forças produtivas e da própria humanidade. Coloca em questão temas como o direito ao conhecimento e o papel da ciência em relação à natureza, a defesa do território e o controle social sobre o desenvolvimento econômico.

Num contexto de expansão mundial do capitalismo, como vimos no primeiro capítulo, a tecnologia assume um papel central, pois é o que permite o domínio sobre novos territórios e o controle sobre a atividade agrícola, que representa uma atividade de risco na medida em que está sujeita a fatores naturais, que ainda não podem ser controlados (ao menos na sua totalidade) pelo ser humano. Retomando Lênin,

“para o capital financeiro não são apenas as fontes de matérias-primas já descobertas que têm importância, mas também as possíveis, pois a técnica avança, nos nossos dias, com uma rapidez incrível, e as terras hoje não aproveitáveis podem tornar-se amanhã terras úteis, se forem descobertos novos métodos (para cujo efeito um banco importante pode enviar uma expedição especial de engenheiros, agrônomos etc.), se forem investidos grandes capitais” (Lênin, s/data: 34).

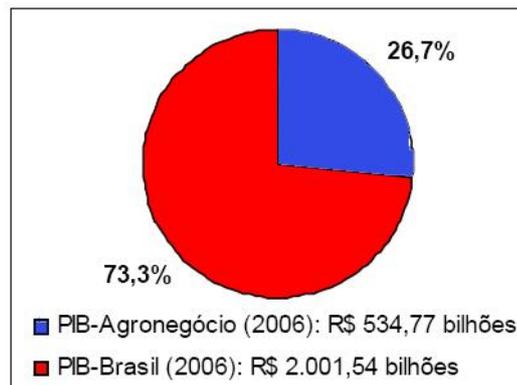
Os grandes produtores argumentam que a opção pelo uso dos transgênicos seja determinada pelo mercado, já que cumprem um importante papel no combate à fome ao permitir o aumento da produtividade sem necessariamente demandar a expansão da fronteira agrícola. O discurso empresarial em favor dos transgênicos se insere no contexto da ‘inexorabilidade’ do agronegócio como modelo dominante e traz à tona, mais uma vez, o papel do estado.

Os grandes produtores rurais, através do lobby parlamentar, têm obtido sucesso na aprovação de medidas que atendam aos seus interesses e têm no Ministério da Agricultura um importante canal de interlocução com o governo. Além disso, o financiamento de pesquisas tem sido garantido através da EMBRAPA, e a bancada ruralista tem conseguido aprovar leis que permitem o plantio de sementes transgênicas. Essas medidas se refletem no peso que adquire o agronegócio na economia brasileira, representando um importante pilar

de manutenção da política econômica e dos laços de dependência externa, através da ação das transnacionais.

### Gráfico 3

#### Participação do agronegócio no PIB (2006)



Fonte: MAPA, 2006

### Tabela 1

#### *Taxas Anuais de Crescimento do PIB real por setores (%)*

<b>Médias da Década de 1990</b>			
Total	Indústria	Serviços	Agropecuária
1,73	0,77	1,37	2,48
<b>Médias dos anos 2000 a 2007</b>			
Total	Indústria	Serviços	Agropecuária
2,79	3,09	2,28	3,58
<b>Médias do Período 1990 a 2007</b>			
Total	Indústria	Serviços	Agropecuária
2,20	1,80	1,77	2,97

Fonte: MAPA, 2006 (com dados da FGV e IPEA)

Os dados, obtidos num estudo elaborado pelo Ministério da Agricultura em 2006, reproduzidos no gráfico 3 e na tabela 1, demonstram o crescimento da importância do agronegócio na economia nacional, que cresceu mais do que outros setores, como indústria e serviços.

Em que pese a reforma agrária sempre ter sido uma bandeira histórica do PT e ter sido uma das grandes prioridades do governo Lula nos primeiros anos de sua gestão, ela foi perdendo sua importância estratégica ao longo dos anos. A seguir veremos como tem sido o desempenho do atual governo a partir da análise do programa de governo e do II PNRA.

#### **2.4. O II PNRA: finalmente uma reforma agrária no Brasil?**

No capítulo anterior procuramos fazer uma contextualização do significado do governo Lula na perspectiva de construção de um modelo contra-hegemônico. Falamos sobre as limitações práticas e teóricas do PT desde o seu surgimento e do giro político efetuado na década de 1990 que, se de um lado permitiu o acúmulo de vitórias eleitorais locais, colocou-o em profunda contradição com o conteúdo programático defendido quando de sua fundação. A hegemonia burguesa instalada no partido (Pomar, 2005) contaminou dirigentes, quadros intermediários e a base social, induzindo a recuos que ficaram explícitos na política de alianças e nas prioridades de governo a partir de 2003.

No que toca a questão agrária, a defesa da reforma agrária foi uma bandeira do PT desde o período de sua fundação e o partido teve nos movimentos de luta pela terra, especificamente no MST, importantes aliados na luta política e social ao longo da década de 1980 e no seu processo de formação e evolução como um partido de caráter classista claro. Assim, quando Lula chegou à Presidência da República, em fins de 2002, a expectativa era de que uma reforma agrária massiva iria, finalmente, acontecer.

Nesse período, houve o aumento do número de ocupações de terra, com mais de 90 mil famílias acampadas em 2003; em 2004 o número superou a marca de 100 mil famílias<sup>9</sup>. Isso refletiu, em grande parte, a expectativa do momento político favorável às reformas sociais historicamente demandadas. O desempenho do governo, no entanto, ficou

---

<sup>9</sup> Dados do DATALUTA

bem aquém do esperado e logo no início do mandato a Carta aos Brasileiros começou a ser cumprida à risca, desapontando os que acreditavam em algum tipo de ruptura.

O tema da chegada de Lula à Presidência foi bastante explorado em todas as entrevistas e as opiniões mostraram-se bastante parecidas quanto à leitura do momento político por parte dos movimentos sociais, que mais tarde se mostrou equivocada. Caio França, chefe de gabinete do MDA, assinala que no início de 2003 ainda não havia o entendimento de se elaborar um plano de reforma agrária, mas que era necessário começar a assentar as famílias que já encontravam acampadas. Ele afirma que uma série de problemas operacionais no INCRA teriam impedido a concretização desse objetivo e que, por pressão do próprio MST, passou a ser necessária a fixação de uma meta e a elaboração de um plano.

Essa leitura sugere semelhanças com o momento político vivido no início da década de 1980, quando o movimento sindical também reivindicava que a reforma agrária deveria ser realizada com os instrumentos que estavam disponíveis – no caso, o Estatuto da Terra, pois era necessário desencadear de uma vez o processo (Bruno, 2002). Só mais tarde, quando Sarney tomou posse, foi que se apontou para a formulação de um plano nacional que, como sabemos, gerou intensas polêmicas e, ao final, apesar de apresentado e aprovado, jamais foi cumprido. Vejamos agora como foi o processo a partir de 2003.

Ainda durante o período eleitoral, a coligação que elegeu Lula presidente em 2002 lançou o Programa Vida Digna no Campo, formalizando o compromisso histórico com a reforma agrária. O documento trazia uma caracterização do campo brasileiro e continha as diretrizes gerais para as metas pretendidas em relação à agricultura familiar e, em menor escala, para o agronegócio. O programa justificava tal abordagem em função do peso que a primeira modalidade representaria para a geração de emprego e renda, um compromisso central da campanha eleitoral. Segundo o programa, a agricultura familiar absorvia 24% da PEA do País e 33% dos municípios brasileiros possuíam base majoritariamente agrícola.

Partia da premissa que a agricultura familiar fundava-se na relação dos trabalhadores com o território, o respeito às tradições do campo e ao meio ambiente, diferente da agricultura voltada para a exportação. O programa defendia enquanto meta de governo transformar a tal modalidade também numa linha de exportação, com a formação de novas cadeias produtivas, beneficiamento de produtos e agregação de valor a partir de técnicas agrícolas diferenciadas, a exemplo da agricultura orgânica.

A viabilidade da produção dependeria, no entanto, de outras reformas, como a tributária, a mudança nas taxas de juros e na política cambial, além de fortalecer a agricultura familiar para além da produção, investindo na geração de empregos, desconcentração de renda, ações afirmativas, políticas de infra-estrutura, educação, saúde etc., realizando uma política de desenvolvimento que reduzisse também os conflitos no campo. Levando em consideração que aquela tem como prática a produção voltada para o abastecimento familiar, a diversidade nas culturas agrícolas e o respeito ao meio-ambiente, o programa assinalava que as políticas deveriam ser específicas se se quisessem gerar postos de trabalho e divisas para o País, combatendo a precarização do emprego rural, a concentração fundiária e os conflitos no campo.

Assim, o programa propunha uma mudança de paradigmas em relação à agricultura familiar, explorando seu potencial exportador a partir de políticas específicas para a produção e o desenvolvimento no campo e uma política de inserção no mercado, driblando barreiras comerciais, estimulando fóruns de debate e fortalecendo a relação com os países do Mercosul.

O programa apostava também numa nova orientação e no peso político e econômico que o Brasil possui internacionalmente. E pretendia fazê-lo através do estabelecimento de um diálogo franco com os movimentos sociais do campo, elaborando em conjunto tais políticas, pois entendia que dessa forma conseguiria a conciliação entre consumo e mercado, protegendo o meio ambiente, a biodiversidade e dinamizando as economias locais.

Para a concretização desses objetivos, o programa defendia a participação dos movimentos sociais não apenas na elaboração das políticas, mas também na forma de acesso aos recursos e gestão das mesmas, através de estratégias organizativas, como parcerias com estados e municípios e estímulo às formas associativas e cooperadas dos trabalhadores. Acreditava, assim, que seriam gerados novos postos de trabalho e desenvolvidas e aperfeiçoadas as cadeias produtivas que permitiriam o aumento da competitividade dos produtos no mercado externo. Para isso, seriam feitos investimentos em políticas estruturais combinadas com políticas compensatórias de caráter de urgência, citando como exemplo o Programa Fome Zero.

Entre as principais propostas do programa VDC estavam:

1. A desconcentração fundiária, promovida por meio de uma política de reforma agrária baseada em ações de desapropriação por interesse social como meio de obter zonas improdutivas para a divisão em lotes de agricultura familiar, financeiramente viabilizado com a utilização de títulos da dívida agrária;
2. Combate à violência no campo e o fim de repressão institucional aos trabalhadores e suas entidades de representação;
3. Recuperação de assentamentos antigos, garantindo as mesmas políticas para os assentamentos que serão efetuados no programa, com assistência técnica, acesso ao crédito, políticas de preservação do meio ambiente e respeito à biodiversidade;
4. Ações específicas para comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos e atingidos por barragens);
5. Programa de cadastramento de imóveis rurais.

Outro compromisso assumido foi com a educação e a melhoria da qualidade do ensino formal nas escolas do campo, valorizando as peculiaridades do espaço local, investindo em novas escolas e no ensino técnico nos moldes do PRONERA. O desenvolvimento desse compromisso, segundo o documento, deveria ser feito em conjunto com os movimentos e grupos sociais envolvidos, tendo como referência a diversidade cultural, o trabalho e a produção, o respeito aos jovens e às mulheres e estimulando novas relações sociais.

Em relação à produção, o programa firmava o compromisso com o desenvolvimento das pesquisas em relação a novas matrizes tecnológicas, como a agroecologia (no intuito de aprimorar a qualidade dos produtos, para aumentar seu interesse no mercado externo), protegendo também o conhecimento adquirido sobre as sementes e garantindo o direito dos pequenos produtores de “reproduzirem e trocarem as sementes e mudas”. Como estratégia organizativa e de representação dos movimentos e grupos envolvidos no acesso e gestão das políticas previstas, o programa incentivava o cooperativismo e o associativismo. Entre as medidas estavam a regulamentação da Lei do Cooperativismo e a liberdade de organização e representação dessas entidades. Era parte desse entendimento ainda a necessidade de respeitar as diferenças regionais com relação ao clima, ao solo, às formas de uso da terra e assimilar as experiências adquiridas pelos movimentos sociais na gestão de assentamentos.

Como se depreende da análise, era um programa bastante abrangente e que buscava uma síntese de todo o debate que vinha sendo travado historicamente pelo conjunto dos movimentos sociais e pelo próprio PT ao longo de décadas. O programa demonstrava a atualidade da questão agrária, a sua urgência e centralidade para a economia do País e a sua amplitude, não se restringindo apenas no acesso à terra ou à regularização fundiária. E inseria a agricultura familiar numa estratégia internacional como parte de seu desenvolvimento. Era um programa dentro da ordem, porém, se fosse efetivamente implementado, geraria transformações imensas entre as forças produtivas do País.

Quando da elaboração do II PNRA, feita em conjunto por uma equipe do MDA, intelectuais ligados à ABRA e representantes dos movimentos sociais, tais concepções chegaram a ser incorporadas. Mas, na prática, o que se viu foi certa incoerência entre as propostas e as medidas tomadas, bem como o peso que a agricultura familiar adquiriu na estratégia geral do governo. O processo de elaboração do plano, suas contradições e problemas são abordados nas entrevistas por duas pessoas que participaram diretamente do processo, Caio França, como representante do governo e Plínio de Arruda Sampaio, da ABRA e coordenador do grupo de trabalho. Isso será exposto no capítulo 4.

De qualquer forma, é importante mencionar que o II PNRA teve mais de uma versão: uma delas, 'original', foi apresentada ao MDA pelo grupo de trabalho coordenado por Plínio Sampaio. Ela foi modificada em alguns aspectos, em especial com relação às metas, antes de ser apresentada ao presidente. Esse fato, em si, foi alvo de muitas críticas por parte dos elaboradores e dos próprios movimentos que participaram do processo, que argumentaram que as mudanças efetuadas no plano retiravam-lhe o sentido estratégico.

Não achamos necessária uma análise comparativa entre as versões, mas apenas destacar alguns aspectos: no plano original estava previsto o assentamento de 1 milhão de novas famílias, além de uma demanda emergencial de pouco mais de 170 mil famílias. Além disso, foi feito um longo estudo sobre a situação do campo brasileiro pelo grupo de trabalho, buscando caracterizar a real demanda pela reforma agrária e a disponibilidade de terras, que não integrou a versão final, esta mais centrada em metas quantitativas – bem inferiores às pretendidas inicialmente, num total de 400 mil novas famílias a serem assentadas entre 2004 e 2007.

De qualquer forma, o II PNRA retomou ainda alguns elementos do I PNRA, buscando pautar o debate sobre a questão agrária a partir da necessidade de modificar a

estrutura fundiária no Brasil, democratizando o acesso à terra, criando uma nova organização do processo produtivo e implementando, ao mesmo tempo, políticas econômicas e sociais para o desenvolvimento do campo. Reconheceu a importância dos assentamentos nas economias locais, considerando-os como unidades produtivas e de moradia e também de circulação social, política e econômica. O acúmulo das experiências do sistema de cooperativas trazia, segundo o plano, efeitos visíveis nas regiões onde a concentração de assentamentos era maior.

Assim, o plano previa a disposição espacial dos assentamentos a partir de uma base territorial. Lembramos que o MST adota, em seus projetos produtivos, a mesma sistemática, orientando as ações no sentido de potencializar os assentamentos a incidir econômica, política e socialmente nos municípios e regiões onde se estabelecem. E o faz, por exemplo, através das feiras de produtos da reforma agrária, da reivindicação por escolas dentro dos assentamentos, estradas que facilitem o acesso e outros serviços públicos, além da participação nos fóruns de decisão política das cidades.

O plano reconhece que

“a dimensão social da Reforma Agrária se combina com importantes implicações macroeconômicas por meio da inclusão de agricultores excluídos do circuito econômico, da geração de milhões de novas ocupações, da utilização de terras que não cumprem sua função social e da ampliação da produção de alimentos. Desconcentrar a propriedade da terra é uma condição necessária, porém não suficiente para a correção das mazelas decorrentes da atual estrutura agrária. A determinação de realizar uma Reforma Agrária “ampla” e sustentável coloca a necessidade de atingir a magnitude suficiente para provocar modificações nessa estrutura, combinada com ações dirigidas a assegurar a qualidade dos assentamentos, por meio de investimento em infra-estrutura social e produtiva. É preciso combinar massividade, qualidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos” (II PNRA, 2003: 8).

Nesse sentido, o plano privilegiava a concentração espacial dos assentamentos (o que também fazia parte do plano originalmente apresentado) para desenvolver a economia local a partir do território da produção, estimulando o modelo cooperativista e a participação dos beneficiários da reforma agrária. Além disso, a produção deveria estar

integrada com outras políticas de desenvolvimento local, através da implementação de ações nas esferas da cultura, da educação, saúde, economia, segurança alimentar, entre outros.

A partir do público alvo da reforma, o II PNRA assinala quais os mecanismos de acesso a terra serão utilizados, entre eles, a desapropriação por interesse social, a compra e venda e a destinação de terras públicas.

O plano ainda criticava as políticas agrárias anteriores como meros mecanismos de extração da renda da terra, a partir da mecanização com vistas ao aumento da produtividade, favorecendo as monoculturas para exportação, buscando, assim, uma diferenciação em relação ao passado. Assim, mesmo no papel, o plano procurava legitimar o modelo familiar argumentando que

“a AF corresponde a 4,1 milhões de estabelecimentos (84% do total), ocupa 77% da mão-de-obra no campo e é responsável, em conjunto com os assentamentos de reforma agrária, por cerca de 38% do Valor Bruto da Produção Agropecuária, 30% da área total, pela produção dos principais alimentos que compõe a dieta da população – mandioca, feijão, leite, milho, aves e ovos – e tem, ainda, participação fundamental na produção de 12 do 15 produtos que impulsionaram o crescimento da produção agrícola nos anos recentes” (idem:13).

Além disso, reafirmava o disposto no programa de governo, considerando essencial a participação social na gestão das políticas públicas, além do exercício do controle social pelos grupos envolvidos. A ampliação da assistência técnica também era vista como central para qualificar a democratização do acesso à terra, tanto quanto o desenvolvimento das cadeias produtivas para agregação de valor e competitividade comercial dos produtos.

Os investimentos para a produção inicial seriam feitos pelo estado e não seriam ressarcidos pelo trabalhador. Segundo o entendimento expresso no plano, a terra possui “caráter de bem público não apropriado privadamente”, orientação que prevalecia também para ações de infra-estrutura e democratização de direitos como cultura, saúde, educação etc., nas quais, dada a natureza de bem coletivo, os investimentos públicos realizados seriam feitos a fundo ‘perdido’.

A execução de um plano dessa amplitude representaria, em si, uma opção política e social muito importante, caso fosse efetuada ‘à risca’. O próprio MST declarou isso publicamente à época de aprovação do II PNRA.

Embora verificados esses indicadores negativos da reforma agrária promovida pelo governo federal até aqui, como parte da execução do II PNRA, o MST reconheceu, em março de 2006, que avanços haviam ocorrido. Entre eles estavam a implantação do seguro rural, o programa Luz Para Todos, o aumento do crédito do PRONAF, a ampliação de recursos para o PRONERA, consolidação da assistência técnica, o programa de cisternas e de produção de biodiesel, contribuindo para uma melhora qualitativa nos assentamentos existentes e nos implantados no período estudado.

Porém, como foi possível constatar com o passar do tempo, o que não havia era uma diferença essencial para desencadear uma reforma agrária massiva: a decisão política do estado brasileiro em fazê-lo, pois fatalmente o levaria a se ‘indispor’ com as classes dominantes no meio rural e a romper com um padrão histórico de acumulação de capital, pois se sabia, de antemão, que essas agiriam no sentido de impedir qualquer tentativa reformista mais ‘ousada’, contando com aliados fortes para tanto.

**Tabela 2**

**Disponibilização de terras para a Reforma agrária  
Comparativo 2000/2002 – 2003/2005 (Ha)**

	Arrecadação	Venda	Desapropriação	Discriminação	Reconhecimento	Outros	Total
2000/02	993.402	118.137	2.135.423	139.726	2.929.938	259.648	6.576.275
2003/05	5.811.306	181.962	1.957.762	1.231.407	11.281.245	2.056.823	22.520.508

Fonte: MDA/Incra

A tabela 2 mostra que o número de terras públicas disponibilizadas para reforma agrária cresceu (arrecadação, discriminação e reconhecimento), enquanto que as obtidas por meio de desapropriação caíram. Isso significa que o governo não atendeu as metas

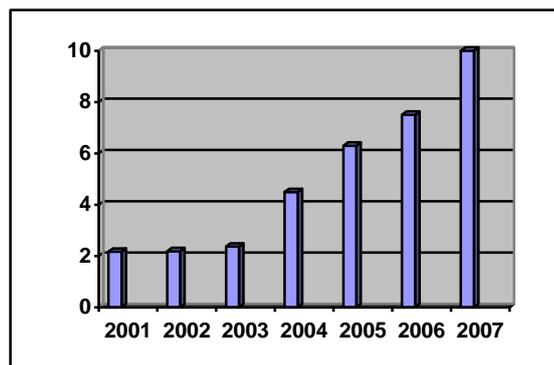
inicialmente previstas, como também não alterou o quadro de concentração fundiária no País.

A partir do segundo mandato, em 2007, percebe-se que houve uma mudança no discurso do governo, que passou a apostar na ‘qualificação dos assentamentos’, ao invés de priorizar o atendimento de metas quantitativas por novas áreas. Sobre isso, entendemos que é importante que os assentamentos não sejam apenas um espaço onde as pessoas continuem a viver em situação precária; porém, não se pode ignorar a demanda emergencial das famílias que se encontram acampadas por todo o Brasil – só o MST contabiliza atualmente 150 mil famílias na beira das estradas de todas as regiões do País.

Apesar dos avanços pontuais reconhecidos pelo MST, os dirigentes entrevistados, ao comentar o conjunto de políticas públicas executadas pelo governo, fazem críticas no sentido de que não se inovou nos programas, sendo que a maioria deles foi a continuidade das política tucana (e que eles, em si, não possibilitam a realização de uma reforma agrária massiva). Por outro lado, se argumenta que foi ampliado o montante de recursos destinados à agricultura familiar e que se aprofundou o diálogo institucional com os movimentos sociais, que hoje têm suas demandas reconhecidas pelo estado. Vejamos o gráfico 4:

**Gráfico 4**

**Pronaf – Valores Contratados (em bilhões de R\$)**



Fonte: MDA

Os valores contratados mais que triplicaram entre o mandato de FHC e Lula (em 2002, o valor anual foi de cerca de \$2 bilhões e em 2006, último ano do primeiro mandato, estava em cerca de \$7 bilhões), porém é preciso ressaltar que o valor ficou bem abaixo se formos relacionar com o que foi destinado ao agronegócio (cf. gráfico 2 à pág. 91). Em que

pesem os argumentos da escala de produção de um e outro, há que se ressaltar que poucos são os gastos com assistência técnica nos assentamentos, bem como investimentos em pesquisa. Os documentos da EMBRAPA por nós pesquisados dedicavam-se, em sua maioria, a analisar formas de fortalecer o agronegócio.

Um deles nos chamou a atenção ao proceder a uma análise do PRONAF, porém buscava enquadrá-lo ao padrão da agricultura em escala, o que por um lado não deixa de estar em conformidade com a estratégia de alargar a produção familiar visando à exportação contida no VDC, porém por outro faz poucas mediações com o sentido da pequena produção.

A EMBRAPA, inclusive, é considerada pelos grandes produtores uma ‘parceira’ importante na pesquisa. Não encontramos dados muito detalhados acerca do investimento em pesquisa, mas, a título comparativo<sup>10</sup>, enquanto o MDA investiu em projetos de assistência técnica cerca de \$ 55 milhões de reais em 2005, a EMBRAPA investiu em pesquisas tecnológicas mais de \$ 950 milhões no mesmo período, isso sem falar nos investimentos privados feitos em universidades públicas, por meio de fundações.

Além disso, Storel, Almeida e Moraes (2005) ressaltam que contribui ainda a existência de uma legislação sem “vigência política”, que significa, segundo os autores, a existência de um diploma legal sem aplicação nos tribunais, além de um Poder Judiciário extremamente conservador no que tange à aplicabilidade do princípio constitucional da função social da propriedade. Vem prevalecendo a interpretação dada pelo Código Civil, que consagra a propriedade como um direito estritamente privado.

A dificuldade de execução de um programa agrário que efetivamente reduza a concentração de terras e renda e apresente uma nova matriz tecnológica que possa ser apropriada de maneira mais democrática possui, como estamos vendo, mais de um fator. Embora tenha sido aprovado um plano abrangente de reforma agrária, não se conseguiu acumular força política suficiente para implementá-lo na sua totalidade, pois, para alterar o padrão de concentração fundiária é necessário mexer nas formas históricas de acumulação de capital, rompendo com os interesses dos grandes proprietários de terra do Brasil e empresas transnacionais que aqui atuam.

---

<sup>10</sup> Sabemos que a assistência técnica e a atividade de pesquisa são bem diferentes uma da outra, embora também sejam complementares. Mas consideramos a comparação relevante na medida em que (1) não encontramos dados comparativos mais precisos e (2) a assistência técnica também é uma forma de qualificar os assentados no uso e manejo do solo.

Em última análise, o Brasil teria que sair da esfera dependente em que se encontra em nível internacional, como defendiam Fernandes (2003) e Marini (1973) o que, como é possível perceber, ainda está muito longe de acontecer. O máximo que se tem almejado vem sendo o fortalecimento do papel do agricultor familiar na produção de alimentos e, mais recentemente, de biodiesel, configurando o que foi chamado nas entrevistas de ‘agronegócio dos pobres’ e que, em si, não altera a concentração fundiária.

Assim, o que podemos afirmar sobre a política agrária do governo Lula até o presente momento é que ela não conseguiu promover a desconcentração da propriedade da terra no País, nem rompeu com os interesses dos grandes proprietários de terra, hoje aglutinados sob o agronegócio. Pelo contrário, este vem adquirindo uma posição cada vez mais estratégica na política macroeconômica, deixando pouco ou nenhum espaço para a efetivação de uma reforma agrária massiva. Além disso, o avanço desse modelo tem desdobrado num outro fator, apontado também nas entrevistas, que é a disputa direta de terras, inclusive as improdutivas, entre os produtores do agronegócio e os movimentos de luta pela terra. Esse é um elemento que será melhor analisado no capítulo seguinte, pois tem trazido conseqüências políticas importantes para a luta do MST. Assim, passamos para a abordagem sobre a evolução histórica das lutas camponesas no Brasil, deitando nosso olhar sobre a questão agrária sob outra perspectiva.

### Capítulo 3.

#### **A emergência do campesinato no Brasil, identidade de classe e a ação do MST**

Para iniciar nossa análise sobre as lutas do campesinato no Brasil entendemos que é necessário posicioná-lo no contexto do desenvolvimento das relações capitalistas no meio rural. No primeiro capítulo afirmamos que o País vem atuando como exportador de matérias primas desde a sociedade colonial, embora tenha passado por um forte período de industrialização, em especial durante o regime militar, quando também ocorreu um processo de ‘modernização’ da produção agrícola, tema que abordamos com maior profundidade no capítulo passado. Trabalhamos com o entendimento, apresentado por autores como Marini (1973) e Fernandes (2006), de que se trata de uma característica própria dos países de economia periférica e dependente e também um dos reflexos da expansão mundial do capitalismo. O Brasil, assim, se desenvolveu como uma economia

atrelada a interesses internacionais, promovendo ‘adaptações’ no desenvolvimento das forças produtivas, de forma a manter certo padrão de acumulação e geração de riquezas e conservar o poder das classes dominantes.

Tal padrão se manteve, ao longo da história brasileira, por meio de um sistema produtivo baseado na existência da grande propriedade rural como forma de acumulação através da produção de matérias-primas voltadas para a exportação, adaptando-se às transformações capitalistas, tanto no campo como na cidade, associando-se cada vez mais à atividade industrial. O Brasil teve sua ocupação territorial marcada por tais relações de propriedade, que excluíram grande parte da população do acesso aos meios de produção, primeiro como uma sociedade escravista e, posteriormente, com a manutenção dessas mesmas relações de propriedade sendo garantidas através do estado (através da legislação e da repressão a movimentos de resistência e/ou de contestação).

Nesse sentido, as classes proprietárias puderam, durante muito tempo, impor seu padrão de desenvolvimento, retardando ao máximo o desenvolvimento pleno de uma sociedade capitalista (Fernandes, 2006), já que as formas de organização das classes dominadas, desde a experiência dos quilombos, foi frequentemente reprimida. No período escravista, isso foi feito através do poder dos fazendeiros; posteriormente, com a utilização da força militar e do aparato estatal propriamente dito. No primeiro capítulo assinalamos que esse caráter repressivo era fruto do próprio padrão de desenvolvimento da economia brasileira sob o capitalismo, articulado e dependente das economias internacionais, sendo que a forma de dominação tem no estado um instrumento prioritário para deter o desenvolvimento pleno das forças produtivas e assegurar a apropriação dos excedentes econômicos e sua transferência para as burguesias internacionais. Essa característica interferiu nas formas de organização das classes dominadas e seu desenvolvimento e somente com a evolução do regime da democracia burguesa, no período mais recente da história brasileira, é que tais classes atingiram um patamar organizativo diferenciado, disputando espaço político e econômico no aparelho estatal com as classes dominantes (provocando inclusive certos ‘ajustes’ nas ações dessas para manter seu predomínio sobre a sociedade face a essas mudanças).

Para compreender melhor essa evolução das classes dominadas no meio rural, partimos da reflexão sobre o avanço do capitalismo como sistema hegemônico e das suas contradições fundamentais, existente na sociedade como um todo. Desse modo, logo nos

vem à mente a evolução do proletariado a principal classe dominada e a qual será capaz de desenvolver novas relações de produção na perspectiva de superação do atual sistema. Sem negar esta premissa, consideramos que numa economia primário-exportadora algumas mediações são necessárias, uma vez que a atividade produtiva principal é essencialmente agrícola e o modelo de acumulação gera contradições não apenas no processo produtivo, com a exploração da força de trabalho, mas também em relação à posse e o uso da terra. O desenvolvimento do capitalismo no meio rural gerou, é claro, a formação de um proletariado rural, presente nas indústrias de beneficiamento, como trabalhador avulso nas lavouras, operador de máquinas agrícolas etc., trazendo à tona o referido debate. Mas a convivência das relações modernas e arcaicas de propriedade verificadas no Brasil levanta também o tema das relações sobre a propriedade da terra e dos modos de produção existentes no meio do rural, chegando-se, assim, à discussão sobre o caráter do campesinato brasileiro.

É como começaremos esse capítulo, procurando identificar a diversidade de relações de propriedade e produção estabelecidas no meio rural brasileiro, agrupando-as sob uma mesma categoria, assim denominada campesinato. Não se trata de esmiuçar as características individuais de cada uma delas, mas somente de conhecê-las e assinalar suas contradições com o modo de produção capitalista. Entendemos que essa introdução é necessária para, quando chegarmos à análise do MST, não nos perdermos em discussões infrutíferas sobre seu caráter de classe dado a diversidade de situações em relação à propriedade da terra que ele congrega, bem como à incorporação de outros setores sociais, como veremos adiante.

O debate sobre a gênese e a evolução do campesinato é anterior ao surgimento do capitalismo como sistema hegemônico, por isso mesmo Paulino (2006) afirma que sua existência não deve ser vista como ‘descolada’ da própria evolução das forças produtivas ao longo da História. Na sua visão, a atividade produtiva efetuada pelo camponês, ainda que sua origem não esteja na base de acumulação de excedentes, é incorporada ao sistema das mais diversas formas, e apropriada pelo capitalista como forma de ampliar seus lucros (através da cobrança da renda da terra em cima de um bem que não é fruto do trabalho). Nas suas palavras, sob o capitalismo,

“a existência do campesinato permite a apropriação de um montante extra de renda, sendo que no universo da produção ele não comparece como vendedor da mercadoria força de trabalho, salvo em situações esporádicas, quando essa prática se constitui em recurso para a manutenção da condição camponesa, como é o caso do trabalho acessório” (Paulino, 2006: 35).

Sendo assim, as discussões sobre o caráter de classe do campesinato, sua posição dentro das relações de classe capitalistas e sua potencial contradição com as classes dominantes deve levar em consideração a natureza das relações estabelecidas com a propriedade privada e sua finalidade. Sabemos a quantidade de estudos que vêm sendo feitos a respeito dessas características, bem como os diversos entendimentos a respeito do desaparecimento ou não do campesinato numa sociedade capitalista e, indo mais além, sua existência ou não num cenário onde a vitória do proletariado sobre a burguesia extingiria essa mesma sociedade, fundando uma nova, assentada em novas relações de produção. No entanto, o modo de produzir do camponês (que incorpora as relações que estabelece com a terra e os recursos naturais) também possui contradições essenciais com o sistema de produção capitalista. Isso se dá tanto com relação aos objetivos da produção (acumulação e lucro X necessidade de sobrevivência), mas também quanto à forma de apropriação e distribuição dos meios de produção (no meio rural, a terra e os recursos naturais), fator que ganha importância ao longo do desenvolvimento das novas fases do capitalismo.

À medida que o capitalismo se desenvolveu e se consolidou como hegemônico mundialmente, essas contradições se aprofundaram, sendo fruto inclusive do processo de concentração contínua dos meios de produção nas mãos de pequenos grupos proprietários. No caso do Brasil, levando-se em conta o desenvolvimento de relações capitalistas dependentes de nações hegemônicas, o camponês, apesar de guardar em comum com o proprietário capitalista a apropriação privada dos meios de produção (a propriedade da terra), se constituiu como classe social antagônica aos proprietários capitalistas e, ao menos em tese, que também deve lutar pela superação do sistema. Evidente que esse raciocínio coloca em debate a questão do desaparecimento das classes sociais e da propriedade privada da terra sob o comunismo e da aceitação, por parte do campesinato, dessa condição. Mas isso, para esse trabalho, diz respeito ao tema da formação da consciência e da identidade de

classe como forma de avançar na luta anticapitalista e será abordado na perspectiva da luta do MST, mais adiante.

Por enquanto, para explicitar o entendimento a respeito do campesinato adotado neste trabalho, partindo da constatação que no meio rural brasileiro ainda subsistem relações de natureza camponesa, procuramos uma definição que não ignorasse também as demais mediações, que apresentamos acima. Encontramos em Carvalho (2006) a análise do campesinato segundo o critério

“da propriedade privada do meio de produção terra ou em situação de posse da terra, ambas as situações de propriedade privada ou de posse da terra onde não se verifica a incorporação nos processos de trabalho da unidade de produção da relação social de produção assalariada. A força de trabalho do campesinato é constituída somente pelos membros da família proprietária ou posseira do meio de produção terra que se incorpora ao processo de trabalho como trabalhadores diretos” (Carvalho, 2006: 25).

Desse modo, a existência da propriedade privada dos meios de produção não faz do camponês, automaticamente, um capitalista. Se a força de trabalho é composta pelos membros da família e a finalidade da produção é a satisfação das suas necessidades de sobrevivência (com a eventual produção de excedentes voltados para a complementação da renda familiar), não há exploração da força de trabalho assalariada nem extração de mais-valia pelo proprietário. Isso posto, persiste ainda a problemática da incorporação do camponês ao modo capitalista de produção sob outros mecanismos, numa relação de subordinação e que, mais um vez, ao menos em tese, justifica sua luta pela superação do capitalismo. Podemos citar alguns exemplos: a cobrança da renda da terra, o que ocorre pela diversidade de situações jurídicas quanto à posse e o domínio da terra, a exemplo de posseiros, parceiros, meeiros, arrendatários não-capitalistas etc. Também pode ocorrer a situação em que, sendo a renda obtida com a produção individual insuficiente para a sobrevivência da família, alguns ou todos os membros da unidade camponesa se vejam na situação de ter que vender sua força de trabalho para satisfazer suas necessidades de produção e reprodução social. Ou ainda, o produtor camponês se incorpore à cadeia produtiva capitalista, a exemplo do sistema de integração, em que sua produção é vendida para beneficiamento e distribuição. Em qualquer dos exemplos citados, entendemos que a

produção camponesa se encontra numa relação de dominação e contradição em relação ao produtor capitalista.

Entendemos, por hipótese, que essa posição contraditória do camponês em relação às classes dominantes tenha ocorrido, especificamente no Brasil, em função do desenvolvimento dependente do capitalismo, que não se fez sem a manutenção de uma estrutura fundiária altamente concentrada, mesmo quando sob o processo de industrialização e avanço das relações capitalistas no meio rural, como assinalado no primeiro capítulo.

“Enquanto para o modelo europeu no centro do desenvolvimento capitalista está o capital, no modelo brasileiro, profundamente marcado pela tradição da dependência colonial, a terra é essencial para o desenvolvimento capitalista porque propicia uma acumulação de capital com base no tributo e na especulação, isto é, com base na renda da terra” (Martins, 1994, apud Paulino, 2006: 28).

Assim, não é demais afirmar que os interesses da população desprovida do acesso aos meios de produção, fosse para o trabalho autônomo individual, familiar ou cooperado, fosse para a venda da força de trabalho, entraram em contradição com o interesse (1) dos proprietários fundiários e (2) da burguesia e suas frações, internas e externas. Mesmo quando tem início o processo de industrialização, a atividade agrícola continua central para o desenvolvimento das forças produtivas, sendo incorporada pelo desenvolvimento capitalista. A manutenção desses interesses justificou a ausência de um processo de distribuição da propriedade da terra visando a geração de um mercado consumidor que potencializasse tal desenvolvimento. Assim, ela foi inserida paulatinamente no processo produtivo industrial.

Até aqui, pudemos ver as diferenciações entre a propriedade capitalista e a camponesa, segundo suas finalidades (acumulação e lucro *versus* satisfação das necessidades familiares), determinando um conflito de interesses que cresce à medida que o capitalismo avança como sistema hegemônico no meio rural. Isso ocorre pois, para a manutenção das taxas de lucro do capitalista é necessária a concentração crescente de capital e meios de produção (incluindo-se aí a propriedade da terra, transformada em mercadoria), coisa que o modo de produção camponês subverte, já que sua atividade não visa o lucro. São interesses

antagônicos, já que o objetivo do capitalista passa a ser, então, aniquilar a propriedade camponesa. Se não o consegue, busca incorporar a unidade camponesa a sua cadeia produtiva - o que muitas vezes significa a falência daquela unidade.

A coexistência de ambas as formas de exploração da terra revela um nítido caráter de resistência da propriedade camponesa, que desdobrou, no Brasil, em diversos movimentos de luta pela terra, tema deste capítulo. A partir deste estudo, delinearemos melhor esse choque de interesses que falamos e como isso se desdobra na consciência de classe dos camponeses – ou a sua precariedade.

Por fim, antes de dar início a esse estudo, é necessário apresentar uma definição de campesinato, que nos permita utilizar o termo sem que este seja questionado teoricamente todo momento. Carvalho, além de utilizar como critério a propriedade dos meios de produção, traz também o elemento do controle sobre a produção, procurando dar conta da heterogeneidade de situações verificadas no meio rural. Ele classifica o campesinato como portador do controle total ou parcial dos meios de produção; caracterizado por executar, para sua reprodução social, o trabalho familiar autônomo ou cooperado, sendo que em alguns casos pode associar esse trabalho à venda da força de trabalho, quando sua produção autônoma é insuficiente para satisfazer suas necessidades de sobrevivência.

Assim, segundo o autor, teríamos a seguinte divisão: (a) campesinato-associado, quando há contrato de produção com a burguesia e suas diversas frações; (b) campesinato-autônomo; (c) campesinato proletário, quando ainda subsiste a venda da força de trabalho em uma parte do tempo, para complementar os meios de sua produção e reprodução social. A todos estes denominaremos genericamente campesinato, ou camponês, como uma categoria que têm em comum, além da propriedade dos meios de produção (seja ela de fato ou juridicamente precária), a luta para a manutenção da mesma, conservando o controle dos meios de produção, seus objetivos e o processo de trabalho. As experiências históricas demonstram que essa luta foi feita de variadas formas e desdobrou-se nas mais diversas reivindicações políticas, econômicas e sociais, como veremos a seguir.

### **3.1. Formas de resistência no meio rural e a organização do campesinato brasileiro**

A contradição entre camponeses e proprietários capitalistas se materializou, ao longo da história brasileira, a partir de uma diversidade de situações em relação à

propriedade da terra, na forma e na prática, como conseqüência primeiramente de um processo de acumulação primitiva, originado ainda na sociedade colonial, que pouco espaço deixou para o desenvolvimento de classes sociais que resistissem ao modelo de dominação vigente. Depois, com a aprovação da Lei de Terras, em 1850, oficializou-se a possibilidade de alienação privada da terra, que excluiu boa parte dos trabalhadores rurais, resultando em conflitos sociais que se tornaram crônicos, agravados ainda mais pelo aprofundamento das relações capitalistas no campo e pela ausência de um processo de reforma agrária no País. Tais conflitos desembocaram em diversas iniciativas de lutas pela terra, intensificadas com a abolição da escravidão e com a proclamação da República no País e representam uma espécie de embrião das lutas camponesas.

Neuri Rossetto afirma em sua entrevista que o campesinato representou, ao longo da história, um elemento ‘enigmático’ e ‘assustador’ para as elites dominantes do País. Desde o período colonial existiram movimentos de resistência ao sistema vigente, contrários ao modelo de apropriação privada da terra e dos recursos naturais. Os quilombos, por exemplo, se constituíram como uma espécie de territórios livres que abrigavam os escravos fugitivos, que passavam a viver segundo suas próprias tradições e livres do comando dos proprietários fundiários, embora tenham enfrentado forte repressão, e foram na maioria destruídos. Representam, porém, uma experiência histórica importante e uma referência para as lutas posteriores, como forma legítima de rebelião à ordem vigente.

A Guerra de Canudos, ocorrida em fins do século 19 no nordeste do País também pode ser citada como outro movimento de resistência e contestação ao regime de propriedade vigente. Sob a liderança de Antonio Conselheiro, os camponeses foram capazes de se auto-organizar e cultivar a terra sob relações diferenciadas das estabelecidas pelo latifúndio. Se considerarmos o período político que o País atravessava, com a República recém proclamada e os escravos libertados um ano antes disso, uma iniciativa como essa assustou – e muito – as elites brasileiras. E foi reprimida à altura. Como afirma Moura,

“aos gritos do liberalismo mais exacerbado, os políticos republicanos fizeram um pacto com a antiga classe senhorial escravista, conservando-lhe o poder e os instrumentos de dominação. A estrutura agrária, ainda uma herança sesmarial da Colônia, mostrou como ainda funcionava com os seus mecanismos de repressão intactos” (Moura, 2000: 53).

O temor de que uma experiência como essa pudesse se proliferar em outras regiões do País, organizando uma oposição e prejudicando o avanço do modelo capitalista (pautado, entre outras coisas, pela manutenção da concentração da propriedade e dominação do campesinato), justificou também a reação. Para as classes dominantes no meio rural,

“a miséria crônica e o trabalho prolongado do camponês, com o conseqüente embrutecimento, representam para aquele grupo [os proprietários fundiários] uma necessidade primordial. Por isso, emprega a máxima energia na resistência e no contra-ataque a qualquer mínima tentativa de organização autônoma do trabalho camponês e qualquer movimento cultural camponês que ultrapasse os limites da religião oficial” (Gramsci, 2002:63).

Não pesquisamos a fundo a experiência de Canudos, mas consideramos que é possível dizer que os camponeses de Canudos reagiam diretamente à opressão dos proprietários fundiários e procuraram organizar-se de forma alternativa como meio de sobrevivência, embora a experiência não tenha durado tempo suficiente para se afirmar se havia ou não a construção de um projeto político, próprio da classe. Para Gramsci, há uma dificuldade crônica para levar adiante um projeto de classe por parte do campesinato, que ele relaciona com a

“dispersão territorial [do campesinato] e na “não-homogeneidade” intimamente ligada a esta dispersão. Isto explica também outras características: a volubilidade, a multiplicidade dos sistemas ideológicos a que aderem, a própria extravagância das ideologias algumas vezes adotadas. A vontade está definida para um fim [a luta pela terra], mas é vagarosa e, frequentemente, necessita de um longo processo para centralizar-se organizativa e politicamente” (2002: 64).

A Guerra do Contestado, que ocorreu no sul do País entre 1912 e 1916, também foi outro exemplo de resistência. Moura ressalta que esse foi um movimento se confrontou com os latifundiários locais e também entrou em “conflito com a penetração do imperialismo no campo” (2000: 110), pois tratava-se de uma área de posseiros adquirida por uma empresa estrangeira para a construção de uma ferrovia. Nesse sentido, adquiriram um

caráter mais ofensivo em sua luta e afirmavam a monarquia como alternativa à República, posto que viam no novo regime a razão da exploração e da perda de suas terras. Foram igualmente massacrados.

Passando para a metade do século 20, quando o Brasil já estava em franca expansão industrial e o campo sofreria modificações profundas em função dessa expansão capitalista, as lutas camponesas ganharam um novo fôlego. Tais iniciativas ainda sofriam diversas restrições no que tange à liberdade de organização de classe. O proletariado, que emergia como força antagônica à burguesia, sofria a interferência constante do estado. Se durante a era Vargas, por exemplo, foram assegurados direitos trabalhistas, a organização sindical era controlada pelo estado e se limitava apenas aos trabalhadores urbanos (o Estatuto do Trabalhador Rural, por exemplo, só seria aprovado em 1963).

No meio rural, o processo de modernização da produção agrícola gerou a expulsão de muitos camponeses, deixando como alternativas a migração para as cidades em busca de emprego, ou para projetos de colonização financiados pelo estado brasileiro, fazendo deles indivíduos literalmente sem-terra. O processo de modernização no campo, assim, excluiu os camponeses do processo produtivo e colocou-os em contradição com seu próprio modo de vida.

Nesse mesmo período o debate na esquerda acerca do caráter da revolução brasileira e o papel das classes sociais dominadas tratava do papel do campesinato nesse processo e este era majoritariamente entendido como aliado na luta do proletariado (nessa época principalmente organizado pelo PCB). Tornou-se lugar-comum a leitura, por parte da intelectualidade brasileira e das forças de esquerda de que mesmo o campesinato não sendo capaz de agir de forma autônoma, possuía um papel importante na tomada do poder, devendo ser dirigido pelo proletariado na luta revolucionária e também na formação ideológica. Como veremos, as experiências estudadas confirmaram que a organização de classe do campesinato não era um processo tão simples e que a percepção da compreensão da contradição de classe do camponês sob o capitalismo se mistura com sua própria condição de proprietário da terra e dos meios de produção. No Brasil especificamente, quando o PCB começou o trabalho de base junto a comunidades camponesas em algumas regiões do País, deparou-se com o fato de que o que principalmente motivava os camponeses eram reivindicações individuais junto ao estado, fosse por terra, regularização

de suas propriedades, acesso a crédito etc. (Santos, 2006), revelando a dificuldade do campesinato em assumir uma verdadeira identidade política e ideológica.

Em que pese a polêmica sobre o papel revolucionário ou não do campesinato, durante a metade do século 20, mais especificamente durante a década de 1950, o PCB, como principal força de classe organizada no período, procurou implementar sua linha política e passou a realizar um trabalho de base junto ao campesinato, organizando algumas de suas reivindicações. Fez isso por meio das chamadas ligas camponesas (que são distintas do movimento de 1960, que trataremos adiante), depois por associações civis, buscando a regularização das propriedades, subsídio governamental etc., sem deixar de atuar na formação política e ideológica, o que contribuiu, de certa forma, para amadurecer o entendimento da necessidade de organização dos camponeses para obterem suas conquistas.

Já vimos no capítulo anterior que enquanto atuou na legalidade, o PCB, através de sua representação parlamentar, também procurou assumir essa frente de luta, através de propostas de reforma agrária, como a de 1946, defendendo a realização de uma reforma agrária ampla e massiva como forma de impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas, com vistas à condução de uma revolução socialista no Brasil.

A análise das resoluções partidárias feitas por Cunha (2007) em seu estudo sobre a ação do PCB em comunidades camponesas no período em questão indica que as posturas táticas e estratégicas se alteraram bastante ao longo do tempo e também influenciaram a ação desenvolvida junto aos camponeses. Inspirados pelo modelo chinês e, mais tarde o cubano, passou-se da aliança camponesa e operária e a defesa da reforma agrária à estratégia de “violência revolucionária”, através da formação de guerrilhas rurais formadas a partir de comunidades camponesas organizadas (e que inclusive influenciaram algumas organizações da esquerda que atuavam na clandestinidade durante o regime militar). Para Cunha,

“o debate sobre o campesinato e a política remetem a uma outra esfera de análise, embora correlata. Ou seja, apesar de algumas tentativas de análise, verifica-se, por um lado, a complexidade do processo histórico em questão, e, por outro, no caso brasileiro, exceto em momentos pontuais, que não ocorreu ou não foi possível uma unidade de ação dos vários agentes envolvidos. Tudo indica que, no Brasil, especificamente, o processo pode ser também contabilizado às debilidades orgânicas e às crises decorrentes das várias situações políticas que refletiram fortemente no PCB. Mas devemos avaliar como decorrente dessa

debilidade a heterogeneidade das formas de produção no campo e, em sua origem, o debate indefinido sobre a formação econômica capitalista ou pré-capitalista, bem como a conseqüente e questionável incorporação das várias categorias de trabalhadores rurais existentes, denominadas em seu conjunto de campesinato, a uma única estratégia de ação” (Cunha, 2007: 37).

Algumas experiências dirigidas pelo PCB merecem algum destaque neste trabalho, e falaremos delas, ainda que brevemente. Anos antes, em 1950, segundo Cunha, iniciou-se “a primeira experiência de intervenção de envergadura do PCB”, a guerrilha do Porecatu, no Paraná. Iniciada por posseiros que estava resistindo à grilagem de terras devolutas na região, a guerrilha sagrou-se vitoriosa quando, após cerca de um ano de resistência armada, obteve do governo do estado a desapropriação por interesse social da área. Para o PCB, foi um momento de acúmulo político importante, no qual quadros políticos foram forjados e passaram a atuar em outras regiões. É importante assinalar, porém, que “tudo isso não aconteceu dissociado de contradições internas dentro das várias tendências presentes internamente no Partido Comunista, mesmo naquele período quando a política de áreas libertas sugeria uma hegemonia interna no Partido” (Cunha, 2007: 85).

O PCB atuava em diversas frentes, incluindo a dos assalariados rurais, porém com ações diferenciadas: fomentava a organização de sindicatos, lutando pelo reconhecimento de direitos trabalhistas também no meio rural. Esse movimento obteve algumas vitórias, como em 1963, quando foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural. Antes, em 1954, ocorreram dois congressos de trabalhadores rurais, a 1º Conferencia Nacional dos Trabalhadores Agrícolas e o Congresso Nordeste de Trabalhadores rurais. No mesmo ano foi fundada a ULTAB, incorporando boa parte do programa partidário em suas resoluções e buscando nos melhores quadros partidários – que eram de origem camponesa – a composição de sua direção.

Mais tarde, as experiências da luta na região de Trombas e Formoso, em Goiás, entre 1950 e 1960, também foram relevantes, considerando que se tornaram ‘territórios livres’<sup>11</sup> após um confronto direto com as forças policiais e militares. Tratava-se de posseiros que procuraram resistir na terra e no meio rural, ameaçada pela expansão da fronteira

---

<sup>11</sup> Segundo Cunha, não se tratava de um reconhecimento por parte do estado da condição de Trombas e Formoso, mas estava relacionado à própria ausência do estado na região, para prover quaisquer melhorias para a comunidade local.

agrícola. Foi uma possibilidade para uma maior inserção junto aos camponeses na região bem aproveitada pelo PCB. A partir das reivindicações econômicas, conseguiram realizar um trabalho de conscientização para as demandas mais gerais e a mobilização e organização da classe. A experiência é dividida por Cunha em três fases: a primeira, entre 1950 e 1954, que segundo os depoimentos colhidos pelo autor foi a fase da ‘legalidade’, ou seja, a busca pela regularização da propriedade e das reivindicações imediatas dos camponeses. A repressão dos fazendeiros locais, o aumento da grilagem e a dispersão de muitos posseiros foram algumas conseqüências nessa fase inicial. O período seguinte foi o de ‘luta revolucionária’, que durou até 1957, quando aumentou a influência comunista junto aos camponeses, que se dispuseram a se associarem também segundo uma estratégia de luta e de resistência armada.

Em 1956, quando os primeiros confrontos ocorreram e a luta dos posseiros começou a ganhar repercussão nas cidades, o discurso dominante não diferiu, por exemplo, do que foi utilizado em Canudos. Havia, segundo Cunha, a intenção de criar um clima de terror, “em uma tentativa de preparar a opinião pública para a necessidade de intervenção militar” (2007: 183), num clima também de ‘denúncia’ ao comunismo. O PCB, que estava na ilegalidade, era associado publicamente às iniciativas sindicais, permanecendo oculto em sua ação armada. Desse modo, através de “uma rede de solidariedade” o PCB conquistou a opinião pública e “ganhou uma dimensão e pressão de tal ordem que fez que o governador Juca Ludovico recuasse na decisão de uma intervenção direta” (idem: 185).

Se publicamente parecia que o movimento era apenas uma forma espontânea de resistência daqueles que estavam sendo ‘injustiçados’ pelos grandes proprietários e grileiros locais, no campo, a situação era diferente. Cunha afirma que a resistência armada cumpriu um papel determinante no processo, atuando como fator de pressão junto ao estado. Vitoriosos na guerrilha e na opinião pública, os posseiros permaneceram na terra, mas foram ‘ignorados’ pelo estado, que não atendeu nenhuma de suas reivindicações. Desse modo, a partir de 1957 e até 1964, se por um lado os camponeses mantiveram o controle político e econômico da terra, cultivando-a segundo seus próprios métodos organizativos, por outro ficaram isolados politicamente. Procurando avançar na organização interna e no processo de formação política, novas experiências foram sendo desenvolvidas e algumas conquistas foram obtidas mesmo sem o auxílio estatal. Emergiu como principal preocupação a manutenção do território e da organização interna, o que revela um

amadurecimento político de classe, considerando ainda que havia uma grande agitação de massa no período, fruto do debate sobre as reformas de base.

Havia ainda, no entanto, carência de uma diretriz estratégica para o campo e acerca do papel do campesinato na estratégia política contida nas formulações do PCB, o que prejudicou o fortalecimento e a expansão dessa experiência. Após o golpe de 1964, as formas de resistência organizada no campo e na cidade foram as primeiras a serem reprimidas, sendo que muitas foram destruídas e outras surgiram, agindo na ilegalidade. No geral, iniciava-se um período de desarticulação camponesa, que só seria retomado, com outras características e numa outra fase de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, quase duas décadas depois.

Outro movimento bastante representativo desse período de ascensão do campesinato como uma força política organizada foram as Ligas Camponesas. Morais afirma que esse foi o nome dado às primeiras iniciativas de organização camponesa impulsionadas pelo PCB, em 1945, num trabalho parecido com o que resultou, anos mais tardes, as comunidades de Trombas e Formoso. Já as Ligas Camponesas como um movimento popular e camponês autônomo só se organizariam em 1954 no estado do Pernambuco, procurando o apoio de todos aqueles que “reconhecessem o direito que tem o camponês de defender o seu pedaço de terra” (Morais, 1997, in Stédile, 2002: 21), apostando para isso na aliança com os setores urbanos.

Vale destacar que algumas marcas do movimento (que o diferenciavam, inclusive, das experiências dirigidas pelo PCB) eram a autonomia em relação aos partidos, a aposta na aliança com os setores urbanos (não só o proletariado) e o caráter essencialmente camponês da base social, aglutinando especificamente pequenos proprietários (posseiros, meeiros, arrendatários não capitalistas etc.). Além disso, as Ligas tiveram ainda importante participação política nos congressos de trabalhadores rurais. Embora esses espaços fossem hegemônicos pelos movimentos sindicais, as Ligas marcaram sua presença pelo debate radicalizado que faziam acerca das lutas pela terra e por reforma agrária.

Outra característica diferenciadora desse movimento era a sua concepção organizativa: fundada no território, diferenciava-se em relação aos sindicatos por não adotar a base legal de municípios. Formada por estruturas regionais, tinha como objetivo resistir da melhor forma à ação dos latifundiários, procurando, de certa forma, superar o estágio ‘natural’ de dispersão dos camponeses. Segundo Morais,

“dessa transformação de métodos resultou, ao mesmo tempo, maior dinamismo e menor insegurança nos trabalhos de proselitismo de arregimentação camponesa e uma maior independência com relação aos comedidos e prudentes interesses que representavam os principais líderes da classe operária urbana brasileira, nessa época” (idem: 22).

Tal qual as demais experiências do campesinato nesse período, as Ligas também foram influenciadas pelos debates (e polêmicas) existentes no PCB tanto quanto à origem capitalista ou não da economia brasileira, ao caráter da revolução brasileira quanto ao papel do campesinato nessa conjuntura, mas apresentavam propostas de reforma agrária muito mais radicalizadas que o movimento sindical, sintetizadas pela palavra de ordem “reforma agrária na lei ou na marra”, que foi evocada pelos militantes das Ligas durante o 1º Congresso Camponês Nacional. A dificuldade de unidade também contribuiu para enfraquecer a resistência quando acontece do golpe militar.

As Ligas Camponesas, não obstante, utilizando uma tática de radicalização do discurso e de confronto direto, reivindicavam a concessão de áreas liberadas (de antigos engenhos pernambucanos, principalmente), sendo representativas das lutas camponesas do século 20 na medida em que (1) ao investir na educação e na formação política de quadros, conseguiram formar muitas lideranças, tanto urbanas quanto rurais e (2) representam uma tentativa explícita de afirmação da identidade de classe camponesa, fazendo-a sujeito da sua própria história. No entanto, as Ligas não chegaram a elaborar um programa agrário, aprofundando o debate sobre a questão agrária no Brasil, nem chegaram a se expandir organizadamente pelo País todo. Enfrentando ainda problemas com divergências internas, de discussão sobre o papel da luta armada e tentativas de cooptação por parte dos governos estaduais, as Ligas Camponesas também não resistiram com o golpe de 1964, mas se mantiveram como um exemplo de organização do campesinato e deixando lições para os movimentos posteriores, como é o caso do próprio MST.

### **3.2. Da ditadura militar à retomada das lutas sociais nos anos 1980**

A instauração da ditadura militar o Brasil gerou reflexos profundos na economia do País, que passou por um amplo processo de industrialização, pautado pelo aumento da

dependência externa e pelo avanço das relações capitalistas no meio rural. Como vimos no capítulo passado, um dos primeiros atos do governo militar foi a aprovação do Estatuto da Terra, regulamento que em muitos aspectos refletia os debates travados pela esquerda brasileira em prol da democratização fundiária, mas em outros abriu brechas para modernizar o campo sem ter que realizar a reforma agrária. E foi exatamente o que se sucedeu. Os projetos de colonização na região Norte do País, que foram alardeados como um sinônimo de desenvolvimento e solução para o contingente camponês sem-terra, acabaram beneficiando empresas estrangeiras e os grandes proprietários rurais, estimulando um processo massivo de grilagem de terras devolutas.

Além disso, a ditadura militar reduziu as entidades de representação, tanto de trabalhadores, como de proprietários, a

“não mais que meros corpos auxiliares (ou justificadores) da política estatal para o campo. No arcabouço institucional traçado pela ditadura, o papel dessas entidades limitava-se a alguns campos específicos previamente definidos. O objetivo maior era afastá-las, como representações, de qualquer iniciativa que beirasse o conflito de classes, distanciando-as da complexidade que tomava curso no agro. Lograva-se esse objetivo tanto ao homogeneizar interesses de pequenos agricultores e assalariados, representados por uma mesma organização, como ao subordinar todas as formas representativas ao que se compreendia como desígnios do processo de desenvolvimento” (Oliveira, 2001: 157).

Esse desenvolvimento, como já dissemos, foi pautado pela manutenção do padrão de articulação externa, através de subsídios estrangeiros e importação de tecnologia, ‘modernizando’ o campo brasileiro, mas mantendo o padrão da grande propriedade monocultora voltada à exportação, especialmente de grãos, como a soja. Além disso, como um resultado do aprofundamento das relações capitalistas no campo, começou a se desenvolver, entre os proprietários fundiários, a noção de ‘empresa agrícola’, em contraposição às formas tradicionais de cultivo e da mentalidade de atraso no campo representada pelo latifúndio. Isso, em especial após a ditadura, forjou uma nova identidade de classe, ou uma nova face dela, cada vez mais associada à burguesia industrial e financeira e esboçando uma aliança que evoluiria até chegar no que hoje seria denominado de agronegócio.

As lutas sociais em todos os setores que estavam mobilizados até então foram violentamente reprimidas, desde a tomada do poder pelos militares. Algumas continuaram a existir mas, conforme Oliveira (acima citado) essa foi a forma encontrada pela ditadura de manter alguma aparência de legalidade institucional. Entre elas, a CONTAG teve grande expressão, considerando que na década de 1970 chegou a representar 17 milhões de agricultores em todo o País. Há divergência entre os autores pesquisados sobre a importância dessa entidade na organização dos trabalhadores rurais, sendo que Oliveira afirma que ela se concentrava mais no Nordeste, enquanto Gomes da Silva assinala que ela possuía grande abrangência nacional e continuou a ter relevância política no trabalho de organização das demandas sociais e econômicas. O que é consenso não apenas entre eles, mas entre outros autores é que somente na década de 1980 que ela assumiria um discurso efetivamente mais combativo, motivada pela efervescência política que vinha ocorrendo em todos os setores da classe trabalhadora e da esquerda em geral, transformando-se numa das principais interlocutoras dos trabalhadores rurais (incluindo o campesinato) junto ao estado e trazendo a bandeira da reforma agrária para a agenda política nacional.

Em contraposição a tais entidades, boa parte da esquerda brasileira caiu na clandestinidade, optando, em alguns casos, pela via armada de resistência à ditadura e procurando criar as condições para desencadear um processo revolucionário. O PCdoB<sup>12</sup>, por exemplo, continuou a organizar a resistência armada no meio rural, tendo no campesinato uma das suas principais forças (o que, de uma forma ou de outra, estava em consonância com o trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo antigo PCB nas duas décadas anteriores). A luta pela reforma agrária, no manifesto lançado pelo Partido em 1962, continuava como um elemento central na luta anticapitalista, mas deveria ser conquistada nos marcos de um novo governo e um novo regime político.

Entre as ações empreendidas no regime militar, podemos citar a guerrilha do Araguaia como uma das principais expressões organizativas. Não vamos tratar de forma detalhada essa experiência, mas achamos importante citar algumas de suas principais bandeiras, expressas em um documento datado de 1972, no qual foram reunidas as principais reivindicações dos camponeses que resistiram ao processo de modernização

---

<sup>12</sup> Essa foi a sigla assumida por parte dos militantes do PCB que, insatisfeitos com as posições políticas tomadas pelo comitê central após a divulgação do relatório sobre os crimes de Stalin, na União Soviética, fundaram, em 1962, um novo partido.

conservadora, entre elas o acesso à terra, o combate à grilagem e políticas públicas para a produção, educação saúde, infra-estrutura etc., além da liberdade de organização e o fim da repressão policial no meio rural.

Outra força que merece menção é a Ação Popular, também fundada em 1962, com quadros oriundos da JUC, entidade de orientação marxista e vinculada à Igreja Católica e que tinha uma ação expressiva no movimento estudantil, inclusive na UNE. A AP se desenvolveu a partir do debate nas universidades e na defesa de um socialismo humanista, porém buscou um projeto ideológico de transformação próprio e apostou na força do campesinato para obtenção de conquistas revolucionárias, possivelmente influenciada pelas experiências que vinham ocorrendo em diversas partes do mundo, a exemplo de Cuba e China (que tiveram na guerrilha rural uma ação decisiva rumo à vitória). Suas concepções teóricas e ideológicas a respeito da questão agrária se assemelhavam com os debates até então hegemônicos pelo PCB (e que, como dissemos, foram incorporados pelo PCdoB). Em especial a partir de 1966, parte da AP passa a entender que a luta contra a ditadura deveria ser radicalizada, para possibilitar o acúmulo de forças para uma revolução social mais ampla, que começaria a partir do campo brasileiro, o que provocou uma divisão interna na organização, dando origem, em 1971, à APML (Ação Popular Marxista-Leninista).

Não se pode ignorar também o trabalho de base que foi realizado por setores progressistas da Igreja Católica em diversas regiões do País, que contribuíram muito na formação educacional e política do campesinato. A fundação da CPT, em 1975, funcionou como um instrumento de reaglutinação desses trabalhadores que, após a dissolução das Ligas e dos diversos núcleos camponeses organizados durante as décadas de 1950 e 1960, encontravam-se dispersos, procurando cada qual suas formas de sobreviver e resistir na terra. Alguns dos fundadores do MST foram forjados exatamente nessa tradição, como é o caso de um dos nossos entrevistados, Neuri Rossetto.

Com a esquerda na clandestinidade e a existência de um sindicalismo tutelado pelo estado, esse foi um período de resistência, mas de poucas conquistas efetivas para o campesinato, que no geral esteve desarticulado ou reprimido. Sob o signo da dependência externa, o alardeado crescimento econômico ficou vulnerável às crises financeiras internacionais ocorridas a partir de meados da década de 1970, o que contribuiu para o enfraquecimento político do regime militar. Abriu-se, ainda que lentamente, a possibilidade

de rearticulação das forças sociais reprimidas com o golpe, mas num cenário sócio-econômico muito diferente de 20 anos atrás, pautado por mudanças que mesmo as organizações de trabalhadores que continuaram a existir sob tutela estatal não tinham conseguido assimilar completamente no sentido de desdobrá-las em novas formas de luta.

Assim, a década de 1980 foi marcada pela retomada da disputa ideológica do conceito de reforma agrária, da função social da propriedade, do modelo produtivo adequado para o campo brasileiro e das formas de luta necessárias para resolver as contradições deixadas pelo modelo ‘modernizador’, que gerou como consequência o agravamento da pobreza, no campo e na cidade, e dos conflitos pela posse e do uso da terra.

O governo de José Sarney representou, para as classes dominadas, a possibilidade de rearticulação de suas forças em prol do processo de execução de reformas políticas, econômicas e sociais, interrompido com o golpe militar de 1964, recuperando as reivindicações reprimidas naquele período. Não obstante, como afirmamos no capítulo passado, o caráter ambíguo da transição política entre os governos militar e civil refletiu-se também no tratamento político dado ao tema da questão agrária. Assim, se por um lado o governo adotava um discurso bastante progressista diante dos trabalhadores, procurava mediar com os grandes proprietários, afirmando que seus direitos não seriam prejudicados pela reforma agrária. De qualquer forma, o governo Sarney nomeou para a equipe de governo que tratava do assunto figuras que tinham uma trajetória na luta em prol da reforma agrária, o que abriu espaço para que as organizações sindicais e os movimentos de luta pela terra que surgiram apresentassem suas propostas, visando interferir na formulação de uma diretriz política para o campo brasileiro, como foi o caso do MST.

Um dos marcos desse período foi a realização do 4º Congresso da CONTAG, em 1985, ao qual o presidente Sarney compareceu para anunciar a elaboração do I PNRA, cuja reação por parte dos proprietários fundiários foi acusar o governo de prejudicar os ‘interesses nacionais’, ou seja, os deles próprios. Não obstante, avançou o entendimento da reforma agrária como uma medida de justiça social e forma de resolver os conflitos no campo, colocando como prioritárias as áreas onde os conflitos eram mais acirrados, tendo na desapropriação o instrumento prioritário de sua execução. Por último, e para maior indignação das classes dominantes, o governo elegeu a CONTAG como interlocutora ‘oficial’ junto ao estado, o que foi visto como uma ‘ameaça à democracia’.

O discurso oficial do governo federal foi posto à prova quando surgiram as primeiras ocupações de terra, então promovidas pelo nascente MST (cabe lembrar que o Movimento já vinha se organizando desde 1979, embora só tenha alcançado maior repercussão entre o desfecho da ocupação de Encruzilhada Natalino e a realização de seu 1º Congresso, em 1984). Nesse momento, o governo recuou, afirmando que a reforma deveria ser feita dentro dos limites da lei e respeitando o direito de propriedade. A tática de luta apresentada pelo MST entrou em choque tanto com as forças conservadoras, como com os métodos tradicionais da CONTAG, que buscava o diálogo e o amparo legal para viabilizar a reforma, representando o entendimento então majoritário entre os trabalhadores rurais. Embora essa entidade tenha exercido um papel importante “no sentido de contrabalançar o peso desfrutado pelas entidades empresariais” (Oliveira, 2001: 164), não obteve sucesso em alterar a correlação de forças presente dentro do estado, considerando o extremo conservadorismo dos poderes legislativo e judiciário e seu poder de pressão junto ao executivo. Na visão de Oliveira,

“de um lado, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra se estrutura nacionalmente, buscando definir parâmetros organizativos nas áreas ocupadas, distante de qualquer apoio oficial mais explícito; de outro, a CONTAG, mesmo definida como interlocutora legal do governo, continua à margem de qualquer processo de tomada de decisão mais importante” (2001: 169).

O MST, por sua vez, ainda era um movimento iniciante no cenário político nacional, sem forças para intervir decisivamente, de modo que a possibilidade de realização de uma reforma agrária massiva, ainda na década de 1980, foi sendo paulatinamente abandonada.

A relação do MST com o sindicalismo, ainda nesse período, não era pacífica. Tal qual as Ligas Camponesas na década de 1960 em relação à ULTAB, também o MST apresentava divergências com a CONTAG nos métodos organizativos, nas táticas de luta e até mesmo na concepção geral da reforma agrária e da luta pela terra. Veremos no próximo capítulo como, nas primeiras articulações – quando o MST ainda não havia sido ‘oficialmente’ fundado – os primeiros militantes passaram a atuar no sentido de formar sindicatos ‘combativos’, caracterizados por uma maior autonomia e radicalidade nas ações.

As ocupações de terra, que por um lado tinham a função de chamar a atenção da sociedade para o problema da concentração fundiária e para a existência de imensas áreas improdutivas no País, por outro, se constituíram numa tática – que mais tarde se revelou bastante eficaz – para forçar os governos a negociarem uma solução para as famílias sem terra, tornando-se uma marca do Movimento e influenciando muitos outros movimentos de luta pela terra.

Enquanto um elemento diferenciador da luta camponesa pela terra, a tática de ocupação remete às primeiras ações camponesas no sentido de resistir no meio rural, indo dos quilombos às Ligas Camponesas. Diante da exclusão e da contradição com o modelo produtivo, o ato de resistir se torna, também, um ato de rebeldia ao sistema vigente. Constitui-se, ainda como um elemento importante na formação da consciência do camponês. Mançano vê as ocupações de terra como

“uma forma de intervenção dos trabalhadores no processo político e econômico de expropriação. Nas duas últimas décadas, as ocupações tornaram-se, ainda mais, um processo importante de recriação do campesinato e não podem ser ignoradas. Essa realidade exige ensaios teóricos que contribuam para a compreensão desse fenômeno. Criminalizar as ocupações é se esquivar do problema sociopolítico e econômico que elas representam. É condenar famílias sem-terra que lutam pela recriação de suas existências como trabalhadoras. É aceitar os interesses dos latifundiários e o processo de intensificação da concentração da terra” (2000: 281).

Não é nossa intenção, neste trabalho, produzir o ‘ensaio teórico’ mencionado pelo autor, mas somente compreender como a ocupação da terra - marca de origem do MST na luta pela terra e o modo como o movimento pela primeira vez apareceu para a sociedade - é central para compreender também o seu crescimento. Para finalizar nossa análise, falaremos rapidamente sobre o surgimento do Movimento nesse contexto e sua inserção nos debates políticos do período.

Como dito, a CONTAG fora eleita pelo governo como interlocutora oficial da questão agrária e embora tivesse passado a uma postura mais ofensiva, defendia o Estatuto da Terra como o instrumento prioritário para desencadear ‘imediatamente’ o processo de reforma agrária. Graziano (1985) enxerga isso como consequência da intensificação das

mobilizações, da formulação crítica sobre o sindicalismo atrelado ao estado e à participação de mais camponeses na entidade, que vinha ocorrendo desde o 3º Congresso da entidade, realizado em 1973, ou seja, ainda durante o regime militar. Uma articulação mais ampla com outros movimentos camponeses e movimentos urbanos lançou, em 1983, a campanha nacional pela reforma agrária, que levou o assunto para todas as regiões do País, procurando travar uma disputa de opinião especialmente junto à população urbana. A campanha teve resultados positivos especialmente porque continuou a incentivar as mobilizações de massa, a exemplo da greve dos cortadores de cana em 1985, que teve grande repercussão na imprensa.

Não obstante as divergências do nascente MST com os métodos sindicais, a bandeira da reforma agrária unificava a todos, justamente porque era uma promessa do governo e adquiriu centralidade na aliança que elegeu Tancredo Neves presidente (a despeito do fato do MST não ter declarado apoio à Nova República, como fizeram diversas forças da esquerda brasileira). Em 1985, o MST reuniu cerca de 1500 delegados em Curitiba no seu 1º Congresso Nacional, reafirmando as bandeiras comuns com o movimento sindical, porém afirmando que só o Estatuto da Terra como marco legal não resolveria a questão da concentração fundiária (Graziano, 1985), numa posição diferenciada em relação à CONTAG.

Para conter uma fragmentação no movimento pró-reforma, a ABRA realizou um encontro (que é citado por Plínio Sampaio na entrevista) para tirar algumas diretrizes comuns a todos os movimentos. Nesse documento, chamado de “Providências para o Desencadeamento Imediato de uma Reforma Agrária” (Graziano, 1985), defendia-se o Estatuto da Terra como um instrumento legítimo, que deveria ser aplicado de forma a iniciar imediatamente o processo, para que não fosse necessário esperar uma nova legislação

“que só viria, provavelmente após a Constituinte. Além disso, ninguém podia garantir que ela seria mais progressista que o Estatuto atual; tratava-se, portanto, de “recuperar os pontos positivos do Estatuto da Terra para colocá-los em ação imediatamente”. A mudança fundamental era que o apoio ao Estatuto da Terra deixava de ser doutrinário (aos seus princípios) para ser apenas tático (como instrumento oficial)” (Graziano, 1985: 59-60).

Assim, junto com o fortalecimento da CONTAG no começo da década de 1980 e sua legitimação face ao estado durante os debates para a formulação do I PNRA, o surgimento do MST também constitui num marco político de evolução das lutas camponesas no Brasil, e do ascenso das lutas de massa no Brasil nesse período, trazendo diversas inovações nas formas de luta e de organização interna, como veremos. Segundo Medeiros, o MST inova

“tanto no que se refere às formas de luta (fazendo das ocupações de terra o principal caminho para ganhar visibilidade na cena política e se impor como principal interlocutor da demanda por reforma agrária) quando nas propostas em relação à exploração e à consolidação econômica das áreas desapropriadas” (2003: 44).

O resultado dessas mobilizações, infelizmente, não foi de avanços concretos para os trabalhadores rurais no que tange às suas demandas econômicas. Após a disputa em torno do caráter do I PNRA, e dos protestos dos proprietários fundiários, o governo acabou recuando da proposta e, como vimos no capítulo passado, apesar de aprovado, sua execução foi pífia. Além disso, logo em seguida começaram os debates acerca da Assembléia Constituinte, na qual a questão agrária também ganhou bastante relevância e contou com a participação ativa desses sujeitos. Neuri Rossetto menciona que a proposta popular de emenda sobre a reforma agrária foi apresentada ao Congresso Nacional subscrita por mais de 1 milhão de pessoas e foi a mais representativa das propostas apresentadas. De qualquer modo, o texto aprovado se mostrou bastante conservador às aspirações dos movimentos envolvidos e a reforma agrária, mais uma vez, não foi realizada.

Do ponto de vista organizativo, porém, o período é representativo, pois fez amadurecer, por um lado, as bandeiras de luta pela terra, as formas de luta etc. e, por outro, colocou em cena um novo sujeito político, o MST, que durante a década de 1990 se consolidaria nacionalmente como um movimento social camponês legítimo, conquistando espaço como interlocutor das demandas dos trabalhadores junto ao estado e, ainda, obtendo reconhecimento de outras forças políticas, nacionais e internacionais.

### **3.3. O sujeito político MST e a disputa de hegemonia**

A gênese do MST está associada às diversas experiências de resistência dos camponeses na terra que se espalharam por todo o País com o enfraquecimento do regime militar e estimuladas pelo processo de modernização da agricultura nas décadas de 1960 e 1970. O Rio Grande do Sul é tido como o primeiro estado onde o Movimento efetivamente adquiriu organicidade e autonomia, embora já existissem outras iniciativas simultâneas ocorrendo em estados como Santa Catarina, Paraná e São Paulo e também no Nordeste, como na Bahia. Mais do que compreender como se deu territorialmente o seu nascimento, buscamos aqui os aspectos políticos, sociais e econômicos que lhe deram causa, analisando o processo de concepção do que poderia e deveria ser um movimento nacional de luta pela terra. Guiaremos nossa análise a partir de alguns conceitos chave, procurando abranger teoricamente um pouco de sua complexidade, já que, ao longo da pesquisa, não nos sentimos à vontade em ‘enquadrar’ o Movimento segundo alguma categoria pré-existente. Assim, procuramos fazer o caminho inverso e, a partir da sua evolução e desenvolvimento, saber se e onde o Movimento adota referenciais teóricos para orientar suas ações.

Assim, vamos partir da análise de suas características, objetivos e princípios para explicar como o MST se afirma enquanto um movimento social autônomo. Na seqüência, procuramos entender se e como seus aspectos organizativos internos refletem uma tentativa de afirmar uma identidade política própria, comportando um novo projeto de sociedade, ponderando as dificuldades encontradas e os desafios de um movimento social camponês de massas. E, posteriormente, analisamos até que ponto essas tentativas têm se confirmado ou não como um avanço político de uma classe social, fazendo-o através do estudo prático de suas ações e sua relação com o estado e com outros grupos sociais, considerando que ele se insere num contexto de disputa de hegemonia política.

### **3.3.1. A natureza do MST e os referenciais teóricos**

Um dos marcos temporais que identificou o MST como um movimento social de luta pela reforma agrária foi a realização do seu 1º Congresso Nacional, em 1985, em função da forte polarização com o movimento sindical que representaram as suas resoluções. Além disso, as ocupações de terra representaram uma nova tática de luta, radicalizada, recuperada das experiências das Ligas Camponesas, na década de 1960, e que se tornaria um marco na luta pela terra nos anos seguintes.

A segunda metade da década de 1980 foi marcada pelo avanço gradual das ações de ocupação do MST em todos os estados brasileiros<sup>13</sup>, dando visibilidade a esse novo sujeito. Internamente, o MST procurou aprofundar sua concepção da luta pela terra como uma luta também contra o modelo vigente de desenvolvimento. Era necessário desenvolver novas experiências de uso da terra a partir dos assentamentos, com a criação de espaços de socialização política dentro dos mesmos, compostos pelos próprios trabalhadores rurais para a solução de seus problemas e o debate de questões políticas mais amplas. Esse fortalecimento de baixo para cima, estimulado pelo Movimento, também deu origem às instâncias de direção, compostas pelos próprios trabalhadores e pelos demais apoiadores, articuladores, fundadores e militantes, com o objetivo principal fortalecer a estrutura interna, tirar linhas políticas definidas e combater as tentativas de cooptação e repressão por parte do estado (Fernandes, 2000).

A leitura da realidade do campo brasileiro feita pelos sem terra ainda na década de 1980, em função do processo de modernização implementado pelo regime militar já sinalizava para o fato de que tal modelo seria aprofundado, a não ser que houvesse uma reforma agrária massiva e voltada para os interesses dos trabalhadores. Havia a compreensão de que

“os problemas enfrentados pelos trabalhadores eram resultados do modelo econômico que sempre os excluiu. Em alguns Estados a expansão da soja, da cana e da pecuária, em outros o café e o eucalipto. Foram analisadas as características comuns desse modelo: a expropriação, a expulsão da terra e a intensificação da concentração fundiária sempre geraram lutas de resistência; a migração contínua dos camponeses em busca de terras, resistindo ao trabalho assalariado” (Fernandes, 2000: 80).

O MST procurou combinar a tática de enfrentamento direto com proprietários e governos a partir das ocupações de terra e a de negociação com o estado pela desapropriação e regularização dos trabalhadores nas áreas. Com isso, o MST, além de gerar polêmica na sociedade civil e no próprio estado (que se viu pressionado de ambos os lados), também causou reações por parte dos proprietários, que tentavam reprimir as ações. A resistência do Movimento a essa oposição tem seu sucesso creditado em parte pelo próprio método

---

<sup>13</sup> Para o processo de territorialização do MST, ver Fernandes, 2000.

organizativo adotado, diferente da forma tradicional dos sindicatos, com presidentes, entidade jurídica etc. Ao definir o território como base organizativa de vinculação com as famílias sem uma estrutura burocrática, fortaleceu-se a luta, colocando os camponeses como sujeitos de sua emancipação, e preparando-os melhor para a reação dos inimigos.

A compreensão teórica dessa estrutura que não caia na vala comum de definir o MST como uma organização ou um partido político, para a partir daí destrinchar sua estrutura interna, deve levar em conta alguns aspectos. O primeiro deles é que são inúmeras as influências teóricas que permeiam as formulações internas e o método de ação do Movimento, tendo como eixo central das influências o método marxista de análise histórica. O segundo aspecto decorre do primeiro, ou seja, a compreensão de que a história vai sendo escrita não apenas pela teoria, mas pela práxis social de seus sujeitos, individuais e coletivos, sendo a teoria um instrumento de leitura do contexto que se vive e não um determinante das ações presentes e futuras. O MST, a despeito das críticas, parece seguir à risca esse entendimento, defendendo uma práxis social e cultural própria. Sendo assim, é desse segundo aspecto que partiremos para situar o MST como um movimento social legítimo e como um sujeito político de luta pela terra (com todos os elementos que essa luta inclui).

Primeiramente, entendemos que um conceito chave para compreender a origem e o desenvolvimento do MST é a busca constante por manter sua autonomia política frente a outros sujeitos políticos e sociais. Num período em que a imprensa frequentemente tem propagado a ‘perda da autonomia’ do Movimento em função de uma suposta ‘aliança’ com o governo Lula visando o recebimento de recursos públicos, é importante resgatar o sentido desse conceito para seus dirigentes e militantes.

Um primeiro elemento para a compreensão desse conceito é o conhecimento dos objetivos do MST, definidos na sua origem, e que acompanham sua trajetória política, o que torna mais fácil a compreensão de seus objetivos e os elementos posteriores. O MST se auto-define enquanto um movimento popular, sindical e político. Sendo popular, se assemelha bastante ao que foram as Ligas Camponesas, formadas não apenas por trabalhadores rurais camponeses, mas também por sujeitos urbanos, que compunham inclusive instâncias de direção. Inspirando-se em tal exemplo e permitindo a participação de sujeitos de todas as profissões, urbanas ou rurais, independente de religião, partido etc., o MST garantiu em parte a sua longevidade, pois a luta pela terra não se restringiria somente

ao interesse imediato do camponês, evitando que o caráter sindical se sobrepusesse aos demais, em especial ao político. Nas palavras de Stédile, “o MST só conseguiu sobreviver porque conseguiu casar os interesses particulares, corporativos, com os interesses de classe” (in Stédile, Fernandes, 2005: 35), o que significa dizer que a base social é composta essencialmente por camponeses, mas busca se inserir numa dimensão maior da luta de classes (assumindo o desafio de despertar o sentimento de pertença a uma classe na sua base social, como veremos adiante) e agrega apoiadores de diversos setores sociais.

Os objetivos do MST guardam correspondência com essas características: originalmente foram definidos como a luta pela terra (que é uma luta de todos), a reforma agrária (que é uma demanda da base social camponesa) e transformações gerais na sociedade (que se insere na perspectiva da luta de classes). Importante mencionar que em nossa pesquisa nos materiais de formação política, percebemos que com o passar do tempo tais objetivos foram mais bem detalhados (incluindo, por exemplo, a articulação com as lutas camponesas internacionais, a difusão de valores socialistas e o combate à discriminação de jovens e mulheres), o que a nosso ver é fruto da incorporação da própria dinâmica e evolução das lutas sociais, que ocorreu também entre partidos políticos de esquerda e diversas organizações da classe trabalhadora. Assim, é correto dizer que o MST não nasceu pronto, a partir de um modelo estabelecido com base na teoria, mas foi se forjando na prática política e social de seus militantes e dirigentes, experimentando métodos de ação e inspirando-se em experiências passadas para conceber o que deveria ser enquanto movimento social e qual seu projeto de rural, tendo como eixo a democratização efetiva do acesso à terra e da renda.

Nas palavras de Stédile, trata-se de um movimento camponês *sui generis*, que só pode ser compreendido a partir da observação de sua própria evolução e prática política e social, conformando-o dentro das características que lhe deram consistência e o inseriram numa perspectiva mais ampla de disputa de hegemonia política, nos termos definidos por Gramsci. Desse modo, nos referiremos ao MST também enquanto um movimento social camponês legítimo.

Em um artigo produzido para uma das disciplinas do mestrado, tivemos como objetivo a pesquisa das influências teóricas do MST, a partir de dois autores estudados naquela, Che Guevara e Mao Tse Tung. Ao final do trabalho, chegamos a duas conclusões principais, e que servem para esta dissertação. Primeiro, ambos os autores tinham como

‘guia’ o método marxista de análise da sociedade de classes e suas contradições, buscando aplicá-los em suas respectivas realidades históricas, o que também é incorporado pelo Movimento. Segundo, embora o MST se utilize desses dois pensadores, que também foram dirigentes políticos, procura essencialmente a origem de suas elaborações, encontrada no pensamento marxista. O que pudemos perceber é que se existe algum paradigma teórico<sup>14</sup> que pode caracterizar o MST é justamente a sua concepção sobre a sociedade de classes, que perpassa seus documentos, suas linhas de ação, sua relação com os demais sujeitos políticos, incluindo o estado - em que pese as dificuldades da base social em acompanhar esse pensamento. Mas esse tem sido um desafio que o Movimento se propôs desde sua gênese.

A filosofia da práxis e a luta de classes no meio rural são o pano de fundo, portanto, para a luta do MST. O que queremos dizer é que o surgimento do Movimento se deu a partir da compreensão do problema concreto em torno do uso e da posse da terra e a extrema concentração fundiária existente no País desde a colonização, e as conseqüências que esse modelo trouxe não só para os camponeses pobres, mas para toda a sociedade. Pudemos constatar isso como uma opção política consciente a partir da leitura de alguns textos utilizados em debates internos (gentilmente fornecidos pelos companheiros de militância para o trabalho em questão). Por exemplo: no texto “A organicidade e o planejamento”, elaborado pelo setor de formação do MST, o autor se utiliza do método marxista para realizar a leitura histórica da questão agrária no Brasil, expondo seus avanços e recuos em cada momento político. Busca, com isso, a construção das ferramentas metodológicas para orientar a organização no atual momento político (o texto nos foi passado sem indicação de data, mas pela leitura se conclui que se trata de um texto recente, pois finaliza a análise histórica quando da aprovação do II Plano Nacional de Reforma Agrária, em fins de 2003). O objetivo, portanto, é sistematizar os avanços obtidos pelo

---

<sup>14</sup> Percebemos a presença desses elementos teóricos nas falas dos dirigentes entrevistados para a dissertação, e também a partir do discurso assimilado em encontros e cursos de formação dos quais tivemos a oportunidade participar. Cumpre ressaltar, no entanto, que apesar de toda experiência desenvolvida no terreno da formação política dentro do Movimento, não há uma preocupação por parte dos dirigentes do Movimento, e em especial os formadores, de posicionar o MST nessa ou naquela corrente teórica como forma de explicar sua práxis social e política ou, ainda, de adentrar nas polêmicas acadêmicas. O que percebemos é que muitas dessas obras por nós utilizadas são também estudadas nos cursos de formação promovidos pelo setor de formação, mas isso está sempre associado à necessidade de estabelecer uma ‘via de mão dupla’ entre o conhecimento teórico e o conhecimento popular. Entre o estudo político, e o contato com as massas. E consideramos que esse é um elemento essencial para compreender os temas aqui abordados e que muitas vezes passam longe das perspectivas mais tradicionais acerca de movimentos sociais e, mais especificamente, dos movimentos de luta pela terra e do lugar político e social do campesinato.

Movimento na sua estrutura organizativa até então e os desafios postos pela atual correlação de forças no meio rural brasileiro.

Em outro texto, de 2004, “A organicidade e a política de formação de quadros no MST”, há referência ao mesmo método de análise para a compreensão dos problemas enfrentados pelo movimento social e pela classe trabalhadora como um todo no enfrentamento ao capitalismo no Brasil.

“Do ponto de vista teórico, é necessário aprofundar no tema. Qual é a teoria que os dirigentes devem se apropriar? Sem sombra de dúvidas e sem dogmatismos, precisamos reafirmar a necessidade da apropriação da **teoria marxista**, para aplicá-la na prática. A teoria é um instrumento para entender e interpretar tudo o que se passa na sociedade, no Movimento e, ajuda a tomar as decisões políticas, a definir as táticas adequadas para cada momento para que possam ser aplicadas corretamente.

O marxismo é um guia para a ação, nunca um dogma, uma verdade absoluta. É algo dinâmico, histórico que vai sendo enriquecido com o próprio desenvolvimento da sociedade e dos novos desafios da realidade para os quais se precisa de respostas. Requer a criatividade, o rigor, o empenho teórico e prático, requer vida, luta” (Pizetta, 2004, grifos do autor).

Mais adiante, argumenta que

“Não existe um único jeito, um único método, mas, é preciso conscientemente adotar um método para alcançar os objetivos propostos. É preciso indagar se os métodos anteriores não seguem vigentes e operativos. O materialismo dialético histórico, a práxis revolucionária, entre outros, são pontos de referências que nos ajudam a pensar o novo desde o histórico consolidado e os objetivos estratégicos” (Pizetta, 2004).

Nesse sentido, vemos que a referência ao marxismo é muito forte nas elaborações teóricas do MST, reafirmando o caráter de classe do movimento e a inspiração em experiências históricas que se pautaram pela mesma premissa, a exemplo de Cuba e China, respeitando, claro, o desenvolvimento histórico local. A leitura dos problemas que afligem a população brasileira passa, portanto, pela compreensão de que estes somente serão solucionados através de transformações estruturais em nossa sociedade.

A partir daí, contando com o acúmulo prático e teórico anterior, “para não começar sempre do mesmo nível do ano anterior ou da luta anterior” (Pizetta, 2004), o MST reafirma seus princípios organizativos e estimula novos valores que possibilitem o esforço consciente de mudança, a despeito das dificuldades de fazer com que esse conhecimento chegue à base social e se traduza em novas práticas, superando o idealismo e compreendendo os fatos dentro do processo dialético.

Essa opção política e organizativa que o MST adotou desde os primeiros anos de existência nos leva a supor que seus objetivos se desdobrem, em última análise, na disputa de hegemonia dentro do bloco histórico, o que traz à tona a discussão sobre a possibilidade de um setor social (especificamente, o camponês) realizar com sucesso esta tarefa. O fato de essa tarefa ser entendida como uma tarefa de um partido político, somado ao fato de a estrutura organizativa interna do MST ser muitas vezes comparada a de um, aprofunda ainda mais o debate. Vamos procurar desenvolver o raciocínio que nos leve a essa resposta, ou a um esboço de resposta.

Não nos atrevemos a afirmar, ao menos nesse ponto, que o MST disputa hegemonia entre os movimentos sociais de luta pela terra, ou que disputa hegemonia entre as classes dominadas ou na sociedade com vistas à construção de um novo bloco histórico. Porém, entendemos que a existência de uma perspectiva política mais ampla entre os objetivos do MST contribuiu e contribui para a educação política de uma classe social que sobrevive da exploração da pequena propriedade, representando um avanço em relação às experiências anteriores. O que não deixa de ser um Movimento que, no mínimo, procura oferecer resistência ao modelo hegemônico, expressando claramente sua discordância em relação ao mesmo.

Seguindo adiante, apesar das origens do MST estarem associadas à atuação dos militantes em sindicatos rurais (além da já citada participação no trabalho de base realizado por setores progressistas da igreja católica), tentando imprimir-lhes um caráter mais combativo, vimos que a polarização foi inevitável, pois os entendimentos sobre as razões e o caráter da luta e da disputa política a ser travada, em seus termos mediatos e imediatos, afloraram rapidamente. E o enfraquecimento do movimento sindical como um todo durante a década de 1990 mostrou que a opção por fortalecer um movimento classista (com todas as limitações da compreensão desse termo pela base social, que discutiremos mais adiante) e autônomo foi correta.

Gramsci (2002) afirmava que o exercício da hegemonia dentro de uma classe deve ser feito levando em conta os interesses dos diversos grupos presentes naquele bloco social, considerando que seu avanço é maior quando não lutam só por seus interesses imediatos, mas também insistem na auto-organização para enfrentar inimigos maiores, transpondo o conflito econômico (material) para o plano das ideologias. Trazemos essa concepção como mais um elemento de análise sobre o caráter da luta do MST, que será retomado no fim do capítulo.

O que podemos dizer por ora é que o caráter classista dos objetivos do MST o colocou diante de um desafio que movimentos camponeses (e mesmo sindicais) anteriores a ele não conseguiram superar: despertar o sentimento de classe e fazer do campesinato também uma classe social que luta pelo poder. A longevidade do Movimento demonstra que o caminho adotado não está, pelo menos até o presente momento, equivocado, não obstante tenha de conviver com as contradições inerentes ao processo. Poderíamos citar como algumas delas o nível cultural e político do camponês em geral, sua dispersão territorial, a influência da estrutura produtiva hegemônica, a dependência econômica do estado e a tendência ao arrefecimento do sentimento de luta quando o camponês conquista seu pedaço de terra.

Ao definir objetivos, procurar influências teóricas e experiências anteriores como inspiração e visando compreender a natureza da sua luta, o MST foi buscando sua própria autonomia como sujeito social e político numa sociedade que sempre tratou questões sociais como ‘caso de polícia’ e os pobres como incapazes, quase que seres humanos de ‘segunda classe’. Tratou de dar voz e ‘cara’ para esses indivíduos, mas fornecendo-lhes uma identidade coletiva, que os fortaleceu. Assim, se suas características e objetivos lhe deram a razão de existir, a adoção de alguns princípios trouxeram ao MST sua forma e coesão política, garantindo sua longevidade, o crescimento da base social e a resistência às duras condições impostas pela evolução das forças produtivas no meio rural brasileiro. Stédile afirma que esse foi um ensinamento adquirido a partir do contato com as experiências de luta camponesa latino-americanas, que “sempre foram mais fortes, com uma tradição maior de luta do que os do Brasil” (in Stédile, Fernandes, 2005: 39).

“O que mais aprendemos com as organizações camponesas que nos antecederam, no Brasil e na América Latina, foi que no desenvolvimento do movimento, apesar de ser

camponês e possuir um caráter social, deveríamos nos preocupar em aplicar alguns princípios organizativos. Por quê? Porque esses princípios, se respeitados, iriam garantir a perenidade da organização. Não são normas, não são sugestões. São princípios” (idem).

Esses princípios são: a direção coletiva, a divisão de tarefas, a disciplina consciente, o estudo e a formação de quadros e a vinculação com a base. A eles se associam ainda o planejamento e o processo de crítica e autocrítica. Stédile (idem) argumenta que a existência desses princípios e a rigidez com que são aplicados é o que tem permitido manter a unidade nacional e espalhar a luta por quase todos os estados brasileiros (atualmente o MST se organiza em 24 dos 27 estados), combinando a formação de quadros com a luta de massas.

Atendo-nos um pouco a essa complexidade organizativa e ao papel educativo sobre outros setores dominados da sociedade (expressão da legitimidade conquistada com o tempo), Gramsci traz a concepção que mais se aproxima da práxis dos sem-terra. Ele fala dos partidos políticos<sup>15</sup> como organizações de quadros e de massas compostas de características semelhantes às citadas, visando à disputa de hegemonia, e apresenta conceitos como a organicidade, o centralismo democrático, a disciplina consciente, formação política, entre outros que são amplamente utilizados pelo MST.

Assim, o MST se estrutura internamente visando à manutenção da coesão política, possibilitando a ação de massas casada com um comando definido que oriente sua ação e garanta sua autonomia e unidade políticas, mas pautado tanto por lutas econômicas como políticas, procurando fortalecer entre sua base social a idéia de um projeto político mais amplo de sociedade.

Ao estabelecer características, objetivos e um conjunto de princípios para orientar sua ação política e reivindicatória, o MST busca os próprios meios de obter conquistas; assim, o tema da autonomia adquire centralidade para compreender sua posição nas relações sociais de produção e na evolução da luta de classes no meio rural brasileiro. Como dissemos, a origem do MST foi um produto de diversas articulações em torno da luta pela

---

<sup>15</sup> Utilizar o termo partido político pode causar algumas confusões, em especial para aqueles que afirmam o MST enquanto tal, ou que ele vem se preparando para essa ‘transição’. Considerando que o senso comum acerca do partido político nos dias de hoje se refere a uma organização política e social que realiza a disputa eleitoral-institucional e não a que organiza e forma politicamente determinados setores da sociedade para uma disputa mais ampla pela conquista e/ou manutenção do poder (tal qual Gramsci enxergava, ainda que não excluísse o sentido da disputa institucional), é evidente que o MST se afasta mais ainda de tal definição. Assim, reafirmamos o Movimento enquanto um movimento social camponês; o conceito gramsciano de partido político, por sua vez, serve, neste trabalho, para explicar sua complexidade organizativa interna.

terra e da resistência camponesa no meio rural, ocorridas num momento de ascensão das forças sociais de massa no campo e na cidade em torno da transição do regime militar e da luta por reformas sociais amplas. O MST, como já dissemos, atuou em diversos sindicatos rurais, procurando lhes dar um caráter combativo, aliou-se à CUT e ao PT, na época também recém fundados, e ainda contava com o apoio da Igreja, àquela altura representada, em seus setores progressistas, pela CPT. O questionamento sobre sua autonomia foi quase natural, dadas as características que o originaram. Neuri Rossetto recupera a memória desse momento na entrevista, como veremos.

Do ponto de vista de nossa análise, é preciso compreender que desde o início prevaleceu o entendimento de que o Movimento deveria estar sob o controle dos trabalhadores. Essa relação com a base social é fundamental para compreender o fortalecimento e consolidação do MST ao longo do tempo. Mesmo com um comando definido e quadros politicamente preparados para negociar com o estado, fazer alianças e determinar jornadas de luta, sem a proximidade com os trabalhadores a luta não se concretiza. Caldart (2004) afirma que o MST se diferenciou à medida que trouxe à tona personagens que até então haviam sido marginalizados, ou ocultados da cena política, por serem considerados ignorantes ou incapazes de lutar por seus direitos, ou ainda apenas uma classe destinada a desaparecer. Assim, a afirmação da autonomia se dá de dentro para fora, e de fora para dentro.

Evidente que a postura de autonomia se diferencia do isolamento político. As alianças são feitas e as mobilizações em comum com outros setores dominados são relativamente freqüentes, sem que sejam deixados de lado os princípios organizativos, as instâncias de decisão ou mesmo suas ações específicas. Assim, não é estranho que, por exemplo, o MST tenha se envolvido em todas as eleições presidenciais a partir de 1989, declarando o apoio à candidatura petista em todas elas. Em resumo, adotamos, para a questão da autonomia, o conceito apresentado por Fernandes (2000):

“todo esse processo que levou a constituição do MST representou, sem dúvida, um amadurecimento político-ideológico. Construíram um movimento de trabalhadores rurais com autonomia e heteronomia. Ou melhor, autonomia porque a direção política do Movimento não está subordinada a outras instituições, e heteronomia porque, na luta pela

reforma agrária, envolveram outras organizações políticas, como sindicatos, Igrejas e partidos” (Fernandes, 2000: 87).

Assim, o MST, ao afirmar a autonomia camponesa, faz emergir o sem-terra como sujeito de suas próprias lutas, o que, na visão de Caldart, faz com que ele seja concebido

“também como um *novo sujeito sociocultural*, estando nesta condição uma das dimensões importantes de sua força política atual, que extrapola sua influência para além dos limites da questão agrária, ou das questões ligadas ao campo. Talvez seja por isso que o MST esteja sendo considerado por alguns analistas como um movimento social que é hoje uma referência forte na contestação, ou mesmo no combate ao modelo capitalista atual. E isso não porque esteja deixando de lado a sua luta principal, mas sim pela forma que a realiza, e os valores e comportamentos que nela e através dela produz, expressa, socializa, contradiz” (Caldart, 2004: 30-1, grifos da autora).

Ainda desenvolveremos melhor esse ponto da amplitude das lutas do MST, que também é abordado pelos entrevistados, porém temos a impressão de que a afirmação da autora está correta, já que se afina com as características e objetivos acima mencionados. O que é importante assinalar aqui é que a afirmação da autonomia e desse sujeito político emerge justamente da percepção dos objetivos e princípios do MST por sua base social, o que a leva a respeitar suas normas internas e as decisões das diversas instâncias. Ao colocar o Movimento no controle dos trabalhadores, torna-os responsáveis por desenvolvê-lo, ampliá-lo e mantê-lo, pois só dessa forma a luta pode prosseguir e os objetivos, serem atingidos.

Nesse sentido os temas da participação e da organicidade interna se revelam como o aprofundamento do tema dos princípios, completando a análise sobre a natureza do MST dentro da ótica deste trabalho. O Movimento se estrutura internamente sob uma perspectiva diferente do que os sindicatos, sendo composto, na base, por núcleos de famílias, brigadas (constituídas a partir do território + número de famílias) e por instâncias de direção compostas pelos representantes destes espaços, mais os representantes dos setores específicos (que também possuem uma estrutura orgânica definida a partir dos núcleos de famílias), o que amplia em muito a participação, já que os representantes são definidos pelos próprios camponeses e podem ser trocados a qualquer momento, nas instâncias próprias de cada nível organizativo.

Esse foi um método desenvolvido ao longo do tempo e continua em permanente transformação. Seu funcionamento não depende de uma decisão de cima pra baixo, mas respeita as especificidades locais e o estágio organizativo em que se encontra o MST em cada estado, que não é linear. Apesar das contradições inerentes ao método e sua aplicação, o importante é perceber como isso se transformou, aos poucos, numa espécie de ‘tradição’ dentro do Movimento, percebida a partir da própria prática dos militantes. Vimos no primeiro capítulo que Gramsci atribui um papel coercivo ao estado e ao direito, que agem como conformadores de determinado sistema, através da criação de certas “tradições”. Para ele, no entanto, a tradição deve ser entendida no sentido ativo, “como continuidade em permanente desenvolvimento, mas “desenvolvimento orgânico”” (Gramsci, 2002: 240), ou seja, pautada pela “correspondência “espontânea e livremente aceita” (...) entre a conduta de cada indivíduo e os fins que a sociedade se propõe como necessários” (idem).

Se entendermos como ‘sociedade’ a estrutura interna do MST, esse princípio se materializa, então, não pelo aspecto coercivo das decisões, mas pelo respeito aos princípios e pela disciplina consciente. Gramsci ainda entendia isso como parte do voluntarismo, de adesão a um projeto político e não a anulação da individualidade, o que para ele era atingido através da adoção do método do centralismo democrático, uma elaboração freqüente nos textos do Movimento a que tivemos acesso, opõe a individualidade (algo natural do ser humano e que deve ser preservado) ao individualismo (um desvio que pode comprometer os objetivos da organização), procurando desenvolver novas relações sociais.

Bem, há que se considerar que se o método possui coerência teórica, sua assimilação não se dá da noite para o dia. A própria condição da luta e o caráter da base social impõem uma série de obstáculos, objetivos e subjetivos. Uma ocupação, por exemplo, acontece porque um determinado número de famílias, na esperança de superar o estágio de opressão e de pobreza em que vivem, se sujeita ao frio, à escassez de recursos, ao risco de repressão, à incerteza do acampamento, entre outros aspectos. Mas é um momento fundamental no processo de formação da consciência, da percepção da realidade que cerca essas famílias e da necessidade de sua transformação. Aos poucos, a organicidade vai sendo incorporada ao cotidiano e reproduzida em todos os espaços em que se fazem presente. Não raro se observa a disciplina dos militantes sem-terra como algo exemplar, a ser seguido por outras organizações de esquerda, especialmente em momentos como as Marchas Nacionais e os Congressos, dando a ela um sentido político - além de educativo - importante.

Os núcleos de famílias e brigadas vinculam os dirigentes com a base social e não com o território, o que é entendido como uma forma de aprofundar o conhecimento sobre os problemas e demandas reais dos trabalhadores que vivem nos acampamentos e assentamentos. Os núcleos atuam enquanto uma espécie de célula política e seus membros coexistem não só a partir da atividade produtiva, mas são estimulados também a manter o vínculo com a organização, aprofundando o sentimento de pertença e identidade com luta travada. Assim, a implementação da organicidade nos acampamentos e assentamentos é um grande desafio para o contínuo fortalecimento do Movimento. Sempre sujeito a revisões no método e com características específicas em certas localidades, a estrutura orgânica confirma que o MST é um produto da dinâmica de sua própria luta política e revê suas práticas e referenciais à medida que isso for útil aos seus objetivos, buscando fazê-lo através da ação consciente, disciplinada e organizada de seus quadros dirigentes e militantes.

Além disso, ao conceber a luta pela reforma agrária como uma luta que inclui não apenas reivindicações pela terra e condições de produção, o MST se organiza internamente também para atender esse desafio e, além da vinculação com a base, também criou setores (educação, comunicação, cultura, saúde, produção, gênero, juventude etc.), como forma de responder de forma mais completa às demandas da luta pela reforma agrária, na perspectiva de criar condições efetivas para a permanência no meio rural.<sup>16</sup>

A estrutura orgânica, assim, tem o objetivo de criar um elo entre os dirigentes e a base social e, a partir da observação da realidade que os cerca e da percepção dos obstáculos, mostrar a eles o caminho da superação. Identificamos aqui a proposta de unir a espontaneidade das massas (enquanto estímulo para a ação) à direção e à disciplina conscientes como método (política de massas) para organizar as classes dominadas (Gramsci, 2002). Busca-se, através da ação educativa promovida pelo grupo dirigente (*idem*), manter o vínculo entre a teoria e os ‘sentimentos espontâneos’ das massas e, aproveitando uma conjuntura favorável e um possível acúmulo de forças políticas (*idem*), planejar as ações com a concordância da base.

Gramsci também atribuía grande importância ao tema da disciplina na organização das massas; propunha a existência de uma organização política e quadros e de massas, que deveriam estar em constante e permanente relação, não apenas para garantir o

---

<sup>16</sup> Remetemos à Fernandes (2000) para o conhecimento mais detalhado da estrutura orgânica do MST. Aqui cumpre a análise do resultado político e prático dessa divisão.

cumprimento das decisões, mas para assegurar que isso reflita um processo de debate e assimilação pela base. Para o MST, o método das brigadas se configurou, até então, como eficaz para garantir que isso ocorra, embora a tarefa de se chegar até a base social ainda seja desafiadora, tanto pelas características inerentes ao campesinato, que vimos discutindo neste capítulo, como pelas condições objetivas desta tarefa. Até 2004 foram contabilizadas, pelo próprio MST, mais de 110 mil famílias assentadas e cerca de 115 mil acampadas<sup>17</sup>, sendo que as condições materiais para que os quadros políticos possam realizar um efetivo trabalho de formação ainda são precárias, o que também aumenta a dificuldade de maiores avanços na luta política.

Existem ainda inúmeros elementos sobre os aspectos da organização interna do MST que poderiam ser abordados, por representarem inovações no método de luta política. Sobre a educação e a produção, falaremos mais adiante, como produtos da luta pela reforma agrária e afirmação do Movimento como um interlocutor legítimo dessa questão, que hoje demonstra acúmulo suficiente para propor e executar políticas públicas em áreas de reforma agrária a partir de um método próprio. Compreendemos que o estudo do ‘ponto de partida’ do MST, ou seja, seus objetivos e princípios e a compreensão do caráter e da dimensão da sua autonomia são suficientes para analisar, a partir daqui, sua trajetória política e como ele foi se firmando diante do estado e da sociedade civil como um interlocutor legítimo da questão agrária.

### 3.3.2. Primeiras conquistas e a relação com o estado

Após um processo de territorialização que podemos situar, conforme Fernandes (2000) entre 1985 e 1990, o MST já estava espalhado por 18 estados e, a despeito do fracasso do I PNRA e do recuo programático da Constituição de 1988 quanto à reforma agrária, o Movimento já vinha obtendo diversas conquistas e passara a ser **também** um movimento de assentados. Esse é um momento importante, porque gerou discussões internas sobre se deveria haver uma separação formal desses interesses, o que não ocorreu. O entendimento gerado a partir destes debates foi de que a dimensão da luta pela terra, em função dos novos desafios que o processo de modernização da agricultura havia gerado para o campesinato

---

<sup>17</sup> Procuramos obter dados quantitativos mais recentes, já sistematizados pelo MST, mas a informação não chegou a tempo de compor a versão final deste trabalho.

como um todo, ultrapassava a conquista do território e deveria se estender também à garantia de outros direitos. Assim, o tema da produção adquiriu uma dimensão política e estratégica, porque o assentamento é tanto uma base territorial de resistência na terra, como uma unidade econômica, que precisa se viabilizar materialmente para concretizar a resistência. Junto com essa questão, a educação também se tornou uma prioridade nos assentamentos e acampamentos, o que resultou num processo de construção de um novo entendimento para a escola do campo em desenvolvimento até os dias de hoje.

No que refere à produção agrícola, o MST encontrou pela frente o desafio de promover uma modificação no modo tradicional de produção camponesa, baseado no trabalho individual e voltado à subsistência. Essa discussão parte da reflexão interna sobre as alterações na produção agrícola iniciadas na década de 1960, apresentadas no capítulo anterior, que evoluíram e chegaram naquilo que hoje conhecemos por agronegócio. O Brasil possui a característica de chegar ao século 21 como uma economia industrial, modernizada, mas que mantém como uma de suas principais atividades a exportação de matérias-primas, que hoje são produzidas de acordo com um novo paradigma produtivo (que acompanhou a evolução das relações capitalistas no meio rural e seus desdobramentos na divisão internacional do trabalho). Chega a esse estágio sem ter realizado uma reforma agrária massiva, que democratizasse a propriedade da terra e desse destino aos milhares de camponeses que produzem segundo relações não-capitalistas. Assim, não foi capaz de extinguir totalmente as formas tradicionais de ocupação do território, gerando assim sua própria contradição interna, que resultou em conflitos pela posse e uso do solo e recursos naturais. E, à medida que o capitalismo se expande no meio rural, há uma tendência que o choque se dê também quanto ao próprio modo de produção e os conflitos adquiram também um caráter de resistência ao modo de produção hegemônico.

Outra questão é a convivência, no meio rural brasileiro, de diversas formas de exploração da propriedade agrícola camponesa, com pequenos e médios, assalariados rurais, temporários, sem terra etc., disputando espaço, terras férteis e recursos públicos com a produção hegemônica em larga escala. Carvalho (2004) afirma que, em relação aos movimentos de luta pela terra, isso gera uma diversidade também nas formas reivindicatórias e de luta política, consistindo num desafio a ser superado pelos camponeses na unificação e fortalecimento de sua identidade de classe e luta social. Além disso, ele argumenta que o crescimento do MST e a conquista de áreas de reforma agrária geraram o

que chamaríamos de ‘parâmetro organizativo e reivindicatório’, com novas propostas de organização da pequena propriedade rural, e que consistiria numa certa inspiração para os demais movimentos de luta pela terra. De acordo com Carvalho (2004),

“as estratégias políticas do MST têm insistido nessa perspectiva ao defenderem o assentamento de reforma agrária como um território de afirmação de um novo rural onde possa florescer a utopia camponesa (...). Diversos modelos ou propostas de assentamentos de reforma agrária, inúmeras formas de cooperação para a produção, múltiplas combinações de uso cooperado de posse e uso da terra e maneiras distintas de gerenciamento dos assentamentos foram desenvolvidas e implantadas pelo MST no decorrer da sua história. Essas iniciativas respondiam à proposições estratégicas do MST de se constituir e operar assentamentos com caráter econômico e social mais igualitários e fraternos que pudessem apontar para as possibilidades de uma nova forma de se realizar o desenvolvimento rural. Diversas conquistas foram obtidas e inúmeros desafios superados” (Carvalho, 2004: 15).

Persiste aqui o papel educativo e de certo modo hegemônico do MST enquanto sujeito político de luta pela terra no Brasil. Do ponto de vista da luta política, porém, a sustentação desse modelo tem sido constantemente desafiada, na medida em que sobrevive principalmente de incentivos estatais e, no âmbito das políticas de estado, compete por terras, recursos naturais e financeiros com um complexo empresarial organizado em torno da produção agrícola de larga escala, pautado pelo uso da tecnologia na exploração do solo, no beneficiamento, na pesquisa, ou pelas cadeias de distribuição e comercialização. Neuri Rossetto e João Paulo Rodrigues, nas suas entrevistas, reafirmam o caráter dessa disputa e as dificuldades nessa ‘competição’ profundamente desigual, o que reforça a necessidade de construir uma identidade de classe efetiva entre os camponeses, segundo objetivos estratégicos e não apenas táticos.

Nessa dimensão mais atual, portanto, a relação com o estado possui um caráter reivindicatório no campo das conquistas econômicas, mas é ampliada sob a forma de luta pela reorientação do modelo hegemônico, o qual exclui a maior parte da população. Falaremos mais adiante sobre isso, e sobre o desafio de sustentar essa estratégia, que depende ainda da assimilação, pela base, como sendo fundamental para o avanço da produção e da melhoria de suas condições de vida. De toda forma, o questionamento desse

modelo parte, como dissemos no início, do suposto que existe uma contradição fundamental entre a forma de produzir do camponês e o modelo do agronegócio, dando à perspectiva de classe um caráter central nesse enfrentamento.

Mas a concretização de uma verdadeira consciência de classe não se atinge apenas com a formação política ou o enfrentamento direto com o adversário. Diversos autores pesquisados apontam para a necessidade de propor o modelo alternativo ao atualmente hegemônico, a partir da própria práxis camponesa. Já falamos dessa prática do ponto de vista organizativo, mas é necessário analisar como isso se exprime em propostas concretas para o desenvolvimento do meio rural sob parâmetros mais igualitários. Como era de esperar, a questão da produção foi a primeira a evoluir nessa perspectiva, tendo em vista a luta pela terra como um objetivo imediato da luta, que se expandiu posteriormente para outras áreas. Para este trabalho, nos deteremos apenas nas perspectivas da produção e da educação.

Por volta de 1986, foi formada a Comissão Nacional de Assentados (mais tarde convertida em setor),

“que começou uma série de trabalhos para reunir e discutir as dificuldades enfrentadas pelas famílias. Fizeram várias reuniões no então Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em Brasília, para reivindicar crédito custeio e começaram a formular um programa de crédito para os assentados. Na época com o apoio de um membro da diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), iniciaram as discussões a respeito de propostas para a criação do programa. No final desse ano, haviam elaborado o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procerca), que veio a ser a principal linha de crédito dos assentados” (Fernandes, 2000: 179).

Além disso, embora não exatamente sob a forma dessa Comissão, Neuri Rossetto relata na entrevista que o Movimento participou da campanha pela reforma agrária de 1983 e também atuou firmemente durante os trabalhos da Constituinte, apresentando propostas do que entendia por uma reforma agrária que solucionasse os problemas no campo e democratizasse o acesso à terra. Em 1984 o MST formulou seu primeiro programa de reforma agrária, ao qual se seguiriam outros, como veremos. Tratava-se de propostas gerais,

partindo da definição do sujeito sem terra (que englobava as categorias camponesas que mencionamos na primeira parte deste capítulo) e levantava alguns princípios (a luta imediata pela reforma, tendo como objetivo estratégico o fim do capitalismo e a autonomia política do Movimento), além das terras que deviam ser objeto da reforma agrária:

“4º Terras que reivindicamos e devemos conquistar

1 – Terras das multinacionais

2 – Terras dos latifúndios extensivos

3 – Terras do Estado

4 – As terras mal aproveitadas

5 – As terras que estão nas mãos de quem não precisa delas e que não são agricultores” (Programa de reforma agrária do MST – 1984, in Stédile, 2005, vol. 03: 179).

Desse modo, podemos concluir que a luta do MST já sinalizava, desde o início, tanto o combate à especulação de terras como à invasão estrangeira sobre o território nacional e pautava ainda a destinação das terras públicas, para as quais seria necessário um efetivo combate à grilagem. O programa seguinte data de 1995 e já faz uma análise mais ampla do problema agrário, associando-o não somente à pobreza rural, mas também aos problemas das cidades, porque vinculado “a um novo modelo de desenvolvimento nacional”.

Aqui, o MST começa a centrar suas forças também no combate ao neoliberalismo e à política econômica, que estava sob a égide do governo FHC. Assim, a reforma agrária foi levantada como uma bandeira de toda a sociedade, porque os conflitos agrários também interferiam nas condições de vida nas cidades. Desse modo, ela estaria inserida numa estratégia de democratização da propriedade e da renda, gerando trabalho, alimentos e bem-estar social (o que se aproxima da bandeira da reforma agrária clássica do capitalismo, que não foi realizada no Brasil quando o País passou pelo processo de industrialização), considerando a nova etapa que o capitalismo atravessava no meio rural brasileiro.

Além disso, o MST aprofundou suas concepções acerca da construção de “novos valores humanistas”, como parte de uma proposta camponesa anticapitalista, estimulando valores como a cooperação, a identidade coletiva, a solidariedade, a igualdade de gênero etc. Avançou também com relação à reorganização da estrutura produtiva do campesinato, que

deveria acompanhar o ritmo da evolução capitalista no campo e agregar à estrutura tradicional a criação de pequenas agroindústrias e o escoamento da produção para os centros urbanos. Além disso, defendia a mudança no regime de propriedade da terra para as áreas de reforma agrária, baseado na concessão de uso (ao invés da compra e venda ou arrendamento, proposta nos planos de reforma agrária anteriormente apresentados no País), o que seria uma mudança bastante significativa em relação à propriedade camponesa tradicional.

Esse programa, de certa forma, já exibia os resultados da aposta feita na sua estrutura organizativa interna, através da divisão de setores, pois o MST apresentava ainda propostas para outras áreas que não apenas a produção agrícola, redimensionando o sentido de bem-estar social no campo e da luta pela reforma agrária. Além disso, o estado era pautado como o sujeito principal na execução dessas propostas. Nas entrevistas com os dirigentes são explicitados os resultados atingidos com essa luta.

Por outro lado, o estado, no mesmo período, por meio do governo FHC, também apresentou uma ‘nova proposta’ para o meio rural, fundada não no assentamento de reforma agrária ou o combate ao latifúndio, mas na criação de um novo ‘sujeito’ para o meio rural: o agricultor familiar. Se de um lado incorporava o conceito de família, introduzido pelo MST como o que melhor expressava a realidade camponesa, ainda nos anos 1980, essa figura foi utilizada como o tipo ideal de trabalhador para uma economia que buscava ser cada vez mais descentralizada, regida pelas regras de mercado e pautada na relação entre contratantes ‘livres’. João Paulo Rodrigues reconhece que nesse aspecto o governo teve grande capacidade de formulação (Medeiros afirma que houve a participação direta da intelectualidade ligada ao tema, mostrando o empenho na construção de uma proposta ‘sólida’) e conseguiu, politicamente, impor seu modelo junto ao estado, com o qual o governo Lula não rompeu. Para ficar num exemplo, o antigo Procefa foi transformado em 1998 em Pronaf e adquiriu, aí já no governo Lula, diversas faixas de financiamento, conforme a capacidade produtiva do beneficiário, levando em conta também outros segmentos sociais, como mulheres e jovens, por exemplo, mas sem abandonar o conceito inicial, de empréstimos individuais.

Em 1999 foi criado o Banco da Terra, que financiava empréstimos para aquisição de terras ociosas por pequenos agricultores, o que fez crescer a oferta de terra, desestimulando, ainda que veladamente, as ações de desapropriação como instrumento

prioritário para a reforma agrária. Estabelece-se um mercado de terras e a reforma agrária foi deixada definitivamente de lado, sendo usada apenas como um recurso pontual para a contenção de conflitos pela terra. Segundo Medeiros (2003) a reação não apenas do MST, mas de outros movimentos de luta pela terra (excetuando-se a CONTAG, que assumiu uma postura mais branda em relação ao programa), foi de reafirmar a desapropriação como instrumento de obtenção de terras e estimular novas ocupações. Fizeram isso por meio de articulações mais amplas como o Fórum Nacional de Reforma Agrária e a Via Campesina (aproveitando-se do fato que era um programa financiado pelo Banco Mundial e que as mobilizações poderiam ter uma repercussão internacional).

O período também foi marcado por diversos conflitos que resultaram em mortes, e alguns autores assinalam esse como um dos fatores que motivou uma retomada da questão agrária pelo governo FHC, sob os parâmetros descritos. Entre os mais expressivos, citamos o massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no Pará, em abril de 1996, quando 19 trabalhadores rurais foram assassinados em um confronto com a polícia militar paraense e os culpados até hoje não foram julgados. Carajás adquiriu especial importância em função da repercussão internacional que gerou, e acabou se tornando uma questão política para o governo resolver, resultando ainda na Marcha Nacional até Brasília, ocorrida em 1997 e que chegou à capital federal exatamente 1 ano após o confronto, reunindo 100 mil pessoas e dando uma demonstração de força política e apoio social do MST. Um dado no mínimo curioso foi o reconhecimento do dia 17 de abril pelo próprio FHC, através de lei, como o Dia Nacional de Luta Pela Reforma Agrária (Lei 10.469/2002).

Até aqui, o que é podemos constatar é que a relação do MST com o estado não é nova, sendo este considerado como o sujeito prioritário de execução da reforma agrária em todos os seus aspectos. Ainda que a postura do Movimento em relação ao estado varie de governo para governo, a leitura a respeito dele é uma constante: o estado brasileiro é o estado das classes dominantes e serve ao desenvolvimento das forças produtivas hegemônicas sob o capitalismo, utilizando-se dos mecanismos que dispõe para tanto. Isso significa dizer que as classes dominadas devem estar organizadas para reivindicar e para resistir. Com a chegada de Lula à Presidência, após as expectativas iniciais quanto à realização da reforma agrária terem sido frustradas, ficou claro para o MST que a existência de forças progressistas no governo federal não tornava o estado brasileiro um estado

progressista, já que seus adversários estão presentes na maioria das estruturas estatais, conservando e procurando reforçar sua hegemonia.

Assim, dentro da estratégia do Movimento, a relação com o estado foi estabelecida, desde os primeiros anos, segundo este entendimento de classe e vem sendo pautada segundo dois eixos: o enfrentamento e a negociação, fomentando a identificação da base social com esses objetivos para planejar seus passos. Evidente que não se pode romantizar a visão sobre a estrutura interna do Movimento e a relação com a ação política junto o estado. O caráter de organização de quadros e de massa do MST é fundamental para estimular e coordenar as ações e a iniciativa dirigente é indispensável. As experiências de cooperação agrícola e mesmo das diretrizes políticas, por outro lado, também não são uniformemente assimiladas pela base social, pela sua própria característica histórica e tampouco a organicidade é implementada de maneira mecânica em todas as regiões do País. Mas quando a distância entre os entendimentos da base social e do núcleo dirigente é muito grande, fica difícil avançar. Para Neuri Rossetto, a complexidade desses tempos, e o ajuste disso com a conjuntura política são como “um tabuleiro de xadrez”.

É a insistência, portanto, em sedimentar esses entendimentos de baixo para cima que possibilita o Movimento crescer sem se fragmentar, e sua expansão territorial tem sido um dos trunfos da sua legitimidade tanto para enfrentar, quanto para negociar com o estado. Essa relação viveu avanços e recuos ao longo da existência do MST e, após 2003, parece haver um entendimento consolidado de ambas as partes de que o Movimento é um interlocutor legítimo nas demandas da luta pela terra, tanto na negociação de áreas, como na proposição de políticas específicas para o meio rural.

Em relação ao aspecto da produção agrícola, João Paulo Rodrigues afirmou na entrevista que o Movimento adquiriu “controle 100%”. Ele se refere ao processo de negociação dos convênios e escolha dos técnicos, para que a matriz agrícola implementada se adeque o máximo possível à produção com baixo uso de agrotóxico e sem o recurso de sementes transgênicas. Argumenta que a matriz tecnológica do agronegócio é hegemônica em boa parte das universidades brasileiras e os estudantes são forjados nessa tradição, tendo dificuldade de compreender formas diferenciadas de cultivo. Assim, justifica-se a preocupação com a escolha de técnicos que possam contribuir para qualificar, na prática produtiva, aquilo que faz parte do próprio discurso de enfrentamento ao agronegócio e é visto como prejudicial à natureza e à própria produção camponesa (porque, entre outras

coisas, acabam causando a dependência do camponês junto às transnacionais que produzem insumos e máquinas). Neuri reconhece que conquistas como essa são fruto do acúmulo organizativo do Movimento ao longo dos anos e do aprofundamento dos debates sobre um modelo de desenvolvimento para o meio rural, desenvolvido a partir de experiências concretas nos assentamentos.

A organização da produção se deu também em termos jurídicos, para possibilitar a captação dos créditos de forma coletiva, bem como o reconhecimento dos assentamentos rurais. Assim, foi sendo desenvolvido, a partir da década de 1990, um sistema nacional de cooperação agrícola, composto por cooperativas e associações fundadas em todos os assentamentos do MST com o objetivo de receber os recursos públicos advindos dessas negociações, que adquirem aqui uma dimensão política e também técnica. Stédile afirma que o processo de concepção desse sistema remete, inicialmente, a uma reflexão sobre a melhor forma de fazer uso da terra para garantir que os assentamentos sobrevivessem e, posteriormente, à possibilidade de estabelecer uma relação institucional sem apelar para entidades externas ao Movimento.

Além disso, ele assinala que durante o governo Collor o modelo dos assentamentos passou por uma profunda crise, porque a maioria das políticas públicas, inclusive de crédito, foram suspensas, o que, nas suas palavras, obrigou o Movimento

“a fazer uma reflexão ainda mais aprofundada sobre as formas de cooperação. Percebíamos que o desenvolvimento já conquistado pelo MST era insuficiente para fazer frente à ofensiva do governo Collor. Passamos dois anos – 1990 e 1991 – discutindo isso. Analisamos uma primeira idéia, a de criarmos uma central cooperativa de crédito rural, porque havia legislação para isso e também porque sabíamos que poderia permitir uma resistência maior. Diante daquela falta de política agrícola ou da crise generalizada da agricultura, era necessário garantir para os assentados recursos de crédito de forma permanente” (Stédile, Fernandes, 2005: 103-4).

A criação desse sistema, que mais tarde foi se consolidando dentro do Movimento, foi, inicialmente, uma estratégia política de sobrevivência. Stédile classifica esse período como o “batismo de fogo” do MST, porque havia um risco muito grande do movimento terminar ali, por não conseguir viabilizar as condições mínimas de sobrevivência para sua

base social. Posteriormente, já no governo FHC, os convênios por meio das estruturas jurídicas criadas para tanto se multiplicaram também para outras áreas, como resultado da própria política de descentralização das atribuições do estado naquele período, como assinalamos no capítulo anterior.

Outro tema que merece menção aqui é a questão da educação. A escola, desde a gênese do MST, fez parte de sua estratégia de crescimento; do ponto de vista formal, ela se configura como o espaço para as crianças estudarem e passarem o dia enquanto seus pais trabalham; de um ponto de vista menos formal, revela uma forma de socialização política dos acampados e assentados, em cursos de formação política e um local para as discussões a respeito dos rumos do próprio lugar em que vivem. Isso tem a ver também com o papel que a família e não apenas o indivíduo representa na luta pela terra, compondo a própria essência do MST. Basta lembrar que a base organizativa do Movimento é o núcleo de família. Nesse sentido, é importante que todos se envolvam na luta, cada qual assumindo seu papel.

No aspecto mais formal o MST procurou desenvolver uma pedagogia própria, voltada para a realidade de quem vive no meio rural, e concentrando os esforços tanto na educação de crianças, como na alfabetização de adultos, levando em conta o nível cultural e intelectual verificado no campo (onde as taxas de analfabetismo são, em geral, maiores). Tais iniciativas já renderam diversos prêmios internacionais, em reconhecimento ao trabalho efetuado, muitas vezes sem a presença do estado. Não vamos entrar em detalhes acerca das características desse método<sup>18</sup>, nos atendo apenas ao que se relaciona à natureza do MST e à disputa por políticas estatais.

O crescimento do Movimento, com a implementação dos assentamentos e a territorialização pelo País demandou inicialmente esforços no sentido de garantir escolas dentro das próprias áreas de reforma agrária, ou em lugares próximos, com transporte garantido, o que nem sempre é obtido. Na entrevista, João Paulo Rodrigues assinala que o controle pedagógico e administrativo da escola por parte das secretarias de educação e do próprio MEC é muito grande, sendo difícil para o Movimento implementar livremente seus métodos pedagógicos. Não obstante a isso, é difícil ver um assentamento que não possua uma escola, variando apenas quanto à presença maior ou menor de educadores formados pelo próprio MST.

---

<sup>18</sup> Sobre a Pedagogia do MST, ver Caldart, 2004.

O método pedagógico desenvolvido ao longo dos anos inspira-se na pedagogia do oprimido, de Paulo Freire, que assinala o papel revolucionário da educação na formação do indivíduo, como um ‘estranhamento permanente’ da história e a necessidade de sua transformação. Alguns documentos explicitam ainda o valor educativo do trabalho, seja na constituição de novos valores sociais, seja como método de socialização política e cultural. Além disso, a educação é encarada, tal qual a reforma agrária, como um dever do estado, possuindo lugar prioritário na pauta de reivindicações do Movimento.

Em todos os documentos que pesquisamos percebemos que há uma forte valorização do papel da coletividade na construção do processo educativo, procurando uma diferenciação em relação ao método pedagógico ‘oficial’; esse seria tido como a ‘educação para o sistema capitalista’, para as relações de mercado, as quais o MST busca, por princípio, modificar, o que passa a dar sentido à luta que é travada, dentro do aparelho estatal, para obter o controle sobre os processos administrativos e pedagógicos das escolas e dos cursos que são realizados para o público assentado. E assim a educação revela também o caráter de enfrentamento com o sistema que o MST procura imprimir em suas ações.

A partir de nossa vivência, percebemos que é nos cursos superiores (chamados de ‘cursos formais’) onde o MST consegue imprimir um ritmo próprio e parte do conteúdo voltado para a realidade do campo e a formação política, porque esses permitem uma maior negociação junto ao INCRA e às Universidades que aceitam receber as turmas (o que é confirmado na entrevista de João Paulo). Esses cursos são realizados por meio do PRONERA, programa criado ainda na gestão FHC, em 1998, e que tem sido constantemente reivindicado como uma forma de acesso à educação pela população rural<sup>19</sup>. Como são realizados por meio de parcerias entre o INCRA e as universidades permitem a negociação, mas também estão sujeitos a uma constante disputa política, conforme varie a conjuntura de cada localidade onde eles são negociados, como veremos mais adiante. Segundo o MST, o programa já formou mais de 50 mil alunos entre todos os níveis atendidos.

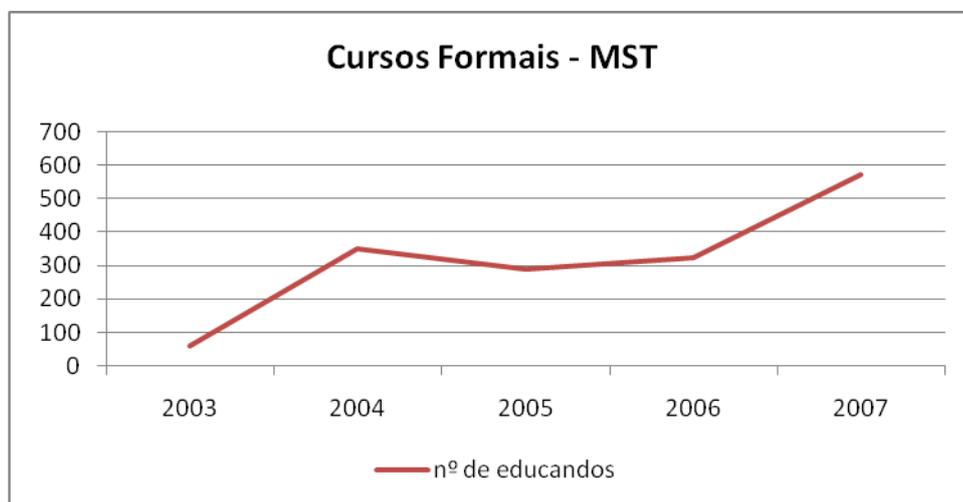
Embora a educação seja uma pauta prioritária para o MST e as reivindicações continuem em andamento, se discute internamente sobre o papel da Universidade formal como reprodutora dos valores hegemônicos e a necessidade de transformá-la. De qualquer

---

<sup>19</sup> Recentemente, em agosto deste ano, o deputado federal Adão Pretto (PT/RS) apresentou um projeto de decreto de lei para tornar o PRONERA uma política de estado.

forma, politicamente o MST tem procurado garantir o acesso do público da reforma agrária (em especial a juventude) à Universidade, como forma de elevar o nível de conhecimento e de cultura, a possibilidade de apreensão sistemática dos conteúdos, visando inclusive um melhor aproveitamento no processo de formação política, esse tido como central. Houve um aumento do número de cursos nos últimos anos, e as primeiras turmas já foram concluídas, o que demonstra que a experiência, considerada a princípio necessária e positiva, ainda carece de uma avaliação mais aprofundada do Movimento e, em consequência, nossa. O que podemos aferir até o momento está no gráfico 5:

**Gráfico 5**



Os dados se referem aos anos do governo Lula, compilados pelo próprio MST. Os dados referentes a 2008 não foram apresentados em função de existirem diversas turmas ainda em negociação, mas quase 200 estudantes já iniciaram suas aulas neste ano. Atualmente, em torno de 2 mil assentados e filhos de assentados se encontram estudando em cerca de 30 universidades estaduais e federais do País, em 26 turmas de diversas áreas do conhecimento, que podem crescer ainda em mais 50% se as turmas em negociação forem efetivamente aprovadas.

Nesse estudo, percebemos também que essa foi uma reivindicação que surgiu a partir da própria experiência do MST na tentativa de implementar uma pedagogia própria nas escolas fundamentais. Passou a demandar educadores próprios, mas reconhecidos pelo estado como tais. Assim, embora o gráfico não detalhe, não é de estranhar que o maior número de turmas seja de Pedagogia da Terra, com 2 turmas concluídas e outras 7 em

andamento. Merecem destaque também as 4 turmas de Agronomia que estão em curso e a de veterinária, ainda em negociação, o que sugere que o MST pretende formar profissionais com identidade com o Movimento para atuar junto à produção nas áreas de reforma agrária, que ajudem a expandir um projeto de desenvolvimento rural diferenciado, o que só é possível se houver preparo para tal atuação.

O Movimento já conseguiu assegurar também vagas para estudantes de mestrado em uma universidade federal, além da primeira turma nacional de Direito, fato que causou bastante indignação entre os setores mais conservadores da sociedade. Através da imprensa, em especial no jornal O Estado de S. Paulo, o que vimos foi a tentativa de deslegitimar o processo de seleção, a existência de uma turma especial e o próprio PRONERA. As matérias insinuam, tal como é feito quando tratam do recebimento genérico de recursos públicos, que há favorecimento político por parte do governo aos militantes do MST. Na verdade, esses cursos são fruto de intensas e demoradas negociações tanto com o INCRA, para a garantia dos recursos (sempre inferiores ao custo por aluno nas turmas ‘normais’, o que sujeita os frequentadores das turmas especiais a condições mais precárias de ensino), quanto com instituições de ensino superior, feitas nos estados. Vale dizer que isso depende ainda da ‘disposição’ das universidades em abrigar turmas especiais, uma vez que este é um programa específico vinculado ao INCRA e não uma política pública de educação, sendo um pouco mais difícil concretizar as turmas do que as reportagens deixam transparecer. Além disso, é feito um processo seletivo, como um vestibular, aberto a beneficiários da reforma agrária de diversos movimentos. Um exemplo está no próprio curso de Direito, que abriga estudantes vindos do MST e da CONTAG.

A grita, porém, não nos parece tanto com relação a tais aspectos, pois a existência de turmas especiais pode ser ‘tolerada’ pelas elites, desde que não avance para áreas consideradas essenciais para a manutenção do sistema. Apesar de ser mencionado em todas as reportagens pesquisadas que existem cursos em outras áreas do conhecimento, a indignação se volta para o fato da existência de cursos de Direito e Agronomia direcionados para estudantes que posteriormente estejam mais bem capacitados a uma disputa mais legítima sobre a legislação sobre o direito de propriedade e as técnicas produtivas. ‘Armar o adversário’ seria, nesse caso, tudo o que a elite menos precisa e deseja. O melhor exemplo de que as classes dominantes não pretendem ceder posições em seus aparelhos de hegemonia

públicos e privados (Althusser, 2003) se depreende da simples leitura do editorial citado acima:

“Antes de mais nada, seria uma ótima idéia que jovens pertencentes a famílias de assentados, especialmente as de militantes do Movimento dos Sem-Terra (MST), ingressassem em bons cursos de Direito (depois de terem passado pelo ensino médio, obviamente). Em tais cursos haveriam de entender o que é, em nossa legislação, o esbulho possessório, por que é vedado por lei invadir e depredar a propriedade alheia, praticar vandalismo nas sedes das fazendas, colocar em cárcere privado empregados de propriedades rurais, matar animais de rebanhos, destruir mudas (em sociedade com bandos internacionais, do tipo "Via Campesina") em laboratórios de evolução genética para aperfeiçoamento da produção rural, ocupar rodovias tolhendo o direito de ir-e-vir dos cidadãos, saquear caminhões e supermercados para roubar alimentos, destruir e saquear cabinas de pedágio e (ultimamente) invadir faculdades como as que vão cursar. Enfim, esses jovens emessetistas muito haveriam de aprender sobre o que prescreve nosso ordenamento jurídico, no tocante a atividades que o MST tem desenvolvido - e que devem achar "normais", por terem sido criados em meio ao generalizado desrespeito aos direitos alheios” (OESP, editorial, 07.09.2007).

No mesmo texto, sobre o modelo produtivo, afirmam que

“Note-se que não se pensou, como primeira opção, no que seria mais do que razoável: um curso destinado a ministrar aos membros daquelas famílias rurais a tecnologia moderna da produção agropecuária, as pesquisas científicas relacionadas ao setor, questões relacionadas ao meio ambiente - importantíssimas, nesta época de quase pânico diante do aquecimento global -, afora os conhecimentos gerais indispensáveis a quem chega a um curso do ensino superior”.

O questionamento da capacidade dos educandos para freqüentar um curso superior pelo editorial não consegue sequer disfarçar o preconceito de classe contido na afirmação. No entanto, parece sugerir que seria ‘aceitável’ que assentados freqüentassem cursos universitários, desde que não se tratassem de turmas especiais e que a admissão se desse pelos meios tradicionais. É o mesmo argumento contra as cotas para negros em

vestibulares, o que ainda provoca bastante polêmica, inclusive no meio acadêmico. De qualquer forma, não é o mérito do programa que está em análise aqui. Para nós, importa observar que, através dos exemplos da produção e da educação, podemos perceber que o MST conseguiu inserir paulatinamente suas reivindicações na estrutura estatal e, quando atendidas, buscou imprimir-lhe um ritmo e orientação próprios, tomando para si a disputa do caráter das políticas públicas.

Apesar das limitações políticas e burocráticas, observamos que o Movimento tem conseguido avançar, em especial num melhor conhecimento dos mecanismos estatais e suas limitações. Foi um processo que se aprofundou mais a partir do governo FHC, em parte porque a descentralização das políticas públicas fazia parte de um modelo estratégico do governo e em parte porque era preciso dar alguma resposta ao problema agrário em meio a tantos conflitos e pressões políticas. Assim, a despeito das inúmeras divergências políticas e ideológicas presentes, programas como o PRONERA e o PRONAF foram criados também a partir dessas pressões.

O governo Lula, que assumiu em 2003 tendo na reforma agrária uma pauta central, deu continuidade a tais programas, aumentando o orçamento e aprofundando seus objetivos. Uma das justificativas para a evolução modesta no número de novos assentamentos aferidos desde o primeiro ano do mandato, em contraposição ao crescimento de famílias acampadas é a prioridade que o governo vem dando à qualificação dos assentamentos já existentes, aos quais se procura levar mais infra-estrutura. Aproveitando-se da oportunidade, o MST passa a apresentar pautas específicas também para os assentamentos mais antigos, pressionando os governos estaduais e federal, por exemplo, pela liberação de créditos para construção de casas nos assentamentos, como parte de uma política habitacional específica para o meio rural.

Assim, percebemos o aumento da sua participação nas ações de estado, o que também confrontou o MST com as contradições próprias dessa inserção, entre elas, a relação de classe com o estado e a dependência de recursos públicos, o que ainda é uma reflexão interna em andamento. Esse fato, somado ao que mencionamos no primeiro capítulo, sobre as ambivalências nas opções políticas do atual governo, ainda dificulta um avanço maior do Movimento rumo aos seus objetivos estratégicos, permitindo apenas avanços pontuais, em especial num momento de pouca mobilização social em outros setores. Em parte, isso motivou uma mudança na leitura do momento político atravessado

pelo País atualmente, o que sinaliza com uma possível mudança de estratégia, apostando em novas articulações políticas e enfrentamentos num nível diferenciado. Sobre isso falaremos no próximo item.

Ainda no aspecto da relação com o estado no governo Lula, há que ponderar, por fim, que mesmo o agronegócio se constituindo parte da estratégia macroeconômica do governo, inviabilizando a realização de uma reforma agrária massiva, não há, por outro lado, uma oposição declarada à luta do Movimento. Em que pesem as ações das polícias estaduais e do poder judiciário vistas recentemente, ainda persiste um entendimento geral de que as reivindicações são legítimas. Isso é assinalado também por Caio França, chefe de gabinete do MDA e entrevistado para este trabalho. Assim, avaliamos que, mesmo com restrições, há um ganho político para o MST, tanto em relação ao estado, a partir do qual foi possível uma disputa mais direta com as classes dominantes, quanto internamente, pois o Movimento está tendo a oportunidade de aprofundar-se em temas como disputa pelo poder, modelo alternativo de desenvolvimento rural e a construção de uma nova sociedade, clareando e qualificando objetivos definidos há mais de 20 anos, quando o Movimento surgiu. Mas essa é uma reflexão que aprofundaremos a seguir.

### 3.3.3. Desafios atuais

A caminhada do MST ao longo de quase 3 décadas de existência esteve pautada sobretudo pelo caráter de resistência do camponês no meio rural, que busca, primeiro, a satisfação de suas condições de produção e reprodução social. Para Caldart (2004), esse já constitui, em si, um ato de radicalidade e torna os camponeses portadores de uma nova proposta. A nosso ver, esse primeiro ato é, sim, um ato de resistência, mas este, em si, não se constitui num ato contra-hegemônico, ou simboliza a negação da negação. O que se deve considerar, porém, é a dimensão que adquire tal ato de rebeldia diante de um sistema hegemônico que prioriza o capital, a propriedade privada e a concentração de terras como condição de seu desenvolvimento, gerando miséria e exclusão, e se aquele pode ser considerado como um ato potencialmente revolucionário. O desenvolvimento histórico brasileiro não condenou o campesinato ao desaparecimento, como inicialmente se supunha, pois o modelo hegemônico não foi capaz de absorver a demanda e nem extinguir as relações

sociais e culturais estabelecidas com a atividade rural. Não há como negar a existência de uma identidade cultural com o campo.

O desenvolvimento do capitalismo, em certa medida, fez do camponês uma espécie de símbolo de resistência à apropriação privada da terra e dos recursos naturais, entrando em contradição com o próprio padrão de acumulação capitalista. Embora o sistema consiga incorporar, em certa medida, a propriedade camponesa, o faz dentro de uma relação de subordinação, integrando o camponês na cadeia produtiva em posição de desvantagem. Assim, ainda que alguns se adaptem ao processo e passem a realizar operações tipicamente capitalistas, conseguindo extrair daí seus meios de sobrevivência, a imensa maioria é excluída. Desses, parte migra para as cidades, outra parte resiste no meio rural. Dos que resistem, alguns sobrevivem com dificuldade, como pequenos proprietários, outros tomam parte num projeto de resistência politicamente organizada, através dos movimentos sociais de luta pela terra.

A partir da análise das lutas camponesas no Brasil nesses últimos 60 anos, pudemos perceber que a concretização dessa resistência política não é uma tarefa simples; o fato de um camponês sem terra integrar a luta mais ampla de um movimento como o MST não faz dele um sujeito portador de uma consciência socialista ou mesmo anticapitalista. Ele é movido, sobretudo, pelas suas necessidades de sobrevivência. Mas a decisão de enfrentar as precárias condições da luta e de resistência organizada deixa aberta a possibilidade de que esse ato de rebeldia construa uma identidade de classe. Neuri Rossetto fala a respeito disso na sua entrevista, quando afirma que há processo gradual de identificação com outras pessoas que estão na mesma situação, e por isso proporciona um aprendizado político importante<sup>20</sup>.

O MST viu na eleição de Lula uma ‘esperança’ de que a reforma agrária iria ser finalmente realizada no País, mas frustrou-se diante da dificuldade histórica do estado brasileiro em romper com os interesses dos grandes proprietários, dificuldade ainda maior diante do atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas no meio rural,

---

<sup>20</sup> A exemplo disso, o MST atribui grande importância ao período do acampamento como um momento em que podem ser desenvolvidos laços de solidariedade e de construção de valores sociais diferenciados, apontando para a relação de cooperação em todas as áreas. E entende que a transição para o assentamento é outra ‘prova de fogo’ para a manutenção da unidade do Movimento e da base social, pois é quando se conquista aquilo que inicialmente os motivou. Muitos se afastam da luta, não participam das atividades do próprio assentamento e se preocupam apenas em cultivar seus lotes, mas muitos outros se mantêm junto à organização e continuam a construí-la.

caracterizado anteriormente. Nesse sentido, a atividade agrícola não mais se relaciona apenas ao trato com a terra, ao cultivo do alimento que sai da roça para a mesa, mas um fator produtivo inserido numa cadeia mais ampla, o chamado agronegócio, englobando atividades de pesquisa genética, produção de máquinas agrícolas, insumos, o beneficiamento, a distribuição, a comercialização e a exportação.

O desafio de ajustar os objetivos da produção camponesa e sua relação com o meio em que vive a essa ordem é, portanto, maior, para não dizer impossível de concretizar. E a dominação histórica somou-se ao domínio do capital financeiro internacional na economia, ao estágio de industrialização e à conjuntura política desfavorável, com o descenso das lutas de massa da classe trabalhadora como um todo. Nesse cenário, tomando por base apenas o aspecto econômico, a realização de uma reforma agrária foi inviabilizada, por ser um projeto que disputa as mesmas terras e os mesmos recursos financeiros que o projeto dominante e ainda possui contradições fundamentais quanto ao objetivo da produção e a sua forma de apropriação.

Desse modo, vemos que o MST convive com dois desafios diferentes: por um lado, garantir viabilidade econômica aos assentamentos já existentes e seguir na reivindicação pelo assentamento das famílias acampadas e, por outro, manter sua autonomia através da resistência organizada, com vistas à formulação de um projeto próprio de desenvolvimento do campo. Se, no início do Movimento, a estratégia de combate ao latifúndio, utilizando como tática o confronto e negociação com o estado foi suficiente para atender os objetivos da luta pela terra e garantir o crescimento e fortalecimento da organização como um todo, nos últimos 10 anos há uma nova leitura sendo formulada, na qual as transformações impostas ao meio rural pelo desenvolvimento da produção capitalista no meio rural impõem a adoção de uma nova estratégia, pautada pelas alianças com outros movimentos visando alterações macroeconômicas que culminem na derrota do agronegócio como modelo hegemônico e a construção de um novo modelo. Pode-se dizer que com isso o MST deixa de ser apenas um movimento social de massas que luta pela terra e pela reforma agrária, e emerge cada vez mais quanto ao seu sentido político - e classista - de transformação social.

Essa leitura toma por base alguns aspectos que passaremos a considerar. Primeiro, é perceptível a alteração no padrão produtivo do meio rural brasileiro, numa cadeia nomeada agronegócio, que envolve diversos setores da economia, não estritamente o rural,

determinando uma maior concentração da terra, da renda e do próprio processo produtivo. Mas ‘mudaram’ também os sujeitos que hegemonizam essas relações. Se antes os adversários principais eram os grandes latifundiários, que exerciam a opressão através do poder político e econômico que a simples propriedade da terra lhe conferia, hoje os adversários estão localizados em diversos setores da economia (rural, industrial, comercial, financeiro), fazendo da terra - e da produção - um bem econômico que deve ter seu aproveitamento maximizado para possibilitar a acumulação e a obtenção de lucros, além de um objeto de especulação financeira, através de contratos negociados em bolsas de valores em diversas partes do mundo, as chamadas commodities. Assim, atualmente, apenas o título de propriedade da terra não confere poder (embora ainda tenha bastante relevância nas relações de dominação), mas sim o fato de nela produzir e extrair riquezas que são revertidas para o País na forma de saldos positivos na balança comercial. Aí está o diferencial dos setores que hoje hegemonizam a produção capitalista no meio rural. A terra tem que ser produtiva e, sendo assim, o latifúndio também se torna um objeto de disputa entre produtores do agronegócio e movimentos de luta pela terra, como o MST.

Bem, isso nos leva a uma segunda questão. A mudança dos sujeitos que hegemonizam a produção no meio rural determinou também mudanças nos sujeitos que lutam para resistir no meio rural segundo parâmetros, digamos, não-hegemônicos? Até que ponto isso ocorreu? Essa reflexão é necessária porque, se estamos apelando para o sentido classista da luta, é necessário que a ‘classe’ em questão esteja consciente disso, em primeiro lugar. Do ponto de vista específico da luta do MST, equivale perguntar: até que ponto a base social do Movimento está consciente dessa leitura política que vem sendo construída e até que ponto está disposta a adotar uma estratégia mais radicalizada como ‘sua’, ultrapassando as lutas econômicas e transpondo-as para um outro patamar, de disputa hegemônica? São perguntas ainda para o próprio MST.

Um terceiro ponto a levar em consideração é o aprofundamento das relações de dependência externa determinadas pelo atual modelo e a posição que o agronegócio ocupa hoje na ação estratégica do estado brasileiro. Essa posição se expressa na política econômica, com a priorização das exportações, a posição na divisão internacional do trabalho e a participação cada vez maior de empresas estrangeiras em setores estratégicos da economia. É visível também quando se trata da utilização do poder de estado para a aprovação de medidas que facilitem a ação dessas empresas e a própria fruição da cadeia do agronegócio (a

exemplo da liberação dos transgênicos e a demora na votação da PEC do trabalho escravo, entre outras), e ainda no uso da força policial e militar para impedir ou reprimir manifestações sociais, garantir a execução de obras que beneficiem o agronegócio ou mesmo salvaguardar fisicamente determinadas instalações. Além disso, o aparato de dominação estatal conta ainda com as posições dos tribunais brasileiros com relação ao regime de propriedade e dos conflitos pela terra, ainda na sua maioria desfavoráveis às lutas dos trabalhadores, numa tendência crescente à ‘judicialização’ da questão agrária.

E em quarto e último lugar, há que se levar em conta a força dos meios de comunicação com legitimadores de tal modelo e deslegitimadores de quaisquer tentativas de contestação e como parceiros de primeira hora do agronegócio quando o tema é a criminalização das ações dos movimentos sociais.

Identificamos como consequência desses elementos apresentados que a luta para derrotar o agronegócio não é apenas a luta pela terra e reforma agrária, mas se insere na perspectiva da luta por soberania, seja ela econômica, alimentar ou territorial. Assim, o combate ao agronegócio seria, em última análise, parte do enfrentamento ao próprio modelo hegemônico. Ao eleger o agronegócio como o inimigo principal da luta pela reforma agrária, o MST é coerente com sua natureza e com os objetivos e princípios que lhe deram origem, mas coloca diante de si um desafio que deveria, em princípio, ser enfrentado por uma coalizão de forças políticas, pois um movimento, por mais forte que seja, é insuficiente para atingir o sistema hegemônico na sua totalidade.

Nesse ponto, nos arriscamos a apresentar algumas considerações preliminares sobre o objeto em estudo, ou seja, se as ações do MST constituem ou não numa forma de disputa de hegemonia. Mas, antes disso, achamos prudente analisar algumas questões de fundo que dão consistência à leitura que vem sendo feita pelo MST e que acabamos de apresentar e, após aprofundarmos um pouco o conceito de hegemonia, fechar nossa análise.

Através do estudo dos programas agrários apresentados pelo MST em 1984 e em 1995, anteriormente, pudemos ter a medida da evolução das suas concepções para o meio rural e do acúmulo prático e organizativo que os assentamentos representaram na luta pela terra e pela reforma agrária. Depois disso, um novo programa agrário voltou a ser debatido em 2005, tendo sido concluído em 2007, na época do 5º Congresso. O programa refletiu, a partir dos debates que foram realizados em todos os estados (ou pelo menos na maioria deles), os aspectos que consideramos acima, sobre a natureza do capitalismo no meio rural e

o caráter da reforma agrária nesse contexto, e de forma mais específica, sobre o próprio modo de produção. No 5º Congresso, foi distribuída uma cartilha a todos os militantes ali presentes que sintetizou da seguinte forma o ‘novo’ caráter da luta pela terra e reforma agrária:

“a reforma agrária, agora, é mais do que reestruturar a propriedade da terra, é necessário reestruturar toda produção e vida social no campo.

É a disputa entre dois modelos de sociedade. De um lado o modelo do agronegócio, que é a proposta dos capitalistas, dos fazendeiros. E de outro, a reforma agrária popular, que é a proposta dos camponeses e do povo.

Por isso, adotamos agora, a palavra de ordem, “Reforma agrária, por justiça social e soberania popular”. Porque ela expressa uma nova visão de reforma agrária.

Não é apenas dividir o latifúndio. É também uma questão de justiça social, ou seja, construir uma nova sociedade mais justa e fraterna. É uma forma de colocar os recursos naturais a serviço de todos. E soberania popular é a forma de organizarmos a produção de alimentos e outros produtos agrícolas, sem depender das empresas transnacionais, para atender em primeiro lugar as necessidades do povo” (Textos para estudo e debate, 5º Congresso Nacional do MST, 2007: 91).

Sendo essa uma cartilha voltada à militância em geral, que possui vários níveis de acúmulo teórico e político, a linguagem é relativamente simplificada e os termos são apresentados de maneira mais geral. O esperado é que esses e os demais entendimentos passem por um processo de sedimentação na base social - de maneira mais uniforme - no próximo período, como é afirmado nas entrevistas. De todo modo, é possível perceber que são incorporados os valores historicamente defendidos pelo MST, em relação à distribuição democrática da terra e de construção de uma nova sociedade, portadora de novos valores sociais, além da soberania em relação às empresas estrangeiras. Ao programa agrário, em específico, são acrescentados temas como a defesa dos recursos naturais e da biodiversidade, a soberania alimentar e territorial, a adoção de uma nova matriz tecnológica e produtiva, além de melhorias nas políticas já em curso (como educação, infra-estrutura, saúde etc.) e a reforma agrária defendida agora possui um caráter **popular**. Essa definição do caráter da

reforma agrária<sup>21</sup>, associado aos elementos apresentados, revela algo importante: parece sugerir que está em curso, portanto, a formação de uma estratégia política mais ampla. Vejamos onde isso se expressa.

Nos programas anteriores, o papel do estado era reafirmado como central na execução da reforma e de políticas públicas para o meio rural, e a forma de se obter conquistas era a ocupação de terras ociosas e a pressão das mobilizações de massa. A disputa com o estado, ou com as forças que o hegemonizam se dava no nível da reivindicação por políticas através do enfrentamento e da negociação. Os documentos que pesquisamos sobre os congressos anteriores, que faziam uma leitura crítica dos governos de cada época<sup>22</sup>, como parte do entendimento classista que o MST tem do estado também apontavam para essa perspectiva. É a partir do 3º Congresso, em 1995, (período em que também se aprofunda a implementação das políticas neoliberais no País) que se inicia uma leitura mais profunda sobre o modelo hegemônico e a necessidade de derrotá-lo. Bem, ainda assim, o MST não afirmava uma tática ou estratégia explícitas nessa direção, apostando na reforma agrária como ‘uma luta de todos’, conforme o próprio lema deste Congresso. No Congresso seguinte, em 2000, o MST reconheceu que a luta contra o neoliberalismo faz parte da luta pela reforma agrária e deve assim ser incorporada pela militância.

Desse modo, a estratégia de combate ao latifúndio e defesa da reforma agrária por meio da tática de enfrentamento/negociação com o estado, adotada na década de 1980 e ampliada na de 1990, se manteve, mas passou a ser considerada como parte do enfrentamento da própria estratégia macroeconômica, que sob o neoliberalismo não abria espaços para inversão de prioridades. A isso deveria ser associado o fortalecimento de novos fóruns de luta, de articulações regionais, nacionais e internacionais em torno da luta camponesa, como forma de estimular a organização popular e as lutas de massa, falando pela primeira vez em um projeto **popular** para o Brasil, o que se dá a partir de articulações realizadas anos antes, em 1997, em torno do movimento Consulta Popular.

Do 4º para o 5º Congresso, o Brasil elegeu um operário como presidente e os aliados ‘históricos’ da reforma agrária chegaram ao governo federal. Além disso, os 7 anos

---

<sup>21</sup> Lembremos que no início do capítulo, quando analisamos as características do MST, a luta pela reforma agrária era entendida como uma luta de caráter camponês e que a sociedade como um todo se inseria dentro da perspectiva da luta mais geral pela desconcentração fundiária.

<sup>22</sup> Os Congressos do MST ocorreram em 1985, 1990, 1995, 2000 e 2007, respectivamente nos governos Sarney, Collor, FHC e Lula.

que separam um evento do outro também representaram uma evolução significativa das forças produtivas no meio rural e foi quando o agronegócio se revelou como a ‘galinha dos ovos de ouro’ do governo federal, responsável por quase 25% do PIB (dados de 2006), ajudando a manter o Brasil como uma economia ‘estável’, propícia para investimentos estrangeiros e com certo ‘poder de negociação’ na comunidade internacional. Isso, na perspectiva do estado burguês, pode ser considerado um movimento político vitorioso; na dos trabalhadores, em que pese a diminuição dos índices de desemprego e o crescimento econômico, nem tanto, já que a distribuição de terra e de renda não se alterou no fundamental. Assim, nesse período, o MST se comporta em relação ao estado de pelo menos duas formas, sendo que, em uma delas, aparece a ‘novidade’ que agora estamos discutindo.

Uma, já falamos, foi a manutenção da luta pela reforma agrária e contra o latifúndio por meio das reivindicações em relação à questão agrária, demandando desde medidas administrativas (como a reestruturação do INCRA) até a realização de convênios e programas para o meio rural nas mais diversas áreas, passando pelo central, as desapropriações de terra, mantendo as ocupações e mobilizações de massa como tática principal de luta. Assim, consolida sua legitimidade como demandante, propositor e gestor junto ao estado dessas mesmas políticas. A outra foi aprofundando as críticas ao modelo macroeconômico, fazendo a leitura da ‘fragmentação’ das forças de esquerda sob o governo petista e passando a sinalizar para a necessidade de uma disputa por hegemonia na sociedade, como podemos depreender da leitura do texto anteriormente citado, que fala da disputa de ‘dois modelos’ de sociedade.

Essa disputa, se tomada como uma disputa pela construção de um novo bloco histórico, só será vitoriosa se conseguir, por um lado, romper com o equilíbrio estabelecido pelas forças hegemônicas atuantes, minando tanto sua capacidade de manutenção da evolução das forças produtivas, como de direção cultural. Isso precisa ocorrer, evidentemente, não apenas no meio rural, mas em toda sociedade, através da atuação política tanto na estrutura material como na superestrutura (Portelli, 2002). O objetivo, nesse caso, é a desagregação das idéias do bloco atual, viabilizando a aceitação e a concretização de novas idéias, e a construção de uma nova hegemonia. Nesse ponto, duas coisas se fazem necessária: uma é a correlação de forças favorável a tal desagregação, a outra

é a clareza, por parte da classe fundamental contra-hegemônica, das novas idéias e de como implementá-las e torná-las hegemônicas.

Nesse sentido, fica evidente a necessidade de disputa do poder do estado, pois é a partir dele que serão introduzidas as idéias e práticas da nova sociedade, com vistas à extinção da sociedade de classes. Gramsci afirma que

“uma iniciativa política apropriada é sempre necessária para libertar o impulso econômico dos entraves da política tradicional, ou seja, para modificar a direção política de determinadas forças que devem ser absorvidas a fim de realizar um bloco histórico econômico-político novo, homogêneo, sem contradições internas” (Gramsci, 2002: 70).

Nesse sentido, ao fazer uma nova leitura política sobre o momento histórico o MST parece estar buscando os elementos para definir esta “iniciativa política apropriada”. Vejamos:

“Persiste, até os dias de hoje, o descenso do movimento social. Perdemos, a classe trabalhadora, a capacidade de fazer o trabalho de base (organização e formação política da classe trabalhadora) e a capacidade de mobilização popular. Pior, a ofensiva do neoliberalismo, desde o início do anos 90, promoveu uma fragmentação da classe trabalhadora e disseminou a cultura do individualismo, do oportunismo e do descrédito com a política junto à população de modo geral. (...)”

Porém, na agricultura brasileira, a ofensiva neoliberal aprofundou a integração do latifúndio com as empresas transnacionais e sob a hegemonia, agora, do capital financeiro, naquilo que denominaram de desenvolvimento do agronegócio da agricultura e que se contrapõe, frontalmente, à proposta de reforma agrária e de agricultura camponesa em nosso país” (Os congressos nacionais do MST, texto s/data).

Aqui o MST identifica o agronegócio como uma expressão das políticas neoliberais no meio rural e causa dos problemas enfrentados pela agricultura camponesa, apontando para a necessidade de sua superação. Por outro lado, identifica o problema do reascenso das lutas de massa contra o sistema hegemônico, fundamental para a construção dessa nova hegemonia. Essas idéias ficaram expressas de maneira mais nítida após a realização do 5º

Congresso do MST, em junho de 2007, em Brasília, que reuniu cerca de 18 mil pessoas vindas de todos os estados onde o MST está organizado.

A avaliação citada acima sugere (e no texto original explicita) que o caráter da luta de classes no meio rural se alterou com a evolução das forças produtivas sob o agronegócio, demandando de um movimento com as características do MST uma nova postura. Mais uma vez, as ‘circunstâncias históricas’ levaram o MST para uma luta mais ampla que a de um movimento social camponês, gerando-lhe mais um desafio. Se até o 4º Congresso esse desafio ainda estava implícito nas suas avaliações e resoluções, após essa última edição, isso se tornou declarado e os acontecimentos posteriores revelaram a disposição de enfrentar o desafio de fazer esses entendimentos chegarem até a base social para que a luta política possa avançar.

Durante o 5º Congresso, do qual pudemos participar, foram realizados diversos painéis e mesas com o objetivo de apresentar essa leitura mais atual, instigando a reflexão e o debate no retorno aos estados. Por exemplo, os painéis realizados trataram de temas como a atual dimensão da luta dos movimentos sociais e a necessidade de unidade nas ações, sobre a lógica mercantilista atribuída à propriedade da terra, sobre o papel dos assentamentos nessa nova conjuntura etc. Esses temas ainda serão incorporados de forma gradual pela base social do MST, afinando-os à luta específica, conforme afirmado nas próprias entrevistas. Isso em si já constitui um desafio, mas nos pareceu que o objetivo imediato do Congresso foi o de apresentar os conceitos, dar a nova dimensão da luta com vistas a preparar as ações diretas e a consolidação ideológica dessas idéias na base social. Percebemos coerência e cautela nas formulações e definições apresentadas, que recuperaram o acúmulo de congressos anteriores e reafirmaram a identidade com a luta pela reforma agrária e contra o latifúndio (luta entendida como necessidade de democratização do acesso à terra e da distribuição do trabalho e da renda no País).

Desses conceitos apresentados saíram 3 eixos gerais de atuação posterior: a qualificação dos assentamentos, o aprofundamento da formação da consciência e a manutenção e elevação das mobilizações de massa, essa associada à ampliação das alianças com outros movimentos camponeses, por meio da Via Campesina e da Assembléia Popular, conformando um entendimento diferenciado (mas ainda não totalmente detalhado) sobre a disputa do estado e do poder. Mantém-se o estado (e todos os seus aparelhos) como instrumento fundamental de promoção da reforma agrária popular, mas

fica claro que esse deve ser também um estado popular. Conforme o próprio programa agrário:

“A implementação dessas mudanças implica necessariamente em que o Estado, com tudo o que representa de poder (executivo, legislativo, judiciário, segurança e poder econômico) seja o instrumento fundamental de implementação das propostas.

Seguramente deverá ser um Estado diferente do atual. Deverá ser gerido democraticamente, com ampla participação das massas e buscando sempre o bem comum” (Programa Agrário do MST, versão de setembro de 2006).

Essa concepção, no entanto, não revela qual o nível de disposição para a ruptura com a atual ordem. Há entendimento claro que a atual correlação de forças e o nível de consciência da base social e dos movimentos políticos ainda não permitem passos muito largos. Desse modo, vale citar que o apoio institucional ainda é reconhecido como positivo pelo Movimento. Tanto é assim que, no terceiro dia do Congresso, foi realizado um ato com governadores e parlamentares apoiadores da luta do MST, tidos como sujeitos importantes para fazer frente às forças contrárias à reforma agrária, revelando um reconhecimento público ao papel dos poderes executivo e legislativo nessa luta e mantendo a estratégia adotada desde a origem do Movimento.

Para finalizar essa observação sobre o 5º Congresso e concluir nossa análise, citaremos os desafios estratégicos e organizativos apresentados na fala de Neuri Rossetto no último dia do evento. Entre os estratégicos, estão as transformações no estado burguês, a unidade das forças progressistas e o papel do MST nessas alterações. Isso deve ser feito através do reascenso das lutas de massa, estimulando a força transformadora da população e da construção de um projeto popular para o Brasil, tido como uma alternativa de organização política e de elaboração teórica que atenda aos interesses do País. Entre os organizativos estão a formação política, a capacidade organizativa e de luta social, utilizando o programa agrário como método de organização da produção agrícola (pautada pela cooperação e utilização do trabalho como estímulo a novas relações sociais) e instrumento de diálogo com a sociedade, persistindo ainda o desafio da autonomia política e econômica e a potencialização de meios de comunicação próprios. É o desafio da

construção de um novo bloco histórico, cujo entendimento de Portelli complementa nosso raciocínio:

“o problema da criação de um novo bloco histórico é, pois, realmente o da criação de um novo sistema hegemônico, mas também o desencadeamento de uma crise orgânica do bloco histórico, que deverá nesse momento favorecer as novas forças sociais. A edificação de um novo bloco histórico não é, de maneira alguma, um fenômeno mecânico (...)” (Portelli, 2002: 131).

Os acontecimentos seguintes ao Congresso, a essa altura realizado há pouco mais de um ano, revelam que houve uma radicalização das ações diretas junto às transnacionais, através das alianças com outros movimentos camponeses por meio da Via Campesina, como as ações sobre a empresa Vale (mineradora brasileira privatizada em 1997) no Pará, ou sobre a Aracruz (transnacional de produção de celulose) e a Syngenta (produtora de sementes transgênicas e insumos químicos) nas regiões Sudeste e Sul do País. A partir disso, as críticas ao MST cresceram, e ele passa a ser ‘taxado’ como um movimento ‘político’, que perdeu seu ‘foco’ de luta, angariando críticos à direita e à esquerda. Desse modo, essa ampliação dos adversários e do caráter da luta pela reforma agrária gerou muita polêmica inclusive na esquerda, fato ainda não resolvido. De nossa parte, o que podemos perceber, como argumento ainda não conclusivo, é que o MST hoje se depara com um grande desafio, de certa maneira dividido entre duas estratégias, chegando num ponto em que elas estão ocorrendo de forma simultânea, o que não se sabe até que ponto se sustenta.

A primeira está em curso desde que o Movimento surgiu: disputar as terras improdutivas e os recursos/políticas públicas invocando o princípio da função social da propriedade, a partir das ações de ocupação e por dentro do estado, 'ocupando' o maior espaço político que for possível (no que a chegada de Lula e o PT à presidência lhe favoreceu). Isso, na atual fase de desenvolvimento da forças produtivas no meio rural, tem levado, de um jeito ou de outro, a uma disputa direta com o agronegócio, mas sem se chocar com o modelo do ponto de vista da opinião pública nem sugerir tantas críticas quanto nas ações diretas sobre as transnacionais (posto que se tratam de terras produtivas). Na atual correlação de forças, porém, essa estratégia tem permitido avanços pontuais e um

questionamento, por parte do MST, se tem ou não acumulado forças políticas suficientes para a construção de um modelo contra-hegemônico.

A outra tem a ver justamente com esses questionamentos e a mudança de leitura do momento político, expresso a partir das discussões do 5º Congresso, e prioriza não mais somente a ação por dentro do estado, nem aposta diretamente na disputa institucional, desacreditada especialmente após denúncias de corrupção dentro do governo Lula, embora isso ainda não esteja internamente pacificado. Desse modo, radicaliza as ações, aprofunda as críticas ao governo e sobre sua concepção do estado, e procura aliados políticos que façam esse enfrentamento geral contra o neoliberalismo, o agronegócio etc., mas ainda com os limites encontrados na sua própria base social, que necessita avançar na formação da consciência, com vistas à formulação de um projeto estratégico contra-hegemônico. Em nossa opinião, essa estratégia pode se sobrepor à primeira, aumentando a radicalidade das ações e avançando no objetivo de construir uma força contra-hegemônica, mas depende de três fatores principais: avançar na formação da consciência de classe da base social para a disputa de hegemonia, conquistar autonomia econômica perante o estado e construir alianças de classe que avancem rumo ao objetivo político mais amplo de luta pelo poder, compreendidas dentro de um processo de reascenso das lutas de massa do País.

No item anterior dizíamos não ter segurança em afirmar se o MST fazia ou não a disputa por hegemonia na sociedade, sendo que nossa análise avançou até o ponto em que o papel do Movimento se configurava, em relação ao estado e à base social, enquanto interlocutor de demandas econômicas, cumprindo ainda um papel educativo em relação à politização de outros movimentos sociais por conta de suas especificidades organizativas e uma relevante experiência histórica entre os movimentos camponeses no Brasil. Nesse aspecto, o combate ao neoliberalismo ao agronegócio e ao modelo macroeconômico se inseria mais como um aspecto de denúncia junto à sociedade civil. Após o exposto, nos parece que se o MST continuar avançando em direção ao que desenhamos como sua ‘segunda’ estratégia, isso inevitavelmente o levará a cumprir o papel de sujeito contra-hegemônico ou, no mínimo, de se desafiar a tanto.

Essa análise ainda é preliminar, e não temos a pretensão de concluí-la neste trabalho. Trata-se de uma mudança estratégica ainda incompleta, sendo que ainda persiste e se sobressai o histórico papel confrontador/negociador do MST junto ao estado pela efetivação da reforma agrária e de políticas públicas para o meio rural, e que está ocorrendo

num momento desfavorável para as lutas da classe trabalhadora. No que tange especificamente a relação com o estado, a questão se torna ainda mais complexa. De um lado o recebimento de recursos públicos dentro da ordem que vivemos é legítimo e necessário enquanto parte de um programa de políticas públicas aprovado pelo estado; por outro, a autonomia política plena e a radicalização nas ações ficam, na prática, prejudicadas se os assentamentos não se viabilizam por conta própria, não podendo inclusive contribuir para sustentar a própria estrutura política do MST, já que enfrentamentos mais diretos levarão a sanções por parte do estado. Nesse caso, além de ter de enfrentar uma possível repressão militar, precisa encarar também as sanções econômicas, cujo objetivo será asfixiar o Movimento pela desagregação material de sua base social. Essa pode ser uma opção estratégica das forças hegemônicas que, se vitoriosa, será muito mais difícil de reverter depois.

Assim, ainda é cedo para sugerir o que irá prevalecer nas ações do MST, e também para imaginar como se comportarão os aliados e inimigos de ontem e de hoje diante dessa guinada política. Considerando ainda que a experiência institucional da esquerda no governo federal também se encontra em curso e que a continuidade da mesma após 2010, capitaneada pelo PT, não está descartada, o cenário se torna ainda mais nebuloso, sendo precipitada qualquer afirmação mais definitiva sobre os rumos no MST nos próximos anos. De nossa parte, enquanto militante, é evidente que temos um ‘lado’ na questão, saindo em sua plena defesa e apostando na ‘vitória final’; todavia, enquanto pesquisadora, preferimos manter uma distância segura dos acontecimentos, permanecendo alertas e em observação, literalmente aguardando pelas ‘cenas do próximo capítulo’...

## Capítulo 4.

### Com a palavra, os interlocutores da questão agrária

Inicialmente, cumpre esclarecer que as entrevistas concedidas para essa dissertação resultaram numa grande quantidade de informações, demandando a escolha do método mais adequado para sua apresentação, na perspectiva da complementaridade das mesmas. Assim, optamos por dividir esse capítulo em quatro partes: uma primeira, com a apresentação de cada entrevistado e sua trajetória, narradas pelos próprios; a segunda, com um breve histórico feito por cada um deles acerca do debate da reforma agrária. A seguir, apresentamos mais duas partes, estritamente relacionadas com o objeto dessa dissertação e que consideramos fundamentais para a compreensão acerca do caráter da luta do MST: uma referente às relações entre MST e estado e a outra sobre sujeitos sociais no meio rural e o enfrentamento entre eles.

#### 4.1. Quem é quem: uma vida de luta pela reforma agrária

Dos dois dirigentes do MST entrevistados para este trabalho, João Paulo Rodrigues pode ser considerado como ‘um filho do Movimento’. Seus pais se juntaram a um acampamento do MST (quando este ainda estava em gestação) em 1983, na cidade de Teodoro Sampaio, região do Pontal do Paranapanema, palco dos maiores conflitos entre sem terra, grileiros, posseiros e proprietários fundiários do País. João Paulo, com 28 anos, é um dos membros mais jovens da direção nacional (mais jovem que ele, só um dirigente baiano que tem apenas 23 anos, o que a nosso ver é uma das mostras da capacidade de renovação do Movimento). Ele começa dizendo:

“Nós fomos assentados em 1985, ainda nem era MST, era uma articulação que envolvia igreja, sindicato, partidos e outras articulações na região. A partir de 87, meu pai se inseriu na organização do MST na região do Pontal e no estado de São Paulo e em casa acabou se formando uma espécie de secretaria regional e alojamento do MST. E essa relação direta com outros militantes do Movimento, mesmo eu sendo criança, acabou contribuindo na minha formação política e ao mesmo tempo conhecendo melhor a organicidade do nosso Movimento”.

O assentamento a que ele se refere chama-se Gleba XV de Novembro, e foi um dos primeiros territórios ocupados na região (Fernandes, 2000), antes que o MST estivesse efetivamente organizado, conforme o próprio depoimento. Numa área próxima, em 1990, ocorreu a primeira ocupação do MST na região do Pontal, na fazenda Nova Pontal, que foi palco de uma intensa disputa entre sem terra, estado e fazendeiros da região (Fernandes, 1996).

Lá, em agosto daquele ano, foi organizado um despejo ‘surpresa’ e, para que as famílias despejadas não se dispersassem nos caminhões da polícia (prejudicando todo o trabalho organizativo anterior), alguns dirigentes orientaram uma criança que era da região a furar o cerco policial por dentro da fazenda e avisasse às lideranças da Gleba que as famílias seriam reconduzidas para lá (Fernandes, 1996). Numa conversa informal posterior à entrevista, João Paulo nos confirmou essa passagem dizendo que ele era a tal criança, considerando essa a sua primeira ‘tarefa política’ no Movimento. Desse modo, é possível

perceber que toda sua vida está estritamente ligada à luta pela terra, como ele mesmo continuou a relatar durante a entrevista:

“E de lá pra cá, participo de todas as atividades, seja acompanhando meu pai, ora já como militante do Movimento. E eu passo a assumir atividades políticas na direção do Movimento em 1994, já estava estudando em Escola Agrícola em Presidente Prudente, e comecei a contribuir no setor de frente de massas e em 1997 eu fazia parte da direção estadual do MST de São Paulo, na qual fiquei até 2001, quando fui pra Brasília coordenar o escritório nacional do Movimento”.

É a partir de 2001 que ele começa a se envolver mais em tarefas de articulação política, sendo responsável pela coordenação do escritório nacional de Brasília, onde exercia atividades que eram “uma combinação de negociações governamental, relação com a sociedade, imprensa, parlamento e assim por diante”. Ele reconhece que é “uma tarefa um tanto difícil, porém importante” e atribui sua posição a uma “certa facilidade ou perfil pra me relacionar com outros setores, então o Movimento sempre me deu essas atribuições”.

Depois da saída do escritório de Brasília, João Paulo ficou responsável pelo Coletivo Nacional de Juventude, que é um espaço político de interlocução não apenas com os Coletivos Estaduais de Juventude do Movimento, mas também de articulação com outras entidades e movimentos juvenis, do campo e da cidade. Atualmente ele é responsável pela coordenação da Secretaria Nacional, que tem sede em São Paulo.

O outro dirigente entrevistado foi Neuri Rossetto, um catarinense filho de comerciantes da cidade de Quilombo, mas que, pela essência rural da região onde foi criado, sempre teve na agricultura um tema “desde a infância, muito próximo da gente”. Neuri foi seminarista, chegou a passar uma temporada na diocese de Senhor do Bomfim, no estado da Bahia, antes de se fixar em Florianópolis, em 1985, quando começou a ter contato com as pessoas que já vinham articulando as diversas iniciativas de luta pela terra e que mais tarde originariam o MST:

“Eu fui cedo pro seminário de Chapecó, da igreja católica, e tive a sorte que nesse período que tava no seminário, o bispo de Chapecó era um bispo progressista bastante atuante, Dom José Gomes, foi um dos primeiros bispos presidente da CPT, depois do CIMI, pastoral...”.

A entrevista com Neuri foi, desde o princípio, muito descontraída. Ele falou de sua trajetória na luta pela terra com a naturalidade de quem mantém vivos na memória fatos que presenciou e ajudou a construir como se tivessem acontecido... na semana passada. Ao mesmo tempo, nos brindou com uma riqueza de detalhes da conjuntura política da época que valem a pena ser reproduzidos na íntegra:

“Então o tema da luta pela terra sempre teve presente na nossa formação e de mais de um grupo de companheiros que hoje militam no Movimento, por essa inserção pela igreja. Isso foi na metade da década de 70 (...) aí nós ficamos no seminário esse grupo praticamente até 82, quando a trajetória natural seria ir pra Florianópolis fazer a Teologia, que era a última etapa... e aí ao invés de ir a Florianópolis, eu fui pro norte da Bahia, nos anos de 83 e 84, num intercâmbio das igrejas de Santa Catarina com a Bahia. E eu fiquei na Diocese de Senhor do Bomfim. Aí também foi um aprendizado muito grande na questão rural, porque eu tive a sorte de ter dois padres muito atuantes na pastoral, padre Luis Toledo e na época padre José Salgado, hoje não é mais padre, e eles tiveram a... como diria assim... tiveram a intuição de me colocar numa região... morar sozinho numa comunidade chamada Andorinha, aonde eu comecei a desenvolver o trabalho junto à questão das pastorais culminada com aquele debate... é o período que a igreja tem um forte trabalho nas comunidades eclesiais de base. Então meu trabalho era na questão da pastoral e muito ligado aos temas do sindicalismo”.

Ele prossegue falando do momento de retomada das lutas camponesas, de transição política e efervescência da luta dos trabalhadores como um todo:

“No Brasil, é o período que tá se iniciando toda uma onda de renovação da forma de ver o sindicato, ou seja, a bandeira era acabar com os sindicatos pelegos e criar sindicatos combativos onde já existe sindicato. E onde não existe sindicato é formar sindicatos. Nessa região a luta era pra formar sindicatos. (...) Eu fiquei lá [na Bahia] 83 e 84, 85 voltei pra Florianópolis quando me juntei então com a turma que vinha de Chapecó, que foi direto pra lá fazer a Teologia. E 85 foi exatamente os anos que aconteceram as primeiras grandes ocupações de terra no Movimento Sem Terra. Então toda aquela formação que a gente tinha, eu tinha companheiros que faziam a filos... a teologia em

Florianópolis, que participaram diretamente na formação, na organização do primeiro congresso do Movimento que foi em 85, em Curitiba”.

Nessa época, o MST ainda estava em gestação como movimento nacional. A primeira ocupação aconteceu, segundo Fernandes (2000), em maio de 1980. Quando Neuri retorna da Bahia, já estavam ocorrendo articulações a partir da sua região natal, para a organização do 1º Encontro Nacional e o 1º Congresso Nacional do MST, que aconteceram, respectivamente, em 1984 e 1985, dos quais ele também participou.

Ele e mais um grupo de 4 companheiros de seminário decidiram morar num bairro da periferia de Florianópolis, para contribuir no trabalho de base e atuar como “uma espécie de ponte ao Movimento que vinha pra capital negociar, com o apoio da CPT”, o que foi de extrema importância, considerando que as primeiras ocupações no estado aconteciam na região oeste, a cerca de 700 km da capital do estado.

“E ao mesmo tempo procurava, em Florianópolis, fazer um trabalho junto às comunidades rurais da chamada grande Florianópolis, da região de Florianópolis. Então toda essa questão aí deu quase que uma naturalidade pra gente lidar no Movimento Sem Terra. Desse grupo nosso, que nós morávamos na periferia, numa favela de Florianópolis, nós estávamos em 4, depois se somou mais um, mas praticamente os 5 hoje estão no Movimento têm uma participação ativa. Seja o Bogo, que foi o primeiro, Ademar Bogo, que você conhece, o Adelar Pizetta, que tá na formação, Edgar Kolling que tá na educação e mais tarde se juntou o Carlos Belé, que hoje tá na Expressão Popular. (...) Então são pessoas que nessa trajetória continuaram no Movimento desde então. E eu me somei a eles”.

Neuri conta que depois que saiu de Florianópolis foi direto pra São Paulo, de onde não saiu mais. Atualmente ele trabalha, juntamente com João Paulo, na Secretaria Nacional, em São Paulo.

Quando fizemos o primeiro contato com Caio França, que é chefe de gabinete do MDA, ele nos perguntou qual seria o método da entrevista e qual a duração prevista, mostrando muita disponibilidade para responder todas as perguntas, sem restrição de tempo. Esse agrônomo paulista esteve desde cedo envolvido com a questão agrária,

militando no movimento estudantil na mesma época em que fora lançada a campanha nacional pela reforma agrária, em 1983.

“Nesse trabalho... início de participação política lá na Universidade a gente se aproximou dos assentamentos. Então a gente começou a acompanhar o assentamento de Sumaré logo no início dele, seria hoje o estágio de vivência organizado pela FEAB ou residência agrária. (...) Então durante a graduação a gente tinha um trabalho de militância política junto ao assentamento e junto à organização dos assalariados bóias-frias lá em Piracicaba, que também é um momento de retomada, de início das mobilizações, das campanhas salariais dos canavieiros em São Paulo”.

O assentamento Sumaré também foi uma das primeiras regiões onde o MST se organizou no estado de São Paulo, que originou diversos grupos que foram se territorializando ao longo do tempo (Fernandes, 1996, 2000) e fortalecendo a luta do Movimento naquela região. Depois de formado, Caio, sempre ligado à luta pela terra, deu sua contribuição nas esferas institucionais, como assessor parlamentar e, posteriormente, na área da formação, como “coordenador de formação da Escola Sindical 7 de Outubro, aí trabalhava com um público urbano e rural, mas basicamente com movimento sindical”.

Depois de concluir o mestrado em Minas Gerais,

“no final da década de 90 eu voltei pra São Paulo e trabalhei na CUT nacional, na assessoria da secretaria de organização, antes de ser convidado pra vir pra Brasília pra coordenar o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. (...) Coordenei o núcleo até julho do ano passado e já há três anos eu sou o chefe de gabinete do Ministério do Desenvolvimento Agrário”.

Caio é filiado ao PT e pertence à corrente interna Democracia Socialista, a mesma do ministro Guilherme Cassel e atribui em parte a isso a sua atual posição: “basicamente tem a ver com isso, com essa trajetória de vinculação com a questão agrária, militância nessa área e com uma identidade política com o núcleo de direção do ministério”.

Já a entrevista com Plínio de Arruda Sampaio foi feita quase às vésperas da entrega dessa dissertação e por telefone, pela impossibilidade de encontrá-lo pessoalmente, como preferíamos fazer (e o fizemos no caso dos demais entrevistados). Entendíamos que uma

conversa ‘cara a cara’ possibilitaria colher informações mais detalhadas. Ainda assim, alcançamos o nosso objetivo e a contribuição de Plínio foi fundamental para este trabalho, já que ele foi coordenador do grupo de trabalho que elaborou e apresentou ao MDA o II PNRA. Um processo que contou com a participação de membros do estado e de movimentos sociais, configurando uma importante iniciativa de interlocução.

Plínio é uma figura histórica na luta pela terra. Muito objetivo nas suas colocações, ele sustenta com vigor suas posições e demonstra a mesma indignação com a atual configuração da luta de classes no meio rural que alguém que tenha começado a entrar em contato com esse tema há bem pouco tempo. E também nos brindou com um bom panorama da questão agrária, quando ela ainda começava a ser debatida no Brasil:

“Eu comecei a minha vida política como coordenador do grupo de planejamento do governo do estado de S. Paulo. Nesse cargo, nós fizemos, incorporamos no plano do governo, o primeiro projeto de reforma agrária que foi feito no Brasil. Foi junto com o projeto que o Brizola fez no Rio Grande do Sul, nós fizemos um projeto em São Paulo, e eu incorporei esse projeto do plano de ação do governo, então eu tinha uma certa experiência da questão da reforma agrária porque eu fui eleito deputado federal. Quando eu fui eleito deputado federal, essa questão estava no auge, tava realmente na pauta econômica, na pauta política do País. E eu fui designado como deputado federal para ser o relator da emenda à Constituição que permitiria a reforma agrária. Essa emenda foi patrocinada pelo presidente João Goulart e eu fui encarregado, como deputado, de ser o relato da comissão especial que examinava esse projeto. E eu dei um parecer favorável”.

Como sabemos, o tema da reforma agrária foi, junto com as demais reformas de base, assim chamadas, um estopim para o golpe militar de 1964, que desarticulou quase que completamente as lutas camponesas, que só voltaram a ganhar força política quase 20 anos depois. Plínio desvenda um pouco das disputas que ocorreram em torno do tema:

“Esse parecer foi objeto de uma disputa muito forte e em função disso, ele foi derrotado pela direita. E nessa hora rompeu-se o esquema político de apoio do presidente Goulart. Porque o PSB, que era o partido... junto com o PTB, o partido que sustentava o presidente Goulart; o PSB rompeu a aliança e juntou-se com a UDN, a União Democrática Nacional, que era o partido principal de oposição ao presidente e o PSB e

UDN derrotaram o parecer que eu dava favorável à reforma agrária. Depois disso a situação do País evoluiu muito, isso foi em 1963, e em 64 o governo Goulart caiu e eu fui cassado nessa ocasião, os militares sancionaram os deputados de esquerda e eu fui sancionado com a cassação e a suspensão dos direitos políticos”.

Exilado, Plínio teve a oportunidade de contribuir com diversos programas de reforma agrária que vinham sendo implementados na América Latina, como consultor da FAO, cargo em que permaneceu durante praticamente toda a duração do regime militar no Brasil. Ao retornar, integrou os quadros da ABRA, da qual hoje é presidente. Nesse período, retomou a militância na questão agrária, contribuindo com as discussões do I PNRA através da ABRA, que participou ativamente do processo e, posteriormente, como deputado constituinte.

“Junto com uma importante figura que é o José Gomes da Silva, nós fizemos várias campanhas pela reforma agrária. Como deputado constituinte, eu não fiquei na comissão de reforma agrária, porque eu fui nomeado relator da subcomissão do poder judiciário e com um cargo de relatoria extremamente importante pras coisas do País, eu fiquei na relatoria da comissão do poder judiciário. Mas acompanhei, passo a passo, o processo do grande debate, da grande batalha que nós travamos para colocar a reforma agrária na constituição. E partir daí eu tenho ajudado o Movimento, o MST, o MLST, eu tenho ajudado os movimentos sociais do campo a organizar a sua luta pela reforma agrária”.

Como se vê, as figuras entrevistadas têm, de fato, suas vidas dedicadas à questão agrária, cada um deles atuando em espaços diferenciados, ora com maiores pontos de contato, ora com menores. Dessa forma, passamos a reproduzir as entrevistas a partir dos blocos temáticos.

#### **4.2. O debate da questão agrária no Brasil: um breve histórico**

Nesse item serão reproduzidos trechos das entrevistas que tratam de aspectos passados e atuais da questão agrária, exemplificados através dos debates sobre os planos de

reforma agrária anteriores ao II PNRA, sua contextualização histórica, e a fragilidade do debate teórico.

Tanto Caio França como Neuri Rossetto recuperam a memória das lutas sociais no campo durante o processo de transição política e o caráter que a reforma agrária adquiriu a partir da década de 1980. Vinda no bojo de uma série de reivindicações sociais que emergiram a partir do final da década de 1970, quando o regime militar começa a entrar em declínio, a reforma agrária voltou a ser uma pauta política nacional dá origem a diversos movimentos sociais, entre eles o MST.

Sobre esse período, Neuri começa afirmando que

“Nós normalmente colocamos a Nova República como uma das 4 ou 5 grandes oportunidades que esse País perdeu de fazer a reforma agrária. Perdeu em 30, com a Revolução de 30, perdeu em [18]89, com a proclamação da República, perdeu com a libertação dos escravos, que poderia ter feito. Teve vários momentos assim que o Brasil perde a oportunidade de realmente mudar a estrutura fundiária nesse País. Em [19]85 foi um desses. Não pelo Sarney, que é um latifundiário do Maranhão e dali não se esperava nada. Mas exatamente por aquilo que significou 85: é um acúmulo que veio de luta social, de luta política nesse País, e que derrota a ditadura militar com um acúmulo bastante grande junto à sociedade. As mobilizações pelas diretas já, e as lutas no final dos anos 70, as lutas sindicais, a abertura política com o surgimento do PT, a liberação dos partidos políticos comunistas, tudo isso é o acúmulo que vai ter em 84. E nesse bojo vai estar a bandeira da reforma agrária. Então quando dá essa passagem do regime militar pra um governo civil, a bandeira da reforma agrária tá muito fortalecida, independente do Sarney. O Sarney é levado a roldão”.

Caio França assinala que o debate sobre a reforma agrária estava na pauta de “redemocratização” e

“constava das resoluções dos congressos da CONTAG, ele... tinha toda uma referência histórica, as lutas dos trabalhadores rurais pré-64, você já tinha no final dos anos 70 uma série de mobilizações localizadas, seja de resistência dos posseiros, no Nordeste, seja de resistência de acesso a direitos pelos trabalhadores que foram pros projetos de colonização na região Norte...”.

Para ele, a campanha nacional pela reforma agrária de 1983 foi uma tentativa de “articular diferentes setores sociais, intelectuais, os movimentos que estão se retomando ou se constituindo”, como era o caso do MST. Além disso, ambos citam o avanço político que representou a nomeação de Nelson Ribeiro para o recém criado MIRAD e José Gomes da Silva para a presidência do INCRA, o que, como apresentamos no capítulo 2, representava uma postura ousada para uma sociedade que acabava de sair de uma ditadura militar.

Caio afirma que foi um

“momento importante, muito importante, muito curto e frustrado, que é o ano de 85, que você tem o início do governo da Nova República, você tem [em] abril o congresso da CONTAG, em que o ministro Nelson Ribeiro apresenta aos trabalhadores rurais do Brasil uma primeira versão do Plano Nacional de Reforma Agrária, assume o compromisso de ele ser fechado, e de abril a novembro ele é descaracterizado por uma série de disputas políticas. (...) Dentro do governo havia uma dualidade na condução do tema, uma feita pelo Zé Gomes, pelo Nelson Ribeiro, e depois os militares (...) organizaram também um choque dentro do governo e o desfecho foi um plano pífio, que nem esse plano foi implementado posteriormente. Então, o tema não estava ‘em alta’, mas ele entra na agenda da redemocratização, muita expectativa criada e ele tem um refluxo já no final de 85”.

Neuri atribui à força dos setores progressistas da igreja e à forte mobilização social da época a escolha dessa equipe de governo para a questão agrária, que contou com a participação ativa do MST, que ainda estava em sua fase de constituição (e recém saído de seu 1º Congresso, e buscando firmar-se como movimento nacional, conforme visto no capítulo 3).

“Na escolha do Nelson Ribeiro e do Zé Gomes da Silva, mostrava a força que a reforma agrária tinha acumulado ali, independente do Sarney. Certamente nenhum dos dois eram os candidatos do Sarney pra ocupar esses cargos. E o Zé Gomes chamou o Movimento Sem Terra. O Movimento Sem Terra que era ainda bastante iniciante, eu acho que o Zé Gomes aí deu um crédito forte, né, porque qual era a trajetória que o Movimento tinha? Era de 1979, no Rio Grande do Sul, depois o encontro nacional em 84 em Cascavel,

e depois o I Congresso, em janeiro de 85, em Curitiba. A Nova República começa em janeiro de 85, ou seja, o Movimento ainda praticamente desconhecido como força política. (...) E ele teve a ousadia e a sabedoria exatamente de convocar o pessoal do Movimento Sem Terra. E nós participamos ativamente de todas as discussões, já trazendo aquilo que tava sendo acumulado dentro do Movimento Sem Terra. Com sugestões, com idéias do que deveria a reforma agrária. E realmente ali saiu um trabalho belíssimo, no plano de reforma agrária. Não só pelo número de famílias que ele propunha assentar nos seus cinco anos, quatro anos, aí, que era uma coisa em torno de 1 milhão e 400 mil famílias, mas também teve a validade de fazer uma radiografia da questão do campo. Dali sai que nesse País tem mais de 4 milhões de famílias de sem terra e teve a sabedoria também de trabalhar a reforma agrária não só nos aspectos de desapropriação, mas era um plano que procurava contemplar várias áreas da reforma agrária, seja da questão técnica, seja da comercialização, seja... Então deu salto de qualidade.

E ao mesmo tempo colocou a reforma agrária no debate junto à sociedade. Foi um período muito bom no sentido de trazer novamente o tema da reforma agrária e no período que o Movimento está exatamente fazendo suas grandes ocupações nessa época, que era as ocupações no sul do País como movimento, de forma organizada, como uma estratégia de pressão política, é mais em 85. Então casou todo esse debate que vinha sendo tratado a nível de esfera política, de governo federal, como uma necessidade de ter um plano de reforma agrária com luta social”.

Neuri segue falando sobre o processo imediatamente posterior, nos trabalhos da Constituinte os setores organizados do meio rural, através da CONTAG, MST e CPT, apresentaram uma proposta de emenda com mais de 1 milhão de assinaturas, tendo sido o tema que mais mobilizou o apoio popular. Também é nesse momento – o que já vimos no capítulo 2 – que surge a UDR, numa tentativa da classe dominante de encontrar novas formas de organização e de fortalecimento de sua identidade. Foi uma reação ao que vinha sendo apresentado pelos setores populares. E foi graças à forte atuação da UDR na ANC que o tema da reforma agrária acabou sendo enfraquecido na Constituição, assim apontado por Neuri:

“agora o resultado disso, na Constituição, por ser um Congresso altamente conservador e aí o latifúndio mostrou a força que tinha, o resultado foi insignificante em termos de conquista pro movimento camponês. A proposta que tem na reforma agrária na

Constituição de 88, ela é mais atrasada que o Estatuto da Terra de 64 dos militares. O Estatuto da Terra tinha uma proposta radical de reforma agrária em relação ao que é 88. E ainda depois mais a demora pra regularizar os dispositivos da lei, foi uma coisa absurda. Ali se atrasou a reforma agrária. Aquele acúmulo que nós tinha em 85, das lutas sociais, das mobilizações como preparação à Constituinte, resultou no texto da Constituição uma coisa pequena, insignificante, que ajudou a travar a reforma agrária. Você estabelecia na constituição ‘toda terra que não cumpre a função social deve ser desapropriada’; mas como não dizia o que é função social, como é que vai desapropriar? E isso demorou anos pra eles regulamentar o que era função social. Então foi uma forma de bloquear o desenvolvimento da luta pela reforma agrária”.

Caio França compartilha da mesma opinião, afirmando que a questão agrária

“vai ganhando espaço a tal ponto que você consegue depois na constituição de 88 avanços relativos, porque você tem o reconhecimento... a incorporação da função social, mas depois você tem uma formulação ambígua, que permitiu que as legislações posteriores tivessem um caráter restritivo, não é? Então apesar de você conseguir inscrever lá uma visão sistêmica e ampliada da função social, ambiental, trabalhista, bem estar social não estritamente econômica, depois você vai... a regulamentação disso vai se restringir mais à questão econômica. E o problema lá da Constituição era a indenização por valores de mercado. Então que isso transformava a desapropriação numa punição relativa, porque permitia que os proprietários improdutivos fossem ressarcidos por valores de mercado na desapropriação das suas áreas”.

Para Caio, entretanto, há uma grande lacuna histórica no debate teórico acerca da reforma agrária, que mesmo na década de 1980 ainda se referenciava nas concepções do PCB, já estudadas neste trabalho.

“Mas eu acho que eles [os referenciais teóricos anteriores] ocupam muito espaço porque nós temos uma fragilidade nas referências teóricas e programáticas. A elaboração da igreja sobre a questão agrária parou nos anos 70, parou no José de Souza Martins. Não tem uma elaboração nova, virou discurso político. Mas não tem. A elaboração da Igreja Católica sobre a questão agrária ela tá no... como é que chama o conceito? Terra de uso e terra de negócio. Tá nisso. Ali organiza, é um bem natural, divino... então eu acho que essa

tentativa recorrente de estabelecer vínculos expressa mais uma ausência de referências programáticas do que um mérito político, ideológico, programático desses documentos”.

João Paulo Rodrigues também critica a ausência de debate teórico na universidade atualmente:

“Não tá dentro da universidade a questão agrária hoje. E mesmo as pessoas que tão elaborando, são o mesmo grupo que elaborou o modelo do governo Fernando Henrique Cardoso. (...) Não existe outros quadros, nós não conseguimos produzir intelectuais que pudessem elaborar dentro de uma nova perspectiva. Qual é a concepção clássica da reforma agrária, dentro da atual conjuntura? Não é exportar o que foi feito em Cuba, no México, ou Chile, ou mesmo na China pro Brasil, mas, bom, na atual conjuntura, baseado no que o próprio Caio Prado já nos contribuiu sobre esse tema, ou mesmo o próprio Celso Furtado, com toda sua perspectiva cepalina, mas que ao mesmo tempo trouxe uma elaboração significativa sobre esse tema. Ou seja, nós precisamos melhorar essa contribuição e a universidade poderia nos ajudar inclusive, a nos ajudar a interpretar na atual conjuntura. Que é uma combinação de sociologia, com geografia, com economia, que são áreas importantes, que têm uma análise, um diagnóstico mais preciso sobre essa expansão do capital na agricultura que nos falta dar mais elementos sobre como dar esse salto de qualidade, e combinar política de estado com as demandas real do movimento social”.

Ainda dentro da perspectiva do debate que a reforma agrária adquiriu ao longo da história recente do Brasil, Caio França assinala que as concepções da década de 1960, representadas principalmente pelas formulações da Igreja Católica e do PCB deram à reforma agrária “uma autoridade em si, que ela é necessária e ela se impõe por isso”. Para ele, a elaboração sobre qual o ‘lugar’ da reforma agrária numa estratégia de desenvolvimento para o País é muito superficial, “seja numa estratégia de desenvolvimento nacional, seja num programa de transição, numa estratégia de transição ao socialismo”. Afirma ainda que a implementação do modelo neoliberal na década de 1990 contribuiu para acentuar essa deficiência de formulação teórica e programática sobre o assunto.

### 4.3. As relações entre MST e estado na execução de políticas públicas

#### 4.3.1. Considerações gerais e principais conquistas

As relações entre o estado o MST não são novas, tampouco se iniciaram a partir do governo Lula, como vimos no capítulo passado. Pelo contrário, desde seu surgimento o MST buscou a partir das ações de ocupação de terra um mecanismo de confronto, visando à negociação com o aparelho estatal para concretizar seus objetivos. Além disso, sempre esteve presente o entendimento de que a reforma agrária deveria ser realizada por meio do estado, embora sempre tomando o cuidado para que a relação estabelecida não resultasse na divisão e/ou cooptação do Movimento em função das conquistas. Neuri entende isso como uma relação de dualidade:

“(...) pega o MST: ele sempre vai trabalhar no sentido de que, ele vai fazer o confronto com o estado, no sentido de exigir a sua demanda, uma exigência. Aqui é uma leitura de classe que a gente faz: é o estado burguês, organizado pra atender os interesses da classe dominante. Logo se nós tivermos alguma coisa, apenas no confronto com esse estado. Essa concepção aqui de que nós temos que obter conquistas do estado, ela vem com essa natureza: essas conquistas vêm pelo confronto, certo?

Agora, ao mesmo tempo... a segunda perna dessa dualidade é dar autonomia pra esse movimento. Mas eu acho que quando você tem essa leitura de classe, essa questão da autonomia ela fica mais clara também. Porque você não vai adquirir as questões do estado pelo atrelamento ao estado, pela subordinação ao estado. Há uma tentativa do estado de fazer isso, seja de uma forma mais sutil, te envolvendo em programas do estado, ou exigências desses programas... ou seja de uma forma mais direta: ‘ou você me atende nisso ou não te atendo essa demanda aqui’.

Então, essa é a dualidade. Acho que o problema maior é quando as pessoas não partem dessa leitura de classe do estado burguês, porque aí acham que uma conquista, você compõe com o estado, você tem o estado... o estado vira teu parceiro. Nós não temos essa leitura de que o estado é parceiro. Agora, isso não nos desobriga de obter conquistas

econômicas e sociais junto a esse estado. A nossa base social, o Movimento sobrevive com as conquistas. No entanto, a questão é trabalhar como obter essas conquistas e manter a autonomia do estado junto”.

Para um movimento de massas como o MST, que está territorializado em praticamente todas as regiões do País, isso é um desafio ainda maior, pois é preciso que assentados e acampados partam da mesma premissa, o que se relaciona diretamente com a questão da consciência e da identidade de classe, debatidos no capítulo 3. Ele continua:

“Isso exige uma formação política, isso exige um debate. E isso exige saber que em certos momentos que você não pode ceder pro estado, logo você vai perder certas demandas, certas conquistas. Só uma base esclarecida tem condições de dar esse salto de qualidade. E isso não é fácil, eu te colocando assim parece uma coisa livresca; no dia-a-dia ela é um tabuleiro de xadrez, é uma complexidade. Há momentos que você avança, há momentos que você recua. Há momentos que você vai dizer, aqui vou ter conquista, aqui vou ter que abrir mão, daqui não abro mão do meu princípio de autonomia. Infelizmente, não vai ter conquista.

Então, isso, com um movimento social onde o nível de formação de política, o nível de clareza dessa leitura de classe é muito diferenciado, te dá um choque interno, nisso também. E você diz, ‘bom, podemos avançar, ou não podemos avançar?’. Às vezes a massa quer estar lá na frente, às vezes quer... eu acho que tem uma visão ainda ingênua em relação ao estado. Achar de que se a gente se comportar dessa ou daquela maneira o estado nos atende mais facilmente. O estado pode nos atender num primeiro momento, se a gente for menos combativo, mas ele vai querer nos subordinar a sua lógica, e esse é o desafio que a gente tem”.

João Paulo também enxerga que a luta do MST se dá diretamente com o estado e, uma vez obtida a terra, os objetivos do Movimento não se encerram, gerando reivindicações em outras áreas (crédito para produção, escolas, infra-estrutura etc.). Na visão dele, é necessário continuar acompanhando as demandas da base social, através do processo de negociação. Mas vê problemas na forma dessa relação, que na sua visão tem sido uma ‘terceirização’ das atribuições do estado:

“Qual é o problema desse tipo de relação com o estado? É que se não é um movimento nacional, que tem uma consistência ideológica, que tem quadros, que tem um processo de luta permanente, há uma tendência que esse tipo de relação acaba se transformando numa espécie de correia de transmissão das atribuições do estado pro movimento social. E ao mesmo tempo, essa relação que é dialética, é confusa, é contraditória, ela também corre o risco de trazer o movimento social pra dentro do governo, mesmo não estando, ou pra dentro desses espaços. Porque ele precisa conviver com as normas e as regras não organizadas e estipuladas pelo movimento social, mas estipulada pelo estado na pessoa do Ministério Público, na pessoa do Judiciário, na pessoa do TCU.

Então ele [o Movimento] faz a sua lógica de funcionamento, da sua ética constituída pela sua luta, para uma outra ética, para uma outra forma de lidar com o legal, com o moral... E essa relação é muito no fio da navalha, podemos dizer assim, porque exige um grau de firmeza, de competência, de quadros políticos, muito grande. E ela é uma tendência de no dia-a-dia se cooptar a organização para esse tipo de funcionamento. Por isso, acho que as organizações historicamente tiveram algum tipo de relação com algum tipo de governo, não é de hoje isso, não pode se confundir esse tipo de relação com uma relação administrativa somente, é uma relação política, e acho que ela pode acumular força, como pode acomodar força da organização, há uma capacidade muito grande. E é uma difícil decisão que a organização precisa tomar, que é saber qual é o tipo de relação com o estado, de atribuição, que nós vamos fazer, que acumula força, ou que acomoda força. Então isso não é simples”.

Caio França defende que a relação com o estado se alterou depois da chegada de Lula à presidência, argumentando que há “um diálogo permanente” entre o governo e os movimentos sociais, ainda que ele não seja sempre pacífico. Mas entende que houve um avanço na concepção dos movimentos sobre o modelo de desenvolvimento do campo que abre um espaço para unidade política importante:

“[A reforma agrária] não saiu da pauta, tem um investimento governamental, mas não tem a dimensão que precisaria ter pra promover uma profunda democratização da estrutura fundiária. Então nem tá fora da pauta, nem tem lugar que gostaríamos que tivesse. Bom, mas isso tem que ser um dado de realidade pra eu organizar luta política, não pra fazer uma mera denúncia. Uma oposição política pode se contentar com um lugar de

denúncia. Mas a relação que os movimentos têm com o governo Lula e com o MDA não é de oposição política. Pode ter um ataque aqui, um ataque ali, mas tem um diálogo permanente. De construção de políticas. Então, não é uma situação simples. Pro movimento social, o Lula dizer que os usineiros são heróis, não atualizar os índices, aprovar os transgênicos, cria contradições ideológicas com uma base social. Mas ao mesmo tempo faz isso, tem os investimentos, tem as outras coisas. Então acho que o debate político sobre a reforma agrária continua muito forte”.

Para ele, “a agricultura familiar e os assentados passaram a ter mais políticas voltadas pra eles e ganharam mais espaço político no estado”. Além disso, enxerga dois elementos que devem ser levados em conta na ação do MST:

“Um elemento dela é a denúncia, mas o outro é a afirmação de novas relações, de novos valores. Então eu tenho que fazer a disputa ideológica, claro que tem que fazer, mas eu tenho que construir isso, tem que construir alianças sociais, eu não tenho que buscar trazer a reforma agrária pra diluir a classe média, pra diluir a reforma agrária. Tenho que trazer a classe média pra ter maioria social. Pra ter mais legitimidade”.

Mais adiante, afirma que

“Nós tamos fazendo várias iniciativas, fizemos conversas com a direção do MST, com outros setores sociais, pra tentar recompor uma agenda política. Eu acho que o desafio é a gente construir uma leitura sobre o processo recente que não seja a reprodução do discurso oficial, de defesa das suas ações, e que não seja o discurso da oposição, mais ou menos sectária”.

Como se vê, o caráter da relação entre movimentos sociais e o estado depende do ponto de vista em que é colocado, mas de forma geral, todos entendem que são muitas as dificuldades nesse diálogo, que precisa estar em permanente construção. João Paulo, que acompanhou do escritório nacional de Brasília os dois últimos anos da gestão FHC, reconhece que naquele momento, o ‘adversário’ era mais claro. Com a chegada de Lula à presidência, considera que a situação mudou muito, embora a natureza do estado não tenha se alterado.

“São relações completamente diferentes. Eu tive a oportunidade de ficar o ano de 2001, praticamente, e de 2002, convivendo em Brasília com toda tropa do Fernando Henrique Cardoso, nos ministérios, e nos órgãos, e você percebe que não era uma... nem se falava... não era prioridade, não existia nenhum tipo de decisão política de vai fazer ou não vai. E os quadros escolhidos pra essa área também tinha essa clareza: precisamos enrolar, enrolar e enrolar mais um pouco, porque não é prioridade do governo fazer reforma agrária. Ao mesmo tempo, eram quadros muito competentes, dentro dos propósitos do governo Fernando Henrique Cardoso, de desmontar uma estrutura que tinha sido criada, inclusive no período da ditadura, e outros períodos, de ter órgãos que pudesse cuidar dessa área, inclusive o próprio INCRA. E esse desmonte foi muito bem pensado, muito bem elaborado, que foi justamente na medida em que o governo federal teve a capacidade política, em primeiro, separar as atribuições do Ministério da Agricultura, do ministério dos ricos, e um Ministério do Desenvolvimento Agrário dos pobres”.

Sobre o governo Lula, ele afirma:

“No governo Lula, você tem uma inversão, porque a reforma agrária logo no primeiro ano passa a ser prioridade, tá em todas as decisões do governo, você percebia que havia o Fome Zero, havia não sei o que, e tinha a reforma agrária. E você percebe que dentro dos ministérios, e dentro do INCRA, há uma pauta sendo constituída a todo momento sobre a questão agrária. Ou seja, havia, a todo momento, decisão política. No entanto, a estrutura do estado, a máquina, não permitia, na nossa interpretação, que essas decisões políticas fossem implementadas de médio e longo prazo. E nessa fase, podemos dizer assim, como no governo Fernando Henrique Cardoso, também houve muitas dificuldades organizativas, de luta no nosso Movimento para influenciar mais, pra que de fato esse governo pudesse... pra que nesses primeiros anos de governo Lula já se pudesse implementar um programa de reforma agrária”.

Plínio Sampaio também comenta o início do governo Lula como um momento em que se acreditava na prioridade da reforma agrária nas ações do governo:

“quando o Lula assumiu, houve decerto uma grande esperança de que iria haver uma reforma agrária. Tanto que imediatamente enquanto ele tomava posse, 200 mil famílias ou foram pra acampamentos em beira de estrada, ou foram pra ocupar terra. O primeiro convite que o Lula me fez foi pra ser membro do CONSEA, do Fome Zero. E lá no Fome Zero, eu propus a mudança do sistema de crédito agrícola para o pequeno agricultor. Apresentei a proposta diretamente ao Lula, o Lula aprovou, todo esse processo novo de crédito agrícola surgiu daí. Em seguida eu fiz o projeto de... que era pra fazer o seguinte: você daria comida imediatamente, mas você criava as condições pra pessoa não precisar mais receber aquela comida e simplesmente comprar a sua comida. E esse primeiro foi feito. O segundo foi um processo de compra antecipada, que a CONAB compraria antecipadamente as produções, de tal maneira a garantir o preço suficiente (...) pra ter algum lucro e seguir adiante. Também foi aceito pelo Lula. Então quando ele me convidou pra fazer o II PNRA eu parti do pressuposto de que havia uma decisão de governo, de que havia uma vontade política de fazer a reforma”.

Sobre o processo de elaboração do II PNRA e as especificidades no trato da questão agrária pelo governo Lula falaremos mais adiante. Por ora, vamos nos ater aos aspectos mais gerais dessa relação, sobre a qual João Paulo segue falando a respeito das diferenças de tratamento entre Lula e FHC:

“o que dá pra se visualizar entre Lula e Fernando Henrique Cardoso é que havia uma relação com os movimentos sociais de extrema desconfiança, porque ambos não se confiavam um no outro, no Fernando Henrique Cardoso, mas ao mesmo tempo havia um serviço, eu não sei dizer se era de inteligência, ou algo do gênero, que era uma tentativa permanente de cooptação dos movimentos. Então, ou seja, todos os dias tinha convites pra reuniões em restaurantes, pra discutir determinados assuntos que na sua maioria estava convencido que era tentativa de cooptação, 24 horas. Então a relação de cooptação no governo Fernando Henrique Cardoso era uma relação muito complicada, ou seja, a promiscuidade que existia dentro dele era extremamente grave. No entanto, essa mesma relação, acho que continua no governo Lula, mas com uma certa sinceridade política. Pelo menos eles querem fazer uma cooptação... ‘quero que você venham pra dentro de nós, sejam nosso aliado’. No Fernando Henrique Cardoso era uma engenharia de promiscuidade muito difícil de se relacionar no dia-a-dia da política.

Também se percebe que os diálogos e as reuniões que você tem no governo Lula são muito mais francos e muito mais abertos. Você consegue ir ao palácio do planalto dialogar sobre uma certa região do País. Você consegue entrar nos ministérios e conversar sobre o problema da reforma agrária com as mais diferentes pessoas e você acaba referendando o Movimento no estado, o Movimento passa ter uma legitimidade, porque ele é reconhecido pelo estado. E isso é importante pro movimento social, tanto pros grandes, como é o MST, como pros mais pequenos. Eles serem reconhecidos e legitimados, serem entendidos como uma parte da sociedade brasileira. Ou seja, o ministério recebe o MST como recebe o PT, como recebe um deputado, um senador. Pra uma república burguesa como é a nossa, ter esse reconhecimento público do movimento social, coisa que você não tinha no governo Fernando Henrique Cardoso, então até a marcha de 1997 ele dizia que nós não existia, depois disso, dizia que nós era bandido, então isso na atual conjuntura é muito importante, tem que ser valorizado”.

Na opinião de Caio França também se deve valorizar a mudança de atitude do estado em relação aos movimentos sociais na gestão de Lula. Ele dá o exemplo da legitimidade que os movimentos sociais adquiriram quando Lula assumiu a presidência, em 2003. Na visão dele, há ainda uma grande diferença entre o tratamento dado aos empresários rurais e aos agricultores, pelo fato do agronegócio ser o modelo hegemônico de desenvolvimento para o campo (e, a nosso ver, fazer parte da estratégia macroeconômica do governo), o que o dispensa de ter que legitimar as suas reivindicações. O mesmo não acontece quando se trata de agricultores familiares, sem terra e outros segmentos sociais.

“Tem uma etapa anterior pra se impor na agenda as reivindicações da agricultura familiar, que é ela ser aceita como legítima. A Fazenda sentar com os movimentos, a primeira vez, a Fazenda sentar numa negociação... foi o ano passado. Antes, era uma negociação intermediada diretamente pelo MDA. (...) ‘Ah, o fulano é a favor da reforma agrária, ele acha que ela é fundamental pra’... Não é relevante isso. Não é função dele no Ministério da Fazenda. (...) O Ministério tem garantido a liberação dos recursos e acolheu como legítimas as negociações”.

Ele vai ainda mais além e atribui ao governo Lula o mérito de ter ‘democratizado’ o estado brasileiro, por reconhecer os movimentos sociais “como interlocutores legítimos

para definição de políticas públicas”. Além disso, ele menciona alguns exemplos desse processo e suas limitações:

“o cotidiano do MDA e do INCRA, das nossas várias áreas, é uma construção cotidiana das nossas políticas públicas. Bom, isso não é algo institucionalizado. Isso depende do governo de plantão. O estado brasileiro não alterou os seus mecanismos de deliberação e de funcionamento, incorporando, de forma institucionalizada, os mecanismos de democracia direta. Ou de participação efetiva na gestão das políticas. Eu tenho muitos conselhos, mas poucos conselhos têm função deliberativa. Eu valorizo muito dois conselhos que... o CONDRAF é muito recente ainda, mas vou pegar dois que têm trajetórias políticas distintas: o CONAMA, que tem atribuições, que delibera sobre o tema, que é uma experiência riquíssima, com todos os problemas que qualquer órgão de participação social tem, e o tem o CONSEA, que ele não tem função deliberativa, mas ele tem uma influência muito grande para ‘impor’ pautas políticas. O primeiro plano SAFRA da agricultura familiar foi construído com o CONSEA. O PAA foi construído no CONSEA. Nós temos discutido no âmbito do CONSEA a posição brasileira, a nossa posição no debate com o Itamaraty, as nossas posições nos organismos internacionais. Então a experiência do conselho, ela é muito importante, mas a democratização do estado não se encerra nos conselhos. A participação mais efetiva e mais direta que nós temos é na relação cotidiana com o conjunto dos movimentos. Não é pouca coisa você fazer 10 reuniões com os movimentos sociais, reuniões qualificadas, difíceis pra definir o novo crédito da reforma agrária”.

Não obstante, João Paulo alerta para o fato de que, mesmo com um maior diálogo,

“é uma relação muito próxima da cooptação também, porque você fica menos armado, ou seja, você fica completamente desarmado, porque são primos, né, numa relação com primos você baixa a guarda. E esse baixar a guarda, você tá baixando a guarda pro estado. E o estado não tem piedade, se ele precisar dividir, ele divide, se precisar cooptar, ele coopta, porque precisa desse grau de relação e de controle total, ou seja, o estado precisa ter a capacidade de decidir. E todas as vezes que ele se sentir ameaçado de tomar decisões, ele vai usar seus instrumentos todos, de divisão, de cooptação e repressão. São os três... e nós não precisamos ter dúvidas disso”.

Já Caio França assinala que

“a questão a priori não é se o MST, a CONTAG vão estar satisfeitos com o final. O estado não delega ao movimento, o gestor não delega ao movimento a definição da política. Eles reconhecem que é um espaço de interlocução legítimo. Portanto não há nenhum problema, não deslegitima a construção no conjunto da política com um desfecho em que o movimento A ou o movimento B discorde da política. Não tem problema. O MDA ou qualquer órgão do governo que construiu suas políticas com os movimentos, ele não vai deixar de reconhecer a legitimidade desses interlocutores pela divergência política. E acho que os movimentos percebem isso.

(...) Nós recebemos o MST e os outros movimentos pra discutir o que é reforma agrária porque eles são interlocutores legítimos. Então essa dimensão da democratização do estado ela é muito mais importante, ela organiza a construção das políticas públicas, ela pode mexer na forma como as disputas políticas ocorrem de maneira mais importantes do que as divergências políticas. Quem tem que mostrar coerência com o estado, a sua autonomia, a sua coerência é o Movimento. Nós reconhecemos a legitimidade do Movimento”.

Embora perceba que há uma iniciativa de diálogo por parte do estado a partir do governo Lula, o MST parte do suposto que a natureza do estado não se alterou. Neuri Rossetto parece buscar uma síntese da natureza dessa relação:

“O estado pode nos atender num primeiro momento se a gente for menos combativo, mas ele vai querer nos subordinar à sua lógica, e esse é o desafio que a gente tem. Agora eu acho que essa dualidade, ela fica mais clara, mais evidenciada se você tem como ponto de partida isso: é o estado burguês. E as nossas conquistas vão se dar através do confronto, as conquistas que a gente realmente espera conseguir desse estado. Não será uma concessão do estado. O estado pode fazer uma concessão num primeiro estágio, num segundo estágio ele vai querer dominar e aí nós sempre repetimos aquela máxima do Florestan: ‘não se deixar cooptar, não se deixar esmagar e obter conquistas’.”

A cautela na análise é o caminho seguido por João Paulo ao tratar dessa relação:

“ainda nós temos poucos elementos para fazer uma avaliação completa dessa relação com o estado e os movimentos sociais e essas atribuições. Nós temos uma avaliação política de que vivemos um período difícil, de conjuntura bastante adversa no conjunto dos movimentos sociais. Temos uma base com muitas dificuldades do ponto de vista econômico ou mesmo das chamadas políticas públicas de estado, que não chega nas mais diferentes áreas, mesmo porque parte delas são de atribuição dos municípios ou mesmo do estado e ao mesmo tempo nós entendemos que o movimento social da magnitude do MST tem importância na luta pela terra, mas acima de tudo elevar o nível cultural, econômico e social da sua base e para isso ele vai ter que avançar na luta pela terra, que é uma luta extremamente radicalizada, de enfrentamento”.

Além dos aspectos mais gerais das relações com o estado, buscamos, através das entrevistas, saber de que maneira o MST se constituiu como um sujeito ativo na disputa por políticas públicas para o campo, como essa disputa se efetivou e quais os resultados efetivamente atingidos.

Partindo da premissa do reconhecimento do MST como interlocutor legítimo da questão agrária junto ao estado, João Paulo, afirma que o MST “não é um movimento de sem terra que conquista terra e automaticamente sai pra uma outra atribuição e essa família vai ser base de um outro tipo de organização”, sendo necessárias outras políticas públicas para que atinja, efetivamente, certo grau de desenvolvimento no campo para as populações camponesas.

Assim, desde seu surgimento, o MST buscou, através da prática cotidiana nos acampamentos e assentamentos, despertar um sentimento de classe em sua base social, no sentido da necessidade de transformação de suas condições de vida a partir de sua própria ação enquanto classe. Neuri, como veremos adiante, afirma o ato de ocupar terra como o primeiro ato de classe propriamente dito. A partir daí, o que vai sendo construído na vivência no acampamento, na incorporação à organização, no respeito aos princípios, é uma prática coletiva que cria e recria o ‘fazer’ da classe enquanto tal. Ao exigir do estado o atendimento de suas reivindicações, o Movimento também traz junto a sua proposta, construída a partir de sua prática cotidiana. E isso pode ser verificado concretamente em diversas áreas.

João Paulo considera que o envolvimento institucional no âmbito das políticas públicas foi uma forma encontrada pelo estado de dar vazão às demandas sociais que ele

próprio não foi capaz de executar, chamando isso de ‘terceirização’. Na sua visão, porém, enquanto isso continuar contribuindo para elevar o nível de consciência da base social “e pra avançar na luta de classes, na luta de massas, não tem nenhuma preocupação, e acho que foi importante os movimentos terem feito isso [se envolvido institucionalmente]”. Ele prossegue dando alguns exemplos:

“eu estou convencido que a decisão nossa de organizar o sistema de assistência técnica, de cumprir essa tarefa, é uma decisão política importante, porque nós vamos escolher os técnicos, nós vamos formar os técnicos que vai estar no dia a dia cuidando das nossas áreas de assentamento. Então é extremamente estratégico. No entanto, eu tenho dúvida se, por exemplo, nós deveríamos abrir cooperativa de crédito em todos os estados, ou seja, tirar a atribuição do Banco do Brasil e outros, e coordenar o crédito, não sei se isso acumula força ou não. Ou fazer outro tipo de estrutura, pra fazer topografia, ou fazer a parte de assentamento. Eu tenho dúvida se isso acumula pro movimento social. Pelo contrário, acho que isso cria uma dependência e uma relação extremamente comercial entre movimento social e o estado, que é difícil de você se desvincular dela. Portanto, fazer esse tipo de relação com o estado requer um entendimento de força, de competência e de articulação política com as demais áreas pra que de fato o acumular forças não se torne o acomodar forças e isso destrói a organização de médio e longo prazo”.

Tais ponderações nos remetem ao que foi exposto no início do capítulo, quando tanto ele quanto Neuri trataram na leitura acerca da natureza de classe do estado, que exige cautela nos momentos de negociação. Neuri inclusive afirma que as conquistas vêm principalmente a partir do confronto com esse estado, e que elas devem ser entendidas como um direito, não uma concessão ou parceria. Isso nos parece em perfeita sintonia com as preocupações expostas acima.

João Paulo, ainda tomando como exemplo a questão da assistência técnica, afirma que o Movimento tem “o controle 100%”, e tem conseguido implementar o seu modelo agrícola nas áreas de assentamento, baseado nas sucessivas experiências ao longo de 25 anos de existência do MST. E alerta para a importância na escolha dos técnicos, pois

“se você não tem controle sobre esse técnico, não tenha dúvida que essa matriz [que utiliza agrotóxicos, fertilizantes químicos, sementes transgênicas etc.] vai ser

implementada no assentamento, mais dia ou menos dia. E isso foi evidente em regiões nossas em especial no período Fernando Henrique Cardoso. Então eu acho que no caso específico da assistência técnica tem um acúmulo que nos permite ter esses controle e influir diretamente nas políticas de estado”.

Neuri tem a mesma opinião sobre o assunto:

“houve mudanças em todas as áreas, né. A criação de um crédito especial pra reforma agrária. No início é o PROCERA, depois muda nome, muda faixa, mas foi uma conquista da reforma agrária. A partir daí, ó, ‘temos que ter um crédito especial’. Não pode ver uma família assentada da mesma forma que você vê um pequeno agricultor ou um agricultor tradicional”.

Ele afirma que a luta social foi, com o passar do tempo, “se traduzindo sim em conquistas nas políticas do estado, sim, como uma demanda dos camponeses”.

“Crédito de habitação pra camponeses, nunca teve nesse País; as famílias assentadas acabam conseguindo isso. E que bom que está se espalhando pra pequenos agricultores, abrindo pra outras. Mas dizer assim: nós precisamos de uma moradia digna na reforma agrária passa a ser conquista dessas questões. Somado a isso é que essa luta pela reforma agrária nunca teve isolada das outras lutas dos camponeses ou da população rural de pequenos proprietários. Então sempre teve junto com os camponeses atingidos pelas construções de barragens, com os pequenos agricultores, com o movimento das mulheres. E ali sempre teve demandas que foram... desde a aposentadoria, que passou a ser elemento de pressão e isso se trabalhou junto com a luta pela reforma agrária. Então isso também foi abrindo campos pra outras políticas do estado em relação à população do campo”.

João Paulo cita a área da educação como uma em que a luta do MST conseguiu, de certa forma, impor um modelo de política pública, mas com maiores dificuldades, o que analisamos no capítulo anterior. Ao longo do tempo, o Movimento foi desenvolvendo um método pedagógico próprio, a partir das próprias vivências dos camponeses nos assentamentos e acampamentos e que busca, a todo tempo, conseguir junto ao estado, a efetivação de políticas que dialoguem com essa realidade.

“A área de educação é uma área mais difícil. Porque geralmente as escolas nos municípios, nos assentamentos, estão ligadas aos municípios, que é ligada a uma delegacia de ensino, que aí o MST não tem controle. Por mais que você tenha uma relação direta com o professor (...) tem normas e regras por dentro do MEC que não nos permite termos um certo controle da escola. E ao mesmo tempo, nós temos limitações de ter uma máquina, uma estrutura que você possa ter uma escola do MST, sem ter essa influência de fora. Acho que nas áreas que nós mais avançamos foi nos cursos técnicos, que é um convênio muito específico que nós temos com o INCRA através do PRONERA, que nos permite ter um controle maior em função de serem cursos modulares, no período de tempo comunidade também tem uma relação direta com nossa base e geralmente também os professores que estão no curso técnico organizado pelo nosso Movimento há uma influência maior, na sua grande maioria são companheiros que vêm de dentro da organização.

E nos cursos de nível superior, esses com mais dificuldade que os cursos técnicos, esses nós conseguimos garantir a linha política da organização, na escolha de parte do conteúdo e acho que essa foi a área que nós acumulamos extremamente importante para a formação de quadros da organização, assistência técnicas e educação. As demais áreas, cá entre nós, foram áreas que de modo geral é importante você fazer uma atividade no campo da saúde, no campo da cultura, em várias outras áreas, mas são áreas que dificilmente você percebe acúmulo”.

Vale ressaltar novamente que o PRONERA é feito em parceria com universidades federais e estaduais, criando turmas especiais direcionadas ao público de assentamentos, organizadas segundo processo de seleção pública tanto dos estudantes, quanto dos docentes. A carga horária é realizada segundo o método da alternância, elaborado a partir das experiências pedagógicas do próprio Movimento, buscando uma melhor adequação à realidade de quem vive no meio rural, sendo oferecidas algumas disciplinas específicas, voltadas para uma demanda também específica. O curso também é reconhecido pelo MEC, como qualquer outro curso superior. Na prática, no entanto, é travada uma grande batalha dentro das universidades, já que o entendimento sobre o caráter ‘especial’ da turma de assentados não é pacífico e não é raro que as disputas transcendam da esfera pedagógica para a política e ideológica.

A despeito das tentativas de deslegitimação, a iniciativa é reconhecida também pelos gestores estatais como uma conquista efetiva dos movimentos sociais junto ao estado, conforme afirma Caio França:

“A verdade é que só existe o PRONERA pela importância política que o MST deu. Mas é assim que vão sendo construídas as coisas. Então a direita faz a mesma coisa, quando quer. Quando a Isto É fez aquelas matérias sobre os cursos de marxismo e leninismo no PRONERA. Ela não criticou o governo; ela ignorou que o PRONERA é do governo, que envolve universidades, né, ela vai discutir porque que passa dinheiro para o Movimento”.

Nesse caso, como dissemos no capítulo 3, a discussão não se restringe apenas ao acesso aos recursos públicos; há uma discussão ainda mais ampla em jogo, que diz respeito ao acesso ao conhecimento, quem pode acessá-lo e qual tipo de conhecimento pode ser acessado. Um exemplo claro disso é que a maioria dos cursos formais do PRONERA são de Pedagogia, Enfermagem, Técnico Agrícola e Técnico em Saúde, Letras, Magistério, geralmente menos concorridos nos vestibulares tradicionais e com um percentual de estudantes provenientes das classes mais baixas. Recentemente, em 2007, quando foi inaugurada a primeira turma especial de Direito – um curso sabidamente elitizado – na UFG, com estudantes assentados em áreas vinculadas ao MST e à CONTAG, foi grande a indignação nos setores conservadores, e objeto de diversos editoriais de grandes jornais brasileiros. Além disso, o curso quase teve seu registro cassado por conta de uma ação com pedido de liminar proposta pelo Ministério Público daquele estado. De qualquer forma, o PRONERA, inaugurado em 1998, embora ainda não tenha se tornado uma política de estado, já formou cerca de 50 mil estudantes em todas as faixas atendidas pelo programa (segundo dados do MST) e não deixa de ser uma conquista dos movimentos de luta pela terra, em especial o MST.

#### **4.3.2. Os anos FHC e a política agrária do governo Lula**

Numa breve análise da política agrária durante o período FHC, João Paulo Rodrigues reconhece que houve uma “capacidade técnica e política muito grande”, e que se conseguiu criar um “novo referencial sobre a questão da agricultura familiar e da reforma agrária”. Ele se refere ao programa Novo Mundo Rural, lançado em 1999, do qual falamos no segundo capítulo. Ele entende que houve uma sintonia do governo com os intelectuais que vinham formulando sobre o tema naquela época, o que permitiu um maior diálogo com a sociedade sobre o tema e a imposição de um modelo de reforma agrária ‘aceito’ (que, no entanto, não alterava a estrutura fundiária do País).

Ele assinala que

“a impressão que eu tenho é que no governo Fernando Henrique Cardoso eles tiveram muito mais capacidade de elaboração que no governo Lula. Se você for ver, a bem da verdade, acho que a elaboração mais bem sucedida do ponto de vista de um projeto pro campo [no governo Lula] foi agora com o tal Território da Cidadania, que de fato é novo, na questão agrária. Fora isso, tudo o que estava sendo feito no governo Lula foi um melhoramento do que foi constituído no governo Fernando Henrique Cardoso. O NEAD cumpriu o mesmo papel, foi criado no governo Fernando Henrique Cardoso, o PRONAF, o mesmo papel, ou seja, o órgão de pesquisa foi do Fernando Henrique Cardoso, o crédito, quem acabou e criou um novo foi o Fernando Henrique Cardoso, não teve grandes ajustes, a forma de obtenção de terras também foi a mesma, e ao mesmo tempo, a organização do ministério nos estados, através do MDA, também foi do Fernando Henrique Cardoso. Ou seja, houve um ajuste das políticas criadas no governo Fernando Henrique Cardoso, não houve novidade de construir coisas novas”.

Sobre o governo Lula, para João Paulo,

“a novidade aparece agora, com o Território da Cidadania, que não é uma coisa do Fernando Henrique Cardoso, é uma política nova, nessa perspectiva de juntar como foi no PAC, os vários recursos do governo que vão dispersos pros municípios num único programa. E tem uma relação direta do estado com as famílias de uma determinada região. Acho que a parte positiva, que de fato em algumas regiões do País vai melhorar a relação das famílias assentadas com a comunidade, vai levar infra-estrutura.

No entanto, na nossa leitura, é um programa extremamente perigoso porque não leva em consideração as organizações políticas. O Território da Cidadania não requer nenhum tipo de negociação com a representação dos movimentos sociais. Ele nega a negociação nacional e passa a ser a negociação local. Então tudo se dá pelo local: a relação dos ministérios, dos prefeitos da região e dos assentamentos. Então você perde a capacidade nacional de negociar. Então é uma política extremamente perigosa e com um viés, cá entre nós, neoliberal, que é de você focalizar no território, inclusive pelo grau de pobreza, que estão os municípios mais pobres do País, que faz parte desse programa, e você diferencia assim. Então eu acho que é uma medida nova, mas na minha opinião, é que por exemplo, em Brasília você não tem nada que negociar Territórios da Cidadania, e não tem função nenhuma Brasília, tem lá no município. Então isso pode nos trazer problemas de médio e longo prazo, ainda é difícil ter uma opinião sobre isso. Mas isso mostra uma diferença do que estava sendo o governo Lula até agora”.

Já na opinião da Caio França, existe uma dificuldade muito grande de impor a agenda da reforma agrária para o conjunto da sociedade, o que reflete no tratamento dado pelo governo:

“eu não imponho a reforma agrária se eu não conseguir impor um outro projeto de desenvolvimento. Pra sociedade brasileira durante 25 anos vem sendo dito que o agronegócio, que a grande produção capitalizada é a que gera divisas, é a que promove o desenvolvimento das regiões. Pra desconstruir esse mito, eu tenho que mostrar a força econômica da agricultura familiar, da reforma agrária, mas tem que fazer uma disputa política e ideológica mostrando que eles [os produtores do agronegócio] fizeram isso às custas de muito recurso público, que você pode construir um modelo alternativo assentado na agricultura familiar, na reforma agrária se você canalizar crédito, assistência técnica, pesquisa, que assim como foi construído esse poder que eles têm. Mas isso é um ambiente de disputa política”.

Caio afirma, no entanto, que

“a inflexão que ocorreu no estado brasileiro, em relação aos movimentos rurais e na reforma agrária tem resultados muito objetivos. Tem um crescimento econômico e social dessa base camponesa, de forma mais geral: extrativistas, quilombolas, ribeirinho,

agricultura familiar, assentado. A ABRA chama a atenção pra isso: temos que fortalecer o pólo camponês. Isso tá em curso. Podemos discutir a suficiência, insuficiência, quais são os desafios. Mas quando eu olho pra 2003 e olho pra 2008 eu vejo: agora eu tenho PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), eu tenho o PGPAF, (Seguro de Preços), eu tenho garantia SAFRA, eu tenho um PRONAF, com uma amplitude muito maior, com linhas específicas, eu tenho linha de agroindústria, eu tenho uma retomada da ação da regularização fundiária, eu tenho um programa voltado pra autonomia econômica das mulheres. Bom, eu tenho um conjunto de ações que têm como efeito e resultados evidentes, né, o fortalecimento econômico e social dessa base social”.

Mas também reconhece as limitações do modelo implementado pelo governo Lula:

“o programa do PT Vida Digna no Campo, não só o Vida Digna, o programa que tem a Carta aos Brasileiros, o programa que levou o Lula à vitória é um programa que carregava, em relação ao campo, carregava uma dualidade e em relação à transição de modelo econômico ele projetava uma transição muito lenta, com um cuidado muito grande com a estabilidade econômica e financeira, na prática com a preservação dos interesses rentistas, que é o, quer dizer, taxas de juros, que é o que ganha o setor financeiro. Então isso não se alterou dentro do governo, essa noção de que são dois setores complementares. Bom, agora, se eu olho pro que era o espaço que essa base social tinha no governo em janeiro de 2003, e olho agora, é evidente que ampliou. O ministério da fazenda, o planejamento reconhecem a agricultura familiar, os assentados, como setores produtivos! Então esse setor se impôs como um agente econômico, como um setor pra o qual é legítimo ter políticas, tanto que ampliaram os recursos do MDA e do INCRA pra esse setor”.

Neuri, por sua vez, afirma que a gestão de Lula, no geral, não se alterou em relação aos anos FHC, no que tange à implementação de uma política agrária argumentando que:

“tinha a expectativa realmente que o governo Lula comprasse a briga pela reforma agrária. E passado o primeiro mandato, metade do segundo mandato, essa expectativa ela não se concretizou; ao contrário, ela é uma frustração. O governo Lula praticamente abandonou a idéia da reforma agrária; ele não tem uma perspectiva de fazer um programa de reforma agrária nesse País. Ele continua com a ótica do governo anterior:

onde tem algum conflito social que pode dar um desgaste à sua imagem, ‘vamos resolver’; nas outras questões ‘vamos dar tratamento burocrático, administrativo’. Se atende aqui o que é possível, se mata no cansaço no que é geral. Essa é a tática do governo Lula na questão da reforma agrária, que é a mesma do governo Fernando Henrique Cardoso. E no final de cada ano, se preocupa em mostrar algumas estatísticas de metas atendidas ou não, que não serva absolutamente pra nada. É simplesmente pra dar uma satisfação, como se tivesse avançando”.

João Paulo, que também fez críticas em relação à política agrária do governo Lula, como visto, ressalta que

“do ponto de vista de uma política de reforma agrária, eu acho que o governo Lula trouxe algumas atribuições como a educação e a assistência técnica, mesmo a própria política de infra-estrutura: estradas, alguma melhoria de escola, que no Fernando Henrique Cardoso não houve isso, então isso tem que ser contabilizado como elemento positivo.

Também, acho que no governo Lula, a legitimação dos movimentos sociais e o reconhecimento também acumulou no processo de reforma agrária. No entanto, do ponto de vista da reforma agrária clássica, que é assentar muitas famílias, ou seja, uma reforma agrária massiva, em regiões importantes do País, construir programas específicos pros assentamentos, como crédito e outras áreas, a impressão que eu tenho é que o governo Lula não inovou em nada.

Volto a dizer, é a continuação de implementar as políticas do governo Fernando Henrique Cardoso, que eram muito ruins. Então, do ponto de vista da história, o governo Lula irá passar como mais um governo que não conseguiu implementar a reforma agrária. Fez várias coisas, mas não fez reforma agrária. Ponto. Então poderia dizer que não houve avanços no central: terra, política de crédito, que é o mesmo do Fernando Henrique Cardoso, e política de agroindústria. Ou seja, sem esse tripé... mas houve uma boa política de energia elétrica, e isso é extremamente importante. Houve uma boa política de assistência técnica, que é muito importante. Houve uma política de compra de produto agrícola pela CONAB, também importante”.

Já Neuri não é tão otimista quando aponta as ‘inovações’ do governo Lula em relação à política agrária:

“que que ele [Lula] incorpora, que é diferente, que eu acho que o Fernando Henrique já ensaiava isso? É o assistencialismo no meio rural. Mas esse é um elemento. As famílias não vão mais [pra ocupação] porque tão recebendo o bolsa família. É claro que tem uma influência, mas isso apenas é um elemento dessa estratégia de não fazer reforma agrária. O governo Lula nisso cumpriu esse papel. Ele nunca comprou uma briga com os latifundiários. Ele tem uma visão de que pode compor com eles pra fazer avanços, e nós temos... só é possível fazer a reforma agrária se derrotar o latifúndio. Não tem outro. Nenhum lugar do mundo a reforma agrária foi feita em composição com os proprietários de terra”.

Em relação ao II PNRA, já analisado neste trabalho, buscamos, nas entrevistas compreender os entendimentos do estado e dos movimentos sociais quanto ao tema. Caio faz a análise remetendo-se ao processo de transição política, iniciado em 2002, após a vitória eleitoral:

“no governo de transição aparece a meta de assentar 60 mil famílias, e o Vida Digna falava num plano de reforma agrária. Compromisso, os 2 compromissos assumidos pelo governo Lula. Começa o governo, há um entendimento comum do Plínio, que funcionava como assessor informal do Marcelo Resende, e o MST, aqui na direção do MDA, de que seria errado gastar energia para construir um plano. Que já que tínhamos assumido essa parcela do estado brasileiro, e o governo Lula tem o compromisso com a reforma agrária. (...) Agora é a hora de fazer a reforma agrária! Não tem que discutir plano. Tem que botar o INCRA pra operar, os movimentos foram fazer os acampamentos, né, explosão do número de acampados... Só que o que aconteceu? A dinâmica política do primeiro semestre, ela produziu uma grande insatisfação por parte dos movimentos. Por duas razões, na minha opinião. A primeira: o ano de 2003 é um ano de ajuste fiscal terrível, né. A Carta aos Brasileiros foi aplicada ao pé da letra.

Portanto, não se expressou na disponibilidade orçamentária, na alocação dos recursos a prioridade anunciada. Então os movimentos perceberam que o governo tava com uma política econômica de arrocho, que não ia ter dinheiro pra reforma agrária. Segundo, uma ineficiência do INCRA. O INCRA não funcionava. Então as famílias iam sendo acampadas, os dirigentes, os diretores do INCRA iam pras regiões, estimulavam acampamentos... (...) Mas você como gestor tem que canalizar essa demanda e assentar essas famílias. Tudo bem, é primeiro ano de governo, é uma máquina muito difícil do

INCRA. (...) E pra efetivar a reforma agrária, pra que o INCRA funcione, você tem que enfrentar problemas de gestão do INCRA, que são difícilimos. Não foi essa conduta adotada pela direção inicial do INCRA”.

Ele afirma que a reação dos movimentos sociais não demorou a vir, e começou a ser cobrado um compromisso do governo com uma meta quantitativa explícita, de 1 milhão de famílias. Segundo Caio, é quando começa a ser cogitada a necessidade de um plano de reforma agrária. Sobre isso, Neuri Rossetto argumenta que a idéia da meta de 1 milhão de famílias não era do Movimento, mas do próprio governo, ao ter chamado uma equipe de especialistas e representantes de movimentos sociais para elaborar o II PNRA. Plínio Sampaio, que foi o coordenador deste grupo de trabalho, narra assim o processo:

“montamos um grupo de 8 especialistas com longa experiência na reforma agrária, todos eles, professores universitários do Rio de Janeiro, de Brasília, de São Paulo, de Presidente Prudente, quer dizer, juntamos um grupo nacional e abrimos a questão para as organizações populares. Elas se envolveram muito bem, todas menos a CONTAG, que a CONTAG tinha uma outra posição. E fizemos o plano. Propusemos 1 milhão de famílias em 4 anos, o que é de certo modo uma meta moderada, eu não diria conservadora, mas uma meta moderada. É a menor meta possível capaz de ser uma reforma agrária. Abaixo disso já não é reforma agrária. Abaixo disso já é um programa de assentamentos. É diferente.

[Pois] a reforma agrária muda, e essa que é a característica, a essência desse processo, é mudar o esquema de forças no campo; é fortalecer a força dos sem terra, a força do povo, da população rural pobre. Se você não provocar uma divisão mais ou menos com uma certa massa crítica da concentração da renda, se você não quebrar isso de uma certa maneira, você não tem reforma agrária. Você não fortalece o camponês. Mas com 1 milhão, se fossem feitos de uma forma concentrada, como nós escrevemos no Plano, você teria hoje um quadro totalmente diferente no campo. Totalmente diferente”.

Para Neuri, tal proposta significava um plano efetivo de reforma agrária, mas afirma que o governo mudou a natureza do plano e focou apenas na questão quantitativa, abandonando a idéia de confronto com o latifúndio, o que gerou grande frustração para o Movimento. Já Caio França menciona que havia divergência quanto à meta de 1 milhão em

função do marco legal existente e que não haveriam terras disponíveis, por exemplo, na região Centro-Sul do País.

Assim, ele afirma que havia uma divergência entre governo, intelectuais e movimentos sociais; enquanto o governo entendia necessário fornecer infra-estrutura mínima para os novos assentados - o que interferiria na meta quantitativa em função dos custos envolvidos -, intelectuais e movimentos sociais entendiam que era necessário transformar imediatamente a estrutura fundiária do campo brasileiro, conforme se depreende da própria fala do Plínio. Mas, para Caio França, tirar a população acampada de uma condição de marginalidade sem um respectivo projeto técnico e de logística, “não dialoga com a vida real dos acampados, que querem chegar, querem ter casa, querem ter equipamento. Em determinadas regiões é possível você já iniciar uma vida produtiva em áreas mais organizadas, em outras tem um tempo maior.”

Essas dificuldades são vistas, tanto por Neuri, como por Plínio, como um reflexo da própria correlação de forças presente no governo Lula, que não apareceu de imediato, mas logo foi sentida pelo conjunto da esquerda brasileira. Neuri afirma que

“Eles descartaram [o plano]. E aí já começava a mostrar que esse governo não tinha a intenção de fazer a reforma agrária. Essa foi acho que talvez a frustração maior, essa percepção de que o governo não quer fazer a reforma, embora publicamente diz, embora tenha gente no governo séria, comprometida com a reforma agrária, mas como uma estratégia de governo, que envolveria não só o Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas envolveria o governo como um todo”.

Já Plínio argumenta o seguinte:

“Mas isso [1 milhão de famílias] era demais para o esquema de forças políticas do Lula, que acho que foi até um teste muito importante. Porque aí que se viu o que queria dizer a famosa Carta aos Brasileiros. Aí que se percebeu concretamente que era a capitulação total. Entregou o poder e ficou com o governo para administrar as quinquilharias e não resolver as questões do País. Então, a meta foi cortada pela metade, deixou de ser um plano de reforma agrária, embora continuasse com o nome. Mas deixou de ser um programa de reforma agrária e passou a ser um programa de assentamentos”.

Perguntado sobre a diferença entre os períodos de 1985 e 2002, no que tange o ascenso das lutas sociais de massa no País e como isso interferiria numa pressão mais efetiva pela realização da reforma agrária, Plínio argumenta ainda que, embora a vitória de Lula tenha se dado num momento de descenso das lutas de massa e o Brasil já estivesse sob o efeito das transformações neoliberais,

“o proletariado rural ainda estava muito animado com o Lula e é verdade que de fato não havia um projeto de reascensão de massas, pressionando o sistema capitalista. Era mais um entusiasmo eleitoral, então você tem toda razão. O entusiasmo eleitoral não é uma ascensão de massa. Porém, o governo da república teria força, junto com o apoio eleitoral de transformar aquele apoio eleitoral numa ascensão de massas. Foi o pressuposto que eu trabalhei. E era um suposto equivocado, porque o governo não estava disposto a isso”.

Mesmo que a meta tivesse se mantido no marco de 1 milhão de famílias, nenhum dos entrevistados acreditou que essa pudesse ser uma reforma agrária de ruptura com a ordem. Vejamos o que diz Neuri:

“Na concepção dele [Plínio] tá uma idéia de como organizar o meio rural brasileiro, como organizar a agricultura, né. É ainda dentro da ordem? É. Dentro do estado burguês, se você pegar lá, segundo Florestan. Mas pelo menos se tem uma proposta de como organizar a agricultura brasileira diferente do modelo atual. Onde contempla a pequena propriedade, onde contempla as comunidades rurais, onde você procura descentralizar o desenvolvimento...”

(...) É você pensar esse País como um todo, e não simplesmente como uma demanda do agricultor sem terra que quer um pedaço de terra. Eu acho que nesse viés o plano do Plínio tinha. O Lula abandonou isso”.

Plínio, por sua vez, assinala que

“Era uma reforma dentro da ordem, era uma reforma capitalista, destinada a tornar a economia capitalista do campo menos selvagem e menos enterrada, porque essa pobreza rural enterra até o desenvolvimento do capitalismo no campo. Na verdade nós

trabalhávamos com um equívoco, hoje eu vejo. Era um equívoco de imaginar que era possível reformar o capitalismo brasileiro. E eu estou convencido, e esse exemplo da reforma agrária é mais que típico de que não tem condições de fazer uma reforma agrária dentro da ordem no Brasil. A reforma agrária que tem que ser feita é uma reforma de ruptura da ordem capitalista, na hora em que tiver condições objetivas e subjetivas pra essa ruptura. Enquanto isso não acontece, o que tem que haver chamo a reforma agrária como bandeira, é uma bandeira de pressão política, destinada a criar consciência, mas ela não tem condições de ser efetivada”.

Caio também concorda que o caráter do plano não era de ruptura, mas tem opiniões diferentes na análise, como demonstra a seguir.

“Bom, a história da luta pela terra no Brasil é história de posseiros, que querem garantir, inclusive legalmente, o seu direito à propriedade privada da terra. Então é uma reivindicação capitalista, ter direito à propriedade, então a pauta da regularização fundiária é uma pauta moderna. Eu posso fazer via concessão e posso não estimular a titulação pra não criar um mercado de terras, mas mesmo quando você titula, o cara tem que ficar 10 anos na área. Então tem a exigência anterior, mas tem a exigência posterior.

Então o PNRA expressou, na minha opinião, uma visão contemporânea e bastante unitária do que deveria ser uma estratégia de reforma agrária em 2003. Das várias metas que ela estabelece, ela dá visibilidade pra temas que não apareciam antes. Quando eu tenho uma meta de ter ações específicas voltadas pra superação das desigualdades em prol das mulheres, é o primeiro documento do governo brasileiro que sinaliza políticas pros quilombolas. Depois em 2004 você vai ter o Brasil Quilombola. É a primeira vez que o estado brasileiro elabora algum documento que reconhece não só o direito ao território, mas como as condições ao etno-desenvolvimento. Bom, reconhece os ribeirinhos, faz uma afirmação da superioridade da agricultura familiar em relação à agricultura patronal, então tem um programa político!”.

Além disso, ele rebate algumas críticas que são feitas em relação aos instrumentos jurídicos utilizados para a reforma agrária, caso da desapropriação. Segundo ele:

“Tinha uma leitura da situação fundiária lá em 2003 e ao mesmo tempo uma necessidade de ampliar a concepção de acesso à terra que resultou naquela formulação que

diz o seguinte: há uma diversidade de situações fundiárias no País e que você tem que ter uma adequação de instrumentos. Então para garantir o direito à terra aos... às mulheres do babaçu, aos seringueiros, aos extrativistas, o instrumento que eu tenho que usar não é a desapropriação. Então, o direito à terra e ao uso e à apropriação dos recursos naturais, que acho que é uma contribuição importante, reforma agrária envolvendo esse sentido amplo: terra, uso e apropriação dos recursos naturais, no caso dos extrativistas, sobre a terra. Nesse caso, não tem o mínimo sentido você fazer a desapropriação. O sentido é o reconhecimento do direito dessas comunidades a esse território.

Quais são os instrumentos pra isso? Em geral são terras públicas, reservas extrativistas, projetos de assentamentos sustentável, reserva de desenvolvimento sustentável, a RDS, pra cada situação ver qual é o instrumento não de obtenção de terra, porque todo linguajar ele tá associado a um padrão de ação do estado que não reconhecia o direito de outras populações rurais à terra”.

Nesse sentido, Caio afirma que se trata do direito ao uso e apropriação de recursos naturais, que envolve mais do que ao direito ao solo propriamente dito.

“É o direito à terra e àquilo. Então, para garantir o direito à terra de um assalariado rural, de um bóia-fria, eu tenho que garantir uma terra pra ele. Eu tenho que obter uma terra pra ele. Então, o termo obtenção, que é o nome de uma diretoria do INCRA, não é o termo mais adequado para a ação do INCRA para garantir o direito à terra das comunidades tradicionais. Então eu não posso dizer que quando eu estou garantindo o direito a essas comunidades aos seus territórios, nos quais eles já estão ou foram expulsos [não seja reforma agrária]”.

Caio enxerga nesse processo uma forma de enfrentamento direto com o agronegócio, considerando que a maioria das ações ocorre na região Norte do País, na região amazônica, onde há uma disputa efetiva pela expansão da fronteira agrícola (o que tem sido amplamente divulgado pela imprensa, com as denúncias de aumento do índice de desmatamento na região). Ele assinala que são comunidades reintegradas à posse de áreas nas quais já trabalhavam e que foram expulsos “tendo que entrar com Exército e a Polícia Federal pra tirar os grileiros, pra garantir a permanência daquelas comunidades que lá estavam”.

Ele comenta ainda que a criação de reservas extrativistas (RESEX) também constituem uma forma de desconcentração fundiária, por garantir a posse de famílias anteriormente expulsas. Caio afirma que essas áreas geralmente são terras devolutas, ocupadas irregularmente, que muitas vezes não aparecem nos ‘números da reforma agrária’, mas afirma que se trata de um “padrão de ocupação” escolhido pelo estado. Além disso, pondera que é necessário considerar a dinâmica de cada estado ao se aplicar esse ou aquele padrão de desconcentração, dando o exemplo do Rio Grande do Sul:

“é um lugar onde o Movimento Sem Terra tem quadros de boa formação política, ideológica, o berço do Movimento. E lá no estado eles não criticam o INCRA porque o INCRA não desapropria. Eles criticam o INCRA porque que o INCRA não consegue obter terra, adquirir terra por qualquer que seja o instrumento. (...) Então é uma dificuldade objetiva. O gestor, diante das dificuldades objetivas de uso do instrumento, ele vai buscando outros. E os movimentos também estão fazendo a mesma coisa. Que é que nós fizemos no Rio Grande do Sul? Usamos uma coisa que é o [a Lei] 4.132 [de 1962], que é uma desapropriação por interesse social genérico que a gente paga em dinheiro o proprietário! Você viu alguma vez o MST dizendo, no Rio Grande do Sul, que o governo está beneficiando o latifundiário porque vai adquirir a propriedade Coqueiros, que é o símbolo da luta lá pelo 4.132? Nós encaminhamos um decreto de desapropriação pelo 4.132 da Coqueiros. Aí não interessa se é produtiva ou improdutiva. É por interesse social genérico. E paga em dinheiro, à vista! O MST não vai criticar, mas ele sabe que se não usar esse instrumento no Rio Grande do Sul...”.

Argumenta ainda que há “um ambiente da disputa política e ideológica no Rio Grande do Sul de bloqueio dos instrumentos”. Justifica ainda que há defasagem nos atuais índices de produtividade:

“[são] defasados, a gente não consegue desapropriar por improdutividade, dificuldade da gente viabilizar por questão ambiental. As duas que fizemos foram parar na justiça, e um bloqueio até pra usar o [ decreto nº] 433 [de 1992, destinado à compra e venda de imóveis para fins de reforma agrária]. Então não tem um recuo político, ideológico, no caso do Rio Grande do Sul, que pra mim é o mais emblemático. Então por

que o governo não desapropriou mais? Por conta da desatualização dos índices de produtividade”.

Além disso, Caio faz a denúncia do “mercado de títulos” da dívida agrária que acabam sendo vendidos antes que vença o prazo legal para o resgate, como se fossem uma commodity. “Então seria uma punição efetiva, se não fosse preço de mercado. Seria uma punição efetiva se fosse expropriação”.

Já o processo de regularização fundiária tem sido feito através de um georeferenciamento por parte do INCRA e

“as terras que nós identificamos que estão ocupadas irregularmente, o INCRA entra com uma ação de arrecadação, já arrecadaram 7 milhões de hectares no norte, usando Polícia Federal e o Exército, senão você não tira os caras... Então regularização fundiária... fizemos agora um grande processo de regularização fundiária no interior do Ceará. Em 2 anos foram 15 mil agricultores com sua posse regularizada, em terras públicas estaduais, numa ação conjunta com o INCRA. Eu tô organizando um mercado de terra? Não, eu tô dando segurança pra que essa família não vai ser expulsa por um grileiro, por um cara local, né. Quem estrutura o mercado de terras não é a titulação dos posseiros, que brigam historicamente pra ter sua terra”.

Além disso, segundo ele,

“o tema da regularização fundiária é uma reivindicação dos movimentos, ela tá incorporada em qualquer pauta, no Fórum Mundial de Reforma Agrária consta o tema da regularização fundiária e não é uma coisa que a gente faz em detrimento de outra. É um tema que tem sua especificidade”.

Com relação às críticas de que o II PNRA seria apenas uma política de assentamentos, ele argumenta o seguinte:

“nós criamos – nós, o estado brasileiro, em diálogo com os movimentos sociais – a experiência recente brasileira foi capaz de criar um conjunto de instrumentos e de políticas de promoção da igualdade, de garantia do direito à terra, de garantia à renda,

várias políticas, que são fundamentais, imprescindíveis para impulsionar uma transição do modelo agrícola. Elas, por si, com a direção que elas têm, com as características que elas têm e com a pouca integração que elas têm entre si, elas não têm a capacidade... Então, elas individualmente, no tipo de funcionamento que elas têm entre elas hoje, de muita pouca integração, elas não têm a capacidade de produzir uma transição. Induzir uma transição. Mas qual é o nosso desafio? Que é a agenda nossa hoje. Além de aperfeiçoar cada um dos instrumentos, do aperfeiçoamento individual de cada instrumento, buscar dar um sentido estratégico comum, e uma articulação e integração dessas políticas pra que elas tenham a capacidade de induzir mudanças no modelo agrícola e na estrutura fundiária”.

E finaliza dizendo:

“que é correta a crítica que o governo Lula não produziu um novo projeto de desenvolvimento, que o MDA e sua turma ainda não produziram um outro projeto de desenvolvimento pro meio rural, mas eu acho nós estamos no meio do caminho. Foram criados um conjunto de instrumentos que resultam, já resultam no fortalecimento econômico e social dessa base, e esses instrumentos têm um potencial, se integrar, se ampliar o seu alcance, se a reforma agrária for mais massiva, se o PRONAF conseguir chegar de forma adequada aos 2 milhões de agricultores no Nordeste que tão fora, né, todos... se, se, se, mas esse se, se, se, organiza o que é a agenda pra que esses instrumentos possam ser, possam formar uma agenda estratégica. Então, a crítica da insuficiência eu acho que ela é correta, mas a crítica que desqualifica as ações eu acho que ela não dialoga com o que vem sendo construído e nem com o que existe em outros países”.

O que pudemos depreender acerca dos argumentos apresentados nas entrevistas realizadas é que, a despeito das divergências em relação ao Plano, às metas e ao seu caráter, é forçoso reconhecer, de um lado, que o conceito do II PNRA sobre a reforma agrária (mesmo sem ter incorporado todos os aspectos levantados pelo grupo de trabalho original) representa, em certa medida, um acúmulo teórico e prático das lutas dos movimentos sociais e da esquerda brasileira em prol da reforma agrária. Por outro lado, porém, como já vimos afirmando nesta dissertação, o governo Lula e, mais ainda, o estado brasileiro, não acumulou forças suficientes para um rompimento com o padrão de acumulação capitalista

no campo, nem com os sujeitos que se apropriam desse capital. Desse modo, o Plano acabou não sendo executado na sua totalidade.

Para isso, seria necessário não apenas tomar a decisão de realizar a reforma agrária, um programa de assentamentos ou um plano nacional, mas como o próprio Neuri afirmou na entrevista, conceber o processo como uma estratégia de governo (integrada em suas várias áreas), que possibilitaria alterar concretamente a vida de quem vive não só no meio rural, mas também nas cidades, pois são sabidos os reflexos que a concentração da propriedade e o processo de modernização têm gerado nos grandes centros urbanos. Nas suas palavras,

“há uma lógica que diz que é natural a família sair do campo e ir pra cidade. Claro! Se nas cidades sempre teve melhores condições de vida. Não é que é natural ir do campo pra cidade. É natural famílias buscarem melhores condições de vida. Isso que é natural. Se você trouxer esses benefícios pro meio rural, por que é que a família não permanece no meio rural? Quem que te garante que eles querem morar em São Paulo e não no... né. É porque eles imaginam que em São Paulo tem melhores condições e as demandas deles vão ter atendidas. E realmente, sei lá, em termos de ensino, de cultura, de sociabilidade, claro que as cidades oferecem mais! Isso que é o natural: as famílias buscam as melhores condições de vida. Isso desde... as tribos migravam pras regiões onde tinham as melhores condições de vida. É natural? Claro, tem as melhores condições. Num plano de reforma agrária, tem que se levar em conta esse elemento. É o que é que vai garantir que as famílias permaneçam no meio rural, né. É acesso à educação? É acesso à agroindústria e seus produtos? Não é mais simplesmente ele produzir feijão e entregar pro... industrializar e depois ter que comprar com preço, né. É isso que tem que visualizar num plano de reforma agrária”.

João Paulo também analisa as relações entre a reforma agrária e a permanência da população no meio rural, que passar por

“discutir o assentamento como um bom local pra se viver. Não é só pra produzir. Porque se tu tem um São Paulo, um Salvador, um Fortaleza com os problemas sociais que se criou nos grandes centros, você tem que criar alternativa. A alternativa é você não deixar vir mais ninguém pra esses espaços, inclusive. E só é possível isso se você resolver o

problema do interior do País, que é distribuir terra, não tem outra alternativa. Não tem como criar uma Volkswagen em cada região do País. Não tem um pólo de Camaçari em cada região da Bahia. Mas tem terra, tem água, tem sol. Se você dividir essa terra, tu resolve o problema lá, se não, nós vamos ter, num pouco espaço de tempo, um problema social nos grandes centros, que novamente vão agradecer, sem falsa modéstia, o MST por ter deixado um pouco desse povo lá no campo”.

#### 4.3.3. Sobre a violência no campo

Um outro aspecto que chama a atenção nas relações estabelecidas entre estado e movimentos sociais é a violência. Falamos que o estado se valeu, historicamente, de mecanismos de repressão policial e militar como forma de legitimar o projeto político das classes dominantes e durante muito tempo não houve espaço para a mediação e o consenso no aparelho estatal. Isso foi fruto da própria evolução do estado capitalista no Brasil, considerando que em função do caráter dependente da sua economia o estado se tornou o principal instrumento de controle e exercício do poder. Somente com o fim do regime militar é que começamos a ver uma maior participação das classes dominadas no aparato estatal.

Mas a violência não era – nem é – exercida apenas pelo estado. Os proprietários rurais também criaram seus próprios mecanismos privados de defesa de suas terras, através de jagunços, milícias e, mais recentemente, empresas de segurança privada (com autorização pública para funcionarem). Nessa parte do capítulo vamos expor as opiniões dos entrevistados sobre a questão da violência.

Achamos oportuno começar com a análise de Plínio Sampaio a respeito do tema, pois ele expressa uma compreensão bastante ampla e humana do problema:

“Violência é um conceito bastante amplo e no entanto é usado de uma forma muito restrita. Violência é a pobreza rural! É a maior violência que tem no campo.

Então você tá falando da violência física, cometida por algumas pessoas em relação a outras. Essa violência sempre existiu no Brasil de uma forma extraordinária. Isso sempre existiu no Brasil. O campo brasileiro foi sempre violento e a expansão da agricultura foi precedida de muito sangue. Sempre. Toda fronteira agrícola do Brasil foi formada no tiro. Com jagunço, grileiro, isso não se alterou maiormente, continua

idêntico. Agora, o que mudou é que tem a sofisticação tecnológica. Antigamente era com cavalo. Agora é com essas caminhonetes esportivas. Antigamente era com espingarda, agora é com rifles, metralhadoras, essas coisas fantásticas.

Mas é o mesmo processo. Antes era o jagunço, agora é o segurança. A companhia de segurança, registrada, com porte de arma. Mas o fato concreto é o seguinte: a minoria que detém a terra tem um exército privado, além do exército público. Tem um corpo militar próprio, sob seu comando direto. Sempre teve e agora tem cientificamente”.

Embora não fale diretamente sobre a violência, há uma passagem na entrevista com Neuri Rossetto que dialoga bastante com essa dimensão apontada por Plínio, e na qual ele acaba também fazendo uma crítica às políticas sociais do governo Lula:

“[O Bolsa Família] é importante no sentido da urgência de algumas famílias do meio rural que tão numa situação de miséria tão grande que uma Bolsa Família ajuda. Agora, é degradante saber que pro camponês que tem a oportunidade de produzir seu alimento, ter a sua moradia própria, ter o seu acesso à escola se reserva a bolsa família como saída de vida pra esse camponês. Isso é degradante. Isso pra não confrontar com os privilégios de quem domina ou monopoliza a terra nesse País”.

Assim, além da violência física, institucional e judicial, temos o aspecto mais perverso, que é a violência social causada pela miséria que persiste no campo brasileiro desde os tempos coloniais. Para Neuri, o caráter da violência exercida pelos proprietários de terra no Brasil se fez “com um viés sempre de defesa da propriedade privada”, uma característica, conforme já tivemos a oportunidade de ressaltar, comum ao discurso ideológico dos proprietários de terra em todos os períodos da história brasileira. Neuri afirma, em relação à UDR, que

“[para a UDR,] a defesa da propriedade privada vale qualquer coisa. Esse é o tom que ela vai dar. Com o viés de que eles estavam sendo vítimas de uma ação dos camponeses, que o estado não tomava providências, que o estado não tinha... então eles tinham que tomar. Aí sim, aí entra a ideologia bem do latifundiário, ‘eu faço justiça com as próprias mãos’, ‘aqui na minha área quem manda sou eu’. (...) Esse é bem da ideologia

do coronel mais, do coronelismo mesmo, da justiça pelas próprias mãos. ‘Na minha área ninguém entra’”.

Neuri afirma que a própria UDR surgiu como uma resposta ao impacto que as ações do MST trouxeram à sociedade, revelando um método organizativo com caráter de classe:

“há entre eles [os proprietários rurais] uma unidade de classe, uma ação conjunta. Eles passam, a partir disso, olhar como um perigo praquilo [as ocupações de terra]. ‘Se é um perigo, vamos combater’. As estruturas deles, de organização, eles diziam claramente isso. Da mesma forma como nós dizíamos que os nossos sindicatos, de trabalhadores rurais, não dava conta da luta pela reforma agrária, eles diziam ‘a Sociedade Ruralista Brasileira, SRB, ou a CNA, Confederação Nacional de Agricultura, não dá conta pra pressionar uma forma de luta pela reforma agrária, nós vamos ter que criar uma nova’. Aí que eles vão criar a UDR, com outro viés. Não tem a estrutura de uma Sociedade Ruralista Brasileira, uma CNA, que é engessada. Eles também deram esse salto de qualidade na organização deles, com o mesmo viés que nós do movimento popular demos. Agem com uma diretoria afinada entre eles e que atuavam em qualquer região desse País, com a força que tinha. Só que com capacidade muito maior. Eles vieram com tripezinho de atuação, no Parlamento, criando uma base parlamentar olhando pra constituinte, e eles criaram um bloco ruralista muito forte, independente dos partidos políticos. Eles vieram com o viés de atuar fortemente na mídia, e passaram a atuar fortemente na mídia e no campo, na prática, organizando e combatendo as ocupações. Então esse foi o salto que deu o enfrentamento da luta da reforma agrária com os latifundiários. Uma nova forma de organização deles pra enfrentar uma nova forma de organização da luta pela reforma agrária. ‘Aqui não é mais sindicato, aqui é um outro jeito, então nós também temos que nos organizar de outro jeito’”.

João Paulo Rodrigues evita superestimar o processo de criminalização dos movimentos sociais, afirmando que não se trata de uma estratégia geral do estado brasileiro em impedir as ações dos movimentos. Para ele, na história recente do País, embora tenha havido “muita intensidade no Collor de Melo, também não foi uma generalização”. Ele incorpora o tema dentro da compreensão mais ampla que o estado burguês cumpre na defesa do projeto político dominante:

“Também nos governos do estado, não há uma política de todos os governadores bater em nós através das suas secretarias de segurança, pelo contrário, tem relações e relações. O que há, e isso tem que ser interpretado, é que o estado brasileiro, no próximo período, ele vai cumprir uma tarefa dentro da implementação do modelo do agronegócio, que é garantir segurança pra que esses investimentos dê certo. E se é necessário usar força policial pra garantir que a Aracruz Celulose não tenha prejuízo, eles vão fazer. Como já uma decisão da própria ABIN de monitorar todo e qualquer tipo de ação do MST na Vale do Rio Doce. Você sabe que isso tá dando prejuízo significativo. Então, isso vai ser feito”.

Isso parece bastante evidente quando nos lembramos de eventos recentes, como a obtenção, pela Vale, de um interdito proibitório (instrumento jurídico que garante a reintegração de posse imediata de qualquer propriedade que tenha sido ocupada, em qualquer situação) contra as ações do MST dentro de suas propriedades. Também não podemos deixar de lembrar o caso emblemático do Ministério Público do Rio Grande do Sul, que elaborou um relatório sugerindo a dissolução do MST por entender que suas ações extrapolam os limites de um movimento social, o que confirma, em parte, a análise de João Paulo.

Plínio comenta o caráter da criminalização durante o governo Lula no sentido de que

“[o MST] é um movimento que sempre apoiou o Lula, entendeu, no entanto quando o Lula chega no poder, a coisa fundamental do Movimento, que é a reforma agrária, o Lula não faz. Agora, também seria o cúmulo se o Lula passasse a perseguir. Isso ele não tá fazendo. Mas a sociedade está fazendo. A criminalização do MST é evidente, é só ver essa questão aí do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Então o Lula, ele pessoalmente não manda a polícia dele acabar com isso, não manda o exército acabar com isso. Ele não manda. Ele deixa pras polícias estaduais, pros jagunços fazerem isso. Essa é a verdade. Então o coitado do MST tá vivendo um drama terrível. Tá vivendo um problema, um dilema tremendo, e tá vendo cada mais difícil, como é que eu direi, é uma espécie de asfixia por mornidade, por ser morno, não vai nem vem”.

Além disso, João Paulo entende que

“o legislativo vai cumprir as suas atribuições, ou seja, de fazer as leis cada dia mais rígidas contra a destruição dessas áreas de transgênicos, nessas áreas de monocultura de eucalipto. Possivelmente nós devemos ter uma nova legislação que poderá nos trazer implicações legais. Ou seja, isso que nós fazemos hoje é um protesto, hoje você vai ter um protesto que acaba acarretando no esbulho, você poderá ter nova legislação que qualquer tipo de grito que nós dê em frente a uma área de eucalipto pode ser considerado crime inafiançável. Não duvide disso. E aí a repressão passa a ter um novo conteúdo”.

Ao comentar o processo da CPMI da Terra, realizada em 2005, pondera dizendo que esta

“cumpre um papel de propaganda. Não tem um real valor jurídico, não tem um real valor condenatório, que não seja a propaganda ideológica. Ou seja, a CPI é montada pra isso. E se houvesse uma possibilidade real da CPI não ser... tudo o que acontece na CPI tivesse a possibilidade de nada ser divulgado pelos meios de comunicação, mesmo da burguesia, não existiria CPI. Então ela é instrumento pra desmoralizar ideologicamente ora o governo, ora alguns partidos e no nosso caso, o MST. (...)”

No entanto, o preço que nós pagamos na sociedade foi muito caro, porque eles tinham um espaço muito grande pra todo dia colocar pequenas notas que para quem tá fora do meio da política, poderia enxergar o Movimento como uma área de lavagem de dinheiro do estado ou coisa do gênero. Então, na verdade é um espaço só pra desmoralização ideológica. (...) Então de forma alguma nós podemos baixar a guarda. Mas, ao mesmo tempo, não criar paranóia de achar que essa estrutura de CPMI é o esquadrão da morte dos movimentos sociais. Pelo contrário, é um processo natural de queimação que vai ter. Então, se de fato não houver nenhum tipo de desvio de recursos públicos por parte de algum oportunista que esteja à frente dessas entidades, não há nenhum tipo de preocupação, como foi o caso do MST”.

Por fim, para ele, “se você tem um único antídoto pra você lidar com esse tipo de coisa, chama povo organizado”, fator que ganha importância na medida em que o associamos ao que Neuri fala sobre “o perfil dos novos inimigos da reforma agrária”, que entende hoje se apresentar de forma mais sofisticada que no passado. Isso, como já analisamos, faz parte do discurso ideológico que tem sido produzido pelos empresários

rurais do agronegócio, no qual é feita a defesa da produtividade, da modernidade nas técnicas agrícolas, em contraposição ao ‘atraso’ que a produção camponesa representa. Para Neuri, não é uma questão de ser contra, pelo contrário, “ninguém pode ser contra a modernização da agricultura. E não é questão de ser contra ou não; nós também não somos contra essas coisas, entende? O que nós queremos é democratizar”.

#### **4.4. Sujeitos sociais no campo brasileiro: MST, agronegócio e disputa de hegemonia**

##### **4.4.1. MST: origens, relação com a sociedade e o envolvimento institucional**

O MST foi ‘oficialmente’ fundado no ano de 1984, mas conforme tivemos a oportunidade de ver no capítulo 3 dessa dissertação, ele surgiu a partir de iniciativas locais que vinham ocorrendo desde fins da década de 1970, resgatando as experiências de luta anteriores ao regime militar. Fosse na atuação em sindicatos, ou no trabalho de base junto à Igreja e agricultores pobres das mais diversas regiões do País, foram muitas as pessoas que contribuíram na construção inicial desse movimento, conforme o próprio Neuri afirmou ao nos relatar um pouco de sua trajetória.

Para Neuri, o campesinato, na visão das elites agrárias, sempre foi “enigma e ao mesmo tempo um elemento assustador”, citando como exemplo a repressão a Canudos, que na sua opinião “marcou muito a história brasileira, com um viés muito assustador pra essas elites”.

“O esforço que o estado na época fez pra derrotar Canudos com as 5 expedições, ou com as 4, depois acabaram repetindo nas outras lutas camponesas, seja do Contestado, no sul do Brasil, seja no Pau de Colher, da Bahia, seja Caldeirão, no Ceará, todas essas lutas tiveram: não pode repetir Canudos. Depois nos anos 50 a 64, vêm as Ligas Camponesas, MASTER no Rio Grande do Sul, ULTAB na região Sudeste, as lutas isoladas que aconteciam na... ao largo das rodovias que estavam sendo abertas, tudo isso era um elemento de certa forma assustador. Então depois do golpe militar, o estado teve essa preocupação, de como controlar a organização dos camponeses. E o sindicato vira um ferramenta essencial pra esse controle. Ou seja, abre pela primeira a oportunidade do camponês se sindicalizar, desde que o sindicato seja controlado pelo estado”.

A contraposição ao sindicalismo subordinado ao estado foi uma das primeiras iniciativas tomadas pelos militantes que mais tarde fundariam o MST, ainda em fins da década de 1970. Isso veio no bojo das lutas iniciadas pelo enfraquecimento do regime militar, com as greves do ABC paulista e os ‘sindicatos combativos’, que se tornaram a “principal ferramenta de organização dos camponeses”. Neuri prossegue afirmando que

“quando surge o Movimento Sem Terra, ele surge fora dessa estrutura sindical, embora participa da estrutura sindical de organizar os sindicato combativo. Nós participamos ativamente da construção desse sindicato combativo, e nós apoiávamos. Como o Movimento traz como novidade você não se organizar numa base territorial tão definida como o sindicato, que ainda tem como resquício da ditadura, ‘sindicato se organiza por município’, né, como rompe com a estrutura de organização interna, ou seja, aquela estrutura de presidente, secretário e tudo o mais, e cria comissões coletivas e também rompe com aquela ‘o cara tem que ser sindicalizado pra ser base social’. O Movimento traz a idéia de quem é camponês sem terra participa, não precisa ser sindicalizado, não precisa ser associado. Então isso são vários elementos de novidade na forma de se organizar que se choca com a questão do sindicato”.

Há ainda um outro elemento na formação do MST que merece ser destacado, que é com relação à sua autonomia interna e externa, já discutido no capítulo anterior, e que apareceu em alguns relatos. Esse é um debate sempre trazido à tona e, na opinião de Neuri, isso se dá em função de uma visão “um pouco quadradinha, bem ajeitadinha é de que o movimento social, ele tem que tá subordinado a alguma coisa”.

“Então quando surge o MST, há uma disputa a quem ele vai se subordinar: à igreja que tinha o trabalho pastoral muito forte, através da CPT criada em 1975? E que ajudou a formar o Movimento Sem Terra? E que tinha uma luta forte pela terra na região Norte e Nordeste? Então tinha essa... vai se vincular à igreja? Vai se vincular ao sindicalismo combativo que tava crescendo no sentido de ‘vamos fortalecer a luta’ e a luta pela reforma agrária vai ser mais uma luta dentro do sindicato? Ao partido político, no caso que é a estrutura mais tradicional da esquerda, no sentido de que o partido político tem que coordenar tudo, seja o sindicato, movimentos? Então a interrogação era: a quem vai se subordinar? Essa foi a discussão desse início do Movimento e venceu a posição de

que devia ter autonomia própria. O Movimento não poderia se subordinar a nenhuma dessas três esferas. Trabalharia em conjunto com as 3 esferas, entenderia a diferença de cada atuação delas e procuraria construir a sua autonomia própria. Essa foi a decisão do Movimento na época, que acho que se mostrou acertada pros rumos estratégicos”.

A autonomia, do ponto de vista da organização interna, também gera diferenciações em relação a quem são sujeitos da luta pela terra. Segundo Neuri,

“é bem verdade que mais forte foi essa outra visão que também já se falou, de olhar o camponês não como sujeito capaz de fazer a sua emancipação. Mesmo no início do século 20, mesmo as bandeiras mais progressistas daquele período, olhar o camponês como incapaz de ser o agente da sua transformação. Se você pegar um pouquinho da história da coluna Prestes, o movimento tenentista, eles trazem a bandeira da reforma agrária, talvez uma das primeiras forças políticas que traz essa bandeira, isso no final dos anos 20, 1925, 26, é... e depois quando eles entram no governo Vargas, na Revolução de 30, eles trazem essa... mas com um viés de que é uma massa humana desprovida de capacidade, de força, de conhecimento... ‘nós temos que fazer por eles’, né. Esse era o pensamento dos tenentes, que ‘esse País precisa mudar, precisamos beneficiar o povo, mas o povo não é capaz de fazer as mudanças, nós temos que fazer por eles’.

Depois nos anos 50, quando dá essa efervescência da luta camponesa, há também uma... pela igreja conservadora, uma defesa da reforma agrária pela igreja conservadora contra o perigo do comunismo, ou seja ‘vamos fazer a reforma agrária, antes que esses comunistas façam’. Aqui assustados com o trabalho de base que o Partido Comunista fazia no interior desse País, que vão dar lutas heróicas, como Trombas e Formoso, em Goiás, no Espírito Santo e divisa com Minas Gerais, no Rio de Janeiro, em Macaé, aqui em São Paulo, em Santa Fé, no Paraná, Sudeste... Todos eles têm lutas heróicas dos camponeses e o perigo é sempre o comunismo. Então aí também tinha uma idéia de que ‘vamos fazer a reforma agrária, mas desde que a gente tenha o controle’, isso pela igreja conservadora. A igreja progressista, através do MEB (Movimento de Educação de Base) é que traz esse primeiro elemento, de que o camponês é capaz, é ele que vai ser transformador”.

Já a partir da década de 1960 começa a existir um olhar diferenciado do campesinato sobre si próprio e sua capacidade de emancipação, visão que se consolida no fim do século 20, com a criação do MST:

“o MASTER, a ULTAB, e as Ligas Camponesas que colocam isso em prática. Inclusive com a palavra de ordem ‘reforma agrária na lei ou na marra’, do congresso das Ligas. Então aí acho que se consolida isso. Veio o golpe militar e isso é barrado, é bloqueado esse desenvolvimento, com a repressão, com a morte, com o exílio, com prisões. Mas continua esse embrião nas lutas de resistência dos camponeses, nessas chamadas lutas isoladas pelo País todo, seja dos posseiros, de conquistar a terra, seja de quem era expulso e quer resistir pra não perder. Essa luta vai criando uma consciência do camponês.

E o Movimento Sem Terra vai trazer, vai resgatar exatamente isso no final dos anos 70, início dos anos 80, quando começa exatamente... por isso que esse conceito de autonomia do Movimento é muito forte. Não é só uma autonomia frente a outras organizações; ela é no sentido de dizer, autonomia frente a... ‘nós temos a nossa própria força’. O camponês é nossa própria força. Não é ele sozinho que vai conseguir a reforma agrária, mas é ele que vai ser um propulsor dessa luta, é ele que nós temos que organizar. Não vai ser organizando outros de fora que vão defender a luta; é o camponês sem terra... Então esse princípio o Movimento acho que resgata, e resgata agora num nível superior, mas com o acúmulo que vem dos anos 50, das lutas das Ligas, das outras organizações, e principalmente a da igreja progressista, que eu acho que foi quem sacou primeiro essa questão de que o camponês ele tem capacidade e ele é o agente transformador da sua história”.

Outro aspecto que é constantemente destacado na luta do MST é a sua tática de enfrentamento direto, através das ocupações de terra. Tal qual o debate sobre a autonomia, o Movimento resgata essa forma de luta das experiências camponesas das décadas de 1950 e 1960, e consolida isso como uma forma efetiva de chamar a atenção da sociedade para suas reivindicações. Segundo Neuri,

“aqui se dá aquele salto de qualidade que você lembrou lá no início, é quando o camponês se sente ator da sua trajetória, ‘eu tô ocupando uma terra que vai ser minha’. Esse é o primeiro salto na cabeça dele, né. ‘Tô fazendo uma coisa que é pra mim’. E é ele que tá fazendo, ‘não é o político que tá me dando, não é o outro, não é o padre... é eu que tô, eu tô indo pra minha terra’. Isso tem um peso enorme... as pessoas... ‘eu vou praquilo que vai ser meu’. É uma primeira mudança muito forte”.

A partir da ocupação começam a ser formados os primeiros vínculos com a organicidade do MST. O ato de ocupar, em si, já estabelece o vínculo do camponês, do militante, com a organização, com aqueles que compartilham dos mesmos interesses e ideais. Os militantes mais experientes são chamados para coordenar os acampamentos e ajudar na organização interna, elemento essencial para enfrentar a repressão. A seguir, nas palavras de Neuri,

“o segundo momento é esse período do acampamento. Ele é um momento muito forte também na formação de uma consciência do camponês. Porque é um momento de instabilidade muito grande, incertezas, de perigos, de ameaças, de confronto, de negociação. Então o acampamento tem um período de... muito forte, de ir aglutinando as pessoas em torno da proposta; ‘se nós não permanecer unidos, nós vamos ser derrotados, porque o perigo é grande, a instabilidade é grande’. Então vai sedimentando entre eles essa consciência de classe aí, né. De classe no sentido de não basta ser camponês, tem que encontrar seus companheiros, tem que encontrar seus mesmos parceiros, que tem os mesmos sonhos, as mesmas demandas. Então ali vai nascendo uma... a classe, com consciência. (...)”

Depois tem o elemento de que é o período também que vai se planejando, se discutindo, desenhando ‘no que que nós queremos trabalhar?’. Então começa a discussão: ‘como vamos organizar o assentamento? O que é que precisa? É coletivo, não é coletivo? O que é que nós precisamos aqui depois de entrar na terra? É crédito? É escola? É infraestrutura?’ Então vai se desenhando o que é que nós queremos com aquela terra”.

Neuri levanta ainda um aspecto interessante:

“contraditoriamente, os períodos onde foram mais conturbados os acampamentos, mais demorados, foi também o período onde mais se teve ganho organizativo e político com essas famílias. Então se você diz assim: bom, as políticas públicas tem alguma coisa a ver? Na medida em que o estado não atendeu imediatamente isso, foi formando uma consciência aqueles camponeses de muito mais clareza política do que se tivesse atendido imediatamente assentado, imediatamente... E fora que é um período também de muita mobilização social: como eles ainda não tem sua propriedade, não têm

seu lote, eles são sempre aptos pra luta, pra mobilização, pra atividade, pra... É isso que vai formando a consciência nesse período dos acampamentos”.

A relação com a sociedade é outro aspecto que merece destaque na fala dos entrevistados. Os movimentos de luta pela terra de maneira geral sempre procuraram conscientizar a população que vive nas cidades dos problemas que a questão fundiária traz para a sociedade como um todo. E o MST é um movimento que já nasce chamando a atenção da sociedade, de várias maneiras, conforme é relatado por Neuri:

“Essa reação da sociedade é complexa e diferenciada em vários níveis. É difícil de fazer uma leitura. Vou te dar exemplos: assim, nas primeiras ocupações, no final dos anos 70, 79, 80, a região do ABC paulista aqui se mobilizou aqui e arrecadou ajuda pras famílias acampadas, seja em doação de roupa, remédios, alimentação. Quer dizer, no pólo mais desenvolvido industrialmente do País, longe, distante, sei lá, mais de mil km fizeram campanha e levaram alimentos pra apoiar. Então isso mostra um olhar pra essas ocupações. Vou pegar um outro olhar, a região minha que te falei logo no início: pequeno agricultor, com a sua família, sempre direitinha, né, primeira coisa é um choque a ocupação, é o medo. ‘O que esses caras vão fazer? Isso não é certo, não é justo ocupar terra de quem é dono’. Então é o choque do legalismo na cabeça deles e com o estado. Eles não estão olhando se aquela propriedade é improdutiva e se a lei dizia que aquela área deveria ser desapropriada pra fins de reforma agrária. Não estão olhando se aquele dono que se diz dono, ele realmente é dono, se o documento tá, né... Não são dessa preocupação; nesse primeiro momento é: não se pode fazer ocupação, isso é contra a lei. Então o legalismo, na cabeça deles, causava um choque”.

João Paulo, por sua vez, afirma que o espaço das secretarias também cumpre uma função importante nessa relação com a sociedade, pois:

“como nós estamos vivendo uma conjuntura em que a reforma agrária está fora da pauta nacional, então as pessoas procuram nem tanto o MST pra ver se o assentamento é bonitinho, se tem horta, se as crianças vão pra roça, não vão pra roça, não se trata disso. As pessoas querem saber qual é o projeto político da organização MST. O que ela pretende organizar e quais são seus objetivos. E pra isso as pessoas não vão pra roça, não vão procurar o assentamento, como faziam em 1997. Elas vão na secretaria. Os dirigentes do

MST na regional vai conversar com os prefeitos, com o vereador, com os estudantes. Então a secretaria cumpre um papel na política de alianças importante. Então se não tiver quadros preparados pra essa tarefa, aí de fato a secretaria fica com uma função secundária, ‘extremamente administrativa, aí não tem função política. Mas ela está hoje sendo exigida pra dar esse salto de qualidade nas relações políticas”.

O papel cumprido pelas secretarias regionais, estaduais e nacional do MST também merece destaque por outros motivos. João Paulo afirma que ainda são um espaço pouco discutido politicamente no conjunto da organização. Normalmente sediadas nas áreas urbanas, elas constituem um ponto de referência, tanto para a militância e os assentados/acampados, quanto para quem vive nas cidades, como dito acima. Para João Paulo,

“hoje, em função do avanço do uso da internet por parte da militância do Movimento, hoje com as mais diferentes formas de enfrentamento, é a secretaria que consegue organizar os militantes que estão nas mais diferentes regiões do País, tanto pras ações de solidariedade, como pras ações de luta, tanto pra manter a companheirada informada, dentro de minutos. Ou seja, hoje é possível se comunicar com toda militância do Movimento com uma tranquilidade muito grande. Ao mesmo tempo, nós também estamos avançando, em especial por São Paulo, de ter uma estrutura boa na área de comunicação, que é uma estrutura que permite a militância tá por dentro do que a elite brasileira está pensando, através dos jornais sobre o Movimento. Então tem um processo permanente de acompanhamento por jornais, as matérias, e isso também mantém a nossa companheirada informada. E também nós temos um processo de informação, que é das ações que acontece dentro do governo e acontece dentro do Congresso Nacional. Então há uma equipe boa que nos mantém informada através desses instrumentos políticos, ou seja, a secretaria também é um espaço extremamente importante e estratégico dentro da nossa organização”.

As secretarias concentram diversas informações consideradas estratégicas para o Movimento, tanto em relação às áreas de reforma agrária como o andamento dos projetos existentes, além de serem um espaço de interlocução com os órgãos governamentais para a execução dos convênios direcionados aos assentamentos e acampamentos. Sua existência se

deve à demanda interna do próprio MST que, na medida em que foi crescendo, também viu a necessidade de aumentar o nível de complexidade dessas estruturas. Atualmente, os setores, coletivos e outros espaços próprios da organicidade do MST encontram na secretaria a possibilidade de aprofundar as discussões sobre o caráter da luta e, em certa medida, ampliar as formas de interlocução e participação. João Paulo descreve as funções das secretarias do MST da seguinte maneira:

“secretaria é um instrumento que inclusive pouco se discute politicamente no conjunto da organização, mas ela acaba cumprindo um papel extremamente importante. Desde a secretaria regional que tem lá no município, que organiza a relação política do Movimento no território, local, que organiza as prioridades do Movimento, que divide as tarefas pros dirigentes, que mantém a militância informada até a secretaria nacional em São Paulo. Hoje nós temos 3 secretarias nacionais, dois mais com papel de escritório político de representação, que é o Rio de Janeiro e Brasília, e São Paulo uma secretaria nacional, aonde é um instrumento que está à disposição da direção nacional e dos setores nacionais, que tem uma atribuição de relações públicas, mas acima de tudo é garantir a execução da linha política pra dentro do Movimento”.

Ele prossegue afirmando que

“esses espaços também são espaços que têm uma dinâmica muito específica; não se compara, por exemplo, com a dinâmica do assentamento e do acampamento. Primeiro porque ele é extremamente área administrativa, podemos dizer assim, envolve uma estrutura burocrática, tanto na área de comunicação, mesmo quando se trata da área administrativa, na área de finanças, e assim por diante. (...) Então nós sempre temos o cuidado para que dirigentes políticos que têm referência na organização e que vêm de dentro do Movimento fiquem responsáveis por esses instrumentos, para que de fato ele não crie vida própria e ao mesmo tempo distanciando, dissociando-se da estrutura organizativa do Movimento. (...)”

Eu não tenho dúvida de afirmar que hoje as secretarias cumprem um papel extremamente importante na relação com a sociedade; ela é a porta de entrada para estudantes, pra professores, pra jornalistas, pra uma série de figuras que querem conhecer o Movimento e ao mesmo tempo ela também é uma porta de entrada pra infiltração. Tanto

através de telefones, através de pessoas que vêm trabalhar na nossa organização e acaba se utilizando desses espaços para obter informações que possa prejudicar o MST no futuro”.

João Paulo afirma que existem secretarias que cumprem uma função mais administrativa, referindo-se às associações e cooperativas responsáveis pela execução de convênios com o estado e com organizações não governamentais. Há de fato uma linha muito tênue entre elas e o Movimento, o que frequentemente é explorado pela imprensa e pelas classes dominantes para desqualificar e acusar o MST de desvio de verbas, a exemplo do que ocorreu na CPMI da Terra em 2005 e que, como afirmou o próprio João Paulo, nada conseguiu provar contra o Movimento.

“Se você quer saber, nos dois anos que a CPI nos investigou, do ponto de vista real, abriu todas as nossas contas, abriu todo o sigilo bancário da nossa organização, e não conseguiram encontrar nenhuma irregularidade que pudesse condenar o MST. (...) É tão verdade isso, que não tivemos nenhum tipo de processo criminal contra nenhuma das estruturas nossas, nem dirigentes por causa da CPMI”.

No entanto, há que se considerar que tais estruturas foram criadas a partir de uma demanda do próprio estado, como forma de repasse de recursos para os assentamentos, e que essa foi uma política gestada e iniciada, como vimos no capítulo 2, a partir do governo FHC, quando implementou o Banco da Terra. Neuri entende da mesma forma e afirma que

“os envolvimento mais burocráticos, primeiro que não é novidade. Já era um pouco a trajetória no próprio governo Fernando Henrique Cardoso. Ali acho que tem dois lados, que eu acho que sim, é um desafio pro Movimento como conviver. Primeiro, muitos desses convênios, dessas conquistas, são conquistas da nossa própria luta. Nós brigamos pra ter isso. Na medida que você tem um número maior de escolas em assentamentos, em que você formou professores pra essas escolas, trabalha metodologia própria e ao mesmo tempo você quer que esses professores estejam vinculados ao estado garante, que é uma reivindicação nossa, de que a educação seja garantida pelo estado, você vai criando vínculo administrativo e burocrático com esse estado, uma teia. Isso vale pra produção, vale pra educação, vale pro setor de cultura, que vai exigir que tenha um ponto

de cultura em tal assentamento em tal centro. O estado vai tentando te enfiar nesse burocratismo dele e te ganhar as questões pra isso”.

João Paulo, a respeito disso, afirma que houve uma ‘terceirização’ das funções do estado, o que na visão dele, cria uma série de problemas administrativos para os movimentos sociais:

“acho que no último período, as secretarias, elas aumentou significativamente porque houve atribuições do governo federal que nos governos passados não fazia porque criminalizava os movimentos, e que hoje, depois de parte do estado ter sido privatizado, que essas demandas estão sendo terceirizadas para os movimentos sociais. Então nós estamos terceirizando parte da máquina estatal e isso requer também que nós aumentamos a nossa máquina. Por exemplo, a assistência técnica é uma atribuição do governo federal. Como o governo federal não faz, porque não tem as estruturas para isso, nos passa essa tarefa. E nós, por uma necessidade real da nossa base, contratamos técnicos e para contratar técnicos temos que ter empresa jurídica, temos que ter contador, temos que ter pessoas que vão cuidar disso. (...)

Tem cada convênio de educação que nós temos que fazer, que é uma atribuição do estado; o estado deveria ter estrutura para isso, ou mesmo na área de saúde, que nós também temos várias áreas importante, e isso acaba aumentando a máquina e a estrutura do Movimento. Eu acho que é uma tendência natural que isso vai diminuir na medida em que o governo vai criando seus próprios instrumentos, como hoje é o Brasil Alfabetizado, que não é mais conveniado com ONG, nem com movimento social”.

A despeito das críticas, Plínio também se manifesta afirmando que “é um entendimento que ele tem recebido recursos. Mas olha, não existem recursos para o Movimento, o que existe é recursos para os assentados através do Movimento. Isso tem que ficar claro, entendeu?”

Caio argumenta que há um ganho político quando as organizações sociais passam a participar diretamente do processo de implementação de políticas públicas, mas admite que o marco legal sob o qual elas são executadas não dialoga com a realidade de quem vive no campo, em regiões dispersas do País e que mesmo a equipe de governo, quando assumiu, subestimou o tamanho da máquina estatal e sua complexidade. Ainda assim, entende que

houve avanços, do ponto de vista administrativo, em função dessa maior participação das associações e cooperativas ligadas aos movimentos sociais, não só o MST, nessas tarefas.

Neuri afirma que isso faz parte da dualidade existente na relação com o estado e coloca o MST diante do desafio de manter sua autonomia.

“É uma preocupação do Movimento, porque a tendência realmente é você cada vez mais ter que gastar energia, recurso, pessoas pra atender essa exigência do estado, pra ele poder te liberar essa questão, né. Ao mesmo tempo, você não pode simplesmente abrir mão disso, porque é uma demanda daquelas famílias, que você dá um salto de qualidade ou não. Então como conviver, como trabalhar essa questão sem perder a autonomia é um desafio. (...) Então eu vou te dizer assim, com muita franqueza, é uma... não há uma resposta pra essa questão ainda, não. Há uma dualidade que a gente tem se confrontado, tem se questionado muito sobre isso. Como você ao mesmo tempo exigir do estado o atendimento de uma demanda que a tua base social exige e como não se deixar enfiar nessa teia de estado, no burocratismo e exigências. Pra não perder autonomia. Essa a questão”.

Os entendimentos aqui expostos revelam que é necessária a reflexão sobre até que ponto essa participação contribui para o avanço da luta dos movimentos sociais. Se é verdade que o aumento do número dos convênios possibilitou um melhor desenvolvimento dos assentamentos, configurando conquistas econômicas essenciais para a base social aglutinada pelo MST, também é verdade que o aumento das demandas burocráticas pode ‘engolir’ a luta política e acabar, como disse o próprio João Paulo ‘acomodando’ as forças. Plínio parece concordar com isso quando diz que esses convênios possuem um “efeito calmante” na base, colocando à frente do Movimento o desafio de lidar com a emergência das demandas econômicas, por um lado, e a necessidade de debater um projeto diferenciado para o meio rural, por outro, como veremos a seguir.

#### **4.4.2. A reforma agrária na atualidade e a luta dos sem terra: um projeto estratégico do MST?**

Como dissemos no capítulo anterior, as resoluções aprovadas no 5º Congresso do MST, em junho de 2007, revelaram um ‘giro’ político que já vinha ocorrendo no Movimento há alguns anos, dando a ele um marco temporal, mas ainda em construção. Isso

foi fruto do entendimento de uma mudança no caráter da luta pela reforma agrária, já que as alterações produzidas pelo aprofundamento das relações capitalistas no meio rural revelaram mudança no perfil da própria classe dominante.

Desse modo, o MST vem procurando, através de seus documentos, ressaltar o entendimento de que a luta não se dá mais somente contra o latifundiário, símbolo do atraso, do mandonismo e do autoritarismo nas relações de propriedade, mas também contra o capital financeiro, que se apropriou de parte do processo produtivo e integrou-o ao processo de produção industrial. Isso foi feito através da incorporação da atividade agrícola em processos de produção, distribuição e comercialização das mercadorias numa escala diferenciada, com a participação direta de empresas estrangeiras e com maior uso de tecnologia e concentração do capital produtivo, numa cadeia que hoje conhecemos por agronegócio. Esse, por sua vez, também foi capaz de produzir um discurso ideológico que o legitimasse como um projeto para toda a sociedade, e tornasse a reforma agrária uma expressão do ‘atraso’ nas relações de produção, tal qual o latifúndio.

Há que ressaltar, antes de passarmos às entrevistas, que esse ‘giro’, a despeito das críticas de que o MST estaria se tornando um movimento ‘político’, de forma alguma revela uma mudança nos princípios do Movimento. Este, como já pudemos verificar no terceiro capítulo, nasceu também como um movimento político, portador de um novo projeto de sociedade, tendo na reforma agrária um marco dessa mudança, por representar a democratização das relações de propriedade.

Perguntado sobre o significado das resoluções do 5º Congresso na luta do MST e na sua base social, Neuri afirmou que a

“internalização dessas bandeiras definidas no congresso, no 5º congresso, ela faz parte de um processo de formação da nossa base social, isso tem o seu tempo de maturação, de discussão. Infelizmente, o nível de nossa base social é uma base social pobre, com baixo nível de informação, de aprendizado bastante grande. O analfabetismo elevado e os canais de informação, de acesso da comunicação deles jogam contra todas as nossas bandeiras. Então isso tem um processo muito lento, muito longo, pra gente percorrer e fazer a nossa base social perceber o novo nível da luta pela reforma agrária que nós temos no nosso País. Que não é mais a mesma lá de trás. E nascer na consciência deles isso, que vai ser um desafio quase que permanente do Movimento fazer a nossa base social compreender isso. Então isso... não é porque o Congresso simplesmente colocou em

discussão naqueles 4, 5 dias. Ou porque tá no nosso plano de reforma agrária, na cartilhinha, que já é uma coisa internalizada no Movimento. Vai ser um processo grande isso. E acho que o fato do Movimento ter essa clareza é um ponto positivo pra saber do tamanho das pernas que tem até pra... pra andar”.

Plínio Sampaio enxerga, com a cautela de quem não é “autoridade pra dar a informação pra você”, que o MST está

“amadurecendo alguma forma de tomar uma certa reação. Eu diria que estão num processo de retirada estratégica. Quando o exército não tem condições de enfrentar o outro porque será esmagado, ele se retira. A retirada é uma manobra militar. Não é uma debandada, não é uma fuga, não é uma capitulação. (...) Eles estão insistindo nas ocupações de terra, ocupam uma, ocupam outra, procuram dar mostras de insatisfação através de atos de desobediência civil, mas no fundo estão ganhando tempo, até sentir que a massa que eles organizam está disposta a dar passos mais largos. Essa é a impressão que eu tenho pra fazer uma análise, a meu ver, objetiva, a respeito da situação do Movimento. (...) Eu acho que ele [o MST] está esperando um momento em que possa fazer o movimento de uma maneira mais agressiva, que ele tenha condições de fazer, e que a massa esteja disposta a enfrentar inclusive sanções econômicas, e talvez até sanções muito maiores. Antes que a massa esteja disposta a isso, eles não vão. Eles procuram atuar na formação de quadros, na formação de consciência”.

João Paulo é da opinião que o modelo produtivo representado pelo agronegócio levou o MST a assumir uma face ampliada de suas lutas, o que também põe em questão o tema da política das alianças:

“o desafio aumenta nesse período, porque o MST vai ter que cuidar de duas áreas, veja: é resistir à implementação do modelo deles. O resistir é lutar contra os transgênicos, contra a monocultura, é você lutar contra a privatização da água e do território. Essa é a primeira batalha: resistência. Essa batalha não pode ser só o MST; tem que ter a Via Campesina, é mais amplo. Porque é uma tarefa árdua, é você lutar contra o império praticamente, é lutar contra a Microsoft, que é dona das empresas, ou seja, Stora Enzo da vida, Aracruz Celulose. Então essa é uma primeira área de atuação. A segunda área é o avanço da reforma agrária. Qual é o limite? Porque falar em reforma agrária hoje não é

enfrentar o latifúndio improdutivo das antigas, é você enfrentar um latifúndio que tá sendo disputado pelas transnacionais. E detalhe: um estado que não nos ajuda. É um enfrentamento difícil. Então a política de reforma agrária passa a ter um marco extremamente estratégico, ela não pode ser feita de qualquer jeito, ou mesmo com os mesmos recursos técnicos, humanos, políticos que nos tínhamos na década de 80”.

Acreditamos que ainda é cedo para qualquer análise mais profunda sobre os reflexos que essas alterações têm produzido na luta do Movimento, o que é inclusive confirmado pela forma cautelosa como os entrevistados colocaram suas opiniões.

A nosso ver isso se confirma se considerarmos a análise de Caio França, para quem a evolução do capitalismo no meio rural acabou mostrando “que o País cresce, se desenvolve, sem reforma agrária – evidentemente com concentração de terra, com violência no campo, com monocultura... [Mas] ela não é pré-condição pro crescimento, e nem pro desenvolvimento”. Esse entendimento demonstra que a luta do MST é muito mais difícil do que há vinte anos atrás, porque passa a lidar com novos adversários e com o fato de que tal modelo de desenvolvimento para o meio rural foi implementado e sedimentado ideologicamente como o melhor para a sociedade brasileira.

Desse modo, para se legitimar, a reforma agrária precisa se impor como uma decisão política em torno do modelo de desenvolvimento para o País. Na mesma linha, Caio França ainda afirma que é possível

“reafirmar as vantagens para a sociedade brasileira de uma estrutura fundiária democratizada, do ponto de vista da ocupação territorial, do ponto de vista de diminuir a pressão sobre as cidades. Posso associar a reforma agrária à produção de alimentos, a outras relações de produção... Agora, ela pra se impor pra sociedade brasileira, e aqui tem uma dimensão política, ideológica, ela tem que entrar na agenda da disputa pelo projeto de desenvolvimento. (...) Primeiro, o objetivo não é a reforma agrária, o objetivo é uma outra sociedade, um outro projeto de desenvolvimento, um outro modelo agrícola, né. Dentro desse modelo agrícola, qual é a reforma agrária que eu defendo, que eu proponho e pra qual eu me movo?”

Então eu acho que nós tamos vivendo um momento de transição, com muito pouca reflexão acadêmica sobre esse novo lugar da questão agrária, no debate estratégico da esquerda brasileira. Então nós não temos... você pode olhar a produção acadêmica, é uma

produção acadêmica muito particularista, ou é a política, ou é o assentamento, ou é o movimento. Tem a ver com esse esvaziamento do debate sobre desenvolvimento nacional e tal. Então, é nesse ambiente assim que eu faço a análise da experiência recente de reforma agrária do estado brasileiro. E acho que a ação do estado brasileiro contribui pra evidenciar que a pauta da reforma agrária tem que se impor como uma escolha”.

João Paulo afirma que o debate da reforma agrária na atualidade

“não se trata de lutar [só] pela terra, se trata de lutar por uma reforma agrária que é ampla, que é mais cara, que tem que estar relacionada ao território e com as políticas de estado, que é uma combinação de agroindústria com cooperativas e assim por diante. E fazer essa luta significa que o MST precisa ajustar inclusive seus métodos. Mesmo a própria ocupação por si só não resolve mais o tema da luta pela terra. E um detalhe, precisa ter alianças com setores da sociedade, com outros setores. E, diante disso, os enfrentamentos do MST já não é mais com o latifúndio. (...)”

E é uma combinação de luta de massa, com luta ideológica, com construção de aliança que possa pelo menos enfrentar esses setores da direita. Então é um momento difícil, que nós vamos ter que enfrentar no próximo período. E as conquistas econômicas estão sendo cada dia que passa, menores. Ou seja, se você ideologizar a reforma agrária, com esse grau de enfrentamento que nós estamos colocando, é natural que haja uma divisão da sociedade e o enfrentamento por parte deles contra nós (...). Mas o que eu volto a dizer é que a cada dia que passa, na medida em que o governo e a sociedade e setores da esquerda apostou demasiadamente no agronegócio, e com tanta fúria que eles foram, agora vem as contradições. As contradições que esse modelo vai criar, vai ser a deixa que nós vamos precisar pra debater a reforma agrária”.

Isso significa, ainda na visão dele, que

“se você tem um modelo capitalista em que a prioridade é a exportação, você colocar a reforma agrária, fica um negócio torto, né. Ou seja, não combina as duas coisas, senão você vai querer o agronegócio dos pobres. Não é essa... primeiro nós precisamos fazer uma mudança de prioridade de modelo em forma de desenvolvimento. Então aí sim, esse é o debate que nós chamamos de um projeto para o Brasil, que na nossa visão tem que ser popular. Se não há correlação de força pra ser socialista ainda, nós precisa de um

projeto popular. Tem que haver uma combinação que o seu modelo de desenvolvimento, a sua economia, vai tá dentro de um programa massivo de reforma agrária. E que esse programa massivo vai ter que preencher um conjunto de requisitos, dentre eles a produção de alimentos, a preservação do meio ambiente, distribuir terra, desenvolver o interior do País etc.”.

Neuri concorda com a visão de Caio quando este afirma que o Brasil cresceu mesmo sem reforma agrária. Para o dirigente do MST

“a reforma agrária ela não se dá mais nos marcos de uma reforma agrária burguesa, tradicional. A burguesia brasileira não precisa da reforma agrária. As mudanças que eles implementaram na década de 50, na agricultura moderna... brasileira, modernizou a agricultura pros objetivos que eles queriam. Na ótica deles, na visão deles, foi um sucesso, foi exitosa essa via prussiana de desenvolvimento da agricultura brasileira. Ou seja, vamos modernizar essa agricultura pra garantir um aumento da produção e um aumento da produtividade sem mudar a estrutura fundiária. Nisso é que eles tiveram êxito, foram vitoriosos.

A agricultura brasileira se desenvolveu, atendeu as demandas da indústria que tava se estruturando nesse País, e hoje atende uma demanda internacional e ocupa um espaço no mercado internacional. Então... e é exatamente pra atender cada vez mais essa demanda internacional, e a partir dos anos 90, a partir de 2002 que eles entram em choque com a proposta de reforma agrária. Antes, até ali, nós disputávamos as terras improdutivas com os latifundiários. E aqui tinha uma proposta que ainda cabia reforma agrária, porque o grande capital, ‘não, deixa disputar lá com os latifundiários, é terra improdutiva’. Agora essas terras improdutivas estão sendo disputadas exatamente pelo capital financeiro, pelas transnacionais e pelos grupos econômicos brasileiros, essas terras. Não é mais aquele latifundiário atrasado, que não sabe mais o que fazer com a reforma agrária”.

Desse modo, podemos depreender, a partir das entrevistas, que a reforma agrária vem adquirindo novos contornos na atualidade. Na opinião dos entrevistados, um projeto de desenvolvimento para o meio rural deve estar no bojo do debate de um projeto político, econômico e sócio-cultural para o Brasil, tornando ainda mais vigorosa a disputa de classes no meio rural, no estado e na sociedade. Isso, inevitavelmente toca em temas como preservação ambiental, biodiversidade, matriz tecnológica, custo dos alimentos, qualidade

de vida nas grandes cidades etc. O que é decorrência também do próprio avanço do capitalismo no meio rural, fazendo da questão agrária algo que exige do conjunto da sociedade um posicionamento efetivo. João Paulo entende que

“o que nós precisamos responder pra sociedade é: a reforma agrária dá conta de resolver os problemas e as demandas de 200 milhões de brasileiros? Tem que ser respondido. É possível você resolver o problema da energia elétrica sem ser esse modelo que tá construído aí? Quer dizer, essas respostas, elas têm que tá muito bem elaboradas, porque nós não podemos fazer uma reforma agrária pros sem terra. Se for só pros sem terra, tá certo o Lula: temos poucos sem terra, vamos implementar o outro modelo. A reforma agrária tem que ser mais do que isso. E por isso ela tem que tá dentro de um projeto nacional, que possa ter essa combinação de produção, de desenvolvimento, de construção de uma nova perspectiva pro campo, que não seja a que hoje tá colocada”.

Para Plínio Sampaio,

“a reforma agrária agora tem que vir no bojo de ruptura da ordem capitalista no Brasil. Aí então ela vai encontrar suas próprias formas, que não são de produção de mercadoria agrícola, mas de produção de bens agrícolas de consumo, dentro de uma perspectiva de necessidade e portanto, de planejamento.”

Por fim, Neuri compartilha dessa opinião, afirmando que

“pra nós agora a reforma agrária ela só se viabiliza se tiver uma mudança maior no modelo de desenvolvimento desse País. Qual é nossa contribuição? É que organizando os camponeses, pra fazer uma política de assentamento, pra ter uma demanda econômica deles atendida, nós precisamos organizar e acumular força política pra contribuir nessa transformação do modelo que tem aí, né. Agora, sabendo que nós não enfrentamos mais os mesmos inimigos. Isso também vai exigir, nessa luta, que ainda é uma luta corporativa, econômica, né. O enfrentamento com um inimigo muito mais poderoso do que o latifundiário. Vai exigir uma qualificação melhor. Então nós também vamos ter que dar um salto, mesmo nesse estágio da luta, ser nesse patamar, vamos dizer, uma possível reforma dentro da ordem, como Florestan dizia. Nós não tamos pensando que ela

aconteça; ela só vai acontecer, dentro da ordem, na transformação dessa ordem, na mudança dessa ordem”.

#### 4.4.3. Enfrentando o agronegócio: contradições e relação com o estado

Vamos dedicar este último item do capítulo para conhecer melhor a opinião dos entrevistados acerca do caráter do agronegócio, pois guarda estreita relação com o entendimento acerca do caráter da reforma agrária na atualidade apresentado e com as alterações que tem produzido na luta do MST. Os entrevistados falaram do agronegócio sob três óticas principais: sua configuração como projeto hegemônico, a relação com o estado e as contradições que tem produzido no meio rural brasileiro. Nas declarações, o tema se mistura, muitas vezes, com o entendimento sobre o caráter da reforma na atualidade, da qual falamos no item anterior.

Para Plínio Sampaio o agronegócio possui um caráter diferenciado do que ocorreu com a agricultura brasileira na década de 1960, período da chamada ‘revolução verde’, ou então ‘modernização conservadora’.

“O agronegócio é um, digamos, são indústrias rurais, que viviam de transformar produtos agrícolas, ou de produzir insumos para a produção agrícola. Agora é uma simbiose muito maior. Ele não é um comprador de produtos agrícolas, nem um vendedor de produtos para os agricultores. Ele é um mobilizador de um processo de produção voltado para a população do primeiro mundo. Então o agronegócio agora é uma outra entidade”.

Para João Paulo, o agronegócio é um modelo que tem como sustentáculo a “hegemonia significativa do capital no campo brasileiro”, a partir de três fatores principais:

“do grande capital, em especial do capital financeiro, parte dele nacional, parte internacional, mas na sua grande maioria parte do capital financeiro internacional, casado com as transnacionais, tem o Brasil como uma prioridade para expansão dos seus negócios e para aumentar suas taxas de lucro, dentro de uma perspectiva internacional. O Brasil retoma no cenário internacional um espaço de ser a grande produção de matérias-primas, em especial as famosas commodities. Então, essa combinação do capital financeiro com as

transnacionais casado com o capital local, ela dá uma nova qualidade pra entrada do capital na agricultura brasileira, pelo volume de recursos que têm disponíveis para essa estratégia. O segundo elemento que está na pauta dessa combinação é a grande quantidade de áreas disponíveis para a agricultura no Brasil. Nós temos um território de aproximadamente 400 milhões de hectares de terra e desse total tem pelo menos 250 milhões de hectares de terra disponíveis para o avanço da fronteira agrícola, em especial na região do Centro-Oeste brasileiro, que tá dentro dessa área parte da Amazônia legal, né, são todas áreas que em outras regiões do mundo você não tem. Então, uma grande quantidade de águas e de sol durante todo o ano, também, acaba contribuindo para essa estratégia. Ou seja, latifúndios improdutivos à disposição dessa aliança. O terceiro elemento é o estado brasileiro disponível para fazer essa abertura e essa parceria. É uma combinação do público-privado, onde o estado entra com o financiamento, a infra-estrutura, com as leis e a repressão policial e a iniciativa privada entra com o carimbo de suas inovações tecnológicas, em especial na área de eucalipto, de cana-de-açúcar, e mesmo das próprias sementes transgênicas”.

Para ele, isso configura um projeto ideológico que tem nos meios de comunicação de massa um elemento importante de sua difusão, excluindo a agricultura familiar do processo e se apresentando como “um modelo que vai resolver os problemas do Brasil, e ao mesmo tempo é um modelo que está trazendo riquezas pro País, através da política de exportação”.

“Bom, onde é que entra a reforma agrária nessa atual conjuntura? Não entra, ela tá completamente fora, não se encaixa um projeto de reforma agrária dentro de uma política dessa. Pelo seguinte objetivo: porque a reforma agrária vai disputar com esse setor dois das três prioridades: uma, o estado, porque a reforma agrária necessita das políticas públicas do estado; não há reforma agrária, mesmo num processo revolucionário, sem que haja a participação do estado. O estado é o elemento central na organização da produção agrícola, do comércio, do crédito... E esses recursos que seriam destinados para a reforma agrária, numa perspectiva massiva, eles estão sendo usados pro outro projeto. Então tá fora de você contar com o estado, mesmo os bancos, e tal. O que sobra? Pequenos ajustes para dar para políticas de compensação social, ora pra algum projeto bonitinho, nada mais do que isso. Segunda disputa com o outro modelo: terra. As mesmas terras boas que o agronegócio quer pra ele, nós também queremos pra nós. Água, as terras próximas dos

grandes centros, a terra que de fato tem a possibilidade real de produção. (...) Também ainda como parte dessa estratégia, desse modelo do agronegócio, dessa sua implementação no País, ela tem acumulado ainda mais e centralizado parte do território nacional nas mãos de um grupo muito pequeno, e o que é mais grave, das transnacionais e do capital financeiro internacional. Então, isso vai aumentando as suas conseqüências, as suas contradições”.

Caio França reconhece que o agronegócio é um modelo hegemônico e prioritário dentro do estado, mas entende que ele próprio produziu certas contradições para se firmar como tal e que são essas contradições que precisam ser exploradas pelos movimentos sociais na organização da luta política. Ele argumenta no sentido de que

“o agronegócio continua hegemônico; entretanto, nos últimos anos, independente da ação do governo, ele passou a ser... a expor fragilidades em função de coisas que são degradantes: que é o trabalho escravo, que é o problema ambiental, e agora mais recentemente, com a sua incapacidade, não só o agronegócio brasileiro, mas a economia mundial, o mercado mundial de produtos agrícolas, incapaz de enfrentar o problema da fome e administrar a flutuação de preços de alimentos. Então os preços dos produtos da cesta básica no mundo cresceram 83%; no Brasil cresceu 25%. O nosso argumento para o presidente é dizer o seguinte: ‘o impacto sobre os preços foi menor no Brasil por conta do peso que tem a agricultura familiar e os assentados na produção; para enfrentar a crise de alimentos, mais agricultura familiar e mais reforma agrária’, esse é o discurso que o ministro fez pro presidente Lula há três dias atrás<sup>23</sup>. Então nos últimos anos, o agronegócio, que era o único setor produtivo que se expressava perante o estado com alguma autoridade, alguma legitimidade, passou a conviver com outros setores, nas negociações internacionais com o presidente”.

Ele prossegue:

“segundo aspecto que eu acho que é importante em relação ao agronegócio: ele começou a se expor por conta da sua responsabilização pelos índices de desmatamento na Amazônia, o problema ambiental em outros lugares, e pela crise ambiental, pelas conseqüências ambientais e sociais do modelo. Então é mais fácil atacar hoje o agronegócio

---

<sup>23</sup> A entrevista com Caio foi realizada no dia 25 de abril de 2008.

pela questão ambiental e trabalhista, seja da usina de São Paulo, que tem trabalho escravo, condições insalubres de trabalho, do que você querer enfrentá-los numa discussão genérica sobre o modelo. Então eu tenho que, no trabalho de disputa ideológica, mostrar como as coisas se relacionam, quais são os aspectos estruturais, mas eu também tenho que escolher atacar onde os adversários são mais fragilizados. É mais fácil eu atacar a Aracruz pelo tema do impacto ambiental da monocultura do que por eles estar ocupando terra de quilombo, do que... é difícil na sociedade brasileira explicar que a comunidade quilombola tem direito a 20 mil hectares, 300 caras lá têm direito a 20 mil hectares. Ou então, pegar o limite da propriedade; é mais difícil eu convencer a sociedade brasileira que tem que ter limite da propriedade do que eu dizer o seguinte: ‘olha, uma área que tem trabalho escravo, esse cara tem que ser preso, tem que ser expropriado’. Como é que alguém pode defender o direito do cara que tá fazendo isso?’.

Ele reconhece que “os interesses do agronegócio estão muito mais impregnados na estrutura estatal”, através de suas instituições, a exemplo da EMBRAPA, “voltada pra um determinado modelo tecnológico”, visão também compartilhada por João Paulo. Mas Caio propõe uma saída argumentando que

“tem que ter experiências concretas sendo construídas, tem que ganhar escala, tem que ter elaboração teórica, política, e tem que ter política pública. Então... só que se essas coisas não tiverem com um mínimo de sintonia, elas perdem potência para impulsionar econômica e socialmente esses setores. O resultado de fortalecimento econômico e social de setores da agricultura familiar, das comunidades rurais tradicionais, que propõe outros padrões de ocupação do território, outros modelos tecnológicos, evidentemente que acirra as contradições, que pode levar a uma situação que a sociedade brasileira diga assim: ‘não, eu vou ter que fazer uma escolha pelo tipo de agricultura que eu quero fazer’. As escolhas elas não se impõe pela minha vontade política. Eu não posso dizer: ‘sociedade brasileira, opte pela agricultura familiar e camponesa em detrimento do agronegócio’. Eu tenho que ter uma construção social, um desmonte dos mitos construídos em relação a ela e autoridade de um outro projeto que vai conseguir se impor. Então o problema maior, na minha opinião, não é a convivência dos dois modelos, não é o governo continuar investindo no agronegócio. A pauta política da esquerda social tem que ser: o que eu tenho que fazer pra mostrar as vísceras, as conseqüências ambientais, sociais desse modelo e o que eu tenho que fazer pra afirmar um outro?’.

Já Neuri confirma a análise de João Paulo e entende que a questão guarda relação com a existência de um projeto estratégico para o campo brasileiro, que prioriza o modelo exportador. Nas palavras dele,

“a questão é qual é o projeto estratégico que se tem pra esse campo brasileiro? Pra esse território gigantesco aqui? Vai deixar despovoado no poder de uma minoria que leva a riqueza e o modelo agroexportador, ainda antes da revolução de 30, semelhante a isso? Que a oligarquia rural do governo da primeira república defendia? As melhores terras é pro café. Vendemos o café e compramos o que precisamos. Essa é a... o que eles tão dizendo? As melhores terras pra celulose, pra soja, ou pra cana de açúcar, porque é o que o mercado internacional tá produzindo, tá querendo. Com isso agente arrecada o dinheiro, arrecada moeda internacional, tem o superávit na balança comercial. E é com isso que nós vamos desenvolver o País. Não se dá conta que esse saldo é vital pra manter exatamente um modelo centrado no capital financeiro, que é a especulação. Esse dinheiro do saldo da balança comercial é pulverizado pra o pagamento dos juros e encargos que o Brasil tem pra manter isso aí. Então não é pra desenvolver o País, é pra atender o modelo deles, que é altamente concentrador, tanto de propriedade quanto da riqueza produzida”.

Plínio também retoma a análise do ponto de vista das opções realizadas pelo estado brasileiro ao longo da história, e que criaram as condições para o amadurecimento do atual modelo hegemônico:

“no processo de industrialização, a divisão internacional do trabalho fez com que algumas economias ficassem primário-exportadoras e por causa disso mesmo economias dependentes. O Brasil fez um grande esforço pra escapar dessa camisa de força: de 1930 a 1980 ele fez um esforço brutal pra se transformar numa economia industrial. E teve resultados materiais muito significativos. Ele construiu 8º parque industrial do mundo. E isso agora, essa opção pelo agronegócio, pela exportação de etanol, soja, de madeira, o Brasil volta a ser uma economia primário-exportadora, portanto, o Brasil regride no tempo econômico. Ele passa a um estágio inferior ao estágio que ele já havia atingido, independentemente se entrou dinheiro mais, se entrou dinheiro menos agora. Portanto, do ponto de vista estrutural é uma economia mais vulnerável, mais dependente, e menos produtiva”.

Para ele, isso tem um preço alto, que revela, por outro lado, as fragilidades do modelo:

“um preço vai ser a imigração rural aumentar e portanto a pressão urbana vai aumentar. Segundo, a dependência vai aumentar, a vulnerabilidade da economia às flutuações de preço do mercado internacional vai ser evidente. A questão da alimentação é óbvia: se você usa terra e eventualmente estava usada, ou poderia ser usada pra aumentar a produção de alimentos pra outro tipo de produto que não é alimentício, é óbvio que o preço do produto, de alimentos vai aumentar e é também óbvio que as camadas mais pobres não poderão comprar esses alimentos. O que quer dizer que o problema da nutrição, ou da fome, vai ser agravado. E finalmente, é claro que se você quiser fazer um boom de exportação de etanol e de soja, você vai usar agrotóxico, e vai usar uma tecnologia que é profundamente agressiva ao meio ambiente. É o pior dos mundos, nós estamos vivendo o pior dos mundos e ninguém toma muito conhecimento disso, porque, aparentemente, as coisas estão andando, não tem problema maior. É uma pneumonia sem febre”.

Para João Paulo,

“quais são os problemas desse modelo, que ele demonstra suas contradições? Primeiro, ele traz problema real na questão ambiental, isso vai ser um... ninguém sabe até que ponto ‘guenta’, a sociedade começa a criminalizar, a reprimir esse modelo por esse motivo. Ele é concentrador demais de terras, e dos recursos naturais, biodiversidade, água e assim por diante. Esse modelo é extremamente caro, porque precisa de uma infraestrutura, e num país de dimensões continentais como o nosso, então isso acaba dificultando pro estado. Ou seja, construir uma rodovia Cuiabá-Santarém não é qualquer coisa, é uma estrutura gigantesca. Ou fazer um alcóolduto de Cuiabá a Santos não é pouca coisa. É caríssimo. Então tem suas dificuldades. É um modelo também que tem uma combinação raríssima, que é o trabalho escravo com a modernidade, então também tem suas conseqüências públicas, ou seja, o mesmo latifúndio que tem a máquina mais cara do Brasil, é o mesmo latifúndio que tem pessoas morando dentro de buraco, praticamente.

Então tem essa combinação, que acaba trazendo também suas conseqüências, e ele também, pela lógica de funcionamento dele, aumenta também o preço dos produtos

agrícolas. Então se você for ver hoje, a cesta básica brasileira aumentou significativamente no último período, fruto dessa prioridade que tem se dado a algumas monoculturas que não é alimento: cana-de-açúcar, eucalipto, mesmo a soja, toda pra exportação, não é pra transformação em alimento. Então você já percebe hoje o leite, o preço caríssimo, porque a centralidade do milho transgênico, caro, caro; o feijão subiu 270% esse ano, como parte desse aumento significativo. Você percebe já aumentos reais nos derivados de leite, nos derivados de milho, nos derivados da soja, ou seja, praticamente 50% da alimentação brasileira. E o trigo já vem na mesma fileira. Então, esse aumento real da produção agrícola, ele vai também trazer uma contradição que a sociedade vai questionar esse modelo. Então, isso são todos elementos que podemos olhar como positivos numa perspectiva de médio e longo prazo”.

Ele entende que o posicionamento da reforma agrária no debate público com a sociedade depende de fatores como o acúmulo de forças por parte da esquerda, além da ampliação dessa discussão para toda a sociedade, não apenas para quem vive no meio rural, além de uma opção por parte do estado em priorizar esse modelo. Assim, se para Caio França, o pior problema não é “não é a convivência dos dois modelos, não é o governo continuar investindo no agronegócio”, para o MST, através da fala de João Paulo, “o estado não tem uma aliança com o agronegócio; hoje o estado é o agronegócio na sua implementação”, o que impede que a pauta da agricultura familiar e da reforma agrária consiga se impor.

A saída, na visão do MST, como já vimos, é seguir acumulando forças e, nas palavras de João Paulo, “ir esticando a corda com o estado pra encaminhar essas reformas. Como a conjuntura tá tão adversa, nos colocou na situação de resistência, não de avanço”. Ele ainda afirma que o governo Lula, através dessa política “do pouquinho, mas bem feito”, contribui para nublar ainda mais a visão da esquerda quanto aos próximos passos a serem dados e acabou produzindo mais fraturas do que unidade na classe trabalhadora. Nas palavras dele,

“eu, com muita insegurança, por ora afirmo que o governo Lula não acumulou pra esquerda. Pode ter acumulado pra classe trabalhadora, como pobres que têm algum tipo de melhoria. Agora, no entanto, isso não significa que é força organizada para avançar nos enfrentamentos de estratégia política”.

Faremos alguns comentários sobre o resultado das entrevistas nas considerações finais desse trabalho, para não estender ainda mais este capítulo. De forma sintética, as falas dos entrevistados demonstraram a presença de uma disputa efetiva de modelos para o campo brasileiro, envolvendo classes sociais nitidamente distintas em confronto e em relação permanente de disputa entre si e com o estado. Do ponto de vista do estado, percebe-se que há uma dualidade em relação ao trato das questões agrária e agrícola, ora afirmando a inflexão em relação ao projeto da agricultura familiar, ora constatando a hegemonia do agronegócio, a qual precisa se combatida com experiências concretas que estejam em curso, revelando que essa mesma disputa está presente no interior do governo.

A respeito das relações entre o MST e o estado, é reconhecida a legitimidade adquirida pelo Movimento ao longo de sua existência como interlocutor legítimo da questão agrária e propositor e gestor de programas para as áreas de reforma agrária. Por outro lado, a consolidação do agronegócio como modelo hegemônico no meio rural tem trazido novos desafios para o MST, cuja leitura é da necessidade de se preparar para uma luta que envolve adversários mais poderosos e objetivos estratégicos mais amplos. Como afirmamos no terceiro capítulo, trata-se de um momento delicado para o Movimento, que se depara com desafios econômicos e políticos junto a sua base social, num desfecho ainda desconhecido.

## Considerações Finais

A análise do estado capitalista contemporâneo e seu desenvolvimento no caso brasileiro serviram como ponto de partida desta dissertação, pois buscávamos compreender os mecanismos utilizados pelas classes dominantes historicamente consolidadas no Brasil para a manutenção do monopólio perante a propriedade da terra e os meios de produção. Vimos que o aparato estatal repressivo e o estabelecimento de legislações que dificultaram o acesso à terra e a realização de uma reforma agrária foram instrumentos constantemente utilizados por essas classes, que atuaram ainda no sentido de impedir a participação dos setores dominados na vida política do País. Isso foi feito, como vimos, com o objetivo de manter o padrão de acumulação primitiva de capital e, ao mesmo tempo, levar a cabo um processo de industrialização dependente, sendo que esse, mesmo vinculado aos interesses externos, transformou a economia e a sociedade brasileiras, especialmente a partir do regime militar.

O modelo implantado no País a partir de 1964, não obstante a aliança bem sucedida das frações de classe burguesas e os militares, pautava-se sobretudo, como vimos no primeiro capítulo, pelo sucesso da política econômica, de dependência de investimentos externos, aumento das exportações e realização, pelo estado, de grandes obras de infraestrutura que dessem viabilidade à ação das empresas transnacionais que penetraram no Brasil no período. Essa dependência tornou o País vulnerável a crises externas e, desse modo, por volta da década de 1970, a desaceleração mundial da produção atingiu em cheio a economia brasileira, gerando, da mesma forma, uma crise no bloco dominante e um ‘vácuo político’ de curta duração pelo qual puderam penetrar as classes dominadas no sentido de se fortalecerem politicamente, alterando a correlação de forças no Brasil e possibilitando que passassem a efetuar a disputa também por dentro do estado (através da representação institucional e da ação organizada dos movimentos sociais). Essa alteração não foi suficientemente forte para permitir transformações sociais mais amplas, como a tomada do poder pelas classes dominadas e a implementação de um novo projeto, mas forçou um

recuo das forças dominantes, encerrando o período ditatorial e instaurando o regime ‘democrático’, que hoje já conta com 23 anos (esse dado é interessante na medida em que o Brasil não havia, na sua história republicana, passado por um período tão longo de democracia burguesa).

No período de transição política, iniciado no final da década de 1970, o que se viu foi a reorganização do bloco dominante brasileiro, que acabou levando à Presidência da República um latifundiário nordestino, cujo nome tinha o aval dos militares e da burguesia brasileira. Não obstante as sinalizações de abertura para o regime ‘democrático’ e a realização de reformas sociais, como a agrária, prevaleceu a ofensiva conservadora comandada pelos grandes proprietários de terra e empresários brasileiros, interessados na manutenção do modelo macroeconômico e na abertura dos mercados para a economia globalizada.

O meio rural havia passado por um processo de transformação intenso nas décadas de 1960 e 1970, pautado pela mecanização das lavouras, a incorporação de processos tecnológicos da produção e a competição por mercados internacionais (fator esse que, em si, não era novidade, uma vez que a produção agrícola brasileira foi organizada segundo este objetivo desde a sociedade colonial). Desse modo, junto com a política de substituição de importações, manteve-se o padrão primário-exportador de nossa economia. Foi sobretudo a partir da década de 1990 que a produção agrícola em larga escala, segundo os novos padrões internacionais de produtividade (o qual se distingue do anterior pela associação com o capital financeiro e a penetração de empresas transnacionais que não se relacionam apenas com a produção agrícola, mas também com a produção de máquinas e insumos, a pesquisa tecnológica, a distribuição etc.) passou a ocupar um lugar central na estratégia macroeconômica brasileira e hoje responde por parte significativa do PIB brasileiro.

Desse modo, chegamos a afirmar no segundo capítulo, segundo Bruno (2002), que o modelo do agronegócio foi sendo forjado a partir desse período, embora com características não tão visíveis. Sua constituição enquanto um processo ‘em cadeia’ se consolidou a partir dos anos da hegemonia neoliberal no Brasil, selando de vez a aliança entre os proprietários de terra e o capital financeiro e inviabilizando a realização de uma reforma agrária nos marcos de distribuição equitativa de terra e formação de uma classe de pequenos produtores e consumidores de produtos industrializados (modelo que foi aplicado na maioria das economias capitalistas avançadas). Os anos de modernização conservadora

havia provado que o capitalismo no Brasil poderia se desenvolver sem uma reforma agrária, ainda que com custos sociais altíssimos. E que os que haviam permanecido no meio rural, com ou sem terra, deveriam, sob os marcos neoliberais, ser alvo de políticas específicas, de cunho assistencial, sem a pretensão de transformar a face que o meio rural havia adquirido nas últimas décadas e nem comprometer o orçamento público, destinado, em grande parte, ao pagamento de juros da dívida interna e externa.

As classes dominadas, por sua vez, historicamente enfrentaram obstáculos quanto à possibilidade de auto-organização, em função do próprio modo de dominação exercido pelas classes dominantes brasileiras, baseado na ação por dentro do estado, seja para reprimir a ação dos setores mais progressistas, seja para assegurar econômica e politicamente os seus interesses. Nesse sentido, desde a sociedade colonial, as tentativas de levante contra a ordem estabelecida foram violentamente sufocadas e o estado, sobretudo a partir da década de 1930, agiu no sentido de promover ações (fossem elas obras de infra-estrutura, garantias legais para os investidores estrangeiros e o controle sobre as tentativas de organização das classes dominadas) que permitissem o desenvolvimento econômico do País sem, no entanto, romper com o padrão de dependência externa, nem prescindir da atividade agrícola como uma importante geradora de divisas. Em que pese, no entanto, essa orientação política dada ao estado pelas classes dominantes, o desenvolvimento de uma sociedade capitalista, ainda que nos marcos da dependência, não impediu o desenvolvimento dos antagonismos entre as classes sociais e, especialmente a partir da década de 1950 diversos setores se organizaram em torno de reformas sociais e econômicas que pudessem libertar o Brasil da dependência externa, ainda que sob o signo do modo de produção capitalista.

No meio rural, houve um grande avanço do sindicalismo e também da organização dos camponeses visando à permanência no campo e a autonomia com relação aos meios de produção. As iniciativas desse período, conforme pudemos verificar, foram hegemônicas na sua maioria pelo PCB, cuja leitura a respeito da revolução brasileira pautava-se pela aliança dos trabalhadores do campo e da cidade, oscilando, no entanto, entre a opção pela luta armada e a aliança com a burguesia, que forçaria o desenvolvimento autônomo do capitalismo brasileiro, abrindo caminho para uma revolução verdadeiramente socialista. Mas a luta camponesa também contou com outras iniciativas, a exemplo das Ligas Camponesas, um movimento autônomo, que contava com o apoio de diversos setores da

sociedade, mas que defendia a ação independente e radicalizada dos camponeses em busca de seus direitos e emancipação, servindo de inspiração para movimentos de luta pela terra posteriores, tendo como exemplo mais expressivo o MST.

O MST surgiu no contexto de enfraquecimento da ditadura militar, quando camponeses que haviam sido expulsos de suas terras, em função do modelo de desenvolvimento rural implantado nos anos após o golpe, reiniciaram o processo de reorganização em torno de seus interesses. Graças ao trabalho de setores progressistas da igreja católica (através da CPT, fundada em 1975) e de outros militantes pró-reforma agrária, foi possível reaglutinar politicamente esses trabalhadores visando retomar a bandeira da reforma como necessária para o País, a exemplo do que havia ocorrido em meados do século 20. Tratava-se, no entanto, de um momento muito diferente, em função inclusive dos avanços na produção agrícola e das alianças entre as frações da classe dominante que se firmaram no período, exigindo dos setores dominados novos mecanismos de luta. Num momento em que as lutas sociais estavam em ascensão, o Movimento Sem Terra apostou na radicalização das ações, adotando a tática de ocupação de terras improdutivas como um mecanismo ao mesmo tempo de confronto e negociação com o estado em busca do fortalecimento do campesinato e sua permanência no meio rural. Com isso, teve que enfrentar uma dupla ofensiva, que partiu (1) do estado, que reafirmava a bandeira da reforma agrária como legítima, mas que deveria ser reivindicada nos marcos da legalidade e (2) dos proprietários rurais, que se organizaram sob novas entidades de representação visando à defesa direta de suas propriedades, utilizando-se inclusive da violência física para garantir seus interesses.

Não obstante essa ofensiva, persistente até os dias de hoje, o MST se constituiu enquanto um movimento social de luta pela terra e, ao longo de sua existência, fez avançar sua percepção sobre o caráter de sua luta e sobre a necessidade de transformações mais amplas na sociedade para que seu objetivo fosse verdadeiramente atingido. Analisamos no capítulo 3 as características dessa evolução, expressa no seu crescimento quantitativo e territorial e também no aprimoramento qualitativo de suas demandas, através da organicidade interna, com a divisão em setores, instâncias de direção e na relação com outros movimentos sociais e organizações políticas. Do ponto de vista da relação com o estado, é de se pontuar que após o fim do regime militar e o estabelecimento de uma certa 'normalidade institucional' (Pomar, 2005) no País, não apenas o MST, mas outros setores

das classes dominadas passaram a realizar a disputa com as classes dominantes por dentro do estado de forma mais direta. Através da análise do estado capitalista nas sociedades hegemônicas e do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, pudemos perceber que o estado brasileiro foi incorporando cada vez mais as lutas de classe no interior de seus aparelhos, como um mecanismo próprio das classes dominantes para assegurarem sua hegemonia.

Dentro dessa ótica, podemos afirmar que o MST sempre pautou a luta pela reforma agrária como uma luta que deveria ser feita junto ao estado, sendo que ele foi ampliando e qualificando a disputa política por dentro e por fora do estado, tendo nas ocupações de terra um meio até hoje eficaz de pressionar os órgãos responsáveis por desapropriações e demandas relacionadas não somente à produção, mas a direitos sociais básicos. Pontuamos que as duas áreas em que é possível constatar o maior avanço dessas demandas são a produção e a educação, embora outras áreas mereçam menção, em especial no período do governo Lula. A partir de nossa observação participante, podemos citar a cultura, a saúde, as questões relacionadas ao empoderamento feminino e da juventude, entre outras, que não foram abordadas no trabalho por faltarem elementos mais consistentes para afirmar os pontos de avanço e os desafios a superar.

Assim, a relação com o estado se fez presente durante toda a trajetória do Movimento e, de certa forma, contribuiu para avançar a percepção tanto dos dirigentes, quanto da base social, do caráter classista do estado capitalista, permitindo que as táticas adotadas em cada período tivessem essa leitura como pano de fundo, orientando as ações e resguardando o MST de tentativas de divisão e cooptação. Durante a década de 1990, sob o governo FHC, o aumento do número de convênios firmados pelo MST com o estado esteve relacionado à estratégia neoliberal, pautada pela diminuição das responsabilidades do estado e à descentralização das demandas, apostando na participação das entidades do ‘terceiro setor’, como as ONGs, associações e cooperativas. Mais do que uma tentativa de aproximar a sociedade civil da execução das políticas públicas, como meio de democratizá-las, tratava-se de ‘enxugar’ o aparato estatal, privatizando as demandas, reduzindo o orçamento de políticas sociais para o mínimo necessário e transferindo as responsabilidades para fora da estrutura estatal. Isso exigiu do MST o aumento de sua máquina administrativa para a obtenção de recursos públicos. O Banco da Terra, criado em 1999, é um exemplo dessa política, que se apoiava em empréstimos internacionais para viabilizar a compra de

terras para a criação de assentamentos, numa estratégia vitoriosa das forças que estavam no governo federal de esvaziar o sentido das desapropriações, tratando a reforma agrária sob o signo da ‘liberdade’ de contratação entre partes interessadas.

Foi nesse período também que foram criados os programas estudados nesse trabalho, como o PRONAF e o PRONERA, voltados respectivamente às áreas da produção e da educação, os quais se mantiveram sob o governo Lula. Apesar da sua importância como forma de qualificar a produção e ampliar o acesso ao conhecimento do público da reforma agrária, não foram vinculados, sob a gestão petista, à implementação de uma reforma agrária massiva. Trata-se de políticas setoriais, que mesmo representando um ganho econômico e organizativo para a base social, não chegam a ser instrumentos efetivos para transformações mais amplas, crítica que também se fez presente na análise dos dirigentes do MST que foram entrevistados.

Mas a relação do MST com o estado durante o governo Lula parte do estudo acerca do caráter ambivalente dessa gestão, feito no primeiro capítulo. Ponderamos que a chegada de Lula à presidência ocorreu depois de um longo período de hegemonia neoliberal na sociedade brasileira, e de penetração da hegemonia burguesa dentro do próprio PT, provocando alterações programáticas que depois se refletiram nas ações de governo. Assim, por um lado, o governo Lula vem privilegiando uma estratégia macroeconômica vinculada ao capital financeiro (na qual se insere o agronegócio) oriunda da gestão anterior e, por outro, procura abrir canais de diálogo com os movimentos sociais, visando democratizar o acesso às políticas públicas. Avaliamos que mesmo nesse aspecto, o governo não atingiu tal objetivo, uma vez que a margem de negociação ainda é muito pequena diante dos entraves burocráticos existentes no interior do aparelho estatal, e citamos como exemplo a realização de conferências setoriais que, se por um lado são iniciativas importantes, por outro, não discutem temas como o orçamento disponível para cada área.

No que refere à questão agrária, havia, no papel, um plano de reforma agrária que sintetizava o acúmulo adquirido ao longo de décadas de debate sobre o caráter da luta pela terra no Brasil (expresso no programa de governo e depois no II PNRA). Mas em função dos limites apresentados acima e de uma correlação de forças desfavorável ao rompimento com o padrão de desenvolvimento do capitalismo no Brasil (e da centralidade que a agricultura adquire no mesmo), o governo Lula não conseguiu implementá-lo na prática. Assim, sob a hegemonia do capital financeiro, a política macroeconômica do estado

brasileiro tem no agronegócio um setor estratégico, que gera divisas através do aumento das exportações (atualmente responde por cerca de ¼ do PIB nacional) e desperta o interesse de empresas transnacionais interessadas em expandir seus lucros (considerando que o Brasil é um país com recursos naturais privilegiados, abundância de terra e um estado historicamente favorável a esse modelo de desenvolvimento). Ainda que os programas voltados a pequenos agricultores tenham recebido mais recursos que na gestão FHC, o volume ainda é baixo se comparado ao da agricultura patronal, sem falar no apoio científico e tecnológico que é destinado a essa última, por meio de instituições públicas, como a EMBRAPA e as universidades federais.

Isso, de certa forma, coaduna com o caráter dependente da economia brasileira, num ciclo que, mesmo após o período de industrialização experimentado ao longo do século 20 pelo País, não se rompeu. Desse modo, cresceu o desafio dos movimentos de luta pela terra, pois em 6 anos de gestão o modelo do agronegócio consolidou-se como hegemônico no País, incorporando inclusive parte dos pequenos produtores na sua cadeia e disputando as terras improdutivas para expandir a fronteira agrícola. E, não obstante as contradições que o modelo apresenta, como os prejuízos ao meio ambiente e à saúde humana, além das acusações de utilizar trabalho escravo nas lavouras, com os resultados econômicos que apresenta, permanece o senso comum como o modelo que traz desenvolvimento e lucros, fazendo da reforma agrária uma bandeira ‘atrasada’. Isso encontra apoio nos meios de comunicação e reflexos nas políticas de estado, que vem retomando um papel ativo do estado na promoção de obras de infra-estrutura, como o PAC e a transposição do Rio São Francisco. Além disso, o estado ainda vem cumprindo um papel importante na defesa dos interesses do agronegócio, seja utilizando as Forças Armadas para garantir a execução das obras ou a defesa das propriedades, seja na aprovação de leis que liberam o uso e o plantio de determinadas sementes transgênicas, ou ainda na ofensiva do Poder Judiciário contra o MST etc.

Nesse cenário, tem sido construído, no interior do MST, o entendimento de que a luta pela reforma agrária, nos marcos em que se dava nas décadas de 1980 e 1990, foi superada, uma vez que, sob a hegemonia do agronegócio, não há espaço para a realização de uma reforma que desconcentre a propriedade privada da terra. Sendo assim, o combate ao latifúndio improdutivo não seria mais suficiente para dar solução aos problemas dos pobres do campo (e da cidade) e a luta teria atualmente novo adversário: as empresas do

agronegócio e o próprio sistema neoliberal. Esse entendimento do caráter mais amplo da luta pela terra e da luta do MST ficou mais claro após a realização do 5º Congresso, ocorrido em 2007, embora a análise das resoluções dos dois congressos anteriores tenham mostrado que o neoliberalismo já havia sido ‘eleito’ como um inimigo da reforma agrária. Ocorre que mesmo com o avanço do agronegócio, o latifúndio não foi extinto (pontuamos no terceiro capítulo que isso seria também de interesse dos próprios produtores do agronegócio, uma vez que à terra se agrega mais valor quando ela está produzindo) e ainda há um grande estoque de terras disponíveis que estão nas mãos de grileiros e latifundiários e que, segundo a legislação, podem e devem ser enquadradas em critérios de desapropriação para fins de reforma agrária. Nesse sentido, a luta contra o latifúndio não se extinguiu, mas a ela se agregou uma nova, a luta contra o modelo hegemônico que se firmou no meio rural brasileiro.

Ao eleger o agronegócio como inimigo principal, o MST acabou por gerar duas estratégias distintas; uma contra o latifúndio e pela reforma agrária, apostando na tática de confronto e negociação com o estado para a concretização das reivindicações, e a outra contra o agronegócio e o neoliberalismo, dando ao Movimento uma dimensão política e contra-hegemônica mais ampla. A nosso ver, não se tratam de lutas divergentes, ou antagônicas, pois mesmo o caráter da reforma agrária defendido pelo MST pressupõe novas relações de propriedade, sem falar que a luta contra o capitalismo está presente nos objetivos do Movimento desde sua gênese. Mas a luta contra o agronegócio e o neoliberalismo é uma luta muito mais ampla e difícil que, como afirmamos no capítulo 3, exige não apenas a ação de um movimento social, ou de vários movimentos de luta pela terra. Trata-se da luta anticapitalista, de superação do sistema e sua substituição por um novo, socialista, exigindo alianças políticas e unidade na ação em vários setores da sociedade.

Para um movimento massivo como o MST, em que o nível de consciência da base social avança mais lentamente do que o de seu núcleo dirigente, a implementação plena dessa estratégia exige um salto qualitativo, superando o estágio de reivindicação de demandas econômicas para uma luta muito mais ampla, de disputa de hegemonia. Tal entendimento exige tempo para ser sedimentado entre seus militantes e, mais do que isso, depende também de uma conjuntura favorável ao ascenso das lutas de massa para a formação de alianças que permitam passos mais largos. Além disso, a luta contra o modelo

neoliberal pressupõe um enfrentamento muito mais direto com o estado do que o que se desenhou até então, devendo o Movimento estar preparado para sanções econômicas e ações coercivas; desse modo, haveria, portanto, uma terceira condição para que a luta saísse do patamar de confronto apenas com o latifúndio para se centrar no modelo neoliberal, que é a superação da dependência econômica junto ao estado e à viabilidade material dos assentamentos, algo que também vem sendo debatido pelo MST como um desafio para o próximo período. Se confirmada essa estratégia vem sendo paulatinamente construída, poderíamos afirmar que o MST se desloca do eixo das lutas reivindicatórias e assume o desafio de construção de um bloco contra-hegemônico em conjunto com outras forças, através do questionamento do modelo atual, do papel do estado e da posição do campesinato nessa luta.

A força e a legitimidade que o MST construiu ao longo do tempo demonstram que estamos diante de um movimento inédito do campesinato brasileiro na busca por sua emancipação, e da classe trabalhadora como um todo no questionamento ao modo de produção capitalista (e dependente), embora seja um giro político que ainda não foi completado. Como afirmamos no terceiro capítulo, nos parece que essas duas estratégias ainda convivem entre si e, não obstante as críticas que o MST tem recebido (à direita e à esquerda) por essa atuação, tal convivência ainda é viável e, até certo ponto, necessária, até que amadureçam as condições subjetivas e objetivas de sua base social. Assim, a despeito da radicalidade das ações mais recentes, não se está diante de uma situação de ruptura com o atual governo, nem com a estratégia de combate ao latifúndio. Acreditamos que esse ainda é um processo em construção, o que ficou explícito nas próprias entrevistas, cujo desfecho ainda não é conhecido.

### Bibliografia Utilizada

- **ALTHUSSER, Louis.** Aparelhos Ideológicos de Estado. São Paulo: Graal, 2003, 9<sup>a</sup> ed.
- **ALVES, Eliseu, SILVA e SOUZA, Geraldo da, OLIVEIRA, Carlos Alberto Vasconcelos de.** Desempenho de estabelecimentos do PRONAF, in Revista de Política Agrícola. Brasília, ano XV, n<sup>o</sup>4, out-dez 2006.
- **AMIN, Samir.** A vocação terceiro-mundista do capitalismo, in COUTINHO, Carlos Nelson (org.) História do Marxismo. São Paulo: Paz e Terra,
- **BOBBIO, Norberto.** Liberalismo e Democracia. São Paulo: Brasiliense, 1998, 6<sup>a</sup> edição, 3<sup>a</sup> reimpressão.
- \_\_\_\_\_ . Ensaios sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- \_\_\_\_\_ . Estado, Governo, Sociedade. Para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2005, 2<sup>a</sup> edição.
- **BOGO, Ademar (org.).** Teoria da Organização Política – I. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- \_\_\_\_\_ . Teoria da Organização Política – II. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- **BRUNO, Regina Ângela Landim.** O Ovo da Serpente: Monopólio da Terra e Violência na Nova República. Tese de Doutorado. São Paulo: Unicamp, 2002.
- \_\_\_\_\_ . Agronegócio: o despontar de um novo príncipe? Informe final de pesquisa. CLACSO, dezembro 2007.
- \_\_\_\_\_ . Redes de sociabilidade. Redes de poder. Sobre os deputados federais da

bancada ruralista (Legislatura 2007 - 2011). Rio de Janeiro, 2008, e-mail.

- \_\_\_\_\_ . Projeto de Pesquisa: Grupos de Solidariedade, Frentes Parlamentares e Pactos de Unidade e Ação. Em pauta o fortalecimento e a disputa pela representação patronal no campo. Relatório Final. REDES/IICA, fevereiro 2008.
- **CALDART, Roseli Salete.** Pedagogia do Movimento Sem Terra. São Paulo: Expressão Popular, 2004, 4<sup>a</sup> ed.
- **CARVALHO, Horácio Martins de.** A emancipação do movimento no movimento de emancipação continuada (resposta a Zander Navarro). *In* SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- \_\_\_\_\_ . A construção da unidade na diversidade da Via Campesina do Brasil. Curitiba, 2004, e-mail.
- \_\_\_\_\_ . As classes sociais no campo no Brasil. Curitiba, 2006, e-mail.
- \_\_\_\_\_ . Desafios para o Agroecologista como portador de uma nova matriz tecnológica para o campesinato. Curitiba, 2007, e-mail.
- \_\_\_\_\_ . A perversa ideologia da “vocação agrícola” do Brasil. Curitiba, s/data, e-mail.
- \_\_\_\_\_ . A avalanche do imperialismo verde. Curitiba, 2007, e-mail.
- **COMPARATO, Bruno Konder.** A Ação Política do MST. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- **CUNHA, Paulo Ribeiro da.** Aconteceu longe demais. A luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950 – 1964). São Paulo: UNESP, 2007.
- **DIAS, Reginaldo Benedito.** Sob o Signo da Revolução Brasileira. A experiência da Ação Popular no Paraná. Maringá: Eduem, 2003.
- **ENGELS, Friedrich.** A origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Bertrand Brasil, 2005, 17<sup>a</sup> ed.
- **FERNANDES, Bernardo Mançano.** MST. Formação e Territorialização em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_ . A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.
- **FERNANDES, Florestan.** Em busca do Socialismo: últimos escritos e outros textos.

São Paulo: Xamã, 1995.

- \_\_\_\_\_ . A revolução burguesa no Brasil. São Paulo: Globo, 2006a, 5ª ed.
- \_\_\_\_\_ . Pensamento e Ação: o PT e os rumos do socialismo. São Paulo: Globo, 2006b, 2ª ed.
- **FILGUEIRAS, Luiz e GONÇALVES, Reinaldo.** A economia política do governo Lula. São Paulo: Contraponto, 2007.
- **GRAMSCI, Antonio.** Cadernos do Cárcere (org. COUTINHO, Carlos Nelson, NOGUEIRA, Marco Aurélio e HENRIQUES, Luiz Sergio). Maquiavel, Notas sobre o Estado e a Política, vol. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, 2ª edição.
- \_\_\_\_\_ . Escritos Políticos (org. COUTINHO, Carlos Nelson, NOGUEIRA, Marco Aurélio e HENRIQUES, Luiz Sergio), volume 2 (1921-1926). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- **GRUPPI, Luciano.** O conceito de hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro: Graal, 2000, 4ª edição.
- **GUIMARÃES, Alberto Passos.** As três frentes da luta de classes no campo brasileiro, 1960, in STÉDILE, João Pedro (org.). A questão Agrária no Brasil, volume 1. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- **IASI, Mauro Luis.** As metamorfoses da consciência de classe. O PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- **LÊNIN, Vladimir I.** Imperialismo, etapa superior do capitalismo, s/data.
- **MARINI, Ruy Mauro.** Crítica à *A Revolução Brasileira, de Caio Prado Junior*, 1967, in STÉDILE, João Pedro (org.). A questão Agrária no Brasil, volume 2. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- \_\_\_\_\_ . A dialética da dependência, 1973. In TRASPADINI, Roberta, STÉDILE, João Pedro (orgs.). Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2007, 1ª reimpressão.
- \_\_\_\_\_ . Sobre a *Dialética da dependência*, 1973. In TRASPADINI, Roberta, STÉDILE, João Pedro (orgs.). Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2007, 1ª reimpressão.
- \_\_\_\_\_ . Análise da conjuntura política brasileira pré-anistia (entrevista concedida a João Pedro Stédile, no México, para o jornal *Em Tempo*, julho de 1978). In

TRASPADINI, Roberta, STÉDILE, João Pedro (orgs.). Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2007, 1ª reimpressão.

- \_\_\_\_\_ . Socialismo e Democracia, 1993. *In* TRASPADINI, Roberta, STÉDILE, João Pedro (orgs.). Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2007, 1ª reimpressão.
- **MARTINS, José de Souza.** O sujeito oculto. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- **MARX, Karl.** O Capital (trad. Reginaldo Santana), livros I e III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, 14ª ed.
- **MARX, Karl e ENGELS, Friedrich.** A Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- **MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de.** Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- **MENDONÇA, Sonia Regina.** A classe dominante agrária: natureza e comportamento, in STÉDILE, João Pedro (org.). A questão Agrária no Brasil, volume 5. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- **MILIBAND, Ralph.** O Estado na sociedade capitalista. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, 2ª edição.
- **MORAIS, Clodomir Santos de.** A história das Ligas Camponesas do Brasil, 1997, in STÉDILE, João Pedro (org.). História e natureza das Ligas Camponesas. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- **MOURA, Clóvis.** Sociologia Política da Guerra de Canudos. Da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- **NAVARRO, Zander.** Mobilização sem emancipação – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil, in SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- \_\_\_\_\_ . O MST e a canonização da ação coletiva (resposta a Horacio Martins Carvalho). *In* SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- **OLIVEIRA, Nelson de.** Reforma Agrária na transição democrática. A abertura dos caminhos à transição institucional. Salvador: CEAS; São Paulo: Loyola, 2001.
- **PAULINO, Eliane Tomiasi.** Por uma geografia dos camponeses. São Paulo: UNESP,

2006.

- **PETRAS, James.** Brasil e Lula: ano zero. Santa Catarina: Edifurb, 2005.
- **PORTELLI, Hugues.** Gramsci e o Bloco Histórico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002, 6<sup>a</sup> ed.
- **POMAR, Valter Ventura da Rocha.** A Metamorfose. Análise econômica, programa e estratégia política do Partido dos Trabalhadores: 1980-2005. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2005.
- **POMAR, Wladimir.** Observações sobre a revolução burguesa, 1982, in Um mundo a ganhar: revolução democrática e socialista. São Paulo: Viramundo, 2002.
- \_\_\_\_\_ . Observações sobre o neoliberalismo, outras vias capitalistas e o socialismo, 2002, in Um mundo a ganhar: revolução democrática e socialista. São Paulo: Viramundo, 2002.
- **POULANTZAS, Nicos.** As transformações atuais do estado, a crise política e a crise do estado. *In* Estado em Crise (org. POULANTZAS, Nicos, trad. CASTRO, Maria Laura Viveiros). Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- \_\_\_\_\_ . O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1990, 3<sup>a</sup> edição.
- **PRADO Jr., Caio.** A questão agrária e a revolução brasileira, 1960, in STÉDILE, João Pedro (org.). A questão Agrária no Brasil, volume 1. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- **SADER, Emir.** A vingança da história. São Paulo: Boitempo, 2003.
- **SANTOS, Leonardo Soares dos.** Revolução e inocência: o perfil político do campesinato brasileiro por José de Souza Martins. São Paulo: Revista Sociedade e Cultura, vol. 9, n<sup>o</sup> 1, jan/jun 2006, p. 187-202.
- **SAUER, Sérgio, TUBINO, Nilton Luis Godoy.** A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro. Revista NERA, ano 10, n<sup>o</sup> 11. Presidente Prudente, jul-dez 2007
- **SCOLARI, Dante Daniel Giacomelli.** Inovação Tecnológica e Desenvolvimento do Agronegócio, in Revista de Política Agrícola, ano XV, n<sup>o</sup>4, out-dez 2006.
- **SILVA, José Gomes da.** A Reforma Agrária no Brasil: Frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento? Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- **SILVA, José Graziano da.** Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária. São

Paulo: Brasiliense, 1985.

- **SODRÉ, Nelson Werneck.** Formação Histórico do Brasil, 1962, in STÉDILE, João Pedro (org.). A questão Agrária no Brasil, volume 1. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- **STÉDILE, João Pedro (org.).** História e natureza das Ligas Camponesas. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- \_\_\_\_\_ . A questão Agrária no Brasil, volume 1. O debate tradicional: 1500 - 1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- \_\_\_\_\_ . A questão Agrária no Brasil, volume 2. O debate na esquerda: 1960 - 1980. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- \_\_\_\_\_ . A questão Agrária no Brasil, volume 3. Programas de Reforma Agrária: 1946 - 2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- **STÉDILE, João Pedro, FERNANDES, Bernardo Mançano.** Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, 3ª reimpressão.
- **STOREL Filho, Antônio Oswaldo, ALMEIDA, Maria Cecília Ladeira de, MORAES, Sonia Helena Novaes Guimarães.** A Legislação e os Impasses da Política Agrária, in revista ABRA, (Associação Brasileira de Reforma Agrária), edição nº 32, 2005.
- **VIGNA, Eldécio.** Bancada Ruralista - um grupo de interesse, in Argumento nº, INESC. Brasília, dez/2001.

#### Documentos do MST

- **BOGO, Ademar.** A importância das mudanças orgânicas. Bahia, 2004.
- \_\_\_\_\_ . A mística na construção orgânica. Bahia, 2004.
- \_\_\_\_\_ . Elementos para aperfeiçoar os cursos prolongados. São Paulo, 1993.
- \_\_\_\_\_ . Política de Quadros. Bahia, 1994.
- **PIZETTA, Adelar João.** A organicidade e a política de formação de quadros no MST. Jacaré, 2004.
- **A organicidade e o planejamento.** Setor de Formação - MST. s/data.

- **A política de formação de quadros.** Caderno de Estudos ENFF, vol. 01. São Paulo, 2007.
- **Cooperação Agrícola. Eixos prioritários de ação. Princípios e formas.** Caderno de Cooperação n° 5. CONCRAB. Brasília, 2007.
- **Linhas Políticas da formação do/no MST.** Setor de Formação – MST. Guararema, 2007.
- **Método de Trabalho e Organização Popular.** Setor de Formação – MST. São Paulo, 2005.
- **O Funcionamento das Brigadas do MST.** Setor de Formação – MST. São Paulo, 2005.
- **O papel da organização e a importância das direções.** Setor de Formação – MST. s/data.
- **O Brasil precisa de Reforma Agrária: as propostas dos movimentos e as promessas e compromissos do governo Lula.** Caderno de Formação n° 36 - MST. 2005.
- **Programa Pedagógico – Escola Nacional Florestan Fernandes. XIX Turma do Curso Básico de Militantes.** Alagoas, 2002.
- **Textos para estudo e debate.** 5º Congresso Nacional do MST, junho de 2007.
- **V Congresso Nacional do MST: Uma obra coletiva da militância - MST.** São Paulo, 2007.

#### **Programas de governo, periódicos e outros documentos**

- **Desenvolvimento Agrário como estratégia.** Balanço MDA 2003/2006.
- **Fórum Agrário empresarial.** Carta de Brasília, abril de 2007.
- **II Plano Nacional de Reforma Agrária – INCRA/MDA, 2003.**
- **Manifesto Programa do PCdoB, 1962.**
- **O Brasil mudou para melhor.** Dados estatísticos do governo Lula. Coligação a Força do Povo, 2006.
- **Proclamação da união pela liberdade e pelos direitos do povo (forças guerrilheiras do Araguaia, 1972)**
- **Programa Vida Digna no Campo – Coligação Lula Presidente, 2002.**
- **Programa de Desenvolvimentos Rural Sustentável para uma vida digna no campo.** Programa setorial de política agrícola e reforma agrária - 2007/2010.

- Projeções do Agronegócio Mundial e Brasil (2006/07 a 2016/17). Assessoria de gestão estratégica, Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento. Brasília: 2006.
- Revista Fórum, ano 4, n. 32, novembro de 2005.

## INDICE DE GRÁFICOS E TABELAS

### Gráficos

Gráfico 1 – Número de famílias em ocupações e assentadas (1995 – 2007)

87

Gráfico 2 – Volume de recursos para o Agronegócio (2003 – 2006)

91

Gráfico 3 – Participação do agronegócio no PIB (2006)

96

Gráfico 4 – PRONAF – Valores Contratados (2001 – 2007)

104

Gráfico 5 - Cursos Formais - MST (2003 - 2008)

147

### Tabelas

Tabela 1 – Crescimento do PIB por setores (médias)

96

Tabela 2 – Disponibilização de terras para a Reforma agrária

103

## GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária

AF – Agricultura Familiar

ANC – Assembléia Nacional Constituinte

ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola

AP - Ação Popular

APML - Ação Popular Marxista-Leninista

CNA – Confederação Nacional de Agricultura

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar

CONTAG – Confederação Nacional de Trabalhadores Agrícolas

CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DEM – Democratas

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação

FEAB - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária  
INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária  
JUC - Juventude Universitária Católica?  
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra  
MCT - Ministério de Ciência e Tecnologia  
MEC - Ministério da Educação  
MEPF - Ministério Extraordinário de Política Fundiária  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social  
MinC - Ministério da Cultura  
MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
TEM - Ministério do Trabalho e Emprego  
NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural  
NERA – Núcleo de Estudos de Reforma Agrária  
OCB – Organização da Cooperativas Brasileiras  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PC – Partido Comunista (do Brasil)  
PEA – População Economicamente Ativa  
PGPAF - Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar  
PIB – Produto Interno Bruto  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária  
PR – Partido da República  
PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar  
PRONERA - Programa Nacional de Educação em Áreas de Reforma Agrária  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PV – Partido Verde

RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SNA – Sociedade Nacional de Agricultura

SRB – Sociedade Rural Brasileira

SUPRA - Superintendência de Política Agrária

TCU - Tribunal de Contas da União

UDN - União Democrática Nacional

UDR – União Democrática Ruralista

UFG - Universidade Federal de Goiás

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UNE - União Nacional dos Estudantes

VDC – Vida Digna no Campo (programa de governo da campanha de Lula em 2002)